

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**SEXUALIDADE E TRABALHO: ESTUDO SOBRE A  
DISCRIMINAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS MASCULINOS EM  
BANCOS PÚBLICOS**

*ELOISIO MOULIN DE SOUZA*

Vitória, ES

2009

*ELOISIO MOULIN DE SOUZA*

**SEXUALIDADE E TRABALHO: ESTUDO SOBRE A  
DISCRIMINAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS MASCULINOS EM  
BANCOS PÚBLICOS**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,  
para obtenção do título de Doutor em  
Psicologia, da Universidade Federal do  
Espírito Santo, sob orientação do professor  
Doutor Agnaldo Garcia.

Vitória, ES

Maio, 2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

S729s Souza, Eloisio Moulin de, 1968-  
Sexualidade e trabalho : estudo sobre a discriminação de  
homossexuais masculinos em bancos públicos / Eloisio Moulin de  
Souza. – 2009.  
349 f.

Orientador: Agnaldo Garcia.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo,  
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Queer. 2. Homossexuais masculinos. 3. Discriminação. 4.  
Trabalho. 5. Pós-estruturalismo. I. Garcia, Agnaldo. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

---

ELOISIO MOULIN DE SOUZA

**SEXUALIDADE E TRABALHO:  
ESTUDO SOBRE A DISCRIMINAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS  
MASCULINOS EM BANCOS PÚBLICOS**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisição para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia.

Aprovada em 25 de maio 2009

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof. Dr. Agnaldo Garcia  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

Prof. Dr<sup>a</sup>. Heloisa Moulin de Alencar  
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr<sup>a</sup>. Mônica de Fátima Bianco  
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri  
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr<sup>a</sup>. Claudia Broetto Rossetti  
Universidade Federal do Espírito Santo

DEDICO ESTE TRABALHO

A Edima Moulin de Souza, aos meus grandes amigos Elaine, Ana Paula,  
Maurício e a minha sobrinha Bruna, por todo incentivo e apoio recebido.

## AGRADECIMENTOS

Não vou ser pós-estruturalista aqui. Quero exatamente agradecer, de forma linear em termos de linha do tempo, as pessoas que contribuíram e apostaram em mim, e que influenciaram o meu *background* acadêmico, antes mesmo de eu fazer parte do programa de doutorado em psicologia. Neste sentido, agradeço a professora Mônica de Fátima Bianco, a professora Leila Domingues Machado e o professor Alexandre de Pádua Carrieri, que sempre manifestaram muita paciência em mostrar os caminhos, às vezes turvos, para uma solidez acadêmica.

Em um convívio mais recente, mas muito prazeroso e rico, agradeço ao professor Agnaldo Garcia pela sua competência e maturidade na condução deste processo, pela liberdade que me foi dada e plena confiança depositada no desenvolvimento desta tese, bem como pela sua rigidez acadêmica e extrema paciência para me mostrar novas maneiras de se enxergar os fenômenos sociais, quebrando, assim, aspectos relacionados ao meu dogmatismo epistemológico.

Agradeço as contribuições realizadas pelos professores Paulo Menandro, Heloisa M. de Alencar e Cláudia B. Rossetti para o aperfeiçoamento desta tese. Por fim, agradeço todo o colegiado da pós-graduação de psicologia por terem me aceito no programa e abrirem as portas para que esta tese fosse desenvolvida.

Segundo o escritor francês Antonin Artaud, no princípio existia um deus que “talvez se chamasse Desejo – e esse desejo (...) não era simples [...]”. Imperando soberano, o desejo “é essa espécie de fome vital, cambiante e opaca, que percorre os nervos com as suas descargas e entra em conflito com os princípios inteligentes da cabeça”. Ainda que ideologias dos mais diversos tipos venham tentando enquadrar o desejo de todas as maneiras, basta um exame rápido da história para constatar que ele é indomável e [...] aponta em todas as direções e mantém seu curso próprio – às vezes, inteiramente na contramão. O desejo humano é um espetáculo que se desenrola subterraneamente no palco da história.

João Silvério Trevisan

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1	PROBLEMA .....	30
1.2	OBJETIVOS .....	32
1.2.1	<i>Objetivo Geral</i> .....	32
1.2.2	<i>Objetivos Específicos</i> .....	32
1.3	JUSTIFICATIVA .....	34
<b>2</b>	<b>HETEROGENEIDADE, MULTIPLICIDADE E DIVERSIDADE: O FIM DA TRILOGIA SEXO, GÊNERO, SEXUALIDADE NOS ESTUDOS DE GÊNERO</b>	<b>37</b>
2.1	A EMERGÊNCIA DAS DIFERENÇAS DE SEXOS .....	38
2.2	ELES GOSTAM DE AZUL E ELAS DE ROSA .....	51
2.3	ELES E ELAS GOSTAM DE TODAS AS CORES .....	61
2.4	POR QUE AS PESSOAS SÃO HETEROSSEXUAIS? .....	91
2.5	SURGE UMA SCIENTIA HOMOSSEXUALIS .....	100
<b>3</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS NO TRABALHO .....</b>	<b>127</b>
3.1	OS ESTUDOS SOBRE DISCRIMINAÇÃO .....	127
3.2	PESQUISAS SOBRE DISCRIMINAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS NO TRABALHO .....	131
3.3	AUTO-ACEITAÇÃO DA SEXUALIDADE DE TRABALHADORES HOMOSSEXUAIS .....	145
3.4	HETEROSSEXISMO E RELAÇÕES DE TRABALHO .....	152
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>163</b>
4.1	PARTICIPANTES .....	164
4.2	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS .....	166
4.3	TRATAMENTO DOS DADOS .....	175
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO .....</b>	<b>177</b>
5.1	A MORTE DO HOMEM NO ESTRUTURALISMO .....	179
5.2	A MORTE DO HOMEM NO PÓS-ESTRUTURALISMO .....	186



5.3	À NOITE, TODOS OS GATOS SÃO PARDOS .....	195
5.4	ASPECTOS RELEVANTES .....	200
<b>6</b>	<b>APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>204</b>
6.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO .....	207
6.2	PESQUISA DOCUMENTAL.....	209
6.3	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	215
6.4	HISTÓRICO DE VIDA.....	216
6.5	HISTÓRICO PROFISSIONAL.....	221
6.6	DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO.....	224
6.6.1	<i>Caracterização do Local de Trabalho.....</i>	<i>224</i>
6.6.2	<i>Quanto a Assunção.....</i>	<i>228</i>
6.6.3	<i>Formas de Discriminação .....</i>	<i>231</i>
6.6.4	<i>Estratégias.....</i>	<i>243</i>
6.6.5	<i>Políticas de Diversidade do Banco.....</i>	<i>249</i>
6.7	DISCRIMINAÇÃO EM RELAÇÃO AOS OUTROS.....	250
6.7.1	<i>Em Relação a Pessoas que têm Práticas Sexuais com o Mesmo Sexo .....</i>	<i>251</i>
6.7.2	<i>Em Relação a Pessoas que não têm Práticas Sexuais com o Mesmo Sexo .....</i>	<i>257</i>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>265</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>281</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>296</b>
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA .....	296
	APÊNDICE B – DIÁRIO DE CAMPO .....	298
	APÊNDICE C – CD ENTREVISTAS TRANSCRITAS .....	350

**LISTA DE APÊNDICE**

APÊNDICE A	Termo de Consentimento Informado para Participação em Pesquisa .....	296
APÊNDICE B	Diário de Campo .....	298

## LISTA DE SIGLAS

AIDS	<i>Acquired Immuno deficiency Syndrome</i>
APA	<i>American Psychiatric Association</i>
ANPAD	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
CEPEAD	Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
EnANPAD	Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
ES	Espírito Santo
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
GLBT	Gays Lésbicas Bissexuais e Transexuais
GLS	Gays Lésbicas e Simpatizantes
NEOS	Núcleo de Estudos Organizacionais e Simbolismo
PADV	Programa de Demissão Voluntária
PE	Funcionário antigo de banco que nunca exerceu função confiança
PSYCINFO	<i>Psychological Information</i>
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library</i>
TWA	<i>Theory of Work Adjustament</i>
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
USP	Universidade de São Paulo

Souza, Eloisio Moulin (2008). Sexualidade e Trabalho: Estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos em banco públicos. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 350 pp.

## **RESUMO**

Esta tese foi desenvolvida buscando-se analisar as possíveis formas de discriminação no trabalho relacionadas a empregados homossexuais masculinos que trabalham em bancos públicos localizados na região metropolitana de Vitória-ES, tendo-se como enfoque o pós-estruturalismo. Assim, fez-se um levantamento bibliográfico sobre as pesquisas internacionais e nacionais que envolveriam e relacionariam o estudo da homossexualidade masculina com o mundo do trabalho e uma análise das diferenças existentes entre a abordagem tradicional que envolve os estudos de gênero para uma análise pós-estruturalista da sexualidade. Em relação aos aspectos metodológicos, o tipo de pesquisa é qualitativa, utilizando-se de um roteiro de entrevista semi-estruturado, observação simples, pesquisa documental, diário de campo e entrevistas informacionais para coleta de dados. Foram entrevistados oito bancários, trabalhadores de dois bancos públicos federais. Para a análise de dados utilizou-se a análise de discurso desenvolvida por Michel Foucault e análise de documentos. Conclui-se que os entrevistados são alvos de discriminação direta e indireta em razão de sua sexualidade. A discriminação direta manifesta-se na deficiência dos normativos dos bancos públicos estudados em garantir e esclarecer os reais direitos dos trabalhadores. Contudo, o que mais causa incômodo aos entrevistados são as

expressões de discriminação indireta por meio de: (a) piadas que falam pejorativamente de forma generalizada sobre homossexuais; (b) isolamento para que não tenham contato com clientes e até mesmo com demais funcionários; (c) condições de trabalho inferiores às ofertadas para os demais empregados; (d) exclusão de participação nos grupos informais e atividades desses grupos ocorridas fora da empresa; (e) brincadeiras, fofocas e ironias sobre as formas de andarem, falarem e gesticularem quando não estão presentes no recinto; (f) xingamento relacionado à evidenciação de uma suposta feminilidade pertencente a homossexuais (“mocinha”, “veadinho”); (g) dificuldades de crescimento na carreira; (h) dificuldade de contratação de homossexuais por gerentes de empresas prestadoras de serviços para bancos públicos.

**Palavras-chave:** Homossexualidade, Discriminação, Queer, Trabalho, Pós-estruturalismo.

Souza, Eloisio Moulin (2008). Sexuality and Work: Study of male homosexuals in public bank. Doctoral thesis, the Graduate Program in Psychology, Center for Natural Sciences and the Federal University of Espírito Santo, 350 pp.

## **ABSTRACT**

This thesis was developed trying to analyze the possible forms of discrimination in work related to male homosexual employees who work in public banks located in the metropolitan area of Vitória-ES under the point view of the post-structuralism. Thus, there was a bibliography on the international and national research and related that involve the study of male homosexuality with the world of work and an analysis of differences between the traditional approach that involves the study of gender analysis for a post-structuralism analysis. Regarding methodological aspects, the type of research is qualitative, using a semi-structured script, simple observation, documentary research, field diary and informational interviews to collect data. We interviewed eight employees of federal banks. For the analysis of data was used the analysis of discourse developed by Michel Foucault and analysis of documents. It follows that the interviewees are targets of direct and indirect discrimination on grounds of their sexuality. The direct discrimination manifests itself in the deficiency of normative public banks studied to ensure real and clarify the rights of workers. However, the most uncomfortable question to respondents are the expressions of indirect discrimination by: (a) pejorative jokes that speak more generally about homosexuals, (b) isolation not to having contact with customers and even to other employees; (c) working conditions inferior to those offered to other

employees, (d) exclusion from participation in informal groups and activities of these groups occurred outside the company, (e) games, gossip and ironies on how to walk, talk and gestures when are not present in the enclosure, (f) name calling related to the alleged disclosure of a woman belonging to homosexuals ("sissy", "deer"), (g) difficulties in career growth, (h) difficulty of hiring managers by homosexuals companies providing services to public banks.

**Keywords:** Homosexuality, Discrimination, Queer, Labor, Post-structuralism.

Souza, Eloisio Moulin (2008). La sexualidad y el trabajo: Estudio de la discriminación de los hombres homosexuales en el banco público. Tesis doctoral, el Programa de Postgrado en Psicología, Centro de Ciencias Exactas y Naturales y la Universidad Federal de Espírito Santo, 350 pp.

## **RESUMÉN**

Esta tesis fue desarrollado buscándose analizar las formas posibles de discriminación en el trabajo relacionadas a empleados homosexuales masculinos que trabajan en los bancos públicos ubicados en la región metropolitana de la Vitória/ES, con un abordaje post-estructuralista. Por lo tanto, fue hecho un levantamiento bibliográfico sobre la investigación internacionales y nacionales que implican y se refieren al estudio de la homosexualidad masculina con el mundo del trabajo y un análisis de las diferencias entre el enfoque tradicional que implica los estudios de género para un análisis post-estructuralista de la sexualidad. Con respecto a los aspectos metodológicos, el tipo de investigación es cualitativa, utilizando un guión de entrevista semi-estructurada, la simple observación, la investigación documental, un diario de campo y entrevistas informales para la adquisición de datos. Entrevistamos a ocho bancos, dos empleados de los bancos de propiedad federal. Para el análisis de datos empleó se el análisis de discurso elaborado por Michel Foucault y el análisis de documentos. Se concluyó que los demandados sufren discriminación directa e indirecta por razón de su sexualidad. La discriminación directa se manifiesta en la deficiencia de los normativos de los bancos públicos estudiados para asegurar y clarificar los derechos reales de los trabajadores. Sin embargo, lo que más causa incómodo



a los entrevistados son las expresión de discriminación indirecta por medio de:

- (a) chistes peyorativos que hablan más, en general, acerca de los homosexuales, (b), aislamiento para no haber contacto con los clientes e incluso a otros empleados; (c) las condiciones de trabajo inferiores a los ofrecidos a otros empleados; (d) la exclusión de la participación en grupos informales y las actividades de estos grupos se produjo fuera de la empresa; (e) juegos, chismes y ironías sobre la manera de caminar, hablar y los gestos cuando no están presentes en los locales; (f) apodos relacionados con una supuesta feminidad encontrada en homosexuales ("marica", "maricón"); (g) las dificultades en las perspectivas de carrera, (h) dificultad en la contratación de homosexuales por administradores de empresas que prestan servicios a los bancos públicos.

**Palabras clave:** Homosexualidad, Discriminación, Queer, Trabajo, Post-estructuralismo.

## 1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, fronteiras e padrões sociais são cada vez mais contestados e encontram-se cada vez mais fragmentados (Bauman, 1998, 2001; Castells, 1999). Nesse contexto, abre-se a possibilidade de que formas de condutas que antes se intentava marginalizar, reduzir, ocultar seus valores ou suas práticas na sociedade de forma a torná-las clandestinas se manifestem e busquem o seu espaço. Assim, grupos anteriormente marginalizados, como mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais, *gays*, começam a reivindicar o seu espaço social em uma tentativa de legitimação (Castells, 1999).

De acordo com esse contexto, o trabalho exerce, no sistema capitalista de produção, um papel importante nas relações sociais (Grisci & Bessi, 2004; Schwartz, 1998; Gaska & Frey, 1996) além de atuar como uma das forças constituintes do próprio homem. Portanto, o espaço organizacional apresenta-se como um dos principais locais em que se encontram manifestos os dilemas da atualidade, dentre esses dilemas destacam-se a luta pela liberdade sexual e pelo fim da discriminação no trabalho em face da sexualidade dos membros de uma organização.

A instabilidade do mundo dos negócios, a globalização dos mercados e demais fatores políticos, econômicos e sociais contribuíram para que as organizações caminhassem para outros modelos de gestão que acabaram reafirmando e reconhecendo o modelo burocrático descrito por Weber, ou seja, de uma forma paradoxal com relação à pós-modernidade, as organizações não conseguiram

romper com o modelo burocrático (Brewis, 1996; Dellagnelo & Machado-da-Silva, 2000) e ainda consideram o espaço organizacional como ambiente neutro, impessoal e desprovido de qualquer singularização.

Assim, as expectativas que os gestores de uma organização têm em relação ao comportamento e às relações sociais de seus empregados encontram-se ainda fortemente influenciadas pela assepsia contida na burocracia apresentada por Weber (1981, 1999), nas quais as relações sociais no espaço organizacional devem ser impessoais, neutras e desprovidas de qualquer expressão de sentimentos e desejos.

Para Weber (1999), o capitalismo tenta organizar a vida em certo padrão. A dominação racional-legal torna-se a forma emergente de dominação fundamentada nas leis, normas e regras; define o que seria válido para os participantes de uma relação social. Assim, Weber (1999) acredita que a burocracia separa os campos de atuação da vida pessoal e do trabalho. A burocracia organiza nas empresas a dominação racional-legal e retira do mundo dos negócios qualquer forma de expressão do ódio, do amor e de outros elementos sensíveis e pessoais.

Weber (1999) ressalta que a burocracia, uma vez realizada, torna-se um dos complexos sociais mais difíceis de destruir. “A burocratização é o meio específico por excelência para transformar uma ‘ação comunitária’ (consensual) numa ‘ação associativa’ racionalmente ordenada” (Weber, 1999, p. 222). Assim, para Weber (1999), a organização burocrática é o meio de

poder tecnicamente mais desenvolvido que conseguiu impor suas idéias na sociedade. “A burocracia é de caráter racional: regra, finalidade, meios, impessoalidade ‘objetiva’ dominam suas atitudes” (Weber, 1999, p. 233). É o avanço do racionalismo em todas as suas áreas que dá força para a burocracia na sociedade. Esse mesmo racionalismo que permite o avanço da burocracia também contribui para o aniquilamento das formas de dominação que não têm caráter racional (Weber, 1999).

Para Weber (1999), é a resolução objetiva que caracteriza a impessoalidade na burocracia. Mas o que é resolução objetiva? Segundo Weber (1999, p. 213), a “resolução ‘objetiva’ significa, neste caso, em primeiro lugar, a resolução sem considerações pessoais, segundo *regras calculáveis*. Mas ‘sem considerações pessoais’ [...]”. Assim, sem a impessoalidade nas relações, não há burocracia e sem burocracia não existe uma base técnico-econômica, que exige uma calculabilidade e previsibilidade dos resultados econômicos. Dessa forma, para Weber (1999, p. 213), a

[...] burocracia em seu desenvolvimento pleno encontra-se, também, num sentido específico, sob o princípio *sine ira ac studio*. Ela desenvolve sua peculiaridade específica, bem-vinda ao capitalismo, com tanto maior perfeição quanto mais se ‘desumaniza’, vale dizer, quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que é louvada como sua virtude: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais.

Desse modo, apesar de as relações organizacionais, entre elas as relações interpessoais em uma empresa, tentarem, na contemporaneidade, romper com o modelo burocrático, intentando criar estruturas hierárquicas mais leves e fluidas, a idéia de um ambiente organizacional neutro, impessoal e despersonalizado ainda é algo defendido pelos gestores das organizações, sendo um valor vivo e marcante nas práticas organizacionais e nas relações interpessoais no trabalho. Contudo, essa impessoalidade e neutralidade é mera ilusão, pois o ambiente organizacional é socialmente construído e nele se manifestam todas as formas de relações sociais, como a sexualidade, o abuso sexual e a amizade (Cortina & Wasti, 2005, Lim & Cortina, 2005, Brewis, 2000a, 2000b, 2001, Brewis; Hampton & Linstead, 1997, 2000b, Souza & Garcia, 2007).

Sennett (1988) apresenta uma discordância em relação à análise de Weber (1999) sobre a relação entre as esferas públicas e privadas na sociedade capitalista. Sennett (1988) ao estudar as relações entre a vida pública e privada demonstra que a partir do século XVIII com o surgimento do capitalismo industrial e de uma nova forma de secularização ocorre um fenômeno denominado pelo autor de declínio da vida pública. Para Sennett (1988) anteriormente ao século XVIII existia uma separação perceptível entre a vida pública e a vida privada, ou seja, o público não era um espaço para se revelar aspectos relacionados a sua intimidade ou personalidade. Esses aspectos só podiam ser revelados na vida privada.

A produção em massa provocou uma homogeneização dos produtos. As indústrias passaram a produzir mercadorias em quantidades maiores ao mesmo tempo em que estes produtos passam a ser mais uniformes. Além disso, a secularidade instaurada após o século XIX modifica a relação entre o homem e as coisas. O significado do mundo deixa de ser algo transcendente e passa a ser imanente, ou seja, os fatos deveriam possuir significado em si e para si, o que significa que as sensações, emoções e sentimentos dos homens deveriam ter um significado imanente. Essa imanência do significado vai afetar a vida pública dos homens, pois a vida pública deverá revelar o que a pessoa é, pois deverá ser constituída por sinais de sua própria personalidade (Sennett, 1988).

A entrada da personalidade no domínio público cria uma sociedade intimista, pois as pessoas se vêem obrigadas a demonstrar sua personalidade no domínio público. Emerge, assim, um cidadão narciso o qual a cada instante e a todo o momento estará mostrando para as outras pessoas seus traços de personalidade; o que realmente é para as outras pessoas; procurando construir-se como um sujeito autêntico em público. Assim, todo contato público passa a ser um contato que deve revelar sua intimidade e personalidade (Sennett, 1988).

Hinde (1997, p. 37, tradução nossa) define relacionamento interpessoal como uma série de interações entre duas pessoas. Essas interações incluem trocas em um determinado período de tempo. “As trocas geralmente envolvem elementos verbais, e freqüentemente consistem inteiramente em conversas,

embora seja possível pessoas que nunca conversaram terem algum relacionamento”. Nesse raciocínio, o que difere o relacionamento interpessoal de uma interação é a frequência em que essa interação acontece, pois, para que se tenha um relacionamento, é necessário existir uma continuidade de interações.

Contudo, para Hinde (1997), a natureza efetiva de uma interação depende não somente do que realmente acontece, mas também do que cada participante pensa no que experimentou durante a interação com suas expectativas iniciais, do que gostaria que tivesse acontecido, bem como de suas perspectivas e desejos futuros. Portanto, em função desses aspectos, Hinde (1997, p. 40, tradução nossa) afirma que “não podemos fazer generalizações sobre os relacionamentos tão facilmente da mesma forma que fazemos com as interações”.

Allan (1998) acredita que todos os relacionamentos, inclusive os de amizade, são relacionamentos sociais e não somente relacionamentos pessoais. No mesmo sentido caminham Neuberger (1996) e Gaska e Frey (1996) quando estudam os relacionamentos interpessoais nas organizações, pois acreditam que todas formas de relacionamentos são sociais, nos quais os sujeitos envolvidos não são autônomos, mas socialmente construídos.

Os relacionamentos interpessoais ocorrem em toda a esfera da vida social e, apesar de influenciados por uma série de fatores, tais como cultura e valores, não há fronteiras para eles, pois se dão em todo espaço social, incluindo-se aí

as organizações. Entretanto, nem sempre os relacionamentos são positivos e cooperativos, pois existe relacionamento tanto entre inimigos como entre amigos, bem como há relacionamentos que envolvem aceitação e discriminação social.

Contudo, conforme já dito, nem sempre os relacionamentos são positivos, ou seja, os relacionamentos podem ser negativos quando à tona manifestam preconceito, discriminação, ódio e exploração da força de trabalho. Da mesma forma, os relacionamentos que ocorrem no ambiente de trabalho também estão carregados de aspectos positivos e negativos.

Donovan et al. (1998) salientam que um tratamento justo dado aos empregados, denominado pelos autores de justiça organizacional, é a cada dia algo mais importante nas organizações e merece uma melhor atenção por parte dos dirigentes. Os autores defendem uma expansão dos conceitos de justiça para as relações interpessoais nas organizações. Para eles, na visão tradicional, justiça é a avaliação que um empregado faz da qualidade do tratamento interpessoal experimentado quando procedimentos organizacionais entram em funcionamento.

Assim, Donovan et al. (1998) acrescentam a essa visão tradicional de justiça o conceito de que a justiça organizacional vai além das fronteiras da organização e incluem também os tratamentos recebidos pelos empregados quando estão fora das relações que envolvem procedimentos e políticas organizacionais. Dessa forma, no intuito de contribuir com tal discussão, esta tese pretende



estudar a manifestação de atos discriminatórios no trabalho contra homossexuais masculinos que trabalham em bancos públicos sob um enfoque pós-estruturalista.

Entretanto, o que significa pós-estruturalismo? Qual a sua relação com a modernidade? Em que o pós-estruturalismo se diferencia do estruturalismo? Pós-estruturalismo e pós-modernidade seriam a mesma coisa? Assim, os próximos parágrafos têm o intuito de trazer alguns esclarecimentos sobre estas questões.

Modernidade é considerada nessa tese como um período histórico constituído por diversas relações de poder. Essas relações de poder que emergem nesse período criam condições históricas, sociais, tecnológicas, econômicas, políticas e culturais para o surgimento da ciência. Nesse processo o homem tenta se libertar dos dogmas da Igreja, buscando uma liberdade de criação que não estivesse baseada em sistemas teológicos. Assim, aparecem diversos caminhos para se chegar à verdade sobre algo. Contudo, esta diversidade trouxe uma instabilidade e insegurança na busca da certeza sobre as coisas (Kirst et al, 2003).

Nesse momento histórico a concepção de ciência se fortalece e ganha corpo a partir do século XVII, principalmente com a influência do Iluminismo no pensamento ocidental. Alvesson e Deetz (1998, p. 231) salientam que o “Iluminismo prometeu um sujeito autônomo progressivamente emancipado pelo conhecimento adquirido por meio dos métodos científicos. Notou-se o

crescimento da razão sobre a autoridade e os valores tradicionais”. Ocorre a clássica divisão entre sujeito/objeto e um modelo de ciência que privilegia o objeto em detrimento do sujeito. Dentro desta concepção, os fenômenos naturais passam a ser vistos como sendo ordenados e que, conseqüentemente, seguem a leis universais de funcionamento. Emerge, assim, o conceito e o modelo de ciência que dará um traço a concepção da ciência na modernidade (Andrade, 1999).

Dentro deste contexto, o pesquisador passa a ter o papel de encontrar estas leis universais, para, desta forma, melhor conhecer e conseguir controlar os fenômenos pesquisados. Assim, a ciência passa a ter um

[...] pensamento formalizador quantificador que trabalha com as categorias de estabilidade, de constancia, de regularidade de repetição. Estas categorias estão na base das teorias estruturalistas e funcionalistas que vêm dominando as ciências e, tudo que escapa à regularidade, é considerado um erro ou desvio particular e, como tal, deve ser ignorado (Andrade, 1999, p. 73).

Portanto, a modernidade prega que para qualquer ramo do conhecimento obter o *status* e título de ciência, o mesmo teria que estar sustentado na ordenação da natureza. Desta forma, os saberes que se dedicam ao estudo do homem, influenciados pela concepção de ciência na modernidade e preocupados em conseguir uma legitimação junto a comunidade científica, passam a adotar a mesma concepção de ciência utilizada para se analisar fenômenos da natureza no estudo do homem, ou seja, o homem é equiparado a fenômenos naturais e

seu estudo deve seguir os mesmos procedimentos aplicados no estudo da natureza para que tenham validade científica (Souza et al, 2006).

Assim, para consolidar a ordenação, a criação de leis e a universalização nas pesquisas “científicas”, institui-se o método. O método resolveria a preocupação com a maneira de se trazer a verdade sobre algo. Para se combater o dogma religioso e a incertezas do Renascimento, emerge algo que não é a Verdade, mas a forma de se obtê-la. “O método como dura disciplina do experienciar, transmutador das fugidias contingencialidades sensíveis em números e leis, tem na matemática o emblema da certeza dos experimentos de medição e da ‘pureza’ de raciocínio” (Kirst et al, 2003, p. 93). Assim, a modernidade coloca que a razão, representada pelo método científico, é o instrumento para se obter o conhecimento verdadeiro sobre um fenômeno.

Conforme salientado por Andrade (1999) o estruturalismo é uma das diversas vertentes de ciência construídas nesse contexto histórico. Araújo (1993) afirma que a finalidade da pesquisa estruturalista é conhecer o que há de universal no ser humano que possa ser apreensível e cognoscível pela ciência. “A possibilidade de se fazer ciência, de se formalizar, ou seja, de encontrar as estruturas universais, inconscientes e invariantes caracteriza o método estruturalista” (Araújo, 1993, p. 127). Aliás, Sawaia (2001) informa que a busca por identidade é o valor fundamental da modernidade.

Entretanto, como nada é definitivo, acabado e natural, o modelo de ciência emergido na modernidade passa a sofrer várias críticas. Essas críticas advêm

de um novo contexto histórico, social, político, econômico, tecnológico e cultural que faz sair dos bastidores do teatro novas relações de poder. Esse período é denominado aqui como pós-modernidade. Assim, esta tese considera a pós-modernidade, também denominada aqui de contemporaneidade, como momento histórico que tem como principal característica uma forte aceleração das mudanças sociais, provocando incertezas e fragmentações no solo das concepções modernas.

Contudo, na pós-modernidade, fragmentação e incerteza não são apenas um acontecimento momentâneo que estaria conduzindo a passagem da modernidade para a pós-modernidade. Fragmentação e incerteza são os principais traços da pós-modernidade e não são vistos aqui como características ou aspectos meramente transitórios. Da mesma forma que as relações da modernidade estabelecem o que deve ser considerado ciência, a pós-modernidade é um momento histórico que permite o aparecimento de novas formas de pensar e conceber ciência (Bauman, 1998).

Alvesson e Deetz (1998, p. 229) afirmam que o “pós-modernismo é, de muitas maneiras, muito mais difícil de ser delimitado. Nas ciências sociais, o termo tem sido usado para descrever um clima social, um período histórico caracterizado por mudanças sociais [...]”. O pós-modernismo enfoca o lado escuro do Iluminismo com suas exclusões orquestradas por meio de um discurso fundamentado na razão, na autonomia do homem e no progresso social. Esse discurso do Iluminismo visto sob sua própria ótica, intenta produzir um discurso científico vestido de neutralidade e repleto de boas intenções para com a

humanidade. Dessa forma, na pós-modernidade esta vestimenta é uma mera estratégia para esconder a existência de relações de poder e, conseqüentemente, de interesses dentro da própria ciência (Alvesson & Deetz, 1998).

Assim, para a pós-modernidade todo o projeto da modernidade, principalmente a sua crença de que o conhecimento científico é algo capaz de emancipar o homem, deve ser abandonado (Alvesson & Deetz, 1998). Na pós-modernidade o ser humano não é autônomo e nem dotado de razão. O homem é um ser construído dentro de uma rede discursiva e de poder.

No período histórico da pós-modernidade se apresenta as condições propícias para o aparecimento de diversas concepções de ciência que intentam trilhar um caminho diferente do traçado pela modernidade. Dentre essas concepções se destaca o pós-estruturalismo (Alvesson & Willmott, 1996)

O pós-estruturalismo propõe um sujeito constituído, incluindo-se aqui o sujeito-pesquisador, que nunca se apresenta acima da trama histórica (Araújo, 1993). O homem como entidade coerente com direitos naturais e autonomia é declarado morto. Para substituí-lo “aparece o sujeito fragmentado, descentrado, com um gênero e uma classe social; as grandes narrativas de teoria e história são substituídas por narrativas locais disjuntas e fragmentadas” (Alvesson & Deetz, 1998, p. 233).

O pós-estruturalismo não busca encontrar leis que governariam um fenômeno social, como fazem os estruturalistas. Nem, tão pouco, são afeitos as generalizações. Contrariamente ao estruturalismo, o pós-estruturalismo procura mostrar toda heterogeneidade e multiplicidade dos fenômenos sociais, não intentando criar uma teoria e nem construir metanarrativas.

Desta forma, esta tese entende modernidade e pós-modernidade apenas como momentos históricos específicos. Estruturalismo e pós-estruturalismo são concepções e maneiras de se fazer ciência que emergiram, respectivamente, dentro dos contextos da modernidade e da pós-modernidade. Portanto, o estruturalismo está para a modernidade, assim como o pós-estruturalismo para a pós-modernidade.

Assim, pode-se afirmar que pós-modernidade e pós-estruturalismo não são sinônimos. Pós-modernidade é um momento histórico que traz consigo um conjunto de forças e mudanças, onde a fragmentação e a incerteza passam a serem vistos como um traço característico desse momento. O pós-estruturalismo é somente uma abordagem científica, uma forma de se pensar e fazer ciência que consegue adquirir corpo somente dentro do contexto histórico pós-moderno.

Por fim, diante do exposto e para efeitos didáticos, apresentar-se-á os caminhos que esta tese irá percorrer. Primeiramente, será apresentado o problema, os objetivos e a justificativa. Posteriormente, será realizada uma análise histórica dos discursos produzidos nas diversas áreas do conhecimento

que tratam sobre sexualidade tendo-se como principal enfoque a homossexualidade. Também nesse momento será apresentada a abordagem pós-estruturalista relacionada com o estudo da sexualidade, denominada de pensamento *queer*. Em seguida, serão explicados alguns conceitos sobre discriminação e relatadas as principais pesquisas que envolvem o estudo da homossexualidade no ambiente de trabalho realizadas no Brasil e no exterior. Após isso, pretende-se discutir aspectos metodológicos que serão utilizados por esta tese, bem como as principais considerações sobre a análise do discurso. Por último, os resultados da pesquisa serão apresentados e discutidos.

## 1.1 Problema

Contemporaneamente, têm-se tornado mais visíveis os movimentos homossexuais no Brasil. Em diversos estados do país, são organizadas paradas *gays* com o intuito de chamar a atenção da sociedade para os problemas vividos pelos homossexuais. Apesar desse movimento vir acompanhado com certa “mercantilização” desses eventos, ainda assim, estes são considerados como importantes para evidenciar as questões relacionadas à sexualidade em nossa sociedade.

Os homossexuais são estigmatizados em nossa sociedade e tratados como pessoas inferiores, exatamente por não seguirem o padrão heterossexual de comportamento imposto. Nesse propósito, qualquer comportamento divergente do heterossexismo dominante passa a ser visto como um desvio de conduta, uma anomalia ou até mesmo uma doença a ser tratada e, nesse sentido, algo que deva ser combatido e curado (Green, 2000; Herek, 1991, 1992; Rios, 2007; J. F. Costa, 1995).

Dessa forma, observam-se em nossa sociedade dois movimentos opostos relacionados às práticas homossexuais. Movimentos libertários que tentam combater a discriminação das práticas homossexuais, como também movimentos conservadores que caminham em sentido oposto, contribuindo significativamente para a estigmatização social dos homossexuais.



Entretanto, a crise imposta ao modelo patriarcal de sociedade, centralizado na figura masculina e no conceito de família heterossexual, permite que outras formas de relações sociais emergjam em nossa sociedade e busquem sua legitimação. Nesse contexto, o espaço organizacional, por mais que queira passar uma imagem de um espaço neutro e distanciado do mundo social, também se encontra afetado por essas mudanças sociais. As questões relacionadas aos homossexuais ainda são vistas e carregadas de muito preconceito e estigmatização.

Assim, este projeto tenta contribuir para a discussão que envolve a homossexualidade nas organizações. As organizações exercem uma grande influência em nossas vidas nos dias de hoje, talvez exerçam o mesmo papel que o estado soberano exercia em nossas vidas havia décadas, para influenciar e controlar a vida social e, conseqüentemente, os indivíduos. Desse modo, este projeto busca responder à seguinte pergunta:

**Como se manifesta, sob uma perspectiva de análise pós-estruturalista, no dia-a-dia do trabalho, uma possível discriminação contra trabalhadores homossexuais masculinos, funcionários de bancos públicos da região metropolitana de Vitória-ES?**

## **1.2 Objetivos**

Esta pesquisa, ao tratar do tema homossexualidade nas organizações, tem como intento os seguintes objetivos:

### **1.2.1        *Objetivo Geral***

Analisar as possíveis formas de discriminação no trabalho direcionadas para empregados homossexuais masculinos que exercem suas atividades laborais em bancos públicos localizados na região metropolitana de Vitória-ES, sob uma perspectiva pós-estruturalista.

### **1.2.2        *Objetivos Específicos***

- 1)        Verificar se a orientação sexual das pessoas entrevistadas, influencia, de alguma forma, o relacionamento com os seus colegas de trabalho;
- 2)        Estudar, por meio de pesquisa documental e entrevistas informativas, se as empresas em que os pesquisados trabalham possuem algum programa oficial que ampare a diversidade sexual no ambiente de trabalho em suas relações formais;

- 3) Identificar a abertura que as empresas envolvidas na pesquisa apresentam nas relações informais no ambiente de trabalho, para que os funcionários entrevistados exerçam sua orientação sexual;
- 4) Analisar se a orientação sexual influenciou/influencia a escolha da carreira dos sujeitos analisados;
- 5) Estudar as eventuais estratégias usadas para lidar com sua orientação sexual no ambiente de trabalho com o intuito de evitar possíveis atos discriminatórios;
- 6) Entender a história de vida dos participantes da pesquisa para uma melhor contextualização de aspectos pessoais e profissionais que estejam relacionados com o tema da tese;
- 7) Analisar as relações de poder que constituem e reforçam as possíveis práticas discriminatórias.

### 1.3 Justificativa

Conforme será observado na revisão literária sobre a discriminação contra homossexuais nas empresas, existem poucas pesquisas sobre o tema. Dessa forma, para que se procedesse a uma revisão literária adequada, inicialmente foi feita uma pesquisa das publicações existentes nos últimos dez anos nos bancos de dados SCIELO, PSYCINFO, ANAIS ENANPAD e GOOGLE ACADÊMICO. Contudo, encontrou-se pouca literatura sobre o tema. Assim a pesquisa teve de ser expandida para um período superior a dez anos, e, até mesmo em pesquisas mais recentes, artigos escritos em outras décadas eram citados em diversos trabalhos como referências e clássicos sobre a temática pesquisada. Assim, observou-se que havia duas necessidades a cumprir com relação à pesquisa bibliográfica: estender o período de pesquisa para um prazo maior que dez anos e comprar artigos considerados como importantes, não disponíveis nos bancos de dados pesquisados pelo sistema COMUT.

Portanto, fez-se um levantamento bibliográfico que, devido aos motivos expostos, acabou incorporando publicações sobre a homossexualidade entre os anos de 1974 e 2008. Tal fato demonstra a necessidade de pesquisas que envolvam o estudo da homossexualidade nas empresas, aliás, alguns autores com publicações mais recentes sobre o tema salientam a falta de pesquisa sobre a homossexualidade nas organizações (Griffth & Hebl, 2002; Ragins & Cornwell, 2001; Eccel & Flores-Pereira, 2008).

Os artigos encontrados são, em sua maioria, oriundos de pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América, porém no Brasil foram encontradas poucas pesquisas empíricas sobre a homossexualidade no local de trabalho. Nos estudos brasileiros,

encontrou-se um artigo publicado no âmbito do Enanpad 2006, que não faz nenhuma pesquisa aplicada em organizações brasileiras, mas somente uma revisão da literatura internacional sobre o tema. Entretanto, no Enanpad 2007 e 2008, foram publicados trabalhos que apresentam pesquisas empíricas sobre a homossexualidade nas organizações os quais serão discutidos adiante.

Pocahy (2007), ao realizar uma pesquisa na parada *gay* de Porto Alegre em 2004, afirma que os entrevistados sofreram discriminações na escola (32,4%), nos círculos de amizade e vizinhos (27,8%), no ambiente familiar (24,6%) e no ambiente de trabalho e agências de emprego (10,9%). Entretanto, quando o autor analisa os processos judiciais que envolvem discriminação de homossexuais, cinquenta e nove por cento (59%) dos autores dos atos discriminatórios praticaram os atos em situações relacionadas ao mundo do trabalho.

A pouca pesquisa encontrada se deve a diversos fatores, contudo a dificuldade em contatar sujeitos que se declarem homossexuais e estejam dispostos a serem estudados seja provavelmente um dos grandes empecilhos, obstáculos para a coleta de dados que envolvam o estudo do tema nas empresas.

Assim, esta pesquisa se justifica por se tratar de um tema pouco estudado no Brasil, bem como por ser atual e estar em sintonia com demandas sociais contemporâneas em que se faz cada vez mais necessário compreender as questões relacionadas à discriminação de homossexuais nas organizações, em um tempo em que as empresas lançam diversos programas e fazem propagandas relacionadas à responsabilidade socioambiental. Dessa forma, além de trazer à tona questões sociais importantes e

emergentes nos dias atuais, esta tese pretende contribuir para a pesquisa acadêmica no Brasil relacionada ao tema em questão.

## **2 HETEROGENEIDADE, MULTIPLICIDADE E DIVERSIDADE: O FIM DA TRILOGIA SEXO, GÊNERO, SEXUALIDADE NOS ESTUDOS DE GÊNERO**

Antes da apresentação e discussão dos discursos históricos referentes à homossexualidade, uma questão vem à tona: qual a relação que esta tese tem com as pesquisas que serão apresentadas posteriormente no capítulo 3? Em que se assemelham? Em que se afastam? Os pressupostos epistemológicos serão idênticos? No intuito de responder a essas questões, este capítulo também tratará e discutirá a idéia e o conceito de gênero. Mas por que discutir gênero? Qual a importância dessa discussão para responder às questões anteriormente levantadas? Ora, uma das marcas centrais que diferencia esta tese das demais abordagens tradicionais sobre gênero, é exatamente o rompimento com o conceito predominante de gênero, conceito presente nos trabalhos que serão analisados no capítulo 3 e que dividem o mundo em dois planetas: masculino ou feminino; heterossexual ou homossexual.

Assim, partindo-se do princípio que “gênero” é algo muito mais complexo, diverso e heterogêneo do que uma simples classificação binária de masculino ou de feminino, bem como de heterossexual ou homossexual, a discussão se inicia com uma análise histórica sobre “gênero” para posteriormente fazer uma crítica e análise das idéias oitocentistas (as concepções sobre gênero nos dias de hoje ainda são fortemente influenciadas pelas idéias consolidadas no século XIX) que predominam ainda nos estudos de “gênero”, ou seja, para definir o que seja homossexual, heterossexual, masculino e feminino, necessita-se de aspectos culturais e históricos que permitam essas classificações emergirem. Dessa forma, não existe uma sexualidade que possa ser considerada como natural e a-histórica.

## 2.1 A Emergência das Diferenças de Sexos

Para Laqueur (1996), a diferença de sexos surge nos séculos XVIII e XIX. Assim, influenciada pelo neoplatonismo, o ocidente não concebia a sexualidade humana como algo binário e dividido entre masculino e feminino até o século XVIII. Desse modo, até o século XVIII, o modelo de sexualidade existente era o *one sex model*. Contudo, supor que tenha existido outra forma de se pensar a sexualidade, para nós, seres humanos construídos em um mundo onde a diferença de sexos é algo naturalizado e reforçado no nosso pensamento diário, não é nada fácil. Como sujeitos culturalmente e historicamente constituídos, passamos a enxergar a divisão entre masculino e feminino como algo fixo, natural, indiscutível e repleto de verdades inquestionáveis.

Dentro do *one sex model*, que prevaleceu no ocidente, durante aproximadamente vinte séculos, só existia apenas um sexo. A mulher era vista como uma representante inferior de único sexo que possuía uma hierarquia corporal. No topo dessa hierarquia, estava o corpo do homem que era considerado como o grau máximo de perfeição, ou seja, havia uma escala de perfeição que começava com a mulher e atingia seu apogeu com o homem. Contudo, a mulher não era considerada como algo diferente do homem, mas um homem invertido e inferior. Por dois milênios, por exemplo, o órgão ovário de uma mulher não tinha nome próprio. O que denominamos hoje de ovário era denominado de testículos (*testiculi*). O clitóris, quando descoberto, foi denominado de pênis da fêmea, assim, a presença de um pênis da fêmea, interno e externo, ambos sujeitos a ereção, prazer e ejaculação, não perturbava os escritores e pesquisadores dos séculos XVI e XVII, mas fornecia todo um registro para a ordenação hierárquica do sexo. Portanto, até o século XVIII, não havia problema algum em sustentar que as mulheres tinham uma inversão topológica do pênis do macho dentro delas e que



possuíam os mesmos órgãos que os homens, órgãos que funcionavam da mesma maneira que o do macho (Laqueur, 1996).

Laqueur (1996) afirma que, no one sex model, se o pênis ou o dedo do macho é esfregado contra a fêmea, o sêmen do pênis flui, e o que hoje chamamos de colo, vagina e vulva era o pênis da fêmea no qual o macho se esfrega. Assim, a fêmea é vista como uma réplica do macho, possuindo os mesmos órgãos, apenas com uma diferença: tinha os órgãos dentro do corpo, ao invés de tê-los do lado de fora. Contudo, homens e mulheres não eram vistos como iguais, mas o que os diferenciava não era o sexo, pois a mulher era uma variação do macho que possuía a capacidade de reproduzir e seus órgãos internos forneciam um lugar seguro para a gestação.

O orgasmo exercia um papel importante, pois a procriação ocorria por meio do orgasmo. O orgasmo feminino era o mesmo orgasmo masculino. Só restava uma grande interrogação: as mulheres ovulavam periodicamente e os homens não. Como resposta a esse fato, os médicos afirmavam que a mulher ovulava fora da relação sexual, entretanto, isso não estremeceu os princípios do one sex model, pois a tese do orgasmo como condição de emissão do esperma feminino foi mantida. Dessa forma, se existia ovulação é porque havia orgasmo, e o orgasmo (ovulação) das mulheres fora do coito provava a existência do ardor venéreo ou da lascívia das virgens (Laqueur, 1996).

J. F. Costa (1995, p. 104) afirma que, nessa época,

[...] a diferença entre mulheres e homens era percebida; só não era explicada pela diferença de sexos. O que chamamos de sexo, hoje, era a palavra usada para designar apenas os órgãos reprodutores. Considerando as genitais, a mulher era, de fato, uma simples especialização funcional anatomicamente

identificada como masculina em sua natureza. A forma cultural de distinguir os gêneros masculino e feminino dispensava o recurso à diferença dos sexos.

Assim, conforme J. F. Costa (1995), a teoria da diferença sexual nasceu do interesse filosófico, moral e político de encontrar algo para justificar a inferioridade político-jurídico-moral da mulher, ou seja, a mudança do parâmetro científico só ocorreu devido à antecipação da polêmica cultural em torno da natureza e do papel da mulher na sociedade, e não em função das novas descobertas científicas. Aliás, a alteração da visão cultural “sobre a mulher aconteceu muito antes de qualquer prova científica do dimorfismo sexual originário. Distinguir a mulher do homem pela particularidade do sexo foi uma preocupação de filósofos e moralistas do Iluminismo, antes de ser uma crença científica” (J. F. Costa, 1995, p. 108). Assim, a necessidade de diferenciar homens e mulheres era uma preocupação do pensamento Iluminista que acabou influenciando a forma como as ciências conceberam e interpretaram as questões relacionadas ao sexo. Como, após o Iluminismo, as ciências passam a ocupar um lugar de destaque em nossa sociedade ocidental, a “influência da linguagem científica sobre a linguagem ordinária, a partir do século XIX, [...] é um fator do sucesso das ideologias sexuais. De fato, boa parte das idéias que mantemos sobre sexualidade, deve-se ao prestígio da ciência no imaginário cultural” (J. F. Costa, 1995, p. 101). Assim, pode-se afirmar que,

[...] ao contrário do que se pensa habitualmente, não foi o estabelecimento da diferença dos sexos que condicionou o lugar social, moral e psicológico da mulher; foi a discussão de seu novo estatuto social que deu origem à diferença de sexos como a conhecemos. A formação da nova imagem da mulher nos séculos XVIII, e sobretudo XIX, trouxe à tona a rediscussão da diferença de gêneros. Desta rediscussão surgiu a idéia da diferença de sexos entendida

como bissexualidade original e não como hierarquização de funções de um só sexo fisio-anatômico (J. F. Costa, 1995, p. 104).

Sob esse aspecto, a ciência não se apresenta como algo neutro, mas é investida e concebida dentro de uma rede de poder. Aliás, a vida, como objeto do poder, é um dos grandes fenômenos do século XIX e vem à tona com o surgimento e a organização do Estado, que passa a ocupar o lugar das monarquias. Ocorre, nessa época, “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (Foucault, 1999b, p. 286). Tal fenômeno é denominado por Foucault de biopoder, o qual é exercido em uma relação a uma determinada população. O biopoder não se preocupa com o indivíduo, mas lida com uma população a qual é um problema político, biológico, científico e, concomitantemente, um problema de poder. É em relação a fenômenos que aparecem com o surgimento de uma sociedade industrial que a biopolítica vai fazer sua intervenção por meio de instituições de assistência como mecanismos sutis de seguros, de poupança individual e de seguridade, com o intuito de gerir a incapacidade dos indivíduos ao mesmo tempo que se constitui como uma forma de exclusão e de neutralização do indivíduo (Foucault, 1999b).

Assim, a diferenciação pelo sexo é um dos dispositivos do biopoder. Para Foucault (1988), o biopoder foi elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo. O capitalismo só logrou sucesso e vida por meio do controle dos corpos no aparelho de produção e de uma regulamentação ou ajustamento dos fenômenos populacionais ao sistema econômico. Fez-se para o capitalismo necessário aumentar a utilidade e a docilidade dos corpos, aumentar as forças, as habilidades e a vida em geral sem tornar

as pessoas mais difíceis de sujeitar. Os valores capitalistas exercem o poder para segregar e simultaneamente hierarquizar a sociedade, garantindo assim relações de dominação e provocando efeitos de hegemonia. A adaptação da acumulação dos homens à da acumulação do capital, “a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos” (Foucault, 1988, p. 133). É dessa forma que fenômenos ligados à vida da espécie humana entram na área das técnicas políticas e passam a ser o objeto da relação poder-saber. Assim, a biopolítica “faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (Foucault, 1988, p.134).

Apoiando-se no conceito de dispositivo contido em Foucault, Nardi (2007) afirma que, em nossa sociedade, existem dois dispositivos centrais – o trabalho e a sexualidade – que funcionam como organizadores da vida social e criadores de subjetividades. Assim, Nardi (2007) salienta que, com a biopolítica, somos chamados à responsabilidade e produção, ou melhor, somos co-responsáveis pela riqueza de uma nação e, por outro lado, temos de nos reproduzir seguindo um modelo de família heterossexual monogâmica.

É nesse pano de fundo, tendo-se por temática a gestão da população, que vai emergir grande parte da “violência dirigida à orientação sexual não heterossexual estar relacionada ao trabalho” (Nardi, 2007, p. 71). Qualquer tentativa de quebrar esses limites vai produzir violência, pois um “homem homossexual no exército acusa a instabilidade de uma masculinidade reiterada performativamente pelo trabalho e sua presença não é admitida institucionalmente” (Nardi, 2007, p. 72). Entretanto, “um

homossexual cabeleireiro pode servir de chacota e de material para piada, mas sua proximidade como o pólo tido como feminino o instiga a ocupar este lugar sem perturbar os limites permitidos pela norma” (Nardi, 2007, p. 72).

Na violência dos modelos binários e hierarquizados, está o modelo de exercício profissional para homens e mulheres. A partir da era Vargas, inicia-se no Brasil uma cidadania regulada pela carteira de trabalho. Assim, o trabalho passa a ser considerado como o atestado de cidadania e assume no Brasil um caráter central na vida das pessoas (Nardi, 2007).

Para Nardi (2007), em busca de um inconsciente soberano localizado na ilusão de interioridade dos indivíduos, a modernidade cria todo um binarismo que constitui relações no campo de forças que se esquadrinham a partir de pólos masculino/feminino, social/individual, interior/exterior, público/privado, trabalho/vagabundagem, heterossexual /homossexual.

J. F. Costa (1995) afirma que, no final do século XVIII e início do XIX, houve uma mudança na realidade social e, com essa mudança, ocorre também uma alteração da percepção médico-científica da realidade anatômica da mulher. Assim, com a emergência de outra ordem política, as diferenças existentes entre homens e mulheres passaram a “ser pensadas em termos de descontinuidade e oposição e não em termos de continuidade e hierarquia, como no modelo metafísico neoplatônico” (J. F. Costa, 1995, p. 108). O autor ainda afirma: “O corpo humano correlato à organização social clássica era o corpo de um só sexo; o corpo humano do Iluminismo e da revolução burguesa será o corpo de dois sexos” (J. F. Costa, 1995, p. 108).

Laqueur (1996) salienta que o fato de os corpos do macho e da fêmea, em uma época, terem sido hierarquizados e verticalmente ordenados e, em outra época, passarem a ser horizontalmente ordenados e classificados como opostos e incomensuráveis dependeu de alguma coisa outra, e não das descobertas da ciência, ou seja, inicialmente não havia interesse em olhar as diferenças da anatomia entre os sexos, até que estas diferenças passassem a ser algo politicamente importante. Portanto, a diferenciação de sexos não é uma consequência nem do conhecimento científico crescente nem dos novos modos de interpretar o corpo, mas sim dos novos modos de representar e constituir realidades sociais. Assim, o corpo humano é uma imagem da sociedade e não algo natural; o corpo humano é uma dimensão social e falar sobre sexualidade é falar sobre sociedade. “Sintetizando, no *one sex model* o corpo metafísico determinava a imagem de continuidade e hierarquização das formas de um só e mesmo sexo; no *two sex model* o sexo político-ideológico vai ordenar a oposição e a descontinuidade sexuais dos corpos” (J. F. Costa, 1995, p. 110).

Assim, a bipolarização do sexo (*two-sex model*) vai justificar e criar diferenças morais aos comportamentos femininos e masculinos em função das necessidades e exigências da sociedade burguesa, capitalista, nacionalista e individualista (J. F. Costa, 1995). A “reinterpretação dos corpos humanos conforme o mito da bissexualidade original foi, antes de tudo, uma solução exigida pelos problemas político-ideológicos postos pela revolução burguesa” (J. F. Costa, 1995, p. 111).

Contudo, quais seriam esses problemas que provocaram a bipolarização do sexo? J. F. Costa (1995) salienta quatro grandes problemas que deveriam ser resolvidos com a visão binária de sexo, a saber: a concepção do indivíduo, o espaço público e o privado,

a importância estratégica da mulher na ordem político-econômica burguesa e as questões religiosas.

No primeiro problema, há uma questão de concepção do indivíduo. Com o advento das idéias do Iluminismo e com a Revolução francesa, equiparar a mulher ao homem tornou-se um problema, pois no Iluminismo homens e mulheres são iguais perante a lei por serem seres racionais. Essa igualdade está fundamentada na idéia de que todo indivíduo é possuidor da mesma Razão e do mesmo Corpo natural. O Iluminismo não diferencia homens de mulheres, pois o que importa é o indivíduo uniformizado e homogeneizado, e não as particularidades de seu corpo. Dessa maneira, a bipolarização dos sexos permitiu que o corpo e a razão do indivíduo fossem divididos em corpo e razão de homens e de mulheres. Portanto, marcar “o corpo com a diferença de sexos significou instaurar a desigualdade jurídico-política. A indexação sexual do corpo individual veio caucionar a diferença no campo universal e homogêneo dos direitos do homem, justificando a dissimetria na teoria jusnaturalista” (J. F. Costa, 1995, p. 111).

Com o aparecimento do Estado, surge o dilema e o conflito entre as esferas públicas e privadas. Esse conflito existe pela necessidade de definir os limites entre o cidadão e o Estado. De um lado, o Estado burguês intenta respeitar a liberdade do cidadão, contudo, limita essa liberdade individual quando ela pode causar algum dano ao bem público. Na outra ponta dessa relação, os indivíduos questionavam qual é o limite de intervenção do Estado na vida privada (J. F. Costa, 1995). J. F. Costa (1995, p. 112) afirma que a relação entre público e privado tornou-se algo tenso de forma que os “privados viam a intrusão do poder público na intimidade de suas vidas, como uma

ameaça. Uma das saídas para o impasse foi transformar a mulher em signo e guardiã da fragilidade da vida privada”. Assim,

A biologia feminina vai ser usada como marca da incapacidade da mulher para desempenhos sociais na vida pública e como marca da vocação natural para os cuidados da casa. Nem todos podem ser cidadãos ao mesmo título que o homem. Alguns devem ser preservados da dureza do mundo. As mulheres e as crianças vão ser estes elementos protegidos pela vida privada e protetores desta mesma vida contra a intromissão do Estado na intimidade individual. A mulher será, desde então, teorizada de modo a assegurar um equilíbrio harmonioso entre a ideologia burguesa do igualitarismo liberal, os costumes familiares antigos e a convivência pacífica entre o público e o privado. Sua natureza física reconciliará razões de Estado, razões do coração e razões da família. Seu corpo sexual vai ser causa e justificação das desigualdades supostamente naturais entre homens e mulheres, entre interesses públicos e privados e, por fim, da diferença sexual que dará suporte ao julgamento das condutas morais privadas que mantemos até hoje (J. F. Costa, 1995, p. 113-114).

A importância estratégica da mulher na ordem político-econômica burguesa também foi um dos motivos de redescritção físico-sexual da mulher (J. F. Costa, 1995). É exatamente aqui que Foucault (1999b) vai demonstrar a importância do biopoder e seus dispositivos de controle da sexualidade na constituição da nova ordem social, econômica e política. O biopoder, ou biopolítica, tem como principal função gerir a vida, tem como objeto e objetivo a vida, ou em outras palavras, fazer viver e deixar morrer. A sexualidade passa a ser um objeto constante de análise na biopolítica.

Para Foucault (1988, 1999b), o monarca exercia seu poder soberano sempre tendente para a morte. Assim, o efeito do poder soberano sobre a vida torna-se efetivo e é



exercido sobre uma população somente fundado na possibilidade de que o soberano tem de matar. Portanto, o direito de matar é a própria essência desse direito soberano de vida e de morte. É por meio da possibilidade de que o soberano possa matar que ele exerce seu direito sobre a vida. O poder soberano “é o direito de fazer morrer ou de deixar viver” (Foucault, 1999b, p. 287).

Uma das maiores transformações do direito político do século XIX foi a modificação do direito soberano. Agora, com o novo direito político, o poder não se exerce por meio de fazer morrer ou de deixar viver uma determinada população, mas sim de “fazer viver e de deixar morrer” (Foucault, 1999b, p. 287). Trata-se de um poder positivo que se exerce por meio da gestão sobre a vida, sua multiplicação, um exercício de controles precisos sobre a vida (Foucault, 1988).

Para gerir uma população, fazem-se necessárias políticas de saúde para diminuir a mortalidade infantil e evitar possíveis epidemias, políticas de moradia, políticas sociais e políticas econômicas, ou seja, interferir e gerir a vida de uma população para modificá-la e impor normas, sejam normas de moradia, alimentação, de planejamento das cidades e de reprodução (Foucault, 1999b). Essa nova tecnologia do poder trata da gestão de um conjunto de processos como: a proporção dos nascimentos e dos óbitos, o índice de reprodução, a fecundidade de uma população e a sexualidade.

São as preocupações com a natalidade, as epidemias, a mortalidade, a longevidade, o clima, a geografia e a hidrografia, em conjunto com uma série de problemas econômicos e políticos, que vão constituir-se como os primeiros objetos de saber e de controle da biopolítica. Surge, como tecnologia da biopolítica, a medição estatística de

fenômenos populacionais e econômicos por meio das primeiras demografias. A biopolítica

[...] será, essencialmente, o problema da cidade. Eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constitui essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras de suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é a da natalidade, da morbilidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção do poder (Foucault, 1999b, p. 292).

Portanto, a biopolítica não se preocupa com o indivíduo no que tange a sua unidade, a seus detalhes. Preocupa-se em atuar por meio de mecanismos globais, para conseguir estados globais de equilíbrio e de regularidade, “em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (Foucault, 1999b, p. 294). Portanto, o biopoder vai atuar sobre fenômenos coletivos, que só se tornam objeto de poder da biopolítica ao nível de massa. “A biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração” (Foucault, 1999b, p. 293).

É nesse contexto biopolítico que o corpo da mulher passa a exercer um papel e uma tarefa importante com o surgimento do Estado e o declínio das monarquias: gerar filhos. Assim, a mulher torna-se a geradora de filhos para a família, que passa a ser definida como a célula da sociedade burguesa na qualidade de classe, ao mesmo tempo que também é a célula do Estado como nação (J. F. Costa, 1995).

Por fim, problemas ligados a questões religiosas acabaram interferindo e contribuindo para que o ser humano passasse a ter dois sexos (masculino e feminino), pois a reforma protestante também contribuiu muito para a formação do novo conceito de família. Para os protestantes, os papéis exercidos pelos homens e mulheres na sociedade estão bem definidos pelas escrituras sagradas e, conseqüentemente, por Deus: o homem é responsável pela vida pública e é a pessoa a quem a mulher passa a dever submissão e obediência no casamento. Já a mulher é vista como o centro do lar e da família, cabendo a ela zelar pelos filhos do casal e cuidar da casa (J. F. Costa, 1995). Assim, a mulher deve obedecer ao homem, cabendo a ela apenas os papéis relacionados à esfera doméstica.

Em suma, com o fim da visão neoplatônica sobre o sexo, a mulher deixa de ser o “homem invertido” para ser o “inverso do homem”. Primeiramente, produziram-se desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres, que foram justificadas pela desigualdade do sexo, para, em seguida, a diferença de sexos fundar a diferença de gêneros: masculino ou feminino (J. F. Costa, 1995). Observa-se nesse processo uma mudança fundamental em relação ao *one sex model*. Enquanto no *one-sex model* a mulher era um homem invertido e inferior, no *two-sex model* passa a ser considerada como o inverso complementar do homem. Em contrapartida a essa mudança, o invertido passará a ser o homossexual e “sua inversão será vista como perversão, porquanto anti-natural” (J. F. Costa, 1995, p. 128).

Diante da bissexualidade [*two-sex model*] político-científica, a mulher persistia sendo inferior, mas sempre dentro da norma natural; o homossexual, não. Sua inversão será perversão porque seu corpo de homem será portador da sexualidade feminina que acabara de ser criada. O invertido apresentava um duplo desvio: sua sensibilidade nervosa e seu prazer eram femininos. Seu sexo

foi, por isso, mesmo, definido como contrário aos interesses da reprodução biológica. Igual aos vaporosos e histéricos, possuía a sensibilidade nervosa de mulher. Mas, além disso, era incapaz de reproduzir. Por esta razão, os histéricos e vaporosos serão abandonados à própria miséria, enquanto o homossexual será posto na lupa da ciência junto com os outros perversos. Ele e a histérica eram uma ameaça à família e a sociedade. [...] Desde então, a feminilidade do homossexual vai ser afirmada, a despeito de qualquer contra-exemplo empírico ou de qualquer incongruência conceitual. Ele tinha que 'ser feminino', pois, não sendo feminino, não tinha como ser 'invertido'. O homossexual tornou-se a prova teórica do *two-sex model* político-moral. Sem ele, a demonstração de que existe um sexo, diferente de sua divisão anatômica em dois sexos, ficaria mais difícil de ser mostrada. Nele, estava a prova viva de que 'o sexo' da mulher pode habitar o corpo de um homem. Todos os invertidos eram a prova disto (J. F. Costa, 1995, p. 129).

Dessa forma, a divisão das pessoas em homossexuais e heterossexuais era algo teoricamente impossível e, em termos sociais, algo impraticável anteriormente à diferenciação dos sexos. Assim, ocorre a invenção dos homossexuais e heterossexuais como uma consequência político-teórica das normas feitas à mulher e ao homem no *two-sex model* (J. F. Costa, 1995).

Palavras, como heterossexual, homossexual, sexo, sexualidade e gênero, que eram impensáveis e praticamente não utilizadas até o século XVIII, passam a ocupar certo destaque na sociedade ocidental com a invenção do *two-sex model*. Aliás, Foucault (1988) afirma que, a partir do século XVIII, ocorreu uma multiplicação dos discursos sobre sexo. Há uma incitação institucional de falar sobre sexo e falar cada vez mais dele.

Assim, para Foucault (1988), a sociedade que se desenvolve no século XVIII, denominada por ele de burguesa, capitalista ou industrial, não teve uma recusa em conhecer o sexo, pelo contrário, instaurou todo um aparelho capaz de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo. Não apenas falou muito sobre ele, como também forçou todo o mundo a falar dele, além de formular uma verdade sobre ele “como se suspeitasse nele um segredo capital. Como se tivesse necessidade dessa produção de verdade. Como se lhe fosse essencial que o sexo se inscrevesse não somente numa economia do prazer, mas, também, num regime ordenado de saber” (Foucault, 1988, p. 68). Ora, a relação poder-saber que emerge a partir do século XVIII vai ditar a lei no que diz respeito ao sexo. O sexo fica reduzido a um regime binário de lícito e ilícito, permitido e proibido (Foucault, 1988).

Dessa forma, tendo-se feito uma análise histórica da proveniência da divisão do homem em dois sexos e, conseqüentemente, dos estudos que envolvem gênero, resta saber uma coisa: o que realmente significa gênero nesta tese? Qual o significado dessa palavra? Esse significado é fixo no tempo, ou seja, é a-histórico? Crê-se que, ao explicar o significado de gênero usado nesta tese, pode-se explicar a principal diferença deste trabalho para os conceitos oitocentistas sobre sexo, sexualidade e gênero que emergem com o *two-sex model*, conceitos presentes e naturalizados nos trabalhos que serão apresentados no capítulo 3. Aliás, como se verá, esta tese pretende banir o uso do vocábulo gênero e substituí-lo pelo termo sexualidade, para, com isso, romper com todas as significações oitocentistas produzidas no corpo social. Assim, o próximo passo deste trabalho é explicar essa afirmação.

## **2.2 Eles gostam de Azul e Elas de Rosa**

Fica claro que, somente a partir do século XVIII, é que pode-se falar de gênero. Assim, o significado de gênero é visto como construído historicamente de acordo com as relações sociais e de poder de uma época. Anteriormente, no *one-sex model*, só havia um sexo e não fazia o menor sentido discutir aspectos relacionados a gênero. Apesar de não se poder afirmar que existe único conceito de gênero, pode-se corroborar que, em sua visão científica mais tradicional, ele só passa a existir com a divisão do homem em dois sexos: masculino e feminino e a ciência passa a incorporar como uma verdade inquestionável. Assim, é somente no *two-sex model* que ocorre uma divisão e horizontalidade dos sexos (masculino e feminino), que passam a serem vistos como opostos e incomensuráveis (Heilborn, 1998).

O principal intento disso reside na tentativa de tornar as diferenças de sexo algo natural e determinado. Como consequência disso, “a sexualidade passa a ser identificada a uma força instintiva, biológica e, assim, não merecia ser historicizada” (Rago, 1998. p. 30). Assim, surge uma tríade nos estudos de gênero: sexo, gênero e sexualidade. Mas, além de ser uma tríade, existe uma relação de causa-efeito entre eles em que o sexo define o gênero e o gênero define a sexualidade das pessoas.

Portanto, o sexo poderia ser homem ou mulher. Sendo o sexo homem, o gênero é masculino, sendo mulher, o gênero é feminino. Por fim, o gênero vai definir o comportamento sexual do sujeito masculino e feminino. Assim, instaura-se todo um mecanismo para ordenar a vida e ditar os seus limites, padrões e normas de conduta. A trilogia sexo-gênero-sexualidade será canonizada e servirá como definidora e reguladora de todo comportamento social relacionado à sexualidade. Nasce, assim, a trilogia no campo da sexualidade: sexo-gênero-sexualidade. Em relação a essa trilogia, Louro (2004, p. 65-66) afirma:

A premissa que afirma que determinado sexo indica determinado gênero e este gênero, por sua vez, indica ou induz o desejo. Nessa lógica, supõe-se que o sexo é 'natural' e se entende o natural como 'dado'. O sexo existiria antes da inteligibilidade, ou seja, seria pré-dicursivo, anterior à cultura. O caráter imutável, a-histórico e binário do sexo vai impor limites à concepção de gênero e sexualidade. Além disso, ao equacionar a natureza com a heterossexualidade, isto é, com o desejo pelo sexo/gênero oposto, passa-se a supô-la como a forma compulsória de sexualidade.

Portanto, ao equacionar a natureza com a heterossexualidade, a heterossexualidade passa a ser institucionalizada como uma norma social, política, jurídica e econômica, seja de uma maneira explícita ou implícita. Nesse aspecto, uma vez institucionalizado, o heterossexualismo passa a se manifestar e a ser incorporado na cultura, nas organizações burocráticas, nos discursos e nos sistemas jurídicos (Rios, 2007).

Assim, qualquer comportamento que fuja desse padrão denominado de heterossexual provoca uma descontinuidade na seqüência sexo-gênero-sexualidade e será tratado como uma questão de minorias e colocado à margem social. De forma paradoxal, “esses sujeitos ‘marginalizados’ continuam necessários, já que servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam” (Louro, 2004, p. 66). Em uma lógica binária (masculino *versus* feminino), sempre existirá e se admitirá um pólo que será desvalorizado, designado como minoria que, apesar de ser diferente ou desviante, poderá ser “tolerado” pela sociedade. Nessa lógica, torna-se impossível pensar em múltiplas sexualidades, pois o múltiplo é algo que foge a ela (Louro, 2004). Para Pocahy (2007), a homofobia e a hierarquização das relações entre homens e mulheres, também denominadas de

sexismo, são fruto de uma sexualidade binária que cria um espaço social sexualizado, um espaço que atua como sinalizador dos possíveis lugares a serem ocupados.

Pocahy (2007) acredita que o caminho, para que se possa ampliar nossa liberdade, é pela (re) invenção de nós mesmos e pela recusa de classificações e determinações que sejam medicalizantes e moralistas em relação ao nosso corpo, prazer e desejo. Entretanto, o autor afirma que isso só é possível quando se recusa a naturalização das “linhas de inteligibilidade do humano determinadas na amálgama corpo-gênero-sexualidade, no binarismo de corpo e gênero e se refutarmos a banalização da violência expressa em atos, teorias e concepções heterossexistas homofóbicas” (Pocahy, 2007, p. 10).

De forma semelhante, Rios (2007) admite que a superação da homofobia passa pela desconstrução do binômio hetero/homo, pois a homofobia promove a afirmação da heterossexualidade por meio do repúdio e do combate à homossexualidade, ou seja, “para atacar a homofobia em suas raízes, é preciso suplantar a heterossexualidade e a homossexualidade como identidades sexuais” (Rios, 2007, p. 37).

Assim, a primeira premissa deste trabalho em relação à idéia de gênero é romper com essa concepção binária e identitária que cria fronteiras e limites territoriais em um campo que, na realidade, é heterogêneo e múltiplo. Desse modo, qualquer tentativa de classificação torna-se um perigo. Classificar as pessoas de heterossexuais, homossexuais, masculino e feminino são formas de reforçar a idéia binária e identitária de sexualidade, bem como a trilogia oitocentista que nasce com o *two-sex model*. Em outras palavras, o que se pretende aqui é mostrar que gênero é algo múltiplo, construído culturalmente, e não determinado biologicamente.



Ora, a palavra “gênero” por si só é, em nosso imaginário social, definidora de masculino e feminino e, dessa forma, acaba reforçando a concepção binária de sexualidade. Inicialmente, os estudos de “gênero” estavam diretamente relacionados à história das mulheres e, quando se fala de “gênero”, falava-se de uma série de aspectos relacionados a mulheres e a questões femininas, considerados como opostos aos referentes a homens. Scott (1992) afirma que os estudos de gênero surgiram, na década de sessenta, com o movimento feminista e tinham um caráter altamente político, daí ser usualmente representado como sinônimo de mulheres.

Com o passar do tempo, os estudos de “gênero” são estendidos ao mundo masculino. Scott (1990), por exemplo, conceitua gênero como uma categoria útil à história, que seria importante não apenas à história das mulheres, mas também à dos homens e das relações entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres. Scott (1990) tenta fazer uma crítica ao determinismo biológico e a incomensurabilidade nas relações entre os sexos.

Essa oposição e incomensurabilidade entre os sexos não se manifestam somente em alguns trabalhos científicos sobre gênero, mas, gozando de credibilidade e sinônimo de verdade em nossa sociedade, esse discurso científico acaba também se impregnando no dia-a-dia nos atos mais simples. Por exemplo, a divisão da sociedade em dois sexos opostos torna-se algo tão marcante em nossa cultura que a cor rosa é considerada como uma cor feminina e azul, uma cor masculina.

Contudo, não se pode afirmar que a ciência é a grande vilã no campo da sexualidade. Sabe-se que ela não é, sozinha, a produtora de um discurso “verdadeiro”, mas que esse discurso é constituído e validado por relações de poder, conforme Foucault (2002)

demonstrou ao denunciar a relação existente entre poder e saber. Dentro do próprio campo científico, sempre haverá discursos de resistência aos discursos científicos que usufruem o status de verdade. Para Foucault (1988), existe um dispositivo da sexualidade que é formado pelas relações de poder que envolvem a sexualidade e que são exercidas em todos os níveis, ou seja, esse dispositivo da sexualidade age

De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apóie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições cotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito [...] (Foucault, 1988, p. 82).

Entretanto, o campo de estudo que envolve a sexualidade é tão múltiplo quanto o próprio objeto. Também existem formas de estudar e pensar a sexualidade que tentam quebrar a influência e o determinismo biológico em seus estudos. Essa dissidência está presente principalmente em duas correntes de pensamento: os estruturalistas marxistas e os pós-estruturalistas. Nesse momento pretende-se analisar o que seria “gênero” para alguns autores estruturalistas marxistas para, posteriormente, tratar dos pós-estruturalistas.

Devreux (2005) trabalha com o conceito de relação social de sexo em vez de gênero. Para a autora, a sociologia das relações sociais de sexo se diferencia das teorias de gênero. Para ela, a principal diferença está no fato de que gênero fala mais de categorias do que na “acentuação do fato de que as relações entre os homens e as mulheres constituem uma relação social” (Devreux, 2005, p. 562). Assim, para a

autora, o gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo que, na realidade, é o produto da relação, ou seja, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se manifesta, mas que não se refere a toda a relação (Devreux, 2005).

No sentido marxista, uma relação social é uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos. Com o estudo das relações sociais de sexo assistimos a um enriquecimento do marxismo. Para esse campo de estudos, os sistemas de representação [...] são tão importantes quanto as práticas de divisão do trabalho e do poder, tão importantes quanto a dimensão material na dominação dos homens sobre as mulheres. Reciprocamente, o material é tão importante quanto o ideal, o que rompe com a concepção exposta por Pierre Bourdieu sobre a dominação masculina [...]. Para ele, no caso de dominação masculina, as formas simbólicas da dominação são preeminentes. A opressão material é admitida, mas deixada fora da análise. Pierre Bourdieu fez das formas simbólicas da dominação a totalidade heurística da dominação masculina (Devreux, 2005, p. 562).

Outro motivo pelo qual Devreux (2005) evita o uso do conceito de gênero é que ela baseia-se na explicitação do sexo. Nesse sentido, prefere utilizar o conceito de relação social de sexo. A autora prefere o conceito de relação social de sexo ao de gênero pelo fato de que, no idioma francês, a palavra gênero é polissêmica, pois possui uma definição vaga, incerta do conceito e, algumas vezes, é utilizada como o sexo do registro de nascimento, às vezes, é o gênero gramatical e, outras vezes, a categorização social.

Assim, para Devreux (2005), a utilização do conceito de gênero possibilitou que as pesquisadoras francesas fossem vistas como menos agressivas por suas instituições e seus colegas homens. Entretanto, baseando-se na dialética marxistas, Devreux (2005,

p. 564) acredita que a “relação social de sexo nomeia explicitamente a confrontação entre duas classes de sexo. Não pode haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação”.

As atividades das relações sociais de sexo têm propriedades formais que são representadas por relações sistêmicas. As primeiras propriedades formais são a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo. As segundas são as características formais sob as quais essas relações aparecem no espaço social compartilhado em esferas ou campos do trabalho produtivo, da família, da escola, do político, entre outros, ou seja, trata da transversalidade e do antagonismo das relações sociais de sexo (Devreux, 2005).

Dessa forma, Devreux (2005) acredita que a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo podem ser vistas como as três atividades e as três expressões das relações sociais de sexo. Entretanto, não se pode afirmar que existe entre essas atividades uma procedência de alguma delas sobre as demais, pois “as relações sociais de sexo exprimem-se simultânea e conjuntamente por essas três modalidades” (Devreux, 2005, p. 567).

A divisão sexual do poder é, para Devreux (2005), algo transversal por integrar a relação social de sexo com a divisão sexual do trabalho. Segundo a autora, a repartição dos poderes entre os sexos não ocorre por processos naturais relacionados às capacidades físicas entre homens e mulheres. A divisão do poder apóia-se sobre a divisão sexual do trabalho, na qual os homens fundam a divisão do poder na repartição das funções produtivas que ocorrem no ambiente de trabalho, bem como nas funções reprodutivas que são exercidas no âmbito familiar.

Entretanto, Devreux (2005) afirma que a divisão do poder se apóia também na categorização, ou seja, na definição de categorias relacionadas à sexuação social. A categorização seria exercida por meio de um conjunto de fatores que se associam à divisão sexual do poder e do trabalho. Na categorização, há uma invenção, criação e reafirmação de categorias sexuadas.

A primeira das grandes categorizações sociais de sexo concerne, evidentemente, à partição dos indivíduos entre categorias de sexo entre 'homens' e 'mulheres'. Seguiu-se toda uma visão do mundo organizada em um sistema de atributos, de normas, de valores, etc., fixando uma oposição entre o 'masculino' e o 'feminino' (Devreux, 2005, p. 568).

Torrão Filho (2004), em concordância com Devreux (2005), salienta que a diferenciação entre os sexos cria categorias que já predeterminam a identidade do masculino e do feminino. Nesse processo, não apenas as mulheres aprendem a manter a feminilidade, mas também os homens são, a todo o momento, vigiados para manter sua masculinidade.

Entretanto, apesar de um afastamento do biológico para explicar as diferenças entre sexos, atribuindo a elas um caráter social, cultural e histórico, o pensamento de Devreux (2005) ainda está pautado na divisão do mundo entre masculino e feminino, pois o que a autora questiona é o status e as consequências dessa categorização, que tende a dar uma posição de destaque ao masculino em detrimento do feminino, e não à inexistência dessas categorias dicotômicas e excludentes.

Siqueira (1998), ainda dentro de uma visão estruturalista marxista, enxerga que a constituição da identidade masculina, bem como a feminina, é um processo dialético

em que as histórias individuais se entrecruzam com pautas sociais e são historicamente construídas. Dessa forma, Siqueira (1998) afasta a categorização dos sexos em função de aspectos biológicos, dando a ela certa fluidez, pois “masculinidades e feminilidades constituem-se em práticas múltiplas e mentalidades correlatas, oriundas de fontes diversas, assumindo um caráter dinâmico e polimorfo em contínua transformação” (Siqueira, 1998, p. 226).

Da mesma maneira que Devreux (2005), Siqueira (1998) afasta do campo da sexualidade e de suas categorizações aspectos biológicos, trazendo em sua análise aspectos dialéticos. Assim, a autora pressupõe que masculino e feminino são conceitos mutáveis e em constante transformação, entretanto não concebe um mundo sem essas duas categorias de análise.

Pode-se afirmar que, apesar de enxergarem o campo da sexualidade como algo construído culturalmente, fortemente influenciado por questões sociais e históricas e em constante mudança em razão do processo dialético, os autores estruturalistas ainda se baseiam em duas categorias de análise: masculino e feminino. Apesar de essas categorias não serem vistas como fixas e imutáveis pelos estruturalistas, elas são concebidas como um *a priori*, ou seja, masculino e feminino são duas categorias que existem e essa existência é algo inquestionável. Nesse raciocínio, os estruturalistas ainda têm uma visão binária sobre a sexualidade, entretanto uma visão binária baseada no cultural, e não no biológico.

Essa inquestionável existência binária da sexualidade (masculino ou feminino) e a construção de metanarrativas (discursos generalizantes que explicariam e formariam uma teoria em torno da sexualidade) afastam sobremaneira os estruturalistas dos pós-

estruturalistas. Nesse campo, os pós-estruturalistas são mais fluidos e, para eles, não existe uma categoria binária e identitária no campo da sexualidade que o dividiria em masculino ou feminino. Para os pós-estruturalistas, todos somos *queers*. Contudo, o que significa o termo *queer*? Assim, o próximo tópico vai trazer alguns esclarecimentos sobre o pós-estruturalismo e o pensamento *queer*.

### **2.3 Eles e Elas Gostam de Todas as Cores**

O pensamento *queer* adquire força com os questionamentos do pós-estruturalismo francês. Lara Neto (2007) esclarece que a base do pensamento *queer* está na analítica de poder de Foucault, salientando que Foucault foi pioneiro ao descartar o binômio sexo/natureza passando a abordar o sexo em termos de história, significação e discurso. Miskolci (2007) afirma que em termos metodológicos e teóricos, a abordagem *queer* surge do encontro entre os Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês. Para o autor este encontro permitiu a problematização de concepções clássicas de sujeito e identidade. Para Miskolci (2007) a afirmação foucaultiana de que a sexualidade tornou-se um dispositivo histórico de poder desenvolvido pelas sociedades ocidentais modernas a partir do século XVIII com o intuito de inserir o sexo em sistemas de utilidade e regulação social é o ponto de partida do pensamento *queer*.

Pino (2007) aponta que os estudos *queer* emergem na década de 1980 como uma corrente de pensamento que questiona as formas correntes de se entender as identidades sociais. Sua efervescência vem dos estudos *gays* e *lésbicos*, bem como da teoria feminista, da sociologia do desvio norte-americana e do pós-estruturalismo francês. Os precursores da analítica *queer* são Michel Foucault, Joan Scott e Gayle

Rubin (Pino, 2007). Para Pino (2007) os teóricos Eve Kosofsky Sedgwick, Teresa de Lauretis, David Halperin, Judith Butler, Steve Seidman, Michael Warner, Beatriz Preciado e Judith Halberstan são legítimos representantes da analítica *queer*. Louro (2008) afirma que o pensamento *queer* entra definitivamente em cena com a publicação em 1986 de um artigo da historiadora americana Joan Scott, intitulado “*Gender: a useful category of historical analysis*”. Nesse artigo Scott não esconde que pegou emprestado conceitos pós-estruturalistas de Michel Foucault e Jacques Derrida para desenvolver o pensamento *queer*. Miskolci (2007) também defende que, além de Foucault, Jacques Derrida por meio de seu método desconstrutivo exerceu uma forte influência no pensamento *queer*, salientando que foi Teresa de Lauretis em 1990 que utilizou pela primeira vez a denominação “Teoria *Queer*”.

Vale salientar que para essa tese o pensamento *queer* não é visto como uma teoria, apesar da maioria dos estudiosos o intitular como sendo. Não é uma teoria, pois o pós-estruturalismo não quer construir teorias, nem metanarrativas. O pensamento *queer* é apenas uma forma de se analisar a sexualidade sem que se caia nas armadilhas construídas pelas relações de poder que produzem uma visão binária e identitária sobre a sexualidade. O principal alvo do pensamento *queer* é o estudo das relações de poder que envolvem o dispositivo da sexualidade dentro de uma perspectiva foucaultiana de análise. Dessa forma, seria incoerente nominá-lo de “Teoria”, pois Foucault não desenvolve uma teoria sobre o poder, mas sim uma analítica.

Devido a essas considerações, esta tese irá utilizar o termo “pensamento *queer*” ou “analítica *queer*” ao invés de “Teoria *Queer*”. Após esses esclarecimentos, uma questão se faz necessária: o que realmente diferencia a analítica *queer* dos estudos culturais e sociológicos hegemônicos sobre gênero? Em resposta a esta questão se



pode afirmar que a analítica *queer* se diferencia das demais em quatro aspectos: (a) crítica ao modelo sexual binário, seja ele biológico ou sociológico/cultural, (b) fim das classificações em identidades sexuais, princípio que fundamenta a analítica *queer*, (c) combate a heteronormatividade e (d) desnaturalização da sexualidade. Contudo, esses aspectos não estão dissociados, bem como não existe uma hierarquia entre eles.

Em razão de toda a diversidade no campo da sexualidade e de uma tentativa de quebrar com categorias binárias de classificação e normalização do comportamento sexual, é que se cunhou o termo *queer*. Entretanto, antes de ser um conceito filosófico, *queer* já era uma gíria utilizada pela população dos Estados Unidos da América quando se referia a homossexuais ou bissexuais. Em relação a isso Swain (2001, p. 92) afirma que “*Queer* em um primeiro momento, foi o nome dados aos homossexuais, os ‘bizarros’; em seguida, um novo fenômeno se introduz no discurso e a prática correspondente se revela, tomando para si esta denominação: o bissexualismo”.

Entretanto, atualmente o termo *queer* é um conceito filosófico pós-estruturalistas e se desprende do seu uso coloquial como gíria. *Queer* como conceito filosófico descola-se do significado quando empregado como gíria norte-americana, ou seja, para o pós-estruturalismo *queer* não significa que as pessoas sejam homossexuais ou bissexuais. O pensamento *queer* emerge com uma preocupação de que é preciso desnaturalizar e desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino, pois somente procedendo-se dessa maneira que se pode quebrar as relações de poder que hierarquizam e inferiorizam a mulher e os homossexuais. De acordo com essa afirmação, Scott (1990) salienta que é recorrente nos estudos e compreensão das sociedades uma análise dicotômica sobre gêneros, na qual homem e mulher são concebidos como pólos opostos, tendendo a marcar uma superioridade do homem

sobre a mulher. Aliás, a dicotomia (teoria/prática, ciência/ideologia, presença/ausência, homossexual/heterossexual) é uma das marcas da modernidade que o pós-estruturalismo combate (Louro, 2008).

Assim, o pensamento *queer* entende que desconstruir a polaridade rígida dos gêneros significa “problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um” (Louro, 2008, p. 31-32). Desta forma, para o pensamento *queer* o pólo masculino também contém o feminino, mesmo que seja de forma postergada e reprimida, e vice-versa. Mas, também implica “perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras)” (Louro, 2008, p. 32). Além de desconstruir o binarismo entre homem-mulher, uma

[...] das conseqüências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente. A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um pólo que se contrapõe a outro (portanto uma idéia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se ‘enquadram’ em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria na visão de muitos/as, presente no conceito ‘gênero’. Na verdade penso que o conceito só poderá manter sua utilidade teórica na medida em que incorporar esses questionamentos. Mulheres e homens que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como

‘verdadeiras/verdadeiros’ mulheres e homens, fazem críticas a esta estrita e estreita concepção binária (Louro, 2008, p. 34).

Swain (2001) afirma que o discurso sobre o real tende a mascarar a diversidade e multiplicidade que habita o campo sexual, tentando transformar essa diversidade em um perfil unívoco e, em consequência, cristalizando identidades em torno do eixo traçado pelo sexo biológico, considerado como natural e definidor de corpos e papéis sociais. Para Swain (2001, p. 1), o “sexo se desdobra em sexualidade normatizada, a heterossexualidade, cujo caráter reprodutivo confere-lhe o selo de normalidade”. Swain (2001) salienta que sob uma ótica *queer* o mais importante é sacudir um mundo marcado por certezas do que buscar respostas. O que um pesquisador “*queer*” deve fazer é problematizar aquilo que se apresenta como natural, estável e verdade. Para a autora deve-se sacudir “as verdades que nos definem e limitam, [pois, assim] revela-se um caminho para o desvelamento de uma realidade múltipla” (Swain, 2001, p. 1).

O que Swain (2001) está realmente problematizando é exatamente a idéia de identidade sexual e nesse sentido o “termo *queer* tem sido empregado como um marcador da instabilidade da identidade ao mesmo tempo em que busca dar conta de todos os *outsiders* do sexo e do gênero” (Lara Neto, 2007, p. 5). Diante disso, para Louro (2004), o grande desafio não é somente assumir que posições relacionadas a gênero e a sexualidade se multipliquem e que, em razão disso, seja impossível lidar com elas baseando-se em esquemas binários: “O grande desafio é admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira” (Louro, 2004, p. 28).

O pensamento *queer* quer exatamente quebrar essa classificação identitária, defendendo uma política pós-identitária no campo da sexualidade. A sexualidade como um fruto de práticas discursivas, conforme demonstrado por Foucault (1984, 1985, 1988), vai ser um grande catalisador do pensamento *queer*. Louro (2004) adverte que a desconstrução de um discurso binário contido no pensamento *queer* manifesta a interdependência e a fragmentação do masculino e do feminino. Assim, o masculino contém o feminino e vice-versa, mesmo que esse “conter” ocorra de forma desviada ou negada, ou seja, cada pólo carrega vestígios do outro e há uma interdependência entre eles, para que adquiram sentido. Entretanto, isso não é sinônimo de unicidade, pois cada pólo é, em si mesmo, algo fragmentado e plural:

[...] queer significa colocar-se contra a normalização - venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade [...]. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (Louro, 2004, p. 38-39).

Por fim, além de defender uma política pós-identitária a analítica *queer* pretende desnaturalizar a heteronormatividade. Para Pino (2007) a heterossexualidade compulsória atua obrigando socialmente as pessoas a se relacionarem, amorosa e sexualmente, com pessoas do sexo oposto. Já a heteronormatividade age no sentido de enquadrar todas as relações, mesmo as relações entre pessoas do mesmo sexo, em um binarismo de gênero que pretende organizar as práticas, atos e desejos fundamentando-se e seguindo o modelo do casal heterossexual reprodutivo. A analítica *queer* combate a heteronormatividade, denunciando o seu pressuposto de

heterossexualidade como natural e fundamental para a vida em sociedade (Miskolci, 2007).

C. L. Costa (1998) afirma que o sujeito se constrói dentro dos sistemas de significado e de representações culturais que são marcadas por relações de poder. O reconhecimento dessa constituição do sujeito permitiu mudanças estratégicas e epistemológicas no campo da sexualidade. Para C. L. Costa (1998), essas mudanças se manifestam de duas maneiras: fornecem instrumentos importantes para desconstruir as categorias tradicionais do indivíduo, inclusive noções de uma identidade universal, e trazem também uma maior sensibilidade para analisar os mecanismos múltiplos e diversificados que constituem os diferentes sujeitos no campo social. Para C. L. Costa (1998, p. 59-60),

[...] as categorias modernas e valores do Iluminismo – tais como direitos, igualdade, liberdade, democracia – inicialmente tenham instruído muitos dos movimentos feministas de emancipação, o discurso humanista da teoria moderna, juntamente com suas noções de Sujeito e Identidade intrinsecamente essencialistas, fundacionistas e universalistas, tendeu a apagar as especificações (de gênero, de classe, de raça, de etnia e de orientação sexual, etc.) dos diferentes sujeitos que ocupavam outras fronteiras políticas que não aquelas do homem branco, heterossexual e detentor de propriedades. As teorias pós-modernas/pós-estruturalistas, por outro lado, abrangendo uma vasta gama de debates em áreas disciplinares diferentes elaboraram uma crítica esmagadora do conhecimento e da representação que marcou ‘uma mudança histórica fundamental de um paradigma cognitivo objetivista e racionalista para uma compreensão social e material da natureza situada, do que até então temos chamado de Razão’ [...]. Tais teorias, ou melhor dito, práticas críticas, em sua ação de desmascarar qualquer sistema de pensamento que esteja ancorado em

proposições universais ou em metanarrativas históricas, articulam em seu lugar uma crítica social a partir de bases mais locais, plurais e imanentes.

Portanto, o pós-estruturalismo faz uma crítica à tradição logocêntrica ocidental em que as idéias transcendem a própria representação. Para o pós-estruturalismo, as idéias não transcendem sua representação, pois o sujeito é construído por sistemas múltiplos de significados e representações culturais que são marcados por relações de poder. Em suma, o pós-estruturalismo salienta as relações existentes entre linguagem, poder, sujeito e organização social (C. L. Costa, 1998). Sendo o pós-estruturalismo o alicerce que fundamenta a analítica *queer*, entender melhor o pós-estruturalismo é extremamente importante para se compreender a analítica *queer* e, sendo assim, as principais bases pós-estruturalistas são também as da analítica *queer*.

Nesse aspecto, o pós-estruturalismo é formado por pensamentos heterogêneos, e, às vezes, até mesmo incompatíveis, que intentam analisar os mecanismos de exclusão e tendências etnocêntricas existentes em qualquer saber, demonstrando que nossas posições intelectuais são delineadas pelo mundo social (C. L. Costa, 1998). Assim, o pensamento pós-estruturalista revela as relações "entre poder e saber, bem como a própria cumplicidade do intelectual com aquele poder. Essas teorias sinalizaram o fim de uma inocência do que jamais havia sido inocente" (C. L. Costa, 1998, p. 60).

A dispersão que o pós-estruturalismo faz do sujeito, da história e da filosofia, transformando-os em jogos de linguagem, é na realidade um repúdio à autonomia humana pregada pela modernidade, à emancipação do homem contida no marxismo, ou seja, é um repúdio à subjetividade vista como identidade (C. L. Costa, 1998). Conforme já falado, o rompimento com o pensamento binário e identitário é um dos

principais traços do pós-estruturalismo. Sob esse aspecto no campo da sexualidade, o pós-estruturalismo rompe com qualquer visão binária de sexualidade, afastando-se de uma lógica binária e de suas categorias analíticas marcadas e divididas pela raça, gênero, sexualidade e outras formas de categorização (C. L. Costa, 1998).

Sobre essa perspectiva Rios (2007) defende que o combate à homofobia não se resume exclusivamente a superar a heterossexualidade como uma categoria hegemônica, pois o que se tem que superar é a constituição da sexualidade como algo pertencente a dois campos distintos e mutuamente excludentes. Em outras palavras, para superar a homofobia, faz-se necessário a desconstrução de um discurso criador de uma sexualidade binária.

O discurso produtor de uma sexualidade binária cria o mito de identidades. Assim, para sobreviverem, os sujeitos constituem territórios existenciais procurando a todo tempo defender e resgatar uma identidade, uma essência. Para isso, utilizam a produção discursiva hegemônica como sinônimo de território existencial, tentando se encaixarem dentro dessas identidades previamente estabelecidas para se sentirem aceitos, criando-se um ciclo vicioso que realimenta aquilo que se quer combater. Assim,

[...] a 'identidade' atribuída a algum antigo território transformado em essência não só é um mito criado no momento mesmo de sua reivindicação como, o que é pior, esse mito alimenta exatamente uma hipótese: a identidade no fundo é um mito funcional desse sistema, mito de referência profundamente ancorado na subjetividade de todos (Rolnik, 1989, p. 153).

Para C. L. Costa (1998), o ensurdecador pensamento foucaultiano em descobrir quem está falando, violando ou escrevendo códigos lingüísticos não pode ser analisado se

eles forem abstraídos de seus múltiplos contextos. Assim, a história pós-estruturalista de fim do homem, da metafísica e da própria história pode ser contada em diversas versões fragmentadas e em perspectivas múltiplas e heterogêneas, como na perspectiva dos negros, índios, mulheres, prostitutas, *gays*, entre outros.

Os sujeitos estão, assim, necessariamente situados e marcados por seus múltiplos lugares no gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual, geração, instituição geográfica e assim por diante. A insistência na natureza personificada e in(corpo)rada da visão [...], bem como na politização do lugar de enunciação, compreenderam, portanto, um ponto de partida teórico e uma estratégia textual para dar sentido às experiências de vida das pessoas embasando-as numa visão – não de lugar nenhum, nem de todo lugar – mas, ao invés disso (e sempre já), de algum lugar e até mesmo de outro lugar (C. L. Costa, 1998, p. 66)

Assim, observa-se no pós-estruturalismo uma fuga dos seguintes aspectos: (a) essencialismo, (b) busca de uma característica marcante e universal, (c) procura de uma identidade. Ao analisar essa questão em relação aos estudos feministas, C. L. Costa (1998, p. 68) afirma que a “oposição binária entre essencialismo/anti-essencialismo organizando os outros dualismos nas teorias feministas – juntamente com seu correlato, identidade/diferença – estruturam em grande parte a polêmica entre o feminismo e pós-modernismo/pós-estruturalismo”. Para o pós-estruturalismo, não existe uma identidade feminina ou uma masculina, não há busca de uma essência do que seja ser homem ou mulher, pois o Homem, para o pós-estruturalismo, é atravessado por relações de poder e discursivas que o constituem como algo múltiplo.

Portanto, C. L. Costa (1998) afirma que o pós-estruturalismo faz um deslocamento dos objetos e das palavras e isso traz como principal consequência uma revalorização da



esfera cultural. A autora ainda salienta que os fatores que contribuem para tal deslocamento e revalorização de aspectos culturais são: uma crítica à concepção de que a consciência repousa na matéria e que, dessa maneira, as relações econômicas determinam todo o resto (crítica ao materialismo), uma descrença na busca de origens e de uma explicação originária ou uma causa primeira que viria a explicar tudo o mais (crítica ao fundacionismo) e, por fim, uma renovação do caráter construtivo da linguagem.

Essa preocupação com a linguagem e com o discurso (com as palavras) suscitada pelas teorias pós-estruturalistas e, por assim dizer, 'exportada' para a crítica social, permitiu às ciências sociais 'uma maior sensibilidade para a saliência das palavras' [...]. Na (sempre falsa) dicotomia 'coisas/palavras', as palavras são concebidas como também pertencentes à 'materialidade' das coisas. Isto é, o mundo 'material' (a vida social) adquire existência significativa na medida em que se materializa nos diversos tropos discursivos e nas formas de representação. A matéria, portanto, passa a ser um efeito constitutivo das práticas, dos discursos e das normas reguladoras de qualquer formação social. [...] essa visão tende a combinar o social (estruturas de poder e dominação) com o cultural (práticas simbólicas), reduzindo dessa forma a materialidade da vida social ao discurso (C. L. Costa, 1998, p. 73).

Os discursos constroem subjetividades e organizam as relações de poder e de resistência, definindo o que deverá ser verdade e realidade. Entretanto, conforme C. L. Costa (1998) mesmo salienta, pode-se considerar o discurso não apenas como determinante (visão estruturalista), mas também como determinado por diversos fatores sociais, tais como o imperialismo, a sociedade patriarcal, o racismo, a discriminação sexual, o capitalismo e a globalização.

Ora, vale salientar que o pós-estruturalismo, ao não considerar o econômico como determinante das construções sociais e discursivas, paralelamente não afasta o econômico dessa análise. Apenas não considera o econômico como única fonte e único fator que deva ser analisado para explicar a construção do mundo social. Nesse sentido, C. L. Costa (1998) demonstra claramente a influência do econômico, entre outros fatores, em sua análise sobre a discriminação sexual, pois, para a pesquisadora, a expansão do consumo e de suas demandas por diferenciação/segmentação, relacionada a aspectos estilísticos da diversidade, possibilita que *drags*, lésbicas e homossexuais se tornem mercados potencialmente lucrativos.

Castoriadis (1986) salienta que qualquer sociedade é uma construção e uma criação de mundo, ou melhor, do próprio mundo. Assim, toda sociedade cria identidades e a própria identidade não é nada mais que um grande sistema de interpretação do mundo que ela mesma cria. Portanto, toda sociedade percebe como um perigo imediato e mortal qualquer ataque contra esse sistema de interpretação, pois ela o percebe como um ataque contra ela mesma, ou seja, um ataque contra sua identidade.

Complementando o pensamento de Castoriadis (1986), Swain (2001) afirma que em uma formação social nada possui o selo de verdade, de legítimo, de universal. Dessa forma, nada pode ser interpretado como um dado natural e inquestionável. A heteronomia das sociedades sempre esteve diante de nossos olhos, contudo quem pode enxergá-la? Qual olhar pode enxergar? Os velhos fantasmas da razão que imprimem em sua lógica os próprios limites sempre nos assombram e nos levam a construir, no campo social de gêneros, poderosos quadros de interpretação, cristalizados e com formatos pré-definidos (Swain, 2001). Sobre essa forma de pensar os estudos de gênero, Swain (2001, p. 89) salienta que está

[...] falando da interpretação binária do mundo, não somente em relação aos sexos, homem/mulher (na ordem), mas igualmente quanto à visão dualista do que compõe a inteligibilidade da vida: o bem e o mal, o bom e o mau, o real e o imaginário, o puro e o impuro, o claro e o obscuro, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o espírito e a matéria, a vida e a morte. As filigranas, as nuances que fazem o maravilhoso no desabrochar da vida são assim reduzidas ao silêncio e à monotonia de mais uma conexão binária: eu e o outro.

Durante muito tempo, os estudos sobre gênero enxergaram a heterossexualidade como algo essencial, dado, natural e determinado, sem que houvesse nenhum questionamento relacionado ao biológico como fator determinante do gênero. Sem dúvida, a idéia de essencial e natural contida no sexo biológico está apoiada sobremaneira na possibilidade de procriação. Essa possibilidade aparece primeiramente na ordem dos valores e da moral, construídos social e historicamente por uma rede de sentidos que dispara e faz circular as normas que acabam recebendo o selo de verdades universais (Swain, 2001).

Entretanto, não se faz mais necessário provar e demonstrar na atualidade “as diversas manifestações da sexualidade no espaço e no tempo, isto é, que o conceito e a prática da sexualidade manifesta-se diferentemente, seja ela centrada sobre o ato sexual, a procriação, o prazer, a sensualidade, o erotismo, o sado-masiquismo etc.” (Swain, 2001, p. 89).

Portanto, apesar de toda diversidade relacionada à sexualidade, há uma hegemonia e predomínio do pensamento binário e identitário. Qualquer prática que foge da ordem da sexualidade identitária e binária é tratada como perversão, desvio e categorizadas

como fora do “normal”. Dessa forma, a sexualidade vai aos poucos constituir “o *locus* de domesticação e de controle social, *locus* também de fixação do afeto e da emoção, cadinho de todas as significações, chave de uma ordem que se alega divina, racional, biológica” (Swain, 2001, p. 90). Assim, em face dessa domesticalização e normalização da sexualidade, surgiram categorias para classificar, nomear e designar o comportamento sexual das pessoas: heterossexual, *gay*, lésbica, travesti, transexual, *drag queens* e outras (Swain, 2001).

Conforme já salientado, Louro (2008) afirma que o pós-estruturalismo passa conceituar o termo *queer* em um sentido mais heterogêneo do que apenas significar homossexuais ou bissexuais. Nos dias atuais, segundo o pós-estruturalismo, *queer* é muito mais do que apenas uma referência aos homossexuais e bissexuais, pois acaba englobando um conceito de que cada ser humano tem uma sexualidade heterogênea e múltipla, não possuindo assim uma identidade sexual fixa e cristalizada. Louro (2004, p. 7-8), ao analisar novas práticas pedagógicas relacionadas à sexualidade, explica que a

[...] irreverência e a disposição antinormalizadora da teoria queer me incitam a jogar com suas idéias, sugestões, enunciados e a testá-los no campo (usualmente normalizador) da educação. Quero apostar em suas articulações, pôr em movimento o subversivo, arriscar o impensável, fazer balançar estabilidades e certezas – processos geralmente estranhos ou incômodos aos currículos, às praticas e às teorias pedagógicas. Não tenho qualquer garantia de conseguir sucesso nesses movimentos, mas tento ensaiá-los. Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ e muito menos ‘tolerado’. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o

desconforto da ambigüidade, do 'entre lugares', do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina.

Louro (2004) expressa que uma simples afirmação sobre alguém que declara ser essa pessoa menina ou menino instala todo um processo que, teórica e supostamente, deve seguir um rumo e direção determinados. A afirmação passa a ser uma definição sobre qual o tipo de corpo que essa pessoa deva ter, bem como desencadeia todo um processo de fazer esse corpo feminino ou masculino de acordo com as características físicas que se atribuem como diferenças e possuem todo um significado cultural. A ação de nomear um corpo ocorre dentro de uma "lógica que supõe o sexo como um 'dado' anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse 'dado' sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo" (Louro, 2004, p. 15).

Contudo, o que significa esta palavra "desejo"? Teria o desejo sob uma perspectiva pós-estruturalista mesmo significado empregado nas obras de Freud e Lacan? Para começar a responder essas questões vale ressaltar que não se pode falar que Freud (1974a) foi o criador dessa denominação, nem o primeiro a estudar o desejo. Entretanto, ele foi o primeiro a tentar sistematizá-lo dentro de um corpo teórico, trabalhando intensamente para retirá-lo da periferia para colocá-lo no centro das discussões da ciência moderna. Assim, com Freud (1974a) o desejo entra definitivamente no palco do teatro da modernidade.

Para Freud (1974b) o mecanismo de angústia da neurose pode ser explicado aceitando-se algumas concepções do processo sexual relacionadas ao homem e a mulher. No organismo masculino a excitação sexual somática que ocorre de forma

contínua e periódica torna-se um estímulo para a psique. Esse estímulo é denominado por Freud (1974b) de pulsão. A excitação somática se manifesta como uma pressão que ocorre nas paredes das vesículas seminais, que são revestidas de várias terminações nervosas. Contudo, apesar dessa excitação visceral se desenvolver continuamente, isso não é suficiente, ela tem que atingir certa altura para poder vencer a resistência da condução intermediária até o córtex cerebral e expressar-se como um estímulo psíquico.

Somente após esse acontecimento o grupo de representações sexuais presente na psique fica suprido de energia e passa a constituir um estado psíquico de tensão libidinal que traz em si uma ânsia de eliminar essa tensão. Para Freud (1974b) a descarga psíquica só torna-se possível através de uma “ação específica ou adequada”. A ação adequada consiste quando a pulsão sexual masculina em um ato reflexo promove a descarga das terminações nervosas, como também de todas as preparações psíquicas que têm que ser feitas para acionar esse reflexo. Esse mesmo processo é aplicável às mulheres, contudo, Freud (1974b) não consegue descrever qual seria o processo análogo nas mulheres ao relaxamento da tensão das vesículas seminais que ocorre no homem.

Portanto, para Freud (1974d) a existência de necessidades sexuais tanto no homem como nos animais se expressa na biologia exatamente pelo pressuposto da existência de uma pulsão sexual, da mesma forma que existe para Freud uma pulsão de nutrição: a fome. Assim, de forma equivalente a pulsão de nutrição, para Freud (1974d) a pulsão sexual é a libido. Contudo, nesse processo de satisfação da pulsão sexual ocorre um grande número de desvios em relação ao objeto sexual e ao alvo sexual (Freud, 1974d).

Objeto sexual é para Freud (1974d) a pessoa de quem a atração sexual provém e alvo sexual é a ação para a qual a pulsão impele e caminha. Um dos desvios em relação ao objeto sexual é a inversão. O comportamento dos invertidos é assim classificado por Freud (1974d): absolutos, anfígenos e ocasionais. Os invertidos absolutos são os que “invertem” seu objeto sexual somente para o mesmo sexo, pois o sexo oposto nunca é objeto de anseio sexual. Os invertidos anfígenos (hermafroditas sexuais) podem ter tanto o mesmo sexo quanto o sexo oposto como objeto sexual, faltando-lhes um caráter de exclusividade. Por fim, os invertidos ocasionais são aqueles que em determinadas condições externas, como a inacessibilidade do objeto sexual normal, podem tomar uma pessoa do mesmo sexo como objeto sexual.

Freud (1974d) acredita que o início do desenvolvimento da libido no homem, denominada por ele de fase da primazia genital, deve ser precedida por uma fase de organização pré-genital. Nesta fase pré-genital a vida sexual infantil é auto-erótica, pois o seu objeto sexual encontra-se no próprio corpo, bem como as pulsões sexuais são totalmente desvinculadas e independentes entre si em sua ação para obtenção do prazer. Como organização pré-genital Freud (1974d) denomina as organizações da vida sexual nas quais zonas genitais ainda não assumiram o seu papel preponderante. Assim, Para Freud existem duas fases pré-genitais: oral e sádico-anal.

Na fase oral, também denominada por Freud (1974d) de canibalesca, a atividade sexual ainda não se separou da nutrição e nem se diferencia de correntes opostas em seu interior, pois o objeto de uma atividade também o é da outra, sendo que o alvo sexual consiste na incorporação do objeto (seios da mãe) que posteriormente irá ter, sob a forma de identificação, um papel psíquico importante.

A fase sádico-anal ocorre a divisão de opostos, que, segundo Freud (1974d), irá perpassar por toda a vida sexual, mas que ainda não podem ser chamados de masculino e feminino, apenas podem ser denominados de ativo e passivo. A atividade é produzida pela pulsão de dominação por meio da musculatura do corpo. A passividade se faz valer pela mucosa erógena do intestino. Conjuntamente, outras pulsões parciais também atuam de maneira auto-erótica. Entretanto, nessa fase já se torna possível demonstrar a polaridade sexual e o objeto alheio, faltando ainda ocorrer a organização e a subordinação à função reprodutora (Freud, 1974d). Entretanto, posteriormente, na vida sexual do adulto a obtenção de prazer fica a serviço da função reprodutora, sendo que as pulsões parciais ficam sob o primado de uma única zona erógena, contribuindo com que as pulsões formem uma única zona erógena que permitirá a consecução do alvo sexual num objeto sexual alheio (Freud, 1974d).

A escolha de objeto ocorre em dois tempos para Freud (1974d), também chamado por ele de duas ondas. A primeira onda começa entre os dois e os cinco anos e retrocede ou é detida pelo período de latência. Esse primeiro tempo caracteriza-se pela natureza infantil dos alvos sexuais. A segunda onda advém com a puberdade e determina a configuração definitiva da vida sexual.

A existência de bitemporalidade da escolha objetal é extremamente importante. Os resultados da escolha objetal infantil irão se prolongar por épocas posteriores, ou se conservam como tal, ou passam por uma renovação na época da puberdade. Entretanto, acabam revelando-se inutilizáveis em função do recalçamento que se desenvolve entre as duas fases. Assim, seus alvos sexuais são amenizados e passam a representar a corrente de ternura da vida sexual. A psicanálise mostra que por trás



dessa ternura, veneração e respeito, ocultam-se as antigas aspirações sexuais, agora inúteis, das pulsões parciais infantis. Portanto, a escolha do objeto da puberdade produz uma renúncia aos objetos infantis, recomeçando uma corrente sensual. Entretanto, a não confluência dessas duas correntes têm como consequência, na maioria das vezes, a impossibilidade de conjugação de todos os desejos num único objeto, um dos ideais da vida sexual (Freud, 1974d).

Assim, em Freud (1974d) a pulsão é o motor gerador do desejo. Entretanto, o desejo não é constituído apenas por processos biológicos, apesar da primazia do biológico em sua obra. Freud acredita que o desejo também é fruto da interação do sujeito com o meio social que estabelece regras de comportamento e limitam as formas que o desejo possa ser exercido e satisfeito. Assim, o desejo é visto como produto de uma repressão social que cria tensões e conflitos entre o desejo e o mundo real. Contudo, o mundo real não consegue eliminar o desejo. O desejo continuará existindo e se manifestará por meio de processos inconscientes. Os pais irão ocupar para Freud (1974c) papel fundamental nessa constituição do desejo como algo reprimido e inconsciente. Conceitos como: castração, Édipo, Electra, recalcamiento, sublimação, fixação, identificação, transferência, dentre outros, irão criar e constituir todo um jargão conceitual psicanalítico sobre esse processo. Coelho Júnior (2001, p. 40) afirma que em

[...] sua primeira teoria das pulsões, Freud propõe que as pulsões sexuais se apóiam originalmente sobre as pulsões de autoconservação. Assim, as escolhas anaclíticas de objeto estariam se estabelecendo a partir do modelo de relação presente nos primeiros momentos da vida, em que a satisfação sexual se apoiaria sobre objetos responsáveis pela conservação da vida, ou seja, principalmente sobre o seio materno. Daí outro uso do objeto na formulação

teórica de Freud, aquele que estabelece que o seio materno é o primeiro objeto sexual. [...] Embora Freud fizesse inicialmente uma clara diferenciação entre a sexualidade infantil e a sexualidade posterior ao período da puberdade, já fica claro nessa passagem uma das principais características da teoria psicanalítica, ou seja, que processos psíquicos infantis, tanto em sua dimensão de ação como de afeto e representação, tendem a ser o modelo para as relações adultas.

Coelho Júnior (2001) salienta que apesar de Freud não ter explicitado uma concepção do que seria o sujeito em sua teoria, é possível que as diferentes acepções que o termo objeto recebe ao longo de sua obra são determinantes para a definição do que seria o sujeito na teoria psicanalítica de Freud. Para Freud as escolhas de objeto, embora sejam elaboradas a partir do modelo estabelecido da relação do sujeito consigo mesmo, também é uma escolha por outros objetos externos que representam de alguma maneira o próprio sujeito.

Entretanto, para Freud os estímulos que partem do mundo externo exercerão sempre um papel secundário na realização do desejo. Para ele a fonte primária das ações e escolhas será sempre algo interno, relacionado ao próprio sujeito, ou seja, ao próprio movimento pulsional. Desta forma, pode-se afirmar que Freud trabalha com a concepção de objeto como sendo algo endopsíquico (Coelho Júnior, 2001).

Em suma, o investimento da energia sexual (libido) Freud chamou de catexia, que tem sido entendida pelo autor como o próprio desejo. Catexia é o processo pelo qual a energia libidinal disponível na psique é vinculada ou investida na representação mental de uma pessoa, idéia ou coisa. A libido que foi catexizada perde sua mobilidade original e não pode mais mover-se em direção a novos objetos. Está enraizada em qualquer parte da psique que a atraiu e a seguiu. Para complementar Freud fala que

o núcleo do inconsciente consiste em representantes instintuais que procuram descarregar sua catexia, ou seja, consiste em impulsos carregados de desejo (Freud, 1974e).

Bussab e Ribeiro (1998) defendem a idéia de que o homem é um ser biologicamente cultural, onde biologia e cultura caminham juntas como processos constitutivos do homem. Freud (1974a) parece caminhar no mesmo sentido, para ele o desejo é ao mesmo tempo algo biológico e cultural. Aliás, vale lembrar que Freud era médico e, como tal, não conseguiria afastar a biologia de sua concepção sobre o desejo.

A partir da década de cinquenta, Lacan (1986, 1988, 1995) irá fazer uma releitura da obra de Freud tendo-se como principal eixo de análise o estruturalismo. A utilização do estruturalismo na psicanálise lacaniana irá permitir que o complexo de Édipo seja universalizado, retirando-o de uma perspectiva sociológica para colocá-lo como algo que faz parte do ambiente, naturalizando-o como algo socialmente determinado. Assim, observa-se em Lacan (1986, 1988, 1995) uma forte influência da antropologia funcional e da antropologia estruturalista de Lévi-Strauss (1967).

Sales (2008) observa que a maneira como Lacan pensa a conformação do desejo na travessia do Édipo é algo indissociável da idéia de estrutura. O Édipo transforma-se em algo transcendental articulado dialeticamente por dois significantes: o Nome-do-Pai e o Falo. O pai de família passa a ocupar uma dimensão simbólica, configurando-se como uma Lei simbólica que caracteriza a instauração da necessidade de separação da mãe. O Nome-do-Pai constitui o Édipo, pois para Lacan “Édipo ‘é’ a universalidade da função simbólica, então ele pode ser descrito como ‘esquema mínimo da experiência humana’

que, como tal, descreve a constituição do posicionamento subjetivo diante do Outro [Pai]” (Sales, 2008, p. 213).

Para Lacan (1995) o inconsciente funciona sob uma lógica combinatória das estruturas simbólicas, sendo que o papel da psicanálise é encontrar os operadores que possibilitam essa lógica se atualizar em um sujeito. Para Lacan (1995) um bebê recém nascido, sem condições de dominar a linguagem e dependente da vontade e sorte que um outro lhe destina, irá estabelecer vínculos pulsionais com a mãe sob um regime imaginário que não diferencia amor e ódio, em que a aplicação de um “eu” implica a anulação do “outro”. Entretanto, esse “outro”, considerado por Lacan (1995) o primeiro Outro, já está submetido à regulação simbólica prescritiva do desejo. Contudo, a própria mãe procura outros alvos em termos de libido que não se remetem a criança, criando com isso um processo de presença e ausência em relação ao bebê.

Sobre esse aspecto Sales (2008) informa que o que aparece como símbolo desses outros alvos é o Falo, ou seja, o desejo da mãe é o desejo do Outro, imagem sexualmente possuidora daquilo que seu corpo não tem e que se eleva a categoria de significante, ou seja, da presença de seu desejo. Assim, sendo

[...] o desejo é resultante, no corpo, do fracasso da linguagem em traduzir uma referência à realidade, o falo representa sua não conformação a qualquer objeto e sua eterna remissão ao desejo do Outro, isto é, à própria Lei inconsciente decretada pela estrutura que torna o desejo indissociável do significante (Sales, 2008, p. 214).

A castração paterna salva a criança e a resgata de uma não assunção de sujeito, pois, ao colocar em jogo o falo como significante, a castração instaura possibilidades

dialéticas e combinatórias pertencentes ao registro simbólico para lidar com os limites do eu, com o posicionamento no lugar da enunciação e da alteridade. Assim, o pai possibilita o desenvolvimento dialético como algo possível. O pai pode ser visto como um rival, ele pode ser assassinado pela criança; ao contrário da mãe que não pode ser eliminada. Portanto, interpretar a incidência do pai sobre a relação mãe-criança como incidência da Lei simbólica perpassa por uma identificação de ambos com a idéia de autoridade (Sales, 2008).

Sendo a Lei algo que instaura um corte em relação ao imaginário e o pai com sua presença e voz provoca um intervalo entre a mãe e a criança, acaba-se criando os elementos necessários para uma leitura estrutural da psicanálise, leitura esta em que para Lacan (1995) o Édipo irá ocupar o papel de agente estruturante. O Nome-do-Pai transforma o Édipo em um mito que deve ser vivido, considerado universal por Lacan, pois tudo o que pertence a ordem humana tem que ser submetido a um processo inconsciente do que significam e da forma como incidem no corpo todos os ganhos e as perdas resultantes do uso da linguagem (Sales, 2008).

[...] na teoria psicanalítica lacaniana o Nome-do-Pai é o nome do fato de haver nome, a metáfora que torna todas as outras possíveis, e o falo, sua contrapartida, ou seja, o nome das conseqüências disso no nível da implicação corpórea no caráter intersubjetivo do desejo. Opondo-se à ausência de significação que, no caso também seria ausência de desejo, sem implicarem, por si mesmos, nenhuma particularidade, eles são símbolos 'no estado puro', valores puramente formais que só se vinculam ao empírico por suas contrapartidas imaginárias (Sales, 2008, p. 216).

Assim para Lacan (1995) o desejo não é algo sempre relacionado a um objeto concreto. Sobre este aspecto Sales (2008) diz que o funcionamento da estrutura psicanalítica lacaniana abre um lugar para o Falo que, ao lado do Nome-do-Pai, irá preencher a função do valor simbólico zero, ou seja, o Falo e o Nome-do-Pai respondem pela atualização simbólica na estrutura, pela existência da estrutura, situando-se no limite do campo da linguagem ao mesmo tempo em que representam e operacionalizam o limite por ela própria imposto.

Contudo, apesar de suas diferenças, tanto Freud (1974a) quanto Lacan (1995) concebem o desejo como algo produzido por meio de uma relação de castração e, conseqüentemente, de uma relação de repressão com o mundo real. Para eles desejo é sinônimo de caos, constituindo-se como algo anárquico. Entretanto, teriam as concepções de Freud e Lacan sobre o desejo o mesmo significado e interpretação para o pós-estruturalismo? Dois autores pós-estruturalistas irão ajudar na construção da resposta para esta pergunta: Deleuze e Rolnik.

Tanto Deleuze (1991) quanto Rolnik (1989) fazem uma forte crítica a concepção de desejo contida na teoria psicanalítica lacaniana e freudiana. Deleuze (1991), satirizando a obra de Lacan (1988) denominada de “Seminário 11: Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise”, escreve quatro proposições sobre a psicanálise. Estas proposições serão aqui apresentadas

Primeira proposição, a psicanálise impede toda a produção de desejo, pois é inseparável de um perigo político e que se diferencia dos perigos contidos na velha concepção de hospital psiquiátrico. Enquanto o hospital psiquiátrico é um local fechado de internamento localizado, a psicanálise, contrariamente, funciona ao ar livre

constituindo-se como uma grande empresa psicanalítica. Para Deleuze (1991) a psicanálise fala muito de inconsciente, contudo para sempre reduzi-lo ou destruí-lo, concebendo-o como se fosse uma contraconsciência, um parasita da consciência.

O que a psicanálise chama de produção ou formação do inconsciente são sempre malogros, conflitos imbecis, compromissos débeis ou grandes jogos de palavras. Uma vez, entretanto, que isso dá certo, há de ser sublimação, dessexualização, pensamento, mas nunca desejo – o inimigo que se aninha no coração do inconsciente. Desejos, os há muito: perverso polimorfo. Ensinar-lhes-ão a Falta, a Cultura e a Lei, quer dizer, a redução e a abolição do desejo (Deleuze, 1991, p. 198-199).

Para exemplificar a citação acima Deleuze (1991) faz uma crítica da necessidade da existência de um objeto enquanto desejo para Freud. Assim, a psicanálise freudiana afirma que o objeto pênis pode ser substituído, interpretado e representado em uma teta de vaca, e a teta de vaca pode substituir o seio materno. Portanto, o objeto existe somente quando não se tem o mesmo em alcance. Sendo assim, para a psicanálise o objeto nunca é o verdadeiro desejo, mas sempre significa outra coisa, esconde outra coisa e esconde outro desejo. Isso acontece para Deleuze (1991) exatamente porque a psicanálise tem uma tabela perfeita onde

[...] os verdadeiros conteúdos de desejo seriam as pulsões parciais infantis; a verdadeira expressão de desejo seria Édipo (para estruturar 'o todo'). Logo que o desejo *ajusta* alguma coisa em relação com o Exterior e um Devenir, o ajustamento é desfeito e quebrado e, por um lado, vai-se mostra que o desejo se dirige para um mecanismo parcial da criança, e, por outro, para uma estrutura global de Édipo (Deleuze, 1991, p. 199)

Deleuze (1991) enxerga que nós nunca temos o inconsciente, pois o inconsciente é algo que deve ser produzido. O inconsciente é substância por fabricar, por movimentar, por situar, ou seja, um espaço político e social para conquistar. O inconsciente é revolução social que não tem nenhuma relação com atos falhos, pois não é um sujeito que produziria efeitos na consciência. Desta forma, para Deleuze (1991) o inconsciente é objeto de produção, pois é ele que deve ser produzido. Em outras palavras não existe sujeito de desejo, o desejo não é algo estático e produzido por uma estrutura pré-determinada. O desejo “é o sistema de signos assignificantes, a partir dos quais fluxos de inconsciente são produzidos no campo social histórico” (Deleuze, 1991, p. 200). Todo desejo faz tremer nas bases o aparelho de Estado e põe em questão o campo social, pois o desejo é revolucionário porque sempre quer estabelecer mais conexões, sendo que a psicanálise corta e afasta todas as possibilidades de conexões.

Rolnik (1989) concorda com a posição de Deleuze (1991) e afirma que o desejo não é caos, mas a falta de possibilidades de se estabelecer conexões e não os seus movimentos que o configuram como caos. O desejo é visto como o contrário de caos, pois o funcionamento do desejo é uma forma incansável de se fabricar mundos.

A segunda proposição de Deleuze (1991) refere-se a maneira como a psicanálise impede a formação de enunciados. Os fluxos do desejo ficam sujeitos na psicanálise a dominação de um sistema imperialista significante, sendo acudados para um mundo que o limita a uma representação mental onde suas intensidades são oprimidas e suas conexões desfeitas. “A psicanálise é feita inteiramente para impedir as pessoas de falarem e lhes retirar todas as condições de enunciação verdadeira” (Deleuze, 1991, p. 202). Em outras palavras Deleuze (1991, p, 202) afirma que a



[...] psicanálise procede do seguinte modo: parte de enunciados coletivos, já feitos, do tipo Édipo, e tenta descobrir a causa destes enunciados num sujeito pessoal de enunciação que tudo deve à psicanálise. Desde o início, já se está preso à armadilha. Seria preciso fazer o contrário disso, [...].

A psicanálise procede para obter efeito de esmagamento do enunciado, para, assim, destruir o desejo. Esta é a terceira proposição de Deleuze (1991). O autor afirma que a psicanálise possui uma máquina dupla: primeiramente uma máquina de interpretação, que proporciona que tudo o que um paciente diga esteja previamente traduzido em outra linguagem, na qual tudo o que fala é admitido como querendo falar outra coisa. Assim, a psicanálise constitui-se como um regime paranóico onde cada signo é remetido a outro, em uma rede ilimitada que está em perpétua expansão. “O signo, constituído como significante remete ao significado que, ele próprio, restitui significante” (Deleuze, 1991, p. 203).

Além de ser uma máquina de interpretação a psicanálise é uma máquina de subjetivação. Como máquina de subjetivação a psicanálise faz com que o significante não seja mais considerado com relação a um significado qualquer, mas sempre com relação a um sujeito. “O ponto de significação tornou-se ponto de subjetivação: o próprio psicanalista” (Deleuze, 1991, p. 204). Desta forma, para Deleuze (1991, p. 204)

São estas duas máquinas, uma na outra, que interrompem toda possibilidade de experimentação real, bem como impedem toda produção de desejo ou formação de enunciados. Interpretar e subjetivar são as duas doenças do mundo moderno que a psicanálise não inventou mas para as quais encontrou a técnica de manutenção e propagação perfeitamente adequadas. Todo o código da psicanálise, as pulsões parciais, Édipo, a castração, etc. são feitos para isto.

A última proposição de Deleuze (1991) fala sobre as relações de poder estabelecidas pela psicanálise. Para o autor a transferência não é um dos principais dispositivos de poder da psicanálise, mas sim a sua forma liberal-burguesa de contrato. No contrato estabelecido entre o psicanalista e o paciente “mesmo o silêncio do psicanalista representa o máximo de interpretação que passa pelo contrato e onde este culmina” (Deleuze, 1991, p. 205). Entretanto, nesse contrato se desenrola um silêncio ainda maior que atua como um dispositivo de poder altamente eficiente. Esse dispositivo é que vai converter o fluxo da libido do paciente, cambiá-lo por sonhos, palavras, fantasmas, etc. Para Deleuze (1991) é exatamente nesse cruzamento que se instala o poder do psicanalista e “como todo poder, ele tem por objeto tornar impotente a produção de desejos e a formação de enunciados, numa palavra, neutralizar a libido” (Deleuze, 1991, p. 205).

Para Rolnik (1989) a produção do desejo é produção de realidade, sendo indissociável e ao mesmo tempo material, semiótica e social. Para a autora o desejo é uma produção social responsável pela criação e desmanche de mundos. “Fomos entendendo que o desejo não corresponde a um suposto campo individual ou interindividual, o qual estaria numa relação de exterioridade ao campo social” (Rolnik, 1989, p. 56). Em outras palavras, não existe sociedade que não seja constituída por investimentos de desejo em uma determinada direção, “com esta ou aquela estratégia e, reciprocamente, não existem investimentos de desejo que não sejam os próprios movimentos de *atualização de um certo tipo de prática e discurso*, ou seja, atualização de um certo tipo de sociedade” (Rolnik, 1989, p. 58).

O que Rolnik (1989) quer afirmar é que não existe distinção entre o mundo social e o desejo. A psicanálise considera o desejo algo individual e que seria limitado, castrado, reprimido por valores e normas sociais. Assim, existiria uma oposição entre o desejo, que se manifesta no plano individual, e os valores e regras sociais, que representariam o plano coletivo. Sendo para Rolnik (1989) o desejo a própria produção do real social, não existe distinção entre o social e o desejo. Rolnik (1989) evidencia que, contrapondo-se as idéias psicanalíticas de Freud e Lacan, o desejo não funciona na base da repressão, mas

Ao contrário, esse modo de *produção funciona na base da incitação* do desejo, mas sob a condição de interceptar o acesso ao invisível, entulhar tudo de imagem até que o próprio criador fique soterrado e não possa mais se lançar. Portanto, se há aqui uma espécie de repressão, seu objeto seria a própria fonte do gesto criador; este vai ficando, por si só, cada vez mais enfraquecido e, em alguns casos extremos (ao que parece, não tão raros), não chega sequer a se esboçar (Rolnik, 1989, p. 118).

Assim, sendo esta tese um estudo pós-estruturalista, a concepção e conceito sobre o desejo segue os preceitos descritos por Deleuze (1991) e Rolnik (1989). Desejo não é entendido nessa tese como um produto de processos repressivos e nem como algo caótico. Desejo é revolução, é mudança social. Todo desejo é uma produção social e coletiva, não se caracterizando como um aspecto interno e íntimo.

Considerando-se que o desejo é algo social e que vive-se em um período histórico denominado de pós-moderno, no qual, segundo Bauman (1998, 2005), as muralhas das fronteiras começam a desmoronar, fazendo que emergam diversos territórios

existenciais e que o mundo seja algo muito mais fragmentado, provocando uma crise identitária que Bauman (2005, p. 19) descreve como

Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa ‘se sobressaíam’ e sejam vistos por outras como estranhos”, pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora. Sempre há alguma coisa a explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar, oferecer e barganhar. Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. As ‘identidades’ flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta [...].

É nesse contexto histórico pós-moderno que as questões relacionadas à sexualidade também são afetadas e perdem seu caráter identitário. Esse fato torna mais complexa a sua transformação e instabilidade, exatamente em virtude de as transformações e instabilidades serem algo contínuo, em constante mudança (Louro, 2004).

A homossexualidade e o homossexual foram inventados no século XIX. Inicialmente as relações entre pessoas de um mesmo sexo eram denominadas de sodomia, dessa forma, era considerada como uma atividade indesejável ou pecaminosa, mas que qualquer pessoa poderia praticar sem que sofresse alguma segregação. A partir da segunda metade do século XIX, ocorre uma reclassificação das relações entre pessoas do mesmo sexo. Com essa reclassificação a prática passa a ser definida como um tipo especial de sujeito que será marcado, reconhecido, categorizado e nomeado como um desvio do “normal” (Louro, 2004). “Categorizado e nomeado como desvio da norma,

seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação – um lugar incômodo para permanecer” (Louro, 2004, p. 29).

Assim, a aproximação que esta tese tem para com o pós-estruturalismo é o que a afasta das pesquisas que estudam a discriminação no trabalho para com homossexuais, que serão apresentadas no capítulo 3. Essa aproximação com o pós-estruturalismo tem algumas consequências que devem ser salientadas: desnaturalização do conceito binário de gênero baseado no masculino *versus* feminino, fuga de qualquer tipo de categorização e classificação da sexualidade entre heterossexualidade e homossexualidade, base epistemológica em que a multiplicidade e heterogeneidade da sexualidade são presentes em todos nós (pensamento *queer*), tipo de análise que leva em consideração os aspectos culturais em detrimento do biológico como determinador da sexualidade, sexualidade historicamente construída por dispositivos discursivos e de poder. Heiborn (1996, p. 137) afirma que “a sexualidade não possui essência a ser desvelada, mas é antes um produto de aprendizado de significados socialmente disponíveis para o exercício dessa atividade humana”.

Entretanto, já que a sexualidade não tem uma essência, o que faz acreditar e naturalizar o discurso hegemônico nos estudos de gênero de que existem dois mundos no campo da sexualidade (heterossexualidade e homossexualidade)? Qual a história da sexualidade classificada e dita como homossexual no Ocidente e no Brasil? São essas indagações que serão discutidas e tratadas a seguir.

## **2.4 Por Que as pessoas são Heterossexuais?**

Em uma sociedade em que o heterossexual é tido por “normal”, tudo que foge a esse padrão é considerado como uma aberração e classificado como “anormal”. Nesse sentido e, de forma conveniente, muito se fala sobre a sexualidade homossexual com o intento de entender o que produz uma pessoa homossexual. Ora, isso só reafirma o *status* de normalidade dada à heterossexualidade, que passa a ser considerada como natural e serve como referência a ser seguida. Assim, com o intuito de subverter essa ordem do discurso, é que este capítulo tem o título “Por que as pessoas são heterossexuais?” ao invés de “Por que as pessoas são homossexuais?”. Entretanto, o que se pretende aqui é analisar como o discurso do que é ser homossexual foi historicamente construído no mundo ocidental e, posteriormente, como ocorreu está construção no Brasil.

J. F. Costa (1995) salienta que o relatório Kinsey<sup>1</sup> demonstrou que o sexo masculino não é dividido em duas populações descontínuas formadas pelos homossexuais e heterossexuais. Kinsey não acredita em categorias descontinuas, sendo o mundo dos seres vivos um *continuum* em todos os aspectos. Kinsey conclui em sua pesquisa que o comportamento sexual do homem segue esse princípio de não-descontinuidade ou a não-existência de dois pólos opostos e excludentes, um pólo heterossexual e outro homossexual. Contudo, o que constitui esses dois pólos como opostos e excludentes são as normas de conduta social e os códigos morais (J. F. Costa, 1995).

---

<sup>1</sup> Alfred Kinsey realizou pesquisa publicada em 1948 sobre o comportamento sexual do homem norte-americano, denominado de relatório Kinsey. Os resultados foram mal recebidos pela sociedade americana e Kinsey sofreu cortes de verbas das agências de financiamento a sua pesquisa em função de seus resultados.

Kinsey, Pomeroy e Martin (2003) descobriram que uma considerável parte da população americana, e talvez a maior parcela da população masculina, tem, ao menos, alguma experiência homossexual entre a adolescência e a velhice. Além disso, sessenta por cento de meninos pré-adolescentes experimentam atividades homossexuais e há um grupo adicional de homens adultos que evitam contato, mas que têm uma grande potencialidade de desenvolver relações com outros homens.

Afirmar que alguém é homossexual em nossa sociedade leva a uma redução dessa pessoa como desviante. Em sua experiência clínica, J. F. Costa (1995) salienta que a maioria das pessoas que são etiquetadas como homossexuais carrega um fardo moralmente penoso. O autor adverte que deveríamos parar de utilizar o termo homossexual, pois desclassificar qualquer classificação “é meio trabalho. O trabalho inteiro é prosseguir reclassificando o classificado, de modo a fazer do desvio a norma da vida. [...] Pensar na vida como traição da norma; aceitar que o único critério relevante na descrição da natureza é a variação contínua da vida” (J. F. Costa, 1995, p. 16).

Um dos aspectos mais estudados sobre a sexualidade é a homossexualidade. Em cima desse tema criou-se toda “uma vontade de saber” como o próprio Foucault (1988) enfatiza no volume I da “História da Sexualidade”. Entretanto, em sua maioria, essas pesquisas pretendem descobrir o que faz uma pessoa ser homossexual como se o heterossexual fosse um fenômeno natural e normal. Em razão desse comportamento social, não se encontra uma vontade de saber que queira explicar por que as pessoas são heterossexuais.

Louro (2004) afirma que a homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX. Exatamente a partir desse momento ele passa a ser considerado como desvio de norma e, desse modo, segregado. J. F. Costa (1995) esclarece que, a partir do século XIX, são desenvolvidos os manequins científicos da mulher e do homem. Assim, se no *one-sex model* a mulher era um homem invertido, no *two-sex model* ela passa a ser o inverso do homem. É nesse contexto do *two-sex model* que emerge o homossexual. A produção de desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres passa a ser justificada pela norma biológica do sexo. “Em seguida, o que era efeito tornou-se causa. A diferença de sexos passou a fundar a diferença de gêneros masculino e feminino [...]. O sexo autonomizou-se e ganhou o estatuto de fato originário” (J. F. Costa, 1995, p. 128).

Conforme já dito, a contrapartida da passagem da mulher para ser o inverso complementar do homem levará o papel de invertido a ser ocupado pelo homossexual, e não mais pela mulher do *one-sex model*. Contudo, a inversão do homossexual também será reputada como perversão e antinatural (J. F. Costa, 1995).

Pode-se ver que, anteriormente, a classificação e separação dos sujeitos em homossexuais e heterossexuais eram algo impossível antes do *two-sex model*, ou seja, somente no momento em que surge uma divisão entre masculino e feminino é que se abre todo um espaço para que surja o heterossexual e o homossexual, diferença que será marcada e tratada como se existisse de um lado algo natural e, portanto, do outro lado uma aberração ou desvio. Contudo, isso não é um desvio qualquer que possa passar despercebido, é um desvio que ameaça a ordem natural estabelecida pela biologia e, conseqüentemente, ameaça a própria sociedade.



Foucault (1984) acredita que muitos aspectos relacionados à prática de determinados atos sexuais vêm de uma herança naturalista e científica consolidada pelo pensamento médico do século XIX. E também demonstra que surge um grande aliado a ela, que é a tradição cristã, a qual trata “o prazer no campo da morte e do mal” (Foucault, 1984, p. 19). Para ele, a instauração de um conjunto de regras e normas que se apoiaram em instituições religiosas, médicas, pedagógicas e judiciárias vai cunhar a sexualidade em nossa sociedade. O próprio termo sexualidade só nasce no início do século XIX. O surgimento desse termo marca o desenvolvimento “de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento)” (Foucault, 1984, p. 9).

É levando-se em consideração o dispositivo da sexualidade que Foucault vai desenvolver sua história da sexualidade. Nesse sentido, ao estudar as práticas sexuais da antiga civilização grega, Foucault (1984) observa que as práticas sexuais entre pessoas de um mesmo sexo, principalmente entre homens, não eram coibidas ou julgadas como não-naturais ou desvio. Foucault deixa claro que não existia uma classificação entre heterossexuais e homossexuais. Assim, a preferência de um homem por rapazes e moças era facilmente distinguida com um traço de caráter: “os homens podiam se distinguir pelo prazer ao qual eram mais ligados; questão de gosto, podia prestar-se a gracejos, mas não questão de tipologia implicando a própria natureza do indivíduo, a verdade de seu desejo ou a legitimidade natural de sua inclinação” (Foucault, 1984, p. 170). Foucault (1984, p. 170) ainda saliente que, nesse contexto, não “se concebia dois apetites distintos, distribuindo-se em indivíduos diferentes, ou confrontando-se numa mesma alma; encarava-se antes como duas maneiras de obter seu prazer, uma das quais convinha a certos indivíduos ou a certos momentos de existência”.

É dentro desse dispositivo historicamente construído que Foucault (1988) analisa a sexualidade. Para ele (1988, p. 80), quando se estuda a sexualidade, o que está em jogo é dirigir-se “menos para uma ‘teoria’ do que para uma ‘analítica’ do poder”. Infere-se que a sexualidade é constituída por relações de poder que fazem parte de um “jogo da verdade” sobre a própria sexualidade. Entretanto, não há uma verdade ou essência em relação à sexualidade. O que existem são dispositivos que produzem todo um discurso sobre a sexualidade, discurso que estabelece toda uma regra de conduta. Em outras palavras, Foucault, ao estudar os gregos, procura demonstrar quais as relações de poder que constituem o comportamento sexual dos sujeitos e que permitem, inclusive, as práticas sexuais entre homens naquela época:

O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que apóie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições quotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. Essa forma é o direito, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo (Foucault, 1988, p. 82).

Dessa forma, se formos trazer os questionamentos de Foucault do período grego para a história recente da humanidade, a pergunta a responder é: quais relações de poder produzem todo um discurso sobre a homossexualidade nos dias de hoje? Salienta-se que essas relações hoje em dia são, conforme foi dito, completamente diferentes do

discurso produzido na Grécia Antiga, analisado por Foucault (1988). Para responder a essa questão, vamos analisar, inicialmente, o discurso medieval e, posteriormente, o discurso científico sobre a homossexualidade.

Jeffrey (1993) faz uma análise das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo no período da Idade Média, quando a igreja exercia um papel primordial na vida cotidiana das pessoas. Ele demonstra que a cristandade acredita que o sexo foi concebido ao homem unicamente para a reprodução, pois qualquer outra atividade sexual que não tivesse esse fim era um pecado contra a natureza. “Os pecados contra a natureza incluíam especificamente a bestialidade, a homossexualidade e a masturbação” (Jeffrey, 1993, p. 136).

Ora, apesar de nesse período não existir ainda um sujeito homossexual, que só terá um corpo e uma caracterização posteriormente pela ciência emergente do século XIX, o cristianismo já demonstrava uma preocupação com tais práticas. Jeffrey (1993) revela que, em relação ao mundo antigo, principalmente o mundo grego, há um rompimento com os valores culturais da Antiguidade. Dessa forma, o autor destaca que a “opinião profundamente diferente do Mundo antigo sobre este assunto demonstra conclusivamente que tais coisas são relativas e culturalmente determinadas; e não absolutos morais” (Jeffrey, 1993, p. 137). Ainda sobre o comportamento grego ante a homossexualidade, Jeffrey (1993, p. 138) argumenta que

[...] a homossexualidade na Grécia relacionava-se estreitamente com a masculinidade, e é importante captar esta perspectiva de modo a entender seu papel social. A relação homossexual grega básica se dava entre um homem mais velho (*erastes*) e um jovem (*eromenos*). O homem mais velho admirava o mais jovem por suas qualidades masculinas (beleza, força, velocidade,

habilidade, resistência), e o mais jovem respeitava o mais velho por sua experiência, sabedoria e comando. O homem mais velho devia treinar, educar e proteger o mais novo e, no devido tempo, o jovem crescia e se tornava o amigo, em vez do amante-pupilo, e procurava seu próprio *eromenos*. Em matéria de sexo, esperava-se que o homem mais velho tivesse papel ativo e o mais jovem passivo. [...] A sociedade grega era, portanto, genuinamente bissexual, mas dentro de limites estritamente definidos.

Foucault (1984) tem uma interpretação dessa época bem similar à de Jeffrey (1993). Para ele, a relação entre pessoas do mesmo sexo era valorizada e permitida desde que seguisse determinadas regras de conduta. Uma das diversas regras de conduta existentes que regulavam a relação entre dois homens era que o mais velho sempre deveria exercer o papel de conquistador, ou seja, a ele se atribuía a responsabilidade da conquista que, em outras palavras, significa cortejar os mais jovens e não ser cortejado por eles. Além disso, o homem mais velho deveria ter somente um papel ativo na relação sexual e o mais novo sempre exerceria um papel passivo. Qualquer desvio dessas ou de outras regras era tratado com punições e sanções públicas.

Voltando-se para a análise de Jeffrey (1993), no Império Romano as pessoas não eram classificadas como heterossexuais ou homossexuais. O homem podia ter relações sexuais com mulheres, escravos, jovens, ou até mesmo prostitutas, sem que sofresse nenhum julgamento ou comentários adversos. Entretanto, o importante na sociedade romana não era a prática do ato sexual com quem fosse, mas “a manutenção de papéis e características culturalmente definidos e socialmente sancionados de masculinidade e feminilidade” (Jeffrey, 1993, p. 138). Da mesma forma que os gregos, o que se regulava não era o fato de uma relação ser com homem ou mulher, mas a forma em que isso era conduzido dentro da cultura romana. Por exemplo, houve uma

grande reprovação ao procedimento dos imperadores Nero e Calígula, mas essa reprovação não advinha da prática do ato sexual com outros homens em si, mas pelo fato de eles se vestirem como mulheres e exercerem o papel passivo nas relações. Entretanto, o imperador Adriano não sofreu nenhuma sanção da sociedade romana em suas relações com pessoas do mesmo sexo, pois “desfrutou o estilo grego idealizado de caso amoroso professor-pupilo com o jovem Antinos, depois da morte do qual o pesaroso imperador batizou cidades em sua honra” (Jeffrey, 1993, p. 138).

Jeffrey (1993) salienta que o advento do cristianismo modificou tudo isso, embora seja similar ao igualar a homossexualidade com a efeminação e condená-la por isso. Entretanto, o termo homossexual não era conhecido nessa época, e se usavam os seguintes termos: sodomia e sodomita. O cristianismo tem uma atitude de plena oposição à homossexualidade e criou todo um discurso sobre ela, inclusive todo um código de punições. A homossexualidade não era considerada “como algo inato e inescapável, mas antes como um hábito deliberadamente assumido de contestação e iniquidade. [...] a homossexualidade tinha de ser voluntariamente perversa, visto que Deus não dera aos homens inclinações inaturais” (Jeffrey, 1993, p. 145).

Diante de toda a vigilância da Igreja e de seus códigos de punições destinados às práticas consideradas como homossexuais, surgem os guetos, que passam a ser os locais onde as práticas homossexuais podem ser realizadas livres da vigilância e das punições. Em relação a isso, Jeffrey (1993, p. 141) afirma:

A era da reforma eclesiástica e a onda de espiritualidade ascética, juntamente com a revitalização das cidades e da vida urbana, intensificaram a sensibilidade geral em relação à homossexualidade e criaram a percepção de um ‘problema

homossexual'. Uma subcultura *gay* distinta surgiu nos burlgos e cidades, com lugares de encontro reconhecidos, como casas de banhos e barbearias, e com gírias *gay* (um jovem homossexual era conhecido com um 'Ganimedes'; a atividade homossexual era chamada de 'o jogo'; 'caçar' era o termo aplicado à atividade hoje conhecida como 'paquerar').

Apesar de todos os códigos religiosos criados para punir as práticas homossexuais no cristianismo, nada vai se comparar com a maquinaria desenvolvida pela ciência para estudar, classificar e analisar esse "espécime". A *Scientia Sexualis* vai criar uma "*Scientia Homossexualis*" e todo um jogo de verdade sobre o homossexual.

## 2.5 Surge uma *Scientia Homossexualis*

O século XIX é, antes de tudo, a época da multiplicação: "uma dispersão de sexualidades, um esforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das 'perversões'. Nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais" (Foucault, 1988, p. 38). É assim que Foucault (1988) expressa sua preocupação com as classificações científicas que emergem nesse período. Para o autor, é principalmente com o advento da ciência que surge a sexualidade, entretanto, essa ciência quanto mais produz conhecimento, mais produz atos classificados como perversões.

Para Foucault (1988), até o fim do século XVIII, existiam três códigos explícitos que, além de prescreverem os regulamentos relacionados aos costumes e à opinião pública, regulamentavam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Eram esses três códigos, cada qual a seu modo, que estabeleciam uma linha divisória entre o lícito e o ilícito. Esses

[...] diferentes códigos não faziam distinção nítida entre as infrações às regras das alianças e os desvios em relação à genitalidade. Romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam de qualquer modo, condenação. Na lista dos pecados graves, separados somente por sua importância, figuravam o estupro (relações sexuais fora do casamento), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a 'carícia' recíproca. Quanto aos tribunais, podiam condenar tanto a homossexualidade quanto a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a bestialidade. Na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global. Sem dúvida, o 'contra-a-natureza' era marcado por uma abominação particular. Mas era percebido apenas como uma forma extrema do 'contra-a-lei'; também infringia decretos tão sagrados como os do casamento e estabelecidos para reger a ordem das coisas e dos seres. As proibições relativas ao sexo eram, fundamentalmente, de natureza jurídica. A 'natureza', em que às vezes se apoiavam, era ainda uma espécie de direito. Durante muito tempo os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção (Foucault, 1988, p. 38-39).

Desse contexto se extrai uma dimensão bem específica do que seria "contra a natureza". Surge todo um conjunto de práticas consideradas como anormais, isto é, casar-se com um parente próximo, seduzir uma religiosa, violar cadáveres por meio de atos sexuais, praticar o sadomasoquismo, a sodomia, entre outras não citadas aqui. Ao mesmo tempo que se quer criar um controle sobre as práticas sexuais, tais regulamentações também acabam afirmando, apesar de não ser essa a intenção, que existem no campo sexual coisas que são diferentes em relação às consideradas como "normais" ou "naturais". Foucault (1988) afirma que, em razão disso, surge toda uma sexualidade periférica que passa a ocupar a atenção do direito e da medicina.

Para Foucault (1988), os códigos legais, a partir do século XIX, começam a atenuar de forma considerável suas severidades em relação às práticas sexuais consideradas como periféricas. Entretanto, a medicina passa a atuar como reguladora das práticas sexuais e inventou para isso uma “patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais ‘incompletas’; classificou com desvelo todas as formas de prazeres anexos; integrou-os ao ‘desenvolvimento’ e às ‘perturbações’ do **instinto** [grifos nosso]; empreendeu a gestão de todos eles” (Foucault, 1988, p. 41).

Nesse arranjo, a medicina será útil como um megafone e produzirá o discurso que servirá de alicerce e terá o sinônimo de verdade sobre a sexualidade das pessoas. O próprio direito usará a medicina como fundamento para justificar seus atos reguladores da vida social e do comportamento sexual da sociedade. Todo código de regras do que é permitido ou não a respeito de comportamento social e sexual será escrito, tendo-se como base e justificativa a medicina. Entretanto, nem a medicina nem o direito estão neutros nesse processo. Eles manifestaram as crenças e valores sociais construídos em uma época sobre a sexualidade. A homossexualidade será tratada como uma questão de saúde pública, e boa parte das pesquisas médicas nessa área está vinculada a questões de vigilância sanitária.

Assim, o sexo, ao longo do século XIX, parece instaurar-se em dois registros e campos de saber bem distintos: uma biologia da reprodução constantemente desenvolvida sob uma normalidade científica geral e uma medicina do sexo obediente a regras de origens diversas (Foucault, 1988). Para Foucault (1988, p. 55), surge, assim, uma “vontade de saber que sustentou a instituição do discurso científico no Ocidente” sobre o sexo. E nesse sentido a medicina e a biologia foram cruciais na construção desse



tratado. Entretanto, qual seria esse discurso médico sobre o sexo e mais especificamente sobre as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo?

Nesse propósito, a criação de um “instinto sexual” pela medicina foi o primeiro passo na construção desse discurso. Apesar de “instinto sexual” ser um termo usado desde os gregos, a ciência da modernidade vai utilizar o conceito de instinto sexual para servir como suporte material de uma ciência da sexualidade. São os instintos que vão produzir diferenças entre homens e mulheres, e a medicina vai apoiar-se na regulação biológica dos seres vivos, contudo essa regulação que depende de uma regra que já existia será denominada de instinto sexual. O instinto vai dar um sentido e direção aos teóricos dos séculos XIX e XX e que passa a ser justificado como intrínseco a toda natureza anatômica humana. Os instintos sexuais estarão relacionados à preservação da própria espécie e terá como principal papel unir os instintos individuais aos instintos sociais (J. F. Costa, 1995). Entretanto, o “instinto era concebido com um existente independentemente dos genitais, porque o sexo estava presente em todo o corpo” (J. F. Costa, 1995, p. 141). Todavia, “o sexo será a ponte entre os ‘instintos individuais’ e os ‘instintos sociais’” (J. F. Costa, 1995, p. 142). Em outras palavras, o instinto é um fenômeno que perpassa entre o físico e o cultural.

Todo um arcabouço conceitual em torno do instinto criou um conjunto de engrenagens que fez funcionar uma máquina sobre a sexualidade. Dessa forma, se os instintos sexuais eram o elo entre os instintos individuais e sociais, a família passa a ser o lugar onde ocorre a passagem dos interesses da espécie com os interesses da sociedade. Assim, qualquer dissolução dos instintos sexuais passa a ser vista como uma degeneração que provoca uma série de transtornos de ordem social e familiar (J. F. Costa, 1995). Por exemplo, “um criminoso era um indivíduo que tinha seus instintos

sociais dissolvidos ou involuídos. A dissolução podia avançar e atingir o instinto sexual dirigido à união permanente dos sexos, perturbando a função parental” (J. F. Costa, 1995, p. 143).

Contudo, a efeminação do homem e a virginalidade da mulher também serão vistas como uma dissolução dos instintos sexuais, pois provocam um rompimento com as diferenças sexuais. Esse rompimento provocaria um risco à sociedade, sendo visto como uma degeneração que provocaria diversos problemas sociais (J. F. Costa, 1995). Na verdade, o “instinto sexual” foi incumbido de sumarizar a influência do evolucionismo do século XIX no corpo social.

Uma das principais características do evolucionismo era a difusão da idéia de o ponto maior de qualquer evolução biológica ser o presente. “O normal ou mais evoluído eram o atual, e o atual era a norma social e o somato-psíquica da burguesia branca” (J. F. Costa, 1995, p. 145). A evolução se dava do inferior para o superior, por meio de uma transição simples entre o simples e o mais complexo, e o superior incluía o inferior mais os *upgrades* da transformação evolutiva. “A leitura da evolução era feita de modo retrospectivo, como um lento e progressivo encaminhamento do mais atrasado para o mais desenvolvido” (J. F. Costa, 1995, p. 145).

Para a medicina moral do instinto, porém, a evolução era indiscutível, posto que só ela justificava a norma familiar, sexual e moral nascida com as sociedades capitalistas modernas. Para os médicos, o original tinha que ser o elementar, o arcaico e o atrasado, já que a imagem normativa da evolução da espécie era fornecida pelos costumes e valores da civilização à qual estavam convertidos. O racismo científico, como o preconceito sexual, são produtos de uma mesma ideologia evolucionista, progressista e transformista, posta a serviço das

diretrizes político-econômicas das sociedades burguesas da Europa do século XIX. O conceito de instinto sexual que vai servir de referente para a palavra sexo nada mais foi do que uma peça na fabricação deste imaginário (J. F. Costa, 1995, p, 147).

Para J. F. Costa (1995), o evolucionismo progressista presente na concepção de instinto sexual serviu de álibi e autorização para que se tornasse possível o juízo de valor entre o que é normal ou anormal a respeito de comportamento sexual. Se o instinto tinha uma finalidade de evolução e progresso, aquilo que não seguia esse instinto passava a ser visto como desvio ou perversão de uma meta evolutiva considerada como natural. Tudo isso tem uma grande finalidade: “afirmar que as relações sexuais entre homens e mulheres, com vistas à reprodução biológica e à manutenção da família nuclear burguesa, era constitutiva da normatividade natural do instinto” (J. F. Costa, 1995, p.148).

De acordo com o pensamento iluminista, ser degenerado tem como significado diminuir-se enquanto ser de Razão. Isso é um estado inaceitável à imagem de homem criada pelo racionalismo e utilitarismo contidos no ideário iluminista. Todo degenerado é irracional e toda irracionalidade é uma doença (J. F. Costa, 1995). O pensamento iluminista dentro de sua racionalidade não conseguia conceber “nos limites da definição de homem, condutas e desejos que negassem que os interesses sociais fossem sempre os melhores interesses do sujeito. Quem assim agia ou desejava estava privado de Razão ou com a Vontade, que dirigia seu correto uso, comprometida” (J. F. Costa, 1995, p. 151-152). Dessa forma, todos os desvios, sejam físicos, biológicos, sexuais e sociais, passam a ser explicados pela degeneração dos instintos.

Dentro das Luzes, qualquer degeneração é algo extremamente perigoso, pois coloca em risco o Estado recém-nascido. Assim, a homossexualidade será tratada como uma degeneração e como tal deve ser combatida em prol da sobrevivência da sociedade. Criou-se uma série de denominações para os homens que praticavam sexo com outros homens, dentre as quais se destacam sodomita, uranista, pederasta, homossexual, homossexualismo, *gay*, entendido, fresco, veado, bicha, louca, terceiro sexo, fanchono e outras. Cada uma dessas classificações emergiu de um contexto histórico e, dessa forma, tem um significado próprio nesse contexto. Entretanto, independentemente de seu significado histórico, todas elas têm algo em comum: tratam o homossexual como um problema social e um desvio da norma de conduta, ou seja, todas estão carregadas de discriminação e preconceito.

O preconceito contido nessas denominações reforça algo bem engraçado e simultaneamente estranho. O homem que tem um comportamento passivo nas relações sexuais com outros homens será o mais estigmatizado e estudado pela medicina. O invertido será alguém que tem predicados femininos, o homossexual será visto como uma pessoa que tem “uma alma feminina no corpo de um macho” (J. F. Costa, 1995, p. 174-175).

Nesse aspecto, Trevisan (1997) assegura que o rechaço ao frágil e ao que é considerado como passivo, contido no imaginário patriarcal, cria uma repulsa à homossexualidade. Dessa repulsa se cria um estigma que há séculos vem perseguindo as pessoas que têm práticas homoafetivas, inventando-se denominações para punir e diferenciar as pessoas que são vistas como frágeis ou passivas, tais como “pecado nefando, amor grego, amor viril, sexo intermediário ou terceiro sexo, [...] hermafroditas,

pederastas, sodomitas, uranistas e, finalmente, homossexuais – conforme definição científica estabelecida em meados do século XIX” (Trevisan, 1997, p. 54).

No Brasil há poucas pesquisas históricas que falem sobre a homossexualidade. Dois trabalhos de análise histórica em território brasileiro sobre a homossexualidade merecem destaque: Trevisan (1997, 2007) e Green (2000). O trabalho de Green (2000) é muito mais metódico e rico em sua análise, aliás, ele é o fruto de sua tese de doutorado defendida na Universidade da Califórnia nos Estados Unidos da América. Apesar de não ser brasileiro, Green (2000) faz uma análise sociológica e antropológica da homossexualidade no Brasil bem interessante e muito rica. Alguns aspectos de sua análise merecem destaque.

No Brasil, tal como ocorreu na Europa, o homossexual também será estudado pela medicina e considerado como uma degeneração. Ocorrerá uma “rede intrincada de discursos religiosos, jurídicos e médicos sobre o homoerotismo, que criou uma noção coletiva do homem efeminado com um ser imoral e degenerado” (Green, 2000, p. 77). Apesar de não podermos reduzir as práticas sexuais com pessoas de mesmo sexo apenas em uma relação binária passivo *versus* ativo, pois são práticas o mais variadas possível, a questão de passividade e atividade em uma relação sexual é algo importante em nossa cultura. Green (2000, p. 10) afirma:

Aqui no Brasil, ficou cada vez mais claro que para muita gente era demasiado importante saber da ‘atividade’ ou ‘passividade’ sexual dos homens, e que, para alguns, o parceiro sexual ideal deveria ser um ‘homem mesmo’, de preferência com mulher e filhos. Mais importante do que os sexos era a sua relativa ‘masculinidade’ ou ‘feminilidade’.

Green (2000) acredita que existe uma suposta tolerância para a homossexualidade no Brasil, principalmente nos dias de carnaval onde se aceita a ambigüidade sexual sem restrições. Contudo, quando a vida toma seu rumo normal, essa tolerância aos homossexuais no Brasil acaba. Green (2000) ressalta que, em uma mostra de 2.000 homens e mulheres brasileiros, 56% mudariam o seu comportamento com um colega se descobrissem que ele é homossexual, e um em cada cinco desses romperia de vez o contato com a pessoa. Além disso, 79% não aceitariam que seu filho saísse com um amigo homossexual. Assim, o homossexual no Brasil enfrenta ainda discriminação, chegando, em alguns casos, a sofrer violência física.

As imagens contraditórias das festas permissivas do carnaval e a brutalidade dos assassinatos são alarmantes, assim como as tensões entre tolerância e repressão, aceitação e ostracismo estão profundamente arraigadas na história e cultura brasileiras. Da mesma forma que o mito – bastante disseminado – de que o Brasil é uma democracia racial obscurece os padrões enraizados de racismo e discriminação, também a noção de que ‘não existe pecado ao sul do Equador’ esconde um amplo mal-estar cultural diante dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, no maior país da América Latina. [...] Quando uma família descobre que um filho é gay, pais e parentes podem vir a tolerar esse fato, contanto que ele não seja abertamente efeminado e que as pessoas fora da família não saibam. Muitas vezes está implícita uma política do ‘não pergunto, não me conte’ (Green, 2000, p. 26-27).

A homossexualidade masculina é confundida no Brasil com efeminação. Para Green (2000), isso acontece por ser o sistema de gênero brasileiro hierarquicamente estruturado e dividir os homens que têm relações com outros homens em duas categorias: o homem (o homem ‘verdadeiro’) e o “bicha”. O homem ‘verdadeiro’ é aquele que assume um papel ativo nas relações e não é afetado, não apresenta

maneirismo e característica vistas como femininas; já o “bicha” é o que exerce um papel passivo nas relações e comporta-se de maneira efeminada. Assim, os papéis sexuais são significativamente mais importantes na cultura brasileira do que o fato de o parceiro sexual ser um homem ou uma mulher. Aliás, sobre esse aspecto Foucault (1984, p. 21), afirma que tal categorização já se manifesta desde os textos do século XIX que relatam

[...] um perfil-tipo do homossexual ou do invertido: seus gestos, sua postura, a maneira pela qual ele se enfeita, seu coquetismo, como também a forma e as expressões de seu rosto, sua anatomia, a morfologia feminina de todo o seu corpo fazem, regularmente, parte dessa descrição desqualificadora; a qual se refere, ao mesmo tempo, ao tema de uma inversão dos papéis sexuais e ao princípio de um estigma natural dessa ofensa à natureza; seria de acreditar-se diziam, que ‘a própria natureza se fez cúmplice da mentira sexual’.

Para esse modelo de gêneros altamente hierarquizado, o “homem”, conhecido na gíria como “bofe”, assume o papel ativo da relação, pois no ato sexual pratica a penetração anal em seu parceiro. O efeminado, denominado de “bicha”, é o penetrado, ocupando uma posição social inferior e similar à ocupada pela mulher. “Enquanto o homem ‘passivo’, sexualmente penetrado, é estigmatizado, aquele que assume o papel público (e supostamente privado) do homem, que penetra, não o é” (Green, 2000, p. 28). Green ainda destaca que, desde que o homem ativo “mantenha o papel sexual atribuído ao homem ‘verdadeiro’, ele pode ter relações sexuais com outros homens sem perder seu *status* social de homem” (Green, 2000, p. 28).

Seguindo as orientações e concepções vindas da Europa, o homossexual (principalmente o efeminado) será visto como um ser degenerado, e a medicina vai

ocupar um papel importante na caracterização e classificação do homossexual brasileiro. Aliás, medicina e direito formaram no Brasil uma rede discursiva sobre a homossexualidade, apoiando-se uma na outra na produção discursiva sobre o sujeito homossexual. Dessa forma, o homossexual será objeto de estudo da medicina legal e sanitária (saúde pública) e um criminoso para a polícia.

No Brasil, as disposições penais contidas nas Ordenações Filipinas, também utilizadas em Portugal, desde 1603, julgavam o pecado da sodomia crime punível com pena de morte por fogueira, dando direito para a Coroa portuguesa confiscar todos os bens do sodomita (Trevisan, 1997). Contudo, desde 1830, com a promulgação do código penal brasileiro, a sodomia não será mais tida como crime. Somente na ditadura Vargas haveria novamente uma forte tentativa de tipificar a homossexualidade como crime, mas não lograra sucesso. Apesar da descriminalização da homossexualidade nos códigos penais brasileiros desde 1830, as autoridades judiciárias e policiais não tratavam a homossexualidade dessa maneira. Sempre se arrumou uma forma de “enquadrar” as práticas homossexuais em algum artigo do código penal, entre elas as mais comuns eram: atentado público ao pudor, uso de nome indevido, disfarçar o sexo por meio de trajes impróprios ou fazê-lo de forma pública com o intuito de enganar e, por fim, vadiagem (Green, 2000). Homossexuais eram presos nas ruas e policiais freqüentavam lugares conhecidos como permissivos às práticas homossexuais, como praças, cinemas e banheiros públicos, para servirem de iscas e prenderem quem tivesse comportamento homoerótico.

A medicina servirá como um aliado para justificar os atos cometidos pelas autoridades policiais e judiciárias. Aliás, ela servirá como justificativa para os atos praticados pela polícia. A literatura médica produziu informações para compreender a natureza, causas



e manifestações do comportamento homoerótico. O principal objetivo dessa análise era “documentar um problema social, oferecer soluções para melhorar a saúde pública [...] e criar um papel ascendente dos profissionais médicos na manutenção da ordem e da saúde pública” (Green, 2000, p. 78).

Imitando as relações de gênero pré-estabelecidas entre homem e mulher, os médicos dividiram as pessoas que tinham práticas homoeróticas em duas categorias: ativo e passivo. O ativo era mais difícil de ser identificado, pois tinha a aparência e atitude de qualquer homem. O passivo, por ser efeminado, assemelhando-se a uma mulher, era o grande objeto de estudo em face de sua visibilidade social. “Neste sentido, o relacionamento permanecia hierárquico e imitativo das relações de gênero e do cortejamento entre homens e mulheres” (Green, 2000, p. 79).

Um dos grandes questionamentos da medicina era o de quem fugia dessa regra estabelecida pelos pesquisadores da época. Assim, um indivíduo que fosse visto e considerado como um homem “normal”, sem afetações e traços afeminados, seria tratado como se fosse ativo. Entretanto, alguns fugiam dessa regra e, apesar de serem considerados como homens “normais”, preferiam ser passivos em suas relações homoeróticas. Essas situações deixavam os médicos da época cheios de dúvidas, pois quebravam toda a hierarquia de gêneros que servia como base de suas análises. O termo homossexualismo surge na medicina como significado de uranista. O termo “uranista [...] foi cunhado, na década de 1860, por Karl Heinrich Ulrichs, referindo-se à teoria de que um homem que sentisse atração sexual por outro homem era, na verdade, ‘uma mulher presa no corpo de um homem’” (Green, 2000, p. 87).

Ocorre, no Brasil, um movimento médico bem similar ao descrito por J. F. Costa (1995), possivelmente essa similaridade venha da influência dos hábitos e ciência européia sobre nossa cultura. Os médicos tratavam as práticas homossexuais como uma degeneração do instinto sexual. O homossexual era tratado como um invertido. Nesse sentido, eles acreditavam que a homossexualidade podia ser congênita ou fruto de uma educação indevida e imprópria. Ou seja, mesmo a medicina vai buscar uma explicação para a homossexualidade em questões que vão além da medicina e da biologia, como a educação dada pelos pais aos seus filhos, a qual poderia favorecer ou não a formação de um homossexual. Um menino que, desde cedo, fosse colocado para fazer serviços domésticos provavelmente se tornaria um pederasta passivo (Green, 2000).

Na realidade, a medicina fará um julgamento especialmente baseado na moral em relação aos homossexuais. Talvez alguns valores ainda difundidos nos dias de hoje venham das práticas médicas sobre o homossexual, pois ainda é comum que algumas pessoas acreditem que, se colocarem seu filho para fazer tarefas tipicamente femininas, elas vão favorecer o surgimento de um homossexual.

A medicina brasileira tentará explicar porque as pessoas são homossexuais. Para alguns médicos, os pederastas têm uma anatomia diferente da do homem “normal”. Alguns vão dizer que os homossexuais não sabem assobiar como os homens “normais”; para outros, será uma questão voltada para problemas relacionados às glândulas contidas no corpo humano. Para se ter uma idéia, a medicina brasileira chegou a ponto de defender a troca dos testículos de crianças masculinas que apresentassem comportamento afeminado por testículos de animais, para que não se tornassem um homossexual no futuro. Independentemente da causa que justificasse a

homossexualidade, o homossexual foi visto pela medicina brasileira como uma doença, uma patologia (Green, 2000):

Os especialistas profissionais consideravam o comportamento homoerótico patológico, necessitando de assistência médica ou psicológica para modificar a conduta e controlar o que consideravam uma conduta embaraçosa e imprópria de parentes envolvidos em relações sexuais ‘perversas’. Quando fracassavam, às vezes recorriam à intervenção do Estado. A polícia, a justiça e a medicina trabalhavam em uníssono para conter e controlar esse ‘desvio’ (Green, 2000, p. 191).

Como toda patologia médica, o homossexual não foge à regra e, por isso, deve ser tratado pela medicina. Diante desse fato, vão surgir clínicas para a recuperação de homossexuais. Nesse momento, a psiquiatria vai ser o ramo da medicina responsável de tratar o homossexual. Os hospitais psiquiátricos eram um depósito de pessoas que apresentassem um comportamento desviante, onde todo o tipo de tratamento era considerado válido, desde que surtisse efeito de cura da doença, inclusive muitos homossexuais receberam tratamento de choque elétrico nesses hospitais. Os hospitais mais famosos na época que se dedicavam ao tratamento da homossexualidade eram o Sanatório Pinel e o Juquery (Green, 2000).

Além de internar o homossexual para tratamento, a medicina brasileira, durante as décadas de 20 e 40, vai difundir práticas eugenistas na cultura brasileira e associar o homossexual a essas práticas. As noções brasileiras sobre homossexualidade vão fazer uma ligação dessas práticas com questões de raça. Green (2000, p. 209) afirma que a “escolha de certas figuras para simbolizar os excessos de ‘perversão’ apoiavam-

se em estereótipos culturais pejorativos acerca de brasileiros não-brancos mantidos por muitos membros da profissão médico-legal”.

Conforme já observado, somente em 1974, a Associação Americana de Psicólogos retira o homossexual de seu *roll* de doenças. Trevisan (1997, p. 71) faz até um comentário sarcástico sobre esse fato ao lembrar-se da conversa que teve com seus amigos e de suas “risadas irônicas no dia em que a Associação Americana de Psicólogos decidiu retirar o homossexualismo da sua lista de doenças: ‘Milagre! Estamos curados por decreto’...”

Contudo, mesmo nos dias atuais, boa parte das práticas médicas ainda trata o homossexual seguindo os ditames morais da sociedade brasileira. Aliás, a epidemia de AIDS demonstra claramente isso. Conforme sustenta Trevisan (2000), se a AIDS trouxe um efeito de abertura e colocou em evidência a existência do homossexual, ela também infestou o mundo com uma grande paranóia sob o pretexto de moral, colando em prontidão as alas mais conservadoras da sociedade.

Esse neoconservadorismo brasileiro em relação à homossexualidade foi encoberto por uma linguagem modernizada sob o argumento da naturalidade. Vários setores enxergaram a *Acquired Immuno deficiency Syndrome* (AIDS) como a consequência de um descompasso entre a natureza e os costumes sociais, “pois sempre que o ‘homem invade o nicho ecológico, contrai novas doenças’, conforme palavras do Dr. Ricardo Veronesi, então professor de medicina da USP” (Trevisan, 2000, p. 25). Desse modo, contrariamente aos médicos mais antiquados que costumavam usar explicações morais, houve uma modernização da interpretação para atingir os mesmos propósitos normativos (Trevisan, 2000):

Assim, a prática homossexual – que, ao contrário das evidências, continua associada à expansão da AIDS – estaria rompendo um equilíbrio natural, de modo que a natureza se vingou, atingindo a humanidade com uma “pandemia, através da mutação de um vírus novo” que no caso específico, provoca a AIDS. [...] Convém lembrar que argumentos equivalentes em oportunismo foram usados para explicar a eclosão da sífilis no continente europeu, em fins do século XV, quando se supunha que até mesmo a masturbação provocava a doença (Trevisan, 2000, p. 25).

Dessa forma, conforme demonstrado foi construído todo um dispositivo que faz funcionar uma máquina ao mesmo tempo produtora de discurso e de saber sobre o homossexual. Esse dispositivo também atuará sobre as diferenças raciais e, em certos momentos, unirá o discurso sobre o homossexual e o negro como se fosse parte de um mesmo problema. Vincent (1996) demonstra que o racismo é algo fundamental no sentido de se querer estabelecer uma ordem no mundo, a qual é a seguinte: “todos os seres humanos são diferentes em essência e o serão eternamente” (Vincent, 1996, p. 192). Entretanto, por meio de que se chega a essa diferença essencial e quem pode criar um discurso “verdadeiro” sobre ela? A ciência!

A ciência classificará os seres humanos e criará um discurso hierárquico sobre raças, gêneros e etnias. Nossa sociedade é marcada por um darwinismo social, em que alguns são classificados como mais evoluídos e considerados como “normais” ou “padrões” a serem seguidos, conforme Vincent (1996, p. 193) afirma:

Aplicada ao gênero humano e combinada com a classificação hierárquica, já existente no pensamento ocidental, esta idéia de seleção natural caracterizará o racismo ocidental. Esses autores explicam que não somente as características

físicas têm base na raça e na hereditariedade, mas também as culturais, o que permite classificar as sociedades de maneira 'científica'. O século XIX considerou que se certas sociedades não se desenvolveram com a mesma velocidade que outras, se pararam no tempo enquanto as outras progrediram, é porque eram biologicamente inferiores.

O grande problema da sociedade brasileira é, na realidade, entender que a diversidade sexual faz parte da vida. Qualquer tentativa de classificar e enquadrar a vida em apenas dois modelos de comportamento sexual (homem ou mulher) é algo muito reducionista e excludente. Além disso, as relações homoeróticas são tão diversificadas quanto quaisquer relações entre seres humanos (J. F. Costa, 1995; Green, 2000).

**Não existe nem mais, nem menos homogeneidade nas relações homoeróticas do que nas relações entre homens e mulheres, mães e filhos, mães e filhas, pais e filhos, pais e filhas, etc.** O que chama a atenção na homossexualidade não é a unicidade da estrutura psíquica, da personalidade, da identidade, da fantasias, do desejo, da atividade ou passividade de todos os homossexuais. **Não existe, repetimos, um só fato referencial ou uma referência idêntica na homossexualidade, exceto aquela construída historicamente pela discriminação moral. A homossexualidade só aparece como um bloco homogêneo porque foi contraposta à heterossexualidade como seu inverso; como anti-norma da moral que todo homem devia seguir para tornar-se um burguês dentro da medida certa.** A heterossexualidade, por seu turno, também é uma invenção da moral oitocentista, e está longe de ser uma família ou classe lógica de indivíduos com características psíquicas idênticas. Mas, os avessos da inversão são múltiplos. Um dia o invertido já foi a mulher, depois, passou a ser o homossexual. [...] Tudo isto tem a ver com o imaginário do dia (J. F. Costa, 1995, p. 252).

Por mais que a medicina tentasse categorizar as práticas homossexuais, para criar mecanismos que pudessem servir de predição de quem seria ou não homossexual, as práticas homoafetivas são tão diversas como a própria vida, bem como são difíceis de identificar, pois não há único padrão de comportamento que possa servir como preditivo de quem tem desejos como pessoas do mesmo sexo. Na nossa sociedade, o homem que mantém traços femininos é visto como sinônimo de homossexual, apesar de muitos homossexuais não terem traços femininos e nem todas as pessoas que os têm mantêm relações homoafetivas.

Em razão disso, fica muito difícil saber realmente quem mantém práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, ou quem nunca teve relação com pessoas do mesmo sexo, mas possui desejos homoeróticos que não coloca em exercício. Em suma, é muito difícil definir e categorizar uma pessoa em função de sua conduta ou comportamento diário, para afirmar quais são seus reais desejos sexuais.

Nesse sentido, também não existem categorias de homossexuais e de heterossexuais. Visto que no campo do desejo tudo é muito fluido, essa hierarquização representa uma idéia de papéis sociais pré-definidos, baseados em uma visão binária de mundo, e não corresponde à realidade das práticas cotidianas. Para J. F. Costa (1995, p. 290), o

[...] heterossexual e o homossexual foram figuras morais e normativas encarregadas de distribuir poderes de deveres sociais entre homens e mulheres, de um lado, e entre os bons e maus homens e mulheres, de outro. O vocabulário da bissexualidade nasceu comprometido com a discriminação. Foi constitutivo da repartição entre indivíduos moralmente aprovados e desaprovados. Nunca houve, na história conceitual da sexualidade, isenção descritiva ou neutralidade valorativa no uso de

palavras como heterossexual e homossexual, como se pretende. Nunca se tratou, como procurarei mostrar, de classificar o sexo das pessoas como se classificam, por exemplo, seus pesos e alturas. A sexualidade foi classificada em tipos e sub-tipos porque já havia sido moralmente repartida entre o que deve e o que não deve ser; entre o desejável e o condenável.

Nessa relação de poder, os homossexuais são tratados como minorias. Contudo, torna-se muito difícil saber realmente estimar quem tem relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, quem não tem, mas possui um desejo em ter, e quem segue o padrão de homem “normal”, chegando até mesmo a casar e constituir família, mas esconde uma vida dupla por não conseguir aceitar a própria sexualidade ante os normativos sociais que padronizam e dividem o campo da sexualidade em dois territórios: o certo e o errado. Os efeminados são os que mais sofrem nessa rede, pois eles são os sujeitos que deixam indícios de visibilidade de suas práticas sexuais. O restante permanece invisível, vestido pelo manto da invisibilidade social ao ter um comportamento tipicamente visto como próprio a um homem.

Louro (2004, p. 28), ao falar sobre a denominação “minorias” para as relações homoeróticas, tem uma visão similar à tratada no parágrafo anterior, pois as “minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho – gay, étnico, de gênero”. A visibilidade desse fato e a aceitação da pluralidade sexual produzem efeitos contraditórios em nossa sociedade contemporânea. De “um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar crescente aceitação [...] e, até mesmo a consumir alguns de seus produtos culturais” (Louro, 2004, p. 28); de outro, existem alas que “renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de



retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física” (Louro, 2004, p. 28).

Trevisan (1997, p. 88) salienta que a homossexualidade é, sem dúvida, o principal palco onde atualmente se desenrola a crise do masculino. Em uma contradição historicamente “instaurada, o contexto homossexual intensifica magistralmente a crise por mesclar os componentes culturais do masculino e do feminino que a hegemonia patriarcal teima em manter distantes e separados, como dois extremos”.

Diante do exposto, tratar práticas homoafetivas como práticas pertencentes a uma minoria, conforme acreditam Herek (1991), Irigaray (2007a, 2007b), Ferreira e Siqueira (2007), Eccel e Flores-Pereira (2008) e Meyer (1995), não parece ser uma abordagem coerente, não só em razão da dificuldade em analisar o quantitativo de pessoas que exercem sua sexualidade ou têm desejos relacionados com essas práticas, mas também em virtude de reafirmar toda hierarquização produzida pelo modelo identitário e binário, onde o homossexual é visto como inferior nessa escala hierárquica, alimentando ainda mais o preconceito e assemelhando questões culturais e morais relacionadas ao campo sexual a questões biológicas de raça e etnia, fato que contribui muito para construir um discurso “científico” discriminatório no mundo ocidental, pois reproduzem um discurso utilizado para classificar homossexuais e negros como seres semelhantes em sua inferioridade.

Para Scott (2005) questões ligadas a igualdade e a diferença, relacionadas tanto aos direitos individuais e as identidades de grupo, não devem ser tratadas como sendo conceitos opostos. Nesse sentido, as políticas de ação afirmativa (ação afirmativa são políticas e leis desenvolvidas pelo governo dos Estados Unidos da América intentando

eliminar desigualdades sociais, garantindo o acesso de indivíduos a empregos e à educação que haviam lhes sido rejeitados com base no gênero e raça) têm sido tratadas como uma forma de preferência de grupo que acaba discriminando os indivíduos. Por exemplo:

[...] leis de antidiscriminação gay têm sido repelidas na medida em que conferem direitos especiais que indivíduos não precisam e não apreciam; a pressão para transformar corpos docentes de universidades, faculdades de direito e de medicina, em grupos mais diversificados tem sofrido resistência na medida em que a atenção à identidade de grupo subvaloriza avaliações sobre o mérito objetivo de qualquer candidato individual; os proponentes do multiculturalismo insistem para que grupos de identidade sejam representados em toda sua diversidade no currículo educacional, enquanto seus oponentes advertem que histórias separadas de grupos raciais e étnicos promovem o que um intelectual considera o 'vírus do tribalismo' [...] (Scott, 2005, p. 12).

Scott (2005) lança os seguintes questionamentos: é necessário ser mulher para falar sobre as histórias das mulheres? É preciso ser negro para ensinar literatura afro-americana? Para a autora essas questões remetem a uma relação dicotômica onde você sempre tem que escolher em pertencer a um grupo ou ser um indivíduo, onde um exclui o outro nessa relação. A criação de grupos identitários “impedem de tratar os outros como indivíduos. Os indivíduos devem ser avaliados por eles mesmos, não por características atribuídas a eles como membros de um grupo” (Scott, 2005, p. 13). Sendo assim, “a igualdade só pode ser implementada quando os indivíduos são julgados como indivíduos” (Scott, 2005, p. 13). Para Scott (2005) a política de identidade de grupo reafirma o preconceito e a discriminação.

Enquanto o preconceito e a discriminação permanecerem, argumentam os partidários dessa posição, os indivíduos não serão todos avaliados de acordo com os mesmos critérios; a eliminação da discriminação requer atenção ao status econômico, político e social dos grupos. Mas quais grupos? Ser negro ou afro-americano é uma categoria grande o suficiente para tratar das necessidades específicas e das experiências de americanos birraciais? Sob qual categoria deveriam gays e lésbicas descendentes de irlandeses marchar na Parada do Dia de Saint Patrick? Seria qualquer categoria grande o suficiente para abarcar os diferentes tipos de pessoas que inclui? (Scott, 2005, p. 13-14).

Assim, para Scott (2005) há uma grande ambigüidade e problema na relação grupos *versus* indivíduos. Esse paradoxo se manifesta pelo fato de que não existe oportunidade e autonomia para que um sujeito possa escolher em ser tratado como indivíduo ou grupo, pois a autonomia individual acaba sendo limitada pelos padrões providos pelos grupos. Assim, a “autonomia individual para um homem negro ou gay, [...] depende do respeito assegurado para esses grupos” (Scott, 2005, p. 14).

Para Scott (2005) a solução dessa ambigüidade reside na construção de significados em que indivíduos e grupos, ou seja, igualdade e diferença, não sejam mais vistos como opostos, mas como conceitos interdependentes que vivem em constante tensão. A autora acredita que essas tensões só podem ser resolvidas por meio de soluções historicamente específicas, que devem ser estudadas nas suas incorporações políticas também específicas. Sendo assim, Scott (2005) postula que: (a) a igualdade é um princípio absoluto, mas ao mesmo tempo uma prática historicamente contingente; (b) a identidade de grupo define indivíduos e renega a expressão e percepção total de sua individualidade e que (c) as reivindicações de igualdade requerem “aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação. Ou, em outras palavras:

os termos de exclusão sobre o quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas da inclusão” (Scott, 2005, p. 15).

Igualdade não é a eliminação ou ausência da diferença, pelo contrário, é o reconhecimento da diferença e a escolha de ignorá-la ou de levá-la em consideração (Scott, 2005). Para Scott (2005) só tratando as pessoas como indivíduos que se pode produzir igualdade, pois a exclusão opera pela criação de grupos. Para esclarecer essa afirmação, Scott (2005, p. 17) diz que “era pelo fato de pertencer a uma categoria de pessoas com características específicas que as mulheres não eram consideradas iguais aos homens”. São essas diferenças que se constituem como o objeto de grandes debates que são amparados pela promessa de uma igualdade universal que “não conhece a diferença, e por modelos historicamente específicos que em diferentes períodos levam em conta diferentes diferenças” (Scott, 2005, p. 17). Portanto,

As identidades de grupos são um aspecto inevitável da vida social e da vida política, e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornam visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. É nesses momentos – quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros - que a tensão entre indivíduos e grupos emerge. Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero” (Scott, 2005, p. 18).

Rose (1968) afirma que os grupos não são originalmente, inevitavelmente e naturalmente diferenciados. São as culturas que os definem como diferentes antes mesmo de realmente o serem. Portanto, para que determinados grupos sejam definidos como minoritários por uma cultura, os grupos precisam ser socialmente definidos como grupos minoritários, atitude que engloba um conjunto de atitudes e comportamentos, e não, como costumeiramente se pensa, uma questão de representação numérica na população total. Em complemento, Scott (2005) salienta que os eventos que determinam que minorias sejam minorias os realizam por meio da atribuição do *status* de minoria a algumas características e qualidades inerentes ao grupo minoritário, considerando essas qualidades e características como sendo razão, justificativa e racionalização de um tratamento desigual. Assim, o alto senso de identificação que emerge com a redução de um indivíduo a uma categoria opera de forma devastadora, pois como “objeto de discriminação alguém é transformado em um estereótipo” (Scott, 2005, p. 19). Assim, as políticas afirmativas e os protestos contra a discriminação atuam tanto recusando quanto aceitando as identidades de grupo sobre as quais a própria discriminação está fundamentada e baseada (Scott, 2005). Objetivando esclarecer tal afirmação, Scott (2005, p. 21) salienta que

No período das revoluções democráticas, as mulheres foram consideradas como *outsiders* políticas, devido à diferença sexual. O feminismo foi um protesto contra a exclusão das mulheres da política; seu objetivo foi o de eliminar a diferença sexual na política. Mas a sua campanha foi voltada às mulheres. Pelo fato de agir em favor das mulheres, o feminismo produziu a diferença sexual que buscava eliminar – chamando a atenção exatamente para a questão que pretendia eliminar.

Assim, Scott (2005) acredita que a tensão existente entre identidade de grupo e identidade individual é algo que não pode ser resolvido, pois é uma consequência das maneiras pelas quais a diferença é utilizada como um dispositivo para organizar a vida social. Qualquer política que faça uma escolha entre grupos ou indivíduos são desaconselháveis e impossíveis de serem implementadas. Portanto, “a ação afirmativa foi em sua articulação inicial uma política paradoxal. Visando acabar com a discriminação, não apenas chamou a atenção para a diferença, como também a abraçou” (Scott, 2005, p. 23). A ação afirmativa acaba produzindo mais discriminação, pois visando “tornar a identidade de grupo irrelevante no tratamento com os indivíduos, ela reificou a identidade de grupo” (Scott, 2005, p. 23). “A ação afirmativa usou a força do governo federal para retificar desigualdades sociais” (Scott, 2005, p. 26).

Portanto, em função do exposto, vale novamente ressaltar que este trabalho não pretende trabalhar com a idéia de identidade homossexual contida principalmente na maioria das pesquisas norte-americanas. Aliás, Heiborn (1996, p. 137) salienta que o “espelho norte-americano com suas políticas de identidade, com acirramento da demarcação de fronteiras e lutas por direitos, rebatem na sociedade brasileira de modo específico”. Os trabalhos americanos, que serão apresentados no capítulo 3, acreditam e foram desenvolvidos para justificar a inclusão de homossexuais na sociedade por meio da ação afirmativa, sendo que para tal intento acabam reificando a idéia de minorias e, conseqüentemente, a existência de uma identidade homossexual. Talvez a presença dessa influência norte-americana nos trabalhos brasileiros descrita por Heiborn (1996) seja a principal justificativa para que os trabalhos desenvolvidos (Irigaray, 2007a, 2007b; Ferreira & Siqueira, 2007) no campo organizacional apresentem em seu conteúdo a busca pela identidade homossexual.

A construção e classificação de indivíduos como pertencentes a uma determinada minoria é um processo de classificação e criação de identidade. Sawaia (2001) ao refletir sobre o uso do referencial da identidade nos estudos de inclusão/exclusão, alerta que ao se indagar por identidade acaba-se penetrando nas relações de poder, nas quais as respostas obtidas acabam repondo significações hegemônicas que as sustentam. Desta forma, Sawaia (2001, p. 123) afirma que a identidade acaba escondendo “negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como uma estratégia sutil de regulação das relações de poder [...]”. Portanto, identidade

[...] é conceito político ligado ao processo de inserção social em sociedades complexas, hierarquizadas e excludentes, bem como ao processo de inserção social nas relações internacionais. [...] Ela [a identidade] exclui e inclui parcelas da população dos direitos de cidadania, sem prejuízo à ordem e harmonia social (Sawaia, 2001, p. 124).

Ou seja, ao mesmo tempo em que inclui, a identidade é um mecanismo de poder que exclui parcelas da sociedade por meio da hierarquização de uma grande escala social distribuída em um *continuum* com dois extremos: superior-inferior. Assim, a identidade não garante igualdade ou cidadania, servindo muito mais como um mecanismo de controle e hierarquização dos grupos sociais.

Dessa forma, seguindo o pós-estruturalismo, que é uma corrente contrária aos trabalhos americanos e brasileiros que serão apresentados no próximo capítulo, vale novamente ressaltar que esta tese pretende afastar-se das abordagens norte-americanas e aproximar-se fortemente do pós-estruturalismo francês. Contudo, o que

falam as abordagens americanas e os estudos organizacionais brasileiros sobre a discriminação de homossexuais no trabalho?



### **3 DISCRIMINAÇÃO DE HOMOSSEXUAIS NO TRABALHO**

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as principais pesquisas relacionadas com o tema desta tese. Entretanto, vale ressaltar que elas não têm nenhuma relação com o pós-estruturalismo. Assim, inicialmente será definido o que é discriminação para, posteriormente, relatar as principais conclusões, principalmente de pesquisas realizadas em solo norte-americano referentes à homossexualidade no ambiente de trabalho e sua relação com o estudo da discriminação.

#### **3.1 Os Estudos Sobre Discriminação**

As primeiras pesquisas sobre discriminação tinham como principal tema o racismo. Vincent (1996) acredita que o racismo é um fenômeno que se encontra engendrado nas práticas diárias e que sua origem se atribui ao imaginário das pessoas. Entretanto, esse imaginário é mantido e (re)criado por uma série de práticas discursivas que, de acordo com a época e a situação, se constitui por vários mitos.

Na realidade a inquietude em face do racismo e, portanto, a emergência de um discurso teórico sobre este fenômeno, não tem mais do que 40 anos [...]. Isto não quer dizer que o racismo não existisse anteriormente (pelo menos algumas formas de racismo), mas que, simplesmente não era revelado (Vincent, 1996, p. 185).

O discurso racista emergido no século XIX foi baseado em descobertas científicas relacionadas à antropologia física, genética e lingüística. Entretanto, o discurso atual é sustentado pela biologia e apoiado por alguns sociólogos e historiadores. Assim, a crença de que existem significativas diferenças entre os seres humanos, de que

existem raças superiores em termos psicológicos, sociais, culturais e espirituais e de que essa superioridade legitima o domínio de uma raça sobre a outra é a principal base do racismo (Vincent, 1996).

Rios (2007) afirma que o racismo, o anti-semitismo, o sexismo e a homofobia são as expressões mais utilizadas e têm uma relação direta com a discussão sobre preconceito e discriminação nos debates atuais. Entretanto, o autor salienta que, dentre todas essas expressões, a discriminação relacionada com a homofobia é a menos estudada e discutida, além de ser a mais controversa.

Vale salientar que preconceito são quaisquer formas de “percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções” (Rios, 2007, p. 27-28). A expressão discriminação significa a “materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violações de direitos dos indivíduos e dos grupos” (Rios, 2007, p. 28).

O estudo do preconceito e da discriminação passa a ser um tema mais estudado a partir da Segunda Guerra Mundial, e esse estudo se inicia pelas formas de manifestações do anti-semitismo, do racismo e do sexismo. Nesse sentido, Rios (2007, p. 30) salienta:

No esforço de compreensão dos fenômenos do preconceito e da discriminação, a cada uma das aludidas manifestações associou-se um conjunto de circunstâncias, na tentativa de explicar a gênese e reprodução destes processos. Nesta empreitada, vislumbrou-se na pertinência cultural e genealógica o traço desencadeador do anti-semitismo; na identificação de sinais corporais distintivos,

especialmente cor e sinais morfológicos específicos, os marcadores de pertença racial, sob os quais se dinamiza o racismo; pela valorização da distinção morfológica sexual, a atribuição de identidades de gênero binárias, engendrando o sexismo.

Para cada uma destas manifestações (anti-semitismo, racismo e sexismo) foram relacionadas a condições específicas para sua produção e reprodução: o anti-semitismo foi relacionado com o surgimento de regimes totalitaristas; o racismo foi incorporado aos desdobramentos da escravidão, da cor e de sinais morfológicos; o sexismo foi relacionado à distinção morfológica dos órgãos sexuais, ao binarismo de gêneros e à estrutura familiar patriarcal da sociedade ocidental. Entretanto, só recentemente o preconceito e a discriminação relacionados a expressões da sexualidade passaram a ser estudados (Rios, 2007).

Dessa forma, diferentemente do racismo e do sexismo em que existe a presença de marcadores corporais, ou do anti-semitismo em que a pertinência genealógica pode ser rastreada, a homossexualidade manifesta-se nas raças, nas etnias, nos sexos e não há distinguir, de forma definitiva, um homossexual por meros recursos visuais. A homossexualidade só pode ser colocada como algo “visível” ou pela auto-identificação ou pela atribuição de terceiros (Rios, 2007).

Medeiros (2007) salienta que a visibilidade de negros e mulheres atrai a discriminação, pois não há como ocultar suas condições. Entretanto, quando se fala de homossexuais, a ocultação é algo possível, faz-se “de conta que não é homossexual, isto é, assumindo uma identidade sexual que não é a sua: a identidade heterossexual” (Medeiros, 2007, p. 82).

Além disso, se formos comparar o racismo, o sexismo e o anti-semitismo com a discriminação contra homossexuais, existem alguns fatores que atuam como obstáculos no combate à discriminação: (a) diversamente das outras formas de discriminação, pesa sobre a homossexualidade uma condenação, uma inaceitabilidade social e política e uma atribuição de relação entre homossexualidade e doença; (b) a homossexualidade tende a afrontar, de forma mais radical e incômoda, as instituições e valores da sociedade (Rios, 2007). Medeiros (2007) destaca que, em relação aos três espaços sociais onde as pessoas desenvolvem sua vida: familiar, social e profissional, é no espaço profissional que a discriminação contra homossexuais se torna mais presente.

Outros aspectos relacionados aos homossexuais que diferenciam a discriminação sofrida por eles da discriminação racial é que, quando há manifestações sociais e profissionais que envolvam a discriminação contra um negro, por exemplo, existe uma solidariedade do meio familiar que não existe na maioria dos casos para os homossexuais. Assim, “os problemas, as dúvidas, os medos e as rejeições [sofridas por um negro] podem ser expostos e vão encontrar, se não a solução, ao menos o conforto do pertencimento” (Medeiros, 2007, p. 82). Entretanto, quando “alguém se vê como homossexual, não vê ao seu lado, na grande maioria das vezes, ninguém ‘igual’ a ele” (Medeiros, 2007, p. 82).

Assim, desde cedo o homossexual incorpora em suas práticas cotidianas a atitude de que se deve calar em relação a sua sexualidade, para ser aceito na sociedade e ser excluído do rol de pessoas que são objeto de comentários e xingamentos. Dessa

forma, o calar-se no âmbito doméstico passa a ser estendido para o nível público (Medeiros, 2007).

A. M. M. Costa (2007) alega que a discriminação de trabalhadores no trabalho pode ser direta e indireta. “A discriminação direta pressupõe um tratamento diferenciado proibido. Já na indireta o objetivo discriminador não é explícito” (A. M. M. Costa, 2007, p. 91). A não-concessão e interdição da lei ao não incluir a possibilidade de união estável entre *gays* é uma forma de discriminação direta. Entretanto, as piadas, os comentários inapropriados, a ridicularização e as humilhações praticadas no ambiente de trabalho relacionadas aos homossexuais constituem uma forma de discriminação indireta.

Considerados e analisados os principais aspectos que envolvem a discriminação em nossa sociedade, faz-se necessário analisar as principais pesquisas encontradas sobre a discriminação de homossexuais circunscritas ao ambiente de trabalho. Portanto, o próximo capítulo vai discutir os principais estudos sobre discriminação no trabalho contra os homossexuais.

### **3.2 Pesquisas Sobre Discriminação De Homossexuais No Trabalho**

Ragins e Cornwell (2001) analisam a discriminação contra empregados que são homossexuais assumidos no trabalho ou apenas percebidos como homossexuais pelos colegas. Eles afirmam que, nos Estados Unidos, entre 25% e 66% de empregados homossexuais fizeram algum registro oficial nas empresas por terem sido discriminados no trabalho. Contudo, segundo os autores, a maioria dos homossexuais masculinos ou femininos não se assume no ambiente de trabalho, escondendo a sua

orientação sexual para que não sofram atos discriminatórios, e, caso revelassem a sua orientação sexual isso levaria o potencial de discriminação a ser bem mais alto do que os registrados.

Para os autores, alguns elementos devem contribuir para que os empregados homossexuais relatem as discriminações sofridas no trabalho. Um dos fatores é se existe legislação municipal ou estadual que proíba discriminação no trabalho em razão da orientação sexual. Outro fator é se a organização tem políticas e práticas que refletem uma cultura que apóia os homossexuais. As empresas que apóiam a diversidade sexual e que têm normas que proíbem discriminação contra homossexuais oferecem para os casais homossexuais os mesmos benefícios existentes para os casais heterossexuais e estimulam os funcionários a levar seus (suas) companheiros (as) nos eventos sociais da organização (Ragins & Cornwell, 2001).

Contudo, a grande preocupação de Ragins e Cornwell (2001) é entender quais os fatores que estão relacionados com a percepção de discriminação no trabalho de lésbicas e *gays*. Dessa forma, eles estudam as legislações e normas específicas que protegem os homossexuais, a cultura organizacional e a composição do grupo de trabalho para verificar qual das variáveis tem maior impacto sobre a discriminação no trabalho.

Entretanto, para os pesquisadores, a abertura para a auto-revelação da sexualidade no trabalho é um fator crítico e necessita ser incluído em qualquer pesquisa sobre discriminação no trabalho, pois a homossexualidade pode não ser diretamente observada, e a discriminação diretamente relacionada com a sexualidade, na maioria das vezes, requer conhecimento ou suspeição de que uma pessoa seja homossexual.

Assim, indivíduos não devem experimentar discriminação direta se as pessoas não sabem ou suspeitam que eles sejam homossexuais, contudo eles indiretamente sentem a discriminação em virtude da existência de um ambiente hostil. Desse modo, trabalhadores homossexuais evitam tornar-se o alvo direto da discriminação, tentando esconder sua sexualidade no trabalho.

Assim, a percepção de discriminação no trabalho está relacionada com a revelação da homossexualidade. Empregados homossexuais que percebem grande discriminação no trabalho irão esconder muito mais sua sexualidade do que empregados que percebem uma menor discriminação (Ragins & Cornwell, 2001).

No mesmo sentido, Herek (1998) afirma que, em relação à discriminação e estigmatização de empregados homossexuais, há predisposição para dois fatores: (1) empregados homossexuais tendem a esconder sua sexualidade no trabalho; (2) quanto maior a sensação de que há no trabalho discriminação e estigmatização baseada na sexualidade homossexual, mais provável é que os empregados homossexuais escondam sua orientação sexual.

Por falta de perspectivas teóricas que tratem a discriminação no trabalho de homossexuais, Ragins e Cornwell (2001) usam o modelo de estudo sobre racismo desenvolvido por Jones (1972), para estudarem a discriminação de homossexuais no trabalho. Para Jones (1972), o racismo ocorre em três níveis: individual, institucional e sociocultural.

O racismo individual está relacionado com a composição do grupo de trabalho, principalmente pela composição líder-subordinado. Desse modo, um indivíduo que

pertence no trabalho a um grupo demográfico similar ao seu tende a perceber e experimentar menor discriminação que um indivíduo inserido em um ambiente de trabalho onde seu superior e demais colegas de trabalho não são de seu grupo demográfico (Jones, 1972). Assim, embasados na teoria racial de Jones (1972), Ragins e Cornwell (2001), ao realizarem a pesquisa com 534 empregados *gays* e *lésbicas* (168 mulheres, 363 homens e 3 não informaram seu gênero) concluem que haverá uma menor percepção de discriminação no trabalho em função da orientação sexual em locais onde os gestores e colegas de trabalho sejam homossexuais.

Com relação ao racismo institucional, Jones (1972) afirma que se refere à cultura da organização e é representado nas políticas e práticas organizacionais que mantêm a desigualdade e o racismo. Assim, de forma análoga, quando Ragins e Cornwell (2001) estudam a discriminação de homossexuais, observam que há menor discriminação no ambiente de trabalho em organizações que sejam “amigáveis” aos homossexuais. A existência de políticas que proíbem a discriminação em razão da orientação sexual, o desenvolvimento de programas que acolham a diversidade sexual, a oferta para uniões de mesmo sexo, os mesmos direitos e benefícios oferecidos para casais heterossexuais e permissão para que casais de mesmo sexo freqüentem os eventos sociais da empresa são exemplos de atitudes que tornam uma organização “amigável”.

Para Jones (1972, p. 6, tradução nossa), o racismo sociocultural contém elementos do racismo individual e do institucional e é definido como “a superioridade individual e institucional da cultura de uma determinada raça sobre outra raça”. Para o autor, o racismo sociocultural fornece a justificativa para a existência do racismo individual e do institucional. Trazendo tal perspectiva para o estudo da discriminação de homossexuais nas organizações, Ragins e Cornwell (2001) acreditam que as legislações (leis) que



proíbem a discriminação contra trabalhadores homossexuais refletem na essência de valores sociais relacionados com os direitos civis dos homossexuais e concluem que empregados que trabalham em organizações governadas por leis protetivas com relação a homossexuais percebem menor discriminação no trabalho do que empregados de organizações não cobertas por leis protetivas.

Ragins e Cornwell (2001) afirmam que as políticas e as práticas organizacionais têm um impacto maior na percepção da discriminação de empregados, em razão de sua orientação sexual, do que qualquer outro fator. Embora a existência de legislação que proíbe a discriminação sexual no trabalho tenha uma importância crítica na redução da discriminação, o fator mais importante para diminuir a discriminação no trabalho não é a lei, mas exatamente a existência de uma cultura organizacional “amigável” em relação aos homossexuais.

Para Gaska e Frey (1996), no ambiente organizacional existem dois tipos de relacionamentos: formais e informais. Os relacionamentos formais diferem dos informais em face do particularismo, da racionalidade, de um comportamento específico e da despersonalização. Em relacionamentos formais, as pessoas são muito particularistas, visto que elas enxergam o outro apenas por único aspecto e característica (na qualidade de colega de trabalho), enquanto nos relacionamentos informais a visão do outro é mais holística, pois o outro possui diversas características (exemplo: amigo, confidente, companheiro de atividades sociais, entre outras).

Com relação à racionalidade, Gaska e Frey (1996) afirmam que as relações formais são estruturadas por normas de condutas baseadas, principalmente, na razão, com o foco em um padrão organizacional de comportamento que manifeste um aspecto de

neutralidade. Assim, os relacionamentos formais não abrem espaço para aspectos não estruturados como a manifestação de sentimentos e de outros aspectos socioemocionais que constituem os relacionamentos informais. Desse modo, essa racionalidade está diretamente relacionada com a produção de um comportamento desejado e específico que deve seguir regras de conduta rígidas, enquanto nos relacionamentos informais o comportamento é mais livre e solto, sem regras rígidas de conduta. Nesse sentido, ocorre um processo de despersonalização nos relacionamentos formais no qual a individualidade do outro não é algo importante. Entretanto, as práticas sociais e culturais parecem reger essa relação entre formalidade e informalidade, ou seja, embora os relacionamentos formais sejam revestidos de regras rígidas de conduta, as práticas sociais sempre se manifestam causando uma instabilidade nas relações formais e atuando como base das relações sociais em um determinado espaço organizacional, conforme demonstra Souza e Garcia (2007) ao estudarem a influência das relações de amizade entre executivos da área financeira.

Da mesma forma, para Hebl et al. (2002), a discriminação no ambiente de trabalho pode ser formal e informal. Ao estudarem a discriminação formal e interpessoal contra candidatos a emprego, estigmatizados ou não como homossexuais, em lojas localizadas em shopping centers no estado do Texas, selecionaram dezesseis pessoas para participação na pesquisa, independentemente de sua sexualidade, ou seja, as pessoas, para serem selecionadas, não tinham de ser homossexuais. Cada um dos dezesseis participantes candidatou-se a um emprego em seis lojas. As lojas foram selecionadas em razão da similaridade no tipo de produto que comercializam e de sua clientela. Além disso, quando a loja era direcionada a clientela de um gênero específico, o gênero do participante coincidia com o do público-alvo da loja.

Para cada uma das seis lojas, os participantes foram estigmatizados de forma randômica (usando um boné com o escrito "*Gay Proud*") em três delas e não estigmatizados (usando um boné com o escrito "*Texan Proud*") nas demais. Os participantes tinham acesso a três bases de controle que se localizavam em torno dos Shoppings onde ficavam as lojas pesquisadas. As bases eram usadas como uma casa onde os participantes iniciavam e terminavam cada interação. Os participantes recebiam os bonés nas bases antes de cada interação com as lojas, contudo havia uma pessoa responsável em colocar os bonés nos participantes, porém os participantes não sabiam o que estava escrito no boné que recebiam, para não influenciar no comportamento deles.

Para padronizar as interações, todos os participantes estavam vestidos similarmente com jeans e pulôver. No fim de cada interação, os participantes tinham de preencher um questionário, avaliando a sua percepção sobre formas de discriminação percebidas nos funcionários das lojas no momento em que se candidatavam a uma vaga de trabalho.

Para padronizarem os diálogos, todos os participantes decoraram perguntas, para a interação com os funcionários que os recebessem: (a) Você tem alguma vaga de trabalho? (b) Poderia preencher um formulário de emprego? (c) Que tipo de coisas eu teria de fazer se viesse trabalhar aqui? (d) Você se importa de eu usar o seu banheiro? Todos os participantes levavam um pequeno gravador no bolso da frente de suas jaquetas. Assim, no início de cada coleta de dados, os pesquisadores direcionavam os participantes para uma loja específica e distribuíam um boné estigmatizado ou não-estigmatizado. Os participantes foram treinados para que não vissem o que estava escrito nos bonés, no momento em que o recebiam. Similarmente, eles foram treinados

para ter cuidado com os espelhos das lojas e com os reflexos causados pelas partes feitas de vidro, de forma que não pudessem ver seus reflexos e, por conseguinte, saber o que estava escrito no boné que usavam. Ocorreram 91 interações das quais 84 foram analisadas, pois, em sete delas, os participantes viram, através de vidros e espelhos das lojas, o que estava escrito nos bonés. Assim, 41 interações envolveram o “*Gay Proud*” e 43 o “*Texan Proud*”.

Hebl et al. (2002) realizaram uma análise da discriminação de forma a dividi-la em dois grupos: discriminação formal e discriminação interpessoal. Para Hebl et al. (2002), discriminação formal refere-se à discriminação manifestada nas regras da empresa em contratar e promover o empregado. Discriminação interpessoal é algo mais sutil e envolve os aspectos não-verbais e interações verbais que acontecem entre o candidato a emprego e o funcionário da loja responsável pela contratação.

Na análise da discriminação formal, levou-se em consideração a disponibilidade de emprego no ato de coleta de dados, o contato posterior da loja com o participante, para lhe convidar para uma seleção, a permissão para o participante preencher o formulário de emprego e a permissão de uso do banheiro. Na análise de discriminação interpessoal, foram estudados o tempo de interação entre o candidato a emprego e o responsável pela contratação, a quantidade de palavras ditas pelo funcionário da loja, a percepção de hostilidade pelos participantes da pesquisa e a percepção de alguma outra forma de discriminação interpessoal. A tarefa de analisar qualquer outra percepção de discriminação interpessoal foi delegada a dezenove juízes independentes que analisaram as fitas gravadas.

Os resultados revelam que os usuários do boné “*Gay Proud*” foram estigmatizados e foram encontradas relações interpessoais discriminatórias mais fortes com eles do que com os participantes que usavam o boné “*Texan Proud*”. Entretanto, a análise da discriminação formal não revelou diferenças de tratamento entre os estigmatizados que usavam o boné “*Gay Proud*” e os não-estigmatizados (“*Texan Proud*”), ou seja, as medidas formais de discriminação não revelaram diferenças de significância entre estigmatizados e não-estigmatizados, contudo tal fato é evidente na discriminação interpessoal (Hebl et al., 2002).

Algumas organizações têm criado políticas que intentam reconhecer e afirmar a diversidade sexual existente em sua força de trabalho. Button (2001) estudou o impacto que essas políticas têm na vida dos empregados que são *gays* e *lésbicas* no ambiente de trabalho. Para Button (2001), é mais provável que ocorra maior discriminação contra os homossexuais em empresas que não possuem políticas antidiscriminatórias.

Baixos níveis de tratamento discriminatório relacionado a empregados homossexuais facilitam o acesso às recompensas organizacionais, aos recursos da empresa e às oportunidades de crescimento (Button, 2001). Button (2001) observa que, quando as empresas têm políticas oficiais que sejam não discriminatórias contra homossexuais, nelas é menor a percepção de discriminação contra os homossexuais.

Nesse sentido, Greenhaus, Parasuraman e Wormley (1990) observam que existem duas formas de comportamento discriminatório no trabalho contra os homossexuais: discriminação no acesso e discriminação no tratamento. A discriminação no acesso faz que um determinado grupo de pessoas com cargos de comando na organização não permita que homossexuais sejam contratados. A discriminação no tratamento ocorre

quando os homossexuais recebem poucas recompensas ou oportunidades de crescimento no trabalho devido a sua condição sexual, tais como não-indicação para treinamentos, pouca ou nenhuma promoção e salários menores. Devido a isso, a forma como os homossexuais gerenciam e revelam sua sexualidade no local de trabalho é uma questão delicada para *gays* e *lésbicas* que sempre passam por uma relação dicotômica entre querer ser visto como heterossexual ou homossexual (Triandis, Kurowski, & Gelfand, 1994).

Assim, Woods (1993, apud Button, 2001) identifica três estratégias pelas quais homens homossexuais gerenciam sua orientação sexual nas empresas. Essas estratégias incluem passar por um falso heterossexual, evitar questões que envolvam sexualidade nas conversas que ocorrem no trabalho ou assumir sua homossexualidade para os demais membros da organização.

Para implementar a estratégia de passar por uma pessoa heterossexual, o sujeito modifica os pronomes relacionados a gênero quando está contando sobre um relacionamento com pessoa do mesmo sexo, fabrica histórias sobre relacionamentos heterossexuais, frequenta lugares e realiza atividades fortemente identificadas como heterossexuais e evita demonstrar interesses ou maneirismos que são estereotipadamente relacionados a homossexuais (Woods, 1993, apud Button, 2001).

Na tentativa de evitar entrar em questões e conversas no trabalho sobre sexualidade ou algum aspecto relacionado a sua vida sexual, a pessoa tenta passar uma imagem de alguém assexuado. Entretanto, não existe nesta estratégia uma intenção de criar uma imagem heterossexual. Existem várias formas de manifestações desse comportamento, e Woods (1993, apud Button, 2001) afirma que as mais comuns são: a

pessoa foge de perguntas pessoais, fala somente de generalidades ou evita eventos sociais para que não seja questionada sobre sua vida pessoal. Ela pode até mesmo se tornar uma pessoa rude e mal-humorada para evitar perguntas relacionadas com sua vida pessoal, bem como criar uma imagem apenas de uma pessoa focada e extremamente ocupada no trabalho.

Quando uma estratégia de integração é adotada, o empregado que é *gay* ou lésbica revela sua verdadeira sexualidade no trabalho e tenta gerenciar as conseqüências disso. Na maioria dos casos, diz ou faz algo intencionalmente explícito para deixar que os demais saibam sobre sua sexualidade, revelando de uma forma indireta sua orientação sexual (Woods, 1993, apud Button, 2001).

Button (2001) afirma que a auto-aceitação de uma pessoa homossexual é cercada por atitudes que tendem a conceber a heterossexualidade como algo patológico. Assim, pessoas heterossexuais são vistas como uma referência apropriada para julgar a si mesmas, e a homossexualidade é vista como algo limitador de suas vidas. Portanto, essas atitudes são marcadas com um desejo de ser heterossexual para se assemelhar à cultura predominante. Dessa forma, essas atitudes estão fortemente associadas com o surgimento de uma raiva direcionada para uma sociedade homofóbica. Contudo, o nível de percepção de tratamento discriminatório experimentado é algo relativo, pois não se espera que uma experiência discriminatória afete, da mesma forma ou na mesma extensão, empregados *gays* e lésbicas.

Herek (1991) afirma que a hostilidade para com pessoas homossexuais tem sido denominada de diversas formas: homofobia, heterossexismo, homossexofobia, homossexismo, homonegativismo, anti-homossexualismo e anti-homossexualidade.

Desses termos o mais comumente usado na literatura é homofobia. Contudo, independentemente da nomenclatura utilizada, o preconceito para com os homossexuais é primeiramente uma resposta a um “medo” daquilo que se apresenta como diferente tendo-se a referência heterossexual, medo que é irracional e disfuncional para os indivíduos que manifestam o preconceito, pois os homossexuais são primeiramente vistos por eles como uma aberração individual, e as pessoas que manifestam tal preconceito não vêem que, na realidade, essa visão é um reflexo de seus valores culturais (Herek, 1991). Neste trabalho serão usados os termos homofobia e heterossexismo para caracterizar o preconceito e a hostilidade contra os homossexuais. Esses termos serão mais bem definidos adiante.

Para Herek (1991), os homossexuais são minorias que podem ser comparadas com as minorias raciais, étnicas e religiosas. O que caracteriza os homossexuais como minorias, para o autor, é a existência de quatro características básicas presentes em todos os grupos minoritários: primeiramente eles formam um segmento subordinado a um grande e complexo estado social; depois, segmentos dominantes da sociedade manifestam características de baixa estima para com os homossexuais; em seguida, eles têm consciência que necessitam de conviver entre si na condição de uma comunidade com características e valores específicos; por fim, os homossexuais recebem tratamentos diferenciados em razão de suas características, entre eles o principal é a discriminação.

Nos Estados Unidos da América, a discriminação no trabalho ou em casa é freqüentemente justificada pela crença de que pessoas homossexuais possuem várias características indesejáveis, principalmente a de que eles têm doença mental e são perigosos para as crianças (Herek, 1991).



Ao pesquisar a sociedade norte americana, Herek (1991) afirma que, em relação a homens homossexuais, os homens heterossexuais tendem a manifestar maiores níveis de preconceito do que as mulheres heterossexuais. Segundo o autor, a explicação para isso está na forte relação que há na cultura americana de masculinidade para heterossexualidade, que acaba criando uma grande pressão social e psicológica para que homens afirmem sua masculinidade por meio da rejeição daquilo que não seja culturalmente definido como masculino (homossexualidade masculina) e daquilo que seja visto como uma negação da importância dos homens na sociedade (lesbianismo). Em contrapartida, as mulheres heterossexuais sofrem menor pressão social para que sejam preconceituosas contra os homossexuais masculinos e, conseqüentemente, elas têm mais oportunidades para contatos pessoais e atitudes positivas com relação aos homossexuais masculinos do que os homens heterossexuais.

Dessa forma, ocorre uma construção social de estereótipos sobre a homossexualidade que estão fortemente correlacionados com atitudes negativas direcionadas a lésbicas e gays, na condição de molestadores de crianças e de pessoas afeminadas, no caso de homossexuais masculinos. Assim, fixam-se crenças na homossexualidade: a de que qualquer estereotipia envolve reações aos indivíduos estereotipados em função do grupo em que são classificados e ao qual são pertencentes, devido às crenças fixas nas características que esse grupo possui. Herek (1991) afirma que, quando uma categorização é aplicada às pessoas, a conseqüência disso será uma estereotipia. Para o pesquisador, o estereótipo é o resultado dos seguintes aspectos: (a) categorização de pessoas em um grupo sobre a base de mesmas características; (b) atribuição de características adicionais à categoria que diferem um determinado grupo dos demais; (c) atribuição de características individuais a todos os membros do grupo.

Preocupados com essa questão, Hebl e Griffith (2002) examinam o processo de auto-revelação no trabalho por pessoas que se assumem, perante seus colegas de trabalho, como *gays* ou *lésbicas*. Os autores afirmam que a auto-revelação da sexualidade é uma das questões mais difíceis para os homossexuais, porque envolve uma grande energia emocional e um medo de retaliação e rejeição. Entretanto, simultaneamente, aqueles que não revelam sua orientação sexual manifestam baixos níveis psicológicos de bem-estar e de satisfação na vida, aumentando os riscos relacionados à saúde e gastando muita energia em atividades focadas, para esconder sua homossexualidade em uma tentativa de evitar qualquer estereotipia e estigmatização.

Embora Yang (1997) afirme que 66% dos americanos apóiam leis que protegem *gays* e *lésbicas*, 62% de homens *gays* e 59% das *lésbicas* continuam a revelar que sofrem discriminação no trabalho. Assim, apesar de ser, nos dias de hoje, menos freqüente a discriminação formal contra homossexuais, a discriminação nos relacionamentos interpessoais no trabalho se sustenta, conforme também afirma a pesquisa feita por Hebl et al. (2002) nos shoppings texanos. Nesse sentido, Hebl e Griffith (2002) observam que a discriminação no trabalho ainda existe e atualmente se manifesta de formas mais sutis, e não por aspectos formais relacionados às políticas e normas das empresas.

A centralidade da sexualidade preocupa-se com a forma como uma pessoa se define como homem *gay* ou mulher *lésbica*. Em alguns casos, ser *gay/lésbica* é algo tão central para o indivíduo que ele não se sente à vontade com as pessoas com que se relaciona nem aceito por elas, até que tenha assumido sua homossexualidade. Assim, a centralidade é um dos preditores mais influentes para analisar o bem-estar do

indivíduo, pois ele só vai sentir-se bem consigo mesmo e com as demais pessoas que se relaciona depois de ter revelado sua homossexualidade. Em face desse motivo, o próximo tópico discute a auto-aceitação da sexualidade no ambiente de trabalho.

### **3.3 Auto-Aceitação Da Sexualidade De Trabalhadores Homossexuais**

Embora algumas pessoas aceitem sua homossexualidade e se sintam confortáveis com ela, outras rejeitam sua orientação sexual e se vêem como inferiores às pessoas heterossexuais ou sentem-se divididas entre ser homossexual e heterossexual. Dessa forma, conforme já dito, o grau de auto-aceitação de sua homossexualidade é um fator importante para analisar as dimensões do bem-estar psicológico do indivíduo. Assim, para Hebl e Griffith (2002), quanto maior for o grau de auto-aceitação do indivíduo, melhor será a sua saúde mental e psicológica no trabalho. Por esse motivo é que Hebl e Griffith (2002) analisam como a atmosfera do ambiente de trabalho impacta no comportamento de homossexuais, para que eles assumam sua orientação sexual de para seus colegas de trabalho.

Dessa forma, Hebl e Griffith (2002) observam que as políticas organizacionais que apóiam os homossexuais propiciam que estes revelem sua orientação sexual no trabalho, assim, trabalhadores *gays* e *lésbicas* sentem que a organização é um lugar seguro para que assumam sua homossexualidade. Em uma organização em que as políticas apóiam a homossexualidade, reconhecendo as necessidades dos homossexuais, essas políticas provocam um efeito positivo nas atitudes dos trabalhadores homossexuais e um bem-estar, pois políticas que afirmam e reconhecem a diversidade sexual no espaço organizacional resultam em uma menor discriminação no trabalho (Hebl & Griffith, 2002). Contudo, conforme já foi observado, vale lembrar

que a existência dessas políticas não elimina a discriminação no trabalho, que passa a estar relacionada a aspectos informais diretamente ligados às interações e aos relacionamentos interpessoais dos membros de uma empresa.

Um aspecto interessante da pesquisa de Hebl e Griffith (2002) é que a auto-revelação está relacionada com a satisfação no trabalho. A pesquisa demonstra que indivíduos que revelam sua orientação sexual no trabalho para os colegas tendem a ter um alto nível de ajustamento psicológico e satisfação na vida. Assim, empregados que escondem sua orientação sexual usam estratégias (criam mentiras para passar por heterossexual, trocam o gênero de seu (sua) parceiro(a) em uma conversa) que provocam um desajuste psicológico, como medo e vergonha que podem consumir seu tempo e energia.

Outro fator analisado por Hebl e Griffith (2002) como importante na auto-revelação no trabalho são as diferenças individuais. Para Hebl e Griffith (2002), existem três aspectos relacionados com as diferenças individuais que afetam esse processo: a centralidade da sexualidade em sua vida, o grau de auto-aceitação de sua homossexualidade e a extensão da rede de outras pessoas para a qual revela sua orientação sexual.

A extensão para qual as pessoas estão “out” (“assumidas” como homossexuais) em relação às outras pessoas de seu grupo social varia entre elas e é uma das diferenças individuais analisadas por Hebl e Griffith (2002) no processo de auto-revelação no trabalho. Algumas pessoas revelam sua orientação para seus amigos e familiares, outros preferem não revelá-la. Para os pesquisadores, a extensão por meio da qual as pessoas revelam sua homossexualidade aos amigos e aos familiares diminui o medo

de assumir sua sexualidade no local de trabalho e propicia uma alta integração entre a vida pessoal e profissional. Em suma, podem-se salientar, na pesquisa de Hebl e Griffith (2002), os seguintes aspectos: (a) a auto-revelação da homossexualidade no trabalho está diretamente relacionada com a satisfação no emprego, pois uma das principais motivações que as pessoas possuem é a necessidade de pertencer a um grupo e ter apoio social desse grupo. Portanto, aqueles que recebem reações favoráveis e de suporte das outras pessoas sentem-se mais felizes e menos estressados no trabalho; (b) as diferenças individuais das pessoas têm uma relação forte com a maneira e a possibilidade de se assumirem no ambiente organizacional; (c) o apoio da organização aos homossexuais, por meio da criação de políticas e normas antidiscriminatórias, favorece que trabalhadores *gays* e *lésbicas* assumam sua orientação sexual no trabalho, relatem menor discriminação, percebam e sintam reações mais favoráveis dos colegas de trabalho, além de um tratamento mais justo de seus chefes ou supervisores, do que em organizações que não possuem uma política antidiscriminatória.

Entretanto, a construção da percepção positiva relacionada à discriminação está correlacionada com um clima favorável no ambiente organizacional. Esse clima é formado por diversos elementos, como um ambiente e relações de trabalho (seja com seus chefes, seja com demais colegas de trabalho) que não sejam discriminatórias no trato interpessoal entre heterossexuais e homossexuais, ou seja, as políticas antidiscriminatórias sozinhas não são suficientes para que se tenha um clima favorável à diversidade sexual nas empresas. Provavelmente, as políticas organizacionais antidiscriminatórias emergem e são frutos das relações interpessoais favoráveis aos homossexuais no ambiente de trabalho.

Na mesma direção caminha a pesquisa feita por Driscoll et al. (1996) ao estudarem empregadas lésbicas. As análises dos autores concluem que a abertura no trabalho para a auto-revelação influencia significativamente o estresse ocupacional e a satisfação no trabalho, ou seja, a abertura e o clima favorável para que isso ocorra no local de trabalho afetam, de forma positiva, a satisfação no trabalho.

O processo de “*coming out*” (revelar sua orientação sexual) no trabalho passa por dois mediadores distintos (Franke & Leary, 1991): algumas análises focam a auto-aceitação do indivíduo de sua homossexualidade, outras se direcionam para as preocupações que os indivíduos homossexuais têm para com a reação que os outros possam ter em relação a tal processo. Franke e Leary (1991), ao pesquisarem tal processo, afirmam que, independentemente de a pessoa ser homossexual masculino ou feminino, a preocupação com o que os outros vão pensar sobre sua orientação sexual tem um maior peso do que a auto-aceitação de sua orientação sexual, para que ocorra o “*coming out*”.

Cain (1991), ao analisar os aspectos que influenciam uma pessoa assumir no trabalho que é homossexual, demonstra que esse não é um processo fácil e que os homossexuais gerenciam suas vidas no trabalho. Homossexuais masculinos controlam cuidadosamente o que os outros sabem sobre sua orientação sexual, pois percebem que podem ser estigmatizados pelos demais membros de uma organização.

A *American Psychiatric Association* (1974), também denominada de APA, somente retirou a classificação da homossexualidade como uma desordem mental na década de setenta. Assim, a partir desse período, os profissionais de saúde mental têm visto a maioria dos problemas que afligem um homem homossexual como um resultado de

uma existência encoberta, na qual ele tenta esconder da sociedade a sua homossexualidade, e não mais em razão de sua orientação sexual (Cain, 1991).

Para Cain (1991), os homossexuais masculinos que compartilham sua orientação sexual com outras pessoas são mais psicologicamente ajustados e têm mais habilidades sociais do que aqueles que não se revelam. Contudo, por serem homossexuais, há a necessidade de gerenciar as informações que os outros sabem sobre eles devido ao grande potencial de estigmatização social dessas informações. Desse modo, Cain (1991) afirma que as razões que fazem um homem homossexual assumir suas práticas sexuais no trabalho são diversas. Entre elas o autor especifica os motivos terapêuticos, a construção de relacionamentos, a resolução de problemas, os motivos preventivos, os motivos políticos e os motivos espontâneos.

Cain (1991) considera auto-revelação por motivos terapêuticos quando alguém fala de sua orientação sexual aos outros, o que é uma forma de se sentir melhor consigo mesmo. Assim, a pessoa sente-se culpada, isolada ou excluída por sua homossexualidade e revelar-se passa a ser uma maneira de pedir ajuda e compartilhar suas emoções. Contudo, nem sempre isso leva a pessoa a se sentir bem consigo mesma.

Quando alguém assume sua homossexualidade motivada pelo desejo de aperfeiçoar e melhorar sua relação com outra pessoa, ocorre a auto-revelação por construção de relacionamentos; portanto, por considerar impossível estar próximo de outra pessoa sem assumir uma característica importante de suas vidas, acaba revelando-se (Cain, 1991).

No intuito de resolver um problema interacional com outra pessoa, pode ocorrer a auto-revelação de sua homossexualidade. Assim, assumir sua homossexualidade é um caminho para pôr fim aos constantes questionamentos e problemas que são causados pelo fato de estar ocultando sua homossexualidade, como perguntas relacionadas à namorada ou ao casamento (Cain, 1991). Essa forma de revelação de sua preferência sexual é denominada de resolução de problemas.

Para evitarem futuros problemas, as pessoas podem assumir sua orientação sexual no trabalho. Cain (1991) denomina esse processo de preventivo e afirma que o motivo mais comum para que isso aconteça é o risco de alguém descobrir sobre as práticas sexuais, vendo a pessoa entrar num estabelecimento *gay*, ou dele sair.

A auto-revelação também pode ser por motivos políticos. Existem grupos que lutam pelos direitos dos homossexuais e que pregam a necessidade de tornar a homossexualidade algo mais visível para desafiar os preconceitos que os oprimem. Diante disso, incentivam outros homossexuais a assumir sua condição e seus sentimentos (Cain, 1991). Auto-revelação espontânea acontece quando um homem homossexual se sente geralmente confortável com a outra pessoa, levando-o a acreditar que assumir sua orientação sexual não será algo inapropriado e que provavelmente sua mensagem será bem recebida e aceita pelo ouvinte. Entretanto, Cain (1991) afirma que nem toda revelação é planejada ou desejada pelos homossexuais masculinos. Da mesma forma que existem razões para a auto-revelação no trabalho, também há justificativas para que isso não ocorra. Cain (1991) afirma que a estigmatização da homossexualidade contribui para que tal fato ocorra. Assim, para o autor, existem cinco motivos para que o processo de “*coming out*” no trabalho não



ocorra: impropriedade, análise de custo/benefício, respeito, declaração de responsabilidade e política.

Quando a pessoa considera que a auto-revelação é algo irrelevante ou incorreto em determinadas circunstâncias ocorre o julgamento de que ela é algo inapropriado. Muitos homossexuais, por exemplo, consideram ser impróprio falar sobre sua orientação sexual com seus pais ou colegas de trabalho, por sentirem que esses ambientes não são confortáveis para discutir esse assunto.

Algumas pessoas analisam os prováveis custos e benefícios de assumir sua sexualidade, ou seja, para muitos homossexuais, a decisão de se revelar como *gay* ou manter o segredo torna-se uma análise de custo/benefício. Eles decidem se a revelação trará algum benefício e tentam antecipar os riscos desse processo. Também existem homossexuais que não revelam sua orientação sexual por respeito aos sentimentos e crenças dos outros.

Ao não revelar sua homossexualidade para os outros em razão de alguma característica pessoal, para Cain (1991), ocorre o processo de declaração de responsabilidade. Esse tipo de pessoa considera a não revelação de sua orientação sexual algo problemático e atribui a razão de seu encobrimento a si mesmo, ou seja, o indivíduo considera seu segredo como um problema e assume a responsabilidade pessoal por isso e vive sempre tentando mudar essa situação. A política ocorre quando a pessoa escolhe esconder sua preferência sexual por razões políticas ou ideológicas (Cain, 1991).

Entretanto, na construção de um clima organizacional que permita que as pessoas se sintam à vontade com sua homossexualidade no ambiente de trabalho, a naturalização do modelo heterossexual também influencia esse processo, principalmente pelo heterossexismo. Mas o que seria o heterossexismo?

### **3.4 Heterossexismo e Relações de Trabalho**

Qual seria a influência de uma sociedade construída sobre os moldes do heterossexismo nas relações de trabalho? O que seria o heterossexismo nas relações sociais? Quais as suas conseqüências para pessoas que são homossexuais? Smith e Ingram (2004) tentam responder a essas questões ao examinar as relações existentes entre o heterossexismo no trabalho, as insuportáveis interações sociais e o ajustamento de pessoas que são lésbicas, *gays* ou bissexuais diante dessa realidade.

Primeiramente, o que significa heterossexismo? Herek (1992) define heterossexismo um sistema ideológico que nega, denigre e estigmatiza qualquer forma não-heterossexual de comportamento, identidade, relacionamento ou comunidade. O heterossexismo produz privilégios para pessoas que seguem as normas heterossexuais e exclui esses privilégios para as demais pessoas que não seguem essas normas. Esses privilégios incluem direitos civis para casamentos entre heterossexuais e tratamento social não-estigmatizado em razão de sua sexualidade, entre outros.

A construção do heterossexismo inclui preconceitos individuais e institucionais anti-homossexuais, bem como um comportamento antigay que pode se manifestar em atitudes violentas contra homossexuais ou outras formas de comportamento mais sutis

e excludentes, como perguntar por que uma pessoa (ele ou ela) não é casada ou não reconhecer a legitimidade das relações de mesmo sexo (Smith & Ingram, 2004). O Federal Bureau of Investigation (FBI) classifica o crime contra *gays*, lésbicas e bissexuais como o quarto tipo de crime mais comum nos Estados Unidos da América (FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION, 2001, apud Smith & Ingram, 2004), o que evidencia ainda mais o heterossexismo nas práticas sociais.

A homofobia é um termo que literalmente significa “medo do igual”, sendo usualmente aplicado para expressar o preconceito e a aversão que heterossexuais têm em manter relações de amizade, de afeto e até relações amorosas com pessoas do mesmo sexo, ou seja, é uma palavra que, da mesma forma que o heterossexismo, manifesta o preconceito dos heterossexuais em relação aos homossexuais. Para Herek (1991), a homofobia manifesta, pelo menos, três valores: o preconceito antigay é preliminarmente uma resposta relacionada ao medo de enxergar-se com um ser igual aos homossexuais; a homossexualidade é algo irracional e disfuncional; a homossexualidade é uma aberração individual ao invés de uma manifestação de valores culturais.

A homofobia é uma forma de preconceito que pode resultar em discriminação, em outras palavras, homofobia “é a modalidade de preconceito e de discriminação direcionada contra homossexuais” (Rios, 2007, p. 31). Assim, para que a homofobia exista, deve haver uma distinção que caracterize a homossexualidade como algo ilegítimo em relação ao modelo heterossexual e, dessa forma, deva ser considerada como algo necessário de reparação e de combate, pois a homossexualidade coloca em perigo a estabilidade do binarismo estruturado entre masculino e feminino.

Meyer (1995) desenvolve o conceito de “estresse de minorias” para explicar o estresse psicológico vivenciado por grupos estigmatizados. Para o autor, o estresse de minorias é um estado interveniente entre agentes estressores antecedentes e vivenciados seqüencialmente em uma cultura sancionada, que categoricamente descreve um determinado grupo com um status inferior, resultante do preconceito e discriminação social, ou seja, estresse de minoria é o estresse vivenciado por pertencer a um grupo minoritário que é marginalizado e oprimido, podendo provocar uma alienação, uma internalização dos valores sociais negativos e uma atitude negativa relacionada com uma determinada orientação sexual. Assim, segundo Meyer (1995), o estresse de minorias é operacionalizado por meio de três componentes: homofobia internalizada, estigma percebido e atitudes preconceituosas.

Nesse raciocínio, homofobia internalizada refere-se a uma visão negativa sobre a homossexualidade que tem sido internalizada por gays, lésbicas e bissexuais. O estigma percebido está relacionado com a opinião de que a pessoa será tratada de forma injusta em virtude de sua sexualidade. Por fim, os eventos preconceituosos são as manifestações direcionadas a homossexuais e bissexuais, que são discriminatórias, preconceituosas ou violentas. Os eventos preconceituosos são as ações discriminatórias preconceituosas (Meyer, 1995).

Para Waldo (1999), a extensão em que as pessoas assumem sua homossexualidade no trabalho está relacionada com o heterossexismo vivenciado no ambiente de trabalho. Waldo (1999) ainda afirma que pessoas que se mostram mais abertas para revelar sua sexualidade no trabalho são as que mais percebem e experimentam situações de heterossexismo.

Com o objetivo de estudar o heterossexismo no ambiente de trabalho, Smith e Ingram (2004) desenvolveram uma pesquisa que envolveu 101 pessoas *gays*, lésbicas e bissexuais que moravam e trabalhavam em cidades de tamanho médio nos Estados Unidos. Eles concluíram que o heterossexismo no ambiente de trabalho está positivamente relacionado com a depressão e os distúrbios psicológicos dos sujeitos pesquisados.

Lyons et al. (2005) utilizam a *Theory of Work Adjustment* (TWA) para estudar o heterossexismo no trabalho. Os pesquisadores afirmam que a TWA fornece aos psicólogos uma abordagem empiricamente suportada para explicar a capacidade de “ajustamento” no trabalho de empregados. A TWA é um dos modelos de desenvolvimento de carreira mais estudados nos Estados Unidos por psicólogos do trabalho. Assim, a TWA descreve os valores correspondentes entre as pessoas e o ambiente na tentativa de prever a satisfação dos empregados com seus empregos. Portanto, para a TWA, existe uma relação direta entre a pessoa e o ambiente de trabalho. Essa relação pode trazer satisfação ou insatisfação da pessoa com o trabalho desenvolvido (Lyons et al., 2005). Nesse raciocínio, Lyons et al. (2005) observam que a discriminação informal vivenciada no ambiente organizacional, por meio do heterossexismo presente nas empresas, afeta o ajustamento e a satisfação no trabalho de empregados *gays*, lésbicas e bissexuais.

Badgett (1995) pesquisou o efeito que a discriminação sexual de homossexuais nas organizações tem sobre os salários deles. O estudo fornece claras evidências de que existem diferenças econômicas entre pessoas com diferentes sexualidades. Homens com um comportamento *gay*/bissexual ganham entre 11% e 27% menos do que homens com comportamento heterossexual (o que não significa que não possam ser

homossexuais, contudo, adotam um comportamento tipicamente heterossexual e não se assumem no trabalho). Apesar de os dados sobre as lésbicas não terem uma consistência estatística (devido à pequena amostra), as mulheres com comportamento lésbico ganham entre 12% e 30% menos do que as mulheres com comportamento heterossexual.

O ambiente social no local de trabalho é um componente importante para a satisfação no emprego. Para os homossexuais, o maior fator relacionado com a satisfação no trabalho é o grau de abertura que a empresa tem para sua sexualidade no ambiente organizacional. Para Ellis e Riggle (1995), há uma grande relação entre abertura e satisfação com os colegas de trabalho. Além disso, para os pesquisadores, indivíduos que não são completamente assumidos no trabalho estão mais satisfeitos com os salários que recebem e tendem a ganhar mais do que aqueles que são assumidos para os colegas de trabalho e superiores.

Para Badgett (1995), uma das causas de maiores diferenças salariais entre as mulheres com comportamento homossexual é que a amostra de mulheres homossexuais na pesquisa tem uma média de idade bem menor em relação à das mulheres heterossexuais (mulheres homossexuais têm uma média de idade de 34 anos, enquanto as heterossexuais de 39,4 anos), o que tende reduzir os salários em virtude da fase inicial de suas carreiras. Com relação aos homens homossexuais não há nenhum fator óbvio para reduzir seus salários em relação ao dos homens heterossexuais. Contudo, há uma tendência de os homens *gays* não estarem localizados nos cargos gerenciais e nos trabalhos que exigem força braçal, mas de estarem trabalhando em ocupações técnicas e relacionadas a serviços.

Ao estudar os riscos psicológico, físico e sexual a que *gays*, lésbicas e bissexuais estão sujeitos na infância e na vida adulta, Balsan et al. (2005) afirmam que a sexualidade é um preditor significativo da maior parte das variáveis relacionadas com vitimização e abusos sofridos na infância e na idade adulta. Assim, comparados com heterossexuais, os homossexuais masculinos ou femininos e bissexuais sofrem mais abusos psicológicos e físicos na infância pelos pais ou cuidadores (babás, empregadas(os) e outros), mais abusos sexuais, mais abusos psicológicos e físicos na vida adulta por seus (suas) companheiros(as) e mais experiências de agressões sexuais como adultos. Contudo, existem diferenças na vitimização entre *gays* e lésbicas. Os *gays* são mais vitimizados do que as lésbicas, sejam como crianças, sejam como adultos.

No Brasil, o estudo sobre homossexualidade no ambiente de trabalho ainda é algo incipiente. Somente foram encontrados cinco trabalhos (Siqueira, Ferreira, & Zauli-Fellows, 2006; Irigaray, 2007a, 2007b; Ferreira & Siqueira, 2007; Eccel & Flores-Pereira, 2008) que tratam diretamente a homossexualidade nas organizações. Siqueira, Ferreira e Zauli-Fellows (2006) analisam, por meio de uma pesquisa bibliográfica de nove periódicos internacionais, no período de 1985 a 2005, a identidade e a cultura *gay*, para compreender a problemática relacionada à discriminação no trabalho em função da orientação sexual. Os autores salientam a falta de pesquisas organizacionais sobre o tema no Brasil e demonstram que no exterior as pesquisas relacionadas ao homossexualismo nas empresas se dividem em quatro grandes eixos temáticos: discriminação/estigma/homofobia, desenvolvimento de carreira, *coming out versus in closeted* e igualdade de direitos.

Irigaray (2007a) analisa a política de diversidade implantada no Brasil por uma empresa multinacional do ramo tecnológico, com escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo. O autor inclui em seu estudo de diversidade políticas oficiais da organização focadas para negros, mulheres, homossexuais, deficientes e judeus. Irigaray (2007a) constata que a organização pesquisada tem, na verdade, em sua política de diversidade uma discriminação disfarçada por não existir tratamento em pé de igualdade com as mulheres, os homossexuais, os deficientes e os judeus em relação com os demais funcionários que seguem os ditames sociais considerados como “normais” e amplamente aceitos. E ressalta que o programa de diversidade implantado no Brasil pela organização, apesar de seguir o modelo usado em sua matriz nos Estados Unidos da América onde obteve sucesso, não consegue atingir seu intento em solo brasileiro por questões culturais e sociais que constituem processos arraigados de preconceito existente nos funcionários e no corpo gerencial da empresa que ultrapassam os limites organizacionais, contaminando a política de diversidade promovida pela organização.

As estratégias de sobrevivência de homossexuais no ambiente de trabalho também foram estudadas por Irigaray (2007b). Para tanto, foi feita uma pesquisa com dez homens que afirmaram ter comportamento homossexual ou bissexual em empresas de médio e grande porte, nacionais e multinacionais. As organizações eram de setores financeiros, informática e metalurgia, todas localizadas nas áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Assim, Irigaray (2007b) observou que havia três grandes categorias de indivíduos pesquisados: dos totalmente assumidos, parcialmente assumidos e não-assumidos. Para o autor, cada categoria utiliza estratégias próprias de sobrevivência no trabalho, o



que cria uma identidade homossexual. Os totalmente assumidos adotam as estratégias de gladiadores ou pacificadores; os parcialmente assumidos são classificados como gente boa ou super-homens; já os não-assumidos usam três tipos de estratégias: machões, sedutores ou invisíveis.

Quando os assumidos se valem da estratégia de gladiadores, têm uma posição de enfrentamento, lutando por seus direitos. Como pacificadores, buscam evitar qualquer tipo de conflito, sendo sempre simpáticos, bem humorados, não negando ajuda a nenhum colega de trabalho e estando sempre dispostos a cooperar com a equipe (Irigaray, 2007b).

Para Irigaray (2007b), os indivíduos parcialmente assumidos usam a estratégia de gente boa, muito similar com a estratégia de pacificadores utilizada pelos assumidos. Contudo, a estratégia gente boa se diferencia da pacificadora pelo fato de que seu objetivo é desviar a atenção sobre sua sexualidade, enquanto na estratégia gente boa isso não é um objetivo dos assumidos. Os parcialmente assumidos que utilizam a estratégia de super-homem procuram demonstrar total eficiência e dedicação ao trabalho, para se esquivarem de uma possível discussão sobre sua sexualidade.

Os não-assumidos usam a estratégia de machão quando tentam evitar contato social com qualquer pessoa que pareça ser *gay*, tratando-a de forma pejorativa, evitando assuntos que possam ser relacionados a temas homossexuais e preferindo conversar sobre futebol e mulheres. Na estratégia de sedutor, o não-assumido enfatiza a todo o tempo galanteios às mulheres, valorizando suas constantes aventuras e seus predicados sexuais. Por fim, os não-assumidos também usam a estratégia de homem invisível, tentando chamar o mínimo de atenção, preferindo ser classificado como tímido (Irigaray, 2007b).

Uma observação sobre o trabalho de Irigaray (2007b) merece destaque. Apesar de o autor afirmar que sua maneira de tratar o tema estaria muito próxima das premissas da pós-modernidade crítica, principalmente pelo fato de possibilitar a recuperação de múltiplas vozes e realidades, a análise feita por Irigaray (2007b) está presa e bem próxima a categorias que emergiram na modernidade, como identidade, minoria, heterossexual e homossexual. Contudo, nos dois trabalhos de Irigaray (2007a, 2007b), há um ponto em comum: o autor classifica os homossexuais como uma minoria, aproximando muito o seu trabalho do conceito de estresse de minorias (*minority stress*) desenvolvido por Meyer (1995).

Ferreira e Siqueira (2007) fazem um estudo com o objetivo de analisar os efeitos de ser *gay* nas organizações contemporâneas. Assim, entrevistaram quinze *gays* homens que trabalhavam em empresas públicas, privadas e de economia mista de diversos segmentos de atuação. Salientam que nas políticas de diversidade a parte relacionada aos homossexuais ainda é bastante omissa na maioria das organizações, nas quais permeia um contexto social bastante conservador, de forma que o ambiente de trabalho não permite que os homossexuais revelem sua sexualidade.

Os autores acreditam que existe uma identidade *gay* que é desenvolvida pelo processo de estigmatização, no qual os similarmente estigmatizados se sentem mais à vontade entre si, contribuindo com o desenvolvimento de um sentimento de comunidade com tradições e instituições próprias. Além disso, tratam a formação das comunidades *gays* como um movimento característico de grupos minoritários (Ferreira & Siqueira, 2007).

Segundo Ferreira e Siqueira (2007), o processo de sair ou permanecer no armário e seus efeitos na carreira do indivíduo são algo vital para a análise da homossexualidade

no âmbito das organizações. Os pesquisadores acreditam que os *gays* assumidos são mais voltados para a carreira que permita expressar a orientação sexual no trabalho, enquanto os *gays* enrustidos estão mais focados para escolhas fundamentadas em valores de trabalho mais tradicionais e relacionados a status, compromisso e estabilidade. Dessa forma, Ferreira e Siqueira (2007) concluem que os homossexuais assumidos são alvo de ações homofóbicas que criam barreiras para a ascensão profissional e que também dificultam o relacionamento com o restante do grupo.

Para Eccel e Flores-Pereira (2008), não existe nos estudos organizacionais brasileiros um campo para o desenvolvimento dos estudos que envolvem o homossexual, pois os estudos de gênero acabam privilegiando o feminino e os estudos sobre a diversidade enfocam, na maioria das vezes, as mulheres e pessoas com deficiência. As autoras tratam os homossexuais como pertencentes a uma minoria ao analisarem a política de diversidade voltada para homossexuais em uma livraria.

As pesquisadoras ressaltam que as políticas de diversidade têm um caráter ideológico, mas se apóiam nos pilares de uma suposta neutralidade e racionalidade técnica de gestão. As autoras garantem que as políticas de diversidade não promovem a igualdade por meio da melhoria das condições de trabalho, bem como não aumentam as oportunidades para os grupos discriminados. Assim, Eccel e Flores-Pereira (2008, p. 4) afirmam que as políticas de diversidade acabam mascarando “as diferenças, pois exclui o seu caráter político, e toma a diversidade como mais um recurso organizacional a ser administrado em busca de melhores resultados [...]”. Além disso, concluem que as políticas de diversidade voltadas para homossexuais acabam reafirmando e mantendo a hegemonia do que é considerado como “normal” (heterossexual) e a desvalorização de tudo que é diferente.

Capelle et al (2002) estabelece que as relações de gênero dentro de uma organização constituem-se como relações de poder, onde mecanismos e práticas sociais são instituídos e instituem ações e comportamentos, entretanto, levam apenas em consideração no seu trabalho a dicotomia masculino *versus* feminino e não analisam questões relacionadas aos homossexuais.

Ressalta-se que na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) o Núcleo de Estudos Organizacionais e Simbolismo (NEOS) realizou recentemente uma pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), sobre assédio moral de trabalhadores homossexuais masculinos no setor de serviços nas grandes capitais do Brasil, cujo relatório foi concluído em dezembro de 2008.

Fora do campo organizacional, vale destacar as pesquisas de Anjos (2000, 2002). Elas tratam de questões relacionadas à homossexualidade no contexto social brasileiro, sem relacionar, porém, a homossexualidade com aspectos ligados ao ambiente organizacional.

Em função do exposto até aqui, resta tratar a linha a ser seguida pela tese em termos metodológicos. Assim, o próximo capítulo vai discutir aspectos relacionados a metodologia utilizada por essa tese que pretende estudar a possível discriminação contra homossexuais sob uma ótica pós-estruturalista.

#### **4 METODOLOGIA**

Esta tese tem como objetivo geral estudar como se manifesta uma possível discriminação relacionada a homossexuais masculinos que trabalham em bancos públicos sob uma ótica pós-estruturalista de análise. Assim, esta pesquisa procurou investigar apenas bancos públicos. Dessa forma, foram entrevistados sujeitos de dois bancos públicos federais, denominados de BANCO PÚBLICO A e BANCO PÚBLICO B.

O BANCO PÚBLICO A é uma empresa pública de direito privado, tendo a finalidade de se tornar o “cofre” seguro das classes menos favorecidas. Assim, o BANCO PÚBLICO A tem 148 anos de existência, possui atualmente 2.500 agências bancárias, com aproximadamente 77.000 empregados diretos. O BANCO PÚBLICO B é uma sociedade de economia mista, apresentando uma carteira comercial diversificada. Possui mais de 4.000 agências no Brasil e no exterior, e 82.500 empregados integram o seu corpo funcional.

Devido à dificuldade de acesso às instituições financeiras, contatou-se a Diretoria de Bem-Estar Social do Sindicato dos Bancários, que, por meio de sua diretora, indicou sujeitos para serem entrevistados. Além disso, foram contatadas diversas pessoas, empregados ou não de instituições financeiras, bem como associações de pessoais de bancários e departamentos de recursos humanos de bancos, para indicarem sujeitos que se encaixariam no perfil da pesquisa. Também foram solicitados aos sujeitos entrevistados que indicassem outras pessoas para serem entrevistadas.

Desta forma, as pessoas que indicaram sujeitos para a pesquisa entraram em contato com estes sujeitos, solicitando autorização dos mesmos para que o pesquisador

entrasse em contato com eles. Posteriormente, as pessoas que indicaram esse sujeitos entraram em contato com o pesquisador, informando-o da ocorrência, ou não, de autorização para que fossem contatados para serem entrevistados. O pesquisador somente entrou em contato com as pessoas que realmente permitiram esta aproximação.

#### **4.1 Participantes**

Uma vez que o objetivo geral desta pesquisa é analisar a discriminação contra homossexuais masculinos nos bancos públicos, uma pergunta emerge: por que somente homossexuais masculinos? Ou melhor: por que não incluir também na pesquisa homossexuais femininos? Assim, deve-se explicar neste momento o porquê da exclusão das mulheres como sujeitos da pesquisa.

Segundo Moliner (2004, p. 16), “a relação social do sexo é uma tensão que estrutura e atravessa o conjunto do campo social e desafia certos fenômenos sociais entorno dos quais se constituem grupos de interesses antagônicos”. Desse modo, Moliner (2004) ressalta, em suas pesquisas realizadas no Laboratório de Psicologia do Trabalho e da Ação, sediado em Paris/França, que existe uma divisão social do trabalho entre homens e mulheres. Portanto, para a pesquisadora, as questões de gênero devem ser levadas em consideração nos estudos que ocorrem no campo do trabalho, pois as experiências do dia-a-dia no trabalho em uma empresa são percebidas de forma diferente entre um homem e uma mulher, exatamente em função do discurso hegemônico que subjetiva os indivíduos, fazendo-os acreditar e reproduzir nas práticas cotidianas que tal divisão em grupos identitários é algo natural.

Assim, Moliner (2004) acredita que um mesmo fenômeno social estudado em uma determinada empresa apresentará resultados diferentes por questões de gênero. Portanto, uma pesquisa sobre a discriminação sexual sofrida pelos homens terá resultados completamente diferentes de uma pesquisa que tem como sujeitos apenas mulheres, mesmo que essa pesquisa seja realizada em uma mesma empresa e local de trabalho.

No mesmo sentido caminha a obra de Devreux (2005) ao tratar a divisão sexual do trabalho e criar o conceito de relação social de sexo. Devreux (2005) não usa o conceito de gênero em sua obra, mas utiliza o conceito de “relações sociais de sexo” para estudar a dominação masculina no trabalho. Assim, a autora afirma:

O ponto mais importante reside na acentuação do fato de que as relações entre homens e mulheres constituem uma relação social. O gênero diz mais das categorias, da categorização do sexo que, para mim, é o resultado da relação, uma das modalidades pelas quais a relação social entre os sexos se exprime, mas não toda a relação (Devreux, 2005, p. 562).

Nesse sentido, Cain (1991) salienta que a situação social de lésbicas e *gays*, particularmente em relação ao processo de auto-revelação e tratamento dos demais colegas de trabalho no ambiente organizacional, é suficientemente diferente para garantir análises separadas. Assim, para que a pesquisa seja realizada com uma maior coerência em sua análise, decidiu-se estudar somente os homossexuais masculinos. Esse é o principal motivo por que esta tese se limita a estudar a discriminação sexual de homossexuais masculinos.

Para poderem participar da pesquisa, os entrevistados deveriam cumprir alguns pré-requisitos: primeiro, trabalhar em ambiente bancário público, exercendo atividades consideradas como tipicamente bancárias; segundo, exercer sua atividade laboral na região metropolitana da Grande Vitória, compreendida pelos municípios de Vitória, Cariacica, Vila Velha, Serra, Viana e Guarapari; por fim, admitir que tiveram experiências sexuais consideradas como homossexuais masculinas. Portanto, para a coleta de dados foram entrevistados 8 homens que admitiram ter vivenciado essas experiências, todos trabalhadores de bancos públicos.

Vale ressaltar que um entrevistado não é empregado concursado de banco público. Entretanto, trabalha no banco há oito anos por meio de atividade terceirizada. Mesmo assim, foi mantido na pesquisa por exercer atividade laboral vinculada a uma organização que presta serviços exclusivamente para banco público. Além do fato de estar inserido no ambiente bancário, ele também executa atividades tipicamente bancárias em uma agência da Grande Vitória. Fora isso, vale ressaltar que ele, antes de trabalhar como terceirizado em banco público, foi funcionário de banco privado.

Tendo-se apresentado os sujeitos participantes da pesquisa, cabe neste momento explicar os instrumentos e procedimentos utilizados para a obtenção de dados que tenham relação com os objetivos geral e específicos traçados para esta tese.

## **4.2 Instrumentos e Procedimentos**

Conforme constatado no capítulo 3 dessa tese, os Estados Unidos apresentam-se como o país onde mais se têm feito pesquisas sobre a discriminação de homossexuais no trabalho. Contudo, as pesquisas realizadas lá são, em sua maioria, quantitativas,



nas quais se utilizam métodos estatísticos para analisar e interpretar os dados coletados.

Diante do exposto e em conformidade com os objetivos traçados para esta tese, que não seguirá a tradição das pesquisas norte-americanas sobre o tema, mas será realizado por meio de uma pesquisa qualitativa. Entenda-se pesquisa qualitativa uma forma de procurar respostas para questões particulares. Dessa forma, a pesquisa qualitativa se preocupa, dentro das ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado (Minayo, 1994).

O principal instrumento de coleta de dados foi entrevista semi-estruturada, sendo que a realização da mesma foi baseada em um roteiro semi-estruturado. Dessa forma, diante das respostas fornecidas pelos funcionários, o pesquisador pôde modificar o roteiro previamente traçado, obter informações e dados mais confiáveis possíveis e informações julgadas necessárias para a realização da pesquisa. Vale ressaltar que, para facilitar o diálogo com os entrevistados em razão da crença hegemônica socialmente produzida que existem homossexuais e heterossexuais, esses termos foram utilizados no roteiro de entrevista.

O roteiro de entrevista foi desenvolvido para cumprir os objetivos específicos e, conseqüentemente, o objetivo geral desta pesquisa: analisar a possível discriminação sofrida, nos bancos públicos, por homossexuais masculinos, sob uma ótica pós-estruturalista. A primeira parte do roteiro se destina a obter dados sobre os aspectos pessoais de cada entrevistado, para entender melhor o comportamento deles a respeito de serem socialmente assumidos (ou não) fora do ambiente de trabalho e de como gerenciam a revelação ou encobrimento de sua homossexualidade para seus

familiares e amigos. Com isso, intenta-se entender melhor a história de vida de cada sujeito e a maneira como ele lida com sua sexualidade no meio social em que está inserido. Portanto, esse primeiro bloco de perguntas proporcionará uma melhor contextualização e entendimento dos entrevistados, além de contribuir para o entendimento de questões históricas relacionadas com o “ser homossexual” nos dias de hoje.

Para Queiroz (1988) a história de vida permite construir um quadro amplo da história oral, que pode incluir depoimentos, entrevistas e pesquisas bibliográficas. Para Queiroz (1988) toda história de vida encerra um conjunto de depoimentos e, apesar de ter sido o pesquisador que escolheu o tema da entrevista e formulou as questões elaborando um roteiro temático, na história de vida o narrador é quem decide o que narrar, assim, a história de vida acaba permitindo um cruzamento entre a vida individual e o contexto social do entrevistado. Becker (1994) ainda salienta que na história de vida a história valorizada é a história da própria pessoa, pois são os entrevistados que dão forma ao conteúdo às narrativas no momento em que interpretam suas experiências e a relação delas com o mundo.

O segundo bloco de perguntas está diretamente relacionado com o histórico profissional dos trabalhadores. Aqui são analisados alguns aspectos relacionados às profissões exercidas pelos entrevistados: o crescimento na carreira, a forma de ingresso no banco, os cargos ocupados, os empregos anteriores, as possíveis formas de discriminação percebidas na contratação e a influência da homossexualidade na escolha da carreira.

No terceiro bloco, discute-se a possível discriminação no trabalho. Primeiramente, há uma caracterização do local de trabalho, posteriormente são analisados aspectos direcionados a assunção (assumir publicamente sua homossexualidade) no local de trabalho. Em seguida, é estudada a discriminação de forma mais direta em relação à homossexualidade. Vale salientar que a percepção da existência de discriminação no trabalho é algo relativo e varia de acordo com a visão de cada entrevistado, ou seja, pode existir discriminação na empresa e, mesmo assim, o entrevistado pode não perceber e sentir que ela exista em seu ambiente de trabalho. Dessa forma, as perguntas do terceiro bloco têm a intenção de responder se a orientação sexual das pessoas pesquisadas é motivo de discriminação de colegas de trabalho em diferentes níveis hierárquicos e se as empresas em que os pesquisados trabalham possuem algum programa oficial que promova a diversidade sexual no ambiente de trabalho em suas relações formais, bem como o grau de abertura que as empresas envolvidas na pesquisa apresentam em suas relações informais para que os funcionários entrevistados possam assumir sua orientação sexual.

Por fim, o quarto bloco de perguntas pretende trazer à tona questões que envolvam manifestações de discriminação por parte dos trabalhadores entrevistados contra outros homossexuais, seja no local de trabalho, seja fora dele, bem como analisar possíveis formas de discriminação dos pesquisados contra heterossexuais. O roteiro semi-estruturado completo utilizado nas entrevistas apresenta-se descrito nos próximos parágrafos.

A) **Bloco 01 – História de Vida**: Origem. Idade. Grau de Escolaridade. Composição dos membros da família. Conhecimento da família sobre sua homossexualidade. Despertar do desejo e consciência da própria sexualidade. Forma que as práticas

sexuais se tornaram conhecidas pela família. Estratégias que utiliza para esconder a homossexualidade. Frequenta bares, saunas, boites e festas gays. Como exerce (prática) sua vida sexual (relacionamento estável, namoro, casos fortuitos, garotos de programa, encontros em locais específicos, etc.). Utiliza a internet para conhecer pessoas do mesmo sexo. Tipos de pessoas que encontra na internet. Pessoas do círculo social que sabem sobre sua sexualidade.

B) **Bloco 02 – Histórico Profissional:** Trabalha em banco público. Trajetória profissional antes de trabalhar no banco. Forma de ingresso no banco. Há quanto tempo trabalha em banco. Trajetória profissional dentro do banco. Cargos que já ocupou e que ocupa atualmente. Influência da homossexualidade na escolha da carreira profissional. Possível relação entre mudança de emprego e homossexualidade. De que forma foi contratado. Verificar se a homossexualidade afeta de alguma forma a contratação no banco.

C) **Bloco 03 – Discriminação no Trabalho** (esse bloco está subdividido pelas letras a, b e c): **(a) Caracterização do Local de Trabalho:** Local que trabalha no banco. Quantidade de pessoas com quem trabalha. Faixa etária das pessoas no trabalho. Quantitativo de homens e mulheres no local de trabalho. Existência de negros no local de trabalho. Características das pessoas que considera mais próximo no trabalho (sexo, idade, raça, relação hierárquica). Estrutura hierárquica da empresa. Quantitativo de pessoas que lhe são subordinadas. Quantitativo de pessoas que deve subordinação. Verificar se atende público ou não. Como vê o futuro pessoal no trabalho. A função que ocupa interfere em sua sexualidade em termos de conduta e comportamento. Importância de uma imagem de competência e dedicação profissional para compensar eventuais formas de discriminação no trabalho.

**(b) Quanto a Assunção:** Caso tenha assumido oficialmente sua sexualidade no trabalho: Para quais pessoas no trabalho ele revelou sua sexualidade. Prejuízos percebidos após revelar-se no trabalho. Benefícios percebidos após revelar-se no trabalho. Caso não tenha assumido oficialmente sua sexualidade no trabalho: existe alguma percepção de que as pessoas no trabalho desconfiem da homossexualidade. Por que desconfia que as pessoas no trabalho sabem sobre a homossexualidade. Prejuízos percebidos por não ter assumido. Benefícios percebidos por não ter assumido.

**(c) Quanto a Discriminação e Políticas de Diversidade do Banco:** Pessoas no trabalho fazem brincadeiras ou piadas que tem como tema o homossexual. Maneira como o homossexual é abordado/considerado nestas piadas/brincadeiras. O ambiente de trabalho é um local amigável e aberto para com os homossexuais. Por que julga amigável/não amigável. O fato de ser homossexual pode afetar de alguma forma o crescimento na empresa. Já se sentiu discriminado no trabalho pelo fato de ser homossexual. Relatar a ocorrência do ato discriminatório. A discriminação é recorrente em pessoas que ocupam cargo superior/inferior/igual ao do entrevistado. A homossexualidade afeta diretamente/indiretamente a forma como os colegas de trabalho interagem e lhe tratam, inclusive quando estão do lado de fora da empresa. Visão percebida da opinião gerencial em relação ao homossexualismo. Viveu alguma experiência negativa por ser homossexual. Viveu alguma experiência positiva por ser homossexual. O Banco tem políticas oficiais que proíbem a discriminação contra homossexuais. Quais políticas são estas. Eficácia destas políticas. Existência de algum programa que incentive a diversidade sexual no ambiente de trabalho. Como é o programa. Avaliação da eficácia do programa de diversidade sexual. O banco oferece

as pessoas que têm união estável com pessoas do mesmo sexo os mesmos benefícios sociais concedidos aos demais empregados. Políticas oficiais de promoção no banco. Como é o mecanismo de ascensão profissional nos banco. O corpo gerencial incentiva os funcionários homossexuais a levarem seus companheiros em eventos sociais promovidos pela empresa.

D) **Bloco 04 – Discriminação em Relação aos Outros** (este bloco está subdividido pelas letras a e b): **(a) Em relação às pessoas que praticam relações homossexuais:** Comportamentos no trabalho que julga inadequados em homossexuais. Atitudes de determinados homossexuais no dia a dia que julga prejudicar a imagem dos próprios homossexuais na sociedade. Como considera as pessoas que são afeminadas. Verificar se sai em público com pessoas homossexuais. Como são estas pessoas. Analisar condutas no exercício da sexualidade que não aprova em homossexuais (Exemplo: sexo grupal). Verificar como julga a manifestação pública de afeto entre homens. Freqüenta lugares e ambientes gays. Caso negativo, por que não frequenta. Condutas que não aprova nos homossexuais.

**(b) Em relação às pessoas que não têm práticas sexuais com o mesmo sexo:** Comportamentos no trabalho que julga inadequados em heterossexuais. Atitudes de determinados heterossexuais que julga prejudicar a imagem dos próprios heterossexuais. O que não gosta nos heterossexuais. Sai em público com heterossexuais. Têm vida social com heterossexuais. Como são estas pessoas. Condutas na vida sexual que não aprova nos heterossexuais. Condutas na vida sócio-profissional que não aprova nos heterossexuais. Considera haver mais oportunidade na carreira para os heterossexuais. Considera que há igualdade na carreira atreladas a cor, gênero, opção sexual, etc. Como vê o comportamento dos colegas heteros em

relação a homossexualidade de outros colegas e não para com você. Dá pra dizer que há um comportamento predominante por parte dos heterossexuais.

Antes da realização da entrevista o entrevistador explicou de forma geral a pesquisa para os entrevistados. Neste momento também foi solicitado a assinatura do termo de consentimento (Anexo A), que conforme a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde deve conter de forma clara e explícita os objetivos da pesquisa.

Em todas as entrevistas, foi solicitada a autorização do trabalhador para que elas fossem gravadas. Apenas um pesquisado não autorizou a gravação da entrevista, tendo o pesquisador anotado manualmente as respostas, utilizando-se adicionalmente a técnica de diário de campo, sendo o mesmo construído posteriormente a entrevista. A coleta de dados deste pesquisado durou 186 minutos. Ressalta-se que diário de campo são anotações realizadas posteriormente a entrevista e fora da presença do informante, salientando-se as principais observações efetuadas sobre as respostas dadas pelo entrevistado (Lüdke, 1986). Vale salientar que as anotações devem ser feitas o mais próximo possível do momento da entrevista para proporcionar uma maior acuidade (Lüdke, 1986).

As sete entrevistas gravadas totalizaram 318 minutos de diálogo, obtendo-se uma média aproximada de 46 minutos de entrevista para cada pesquisado. O tempo de gravação das entrevistas variou entre 35 minutos a 72 minutos. Além disso, para uma maior aproximação e conhecimento do ambiente em que os entrevistados trabalhavam, o pesquisador visitou e conheceu os locais de trabalho dos pesquisados por meio de observação simples. Por observação simples “entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende

estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Nesse procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que autor” (Gill, 1999, p. 111).

Além das entrevistas com os sujeitos da pesquisa, o pesquisador fez entrevistas informativas, também denominadas de entrevistas informais. Gil (1999, p. 119) afirma que este “tipo de entrevista é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados”. “As entrevistas informais são realizadas em informantes-chaves, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas, etc.” (Gill, 1999, p. 119). Portanto, as entrevistas informais realizadas nesta tese são entrevistas que foram feitas com pessoas que não são sujeitos da pesquisa, para obter dados adicionais sobre as empresas pesquisadas, a organização do trabalho nelas e a política de diversidade social existente. Foram feitas entrevistas informativas nos dois bancos estudados.

Com o intuito de se aprofundar a análise das políticas de diversidade social existentes na empresa realizou-se também uma pesquisa documental nos bancos pesquisados. Lüdke (1986) salienta que embora pouco utilizada em diversas áreas das ciências sociais, a pesquisa documental pode se constituir numa técnica muito valiosa de abordagem de dados qualitativos para se completar as informações obtidas por outras técnicas. São considerados documentos “leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” (Lüdke, 1986, p. 38).



A pesquisa foi realizada somente no ambiente bancário público, pois se entende que existem diferenças no grau de discriminação de homossexuais de acordo com o campo de atuação profissional de cada um deles, ou seja, para que haja uma maior uniformidade em relação ao ambiente pesquisado, pois, ao estudar pessoas de diferentes setores da economia (serviços, indústria e agricultura), a análise das formas de discriminação poderia ser afetada pelo campo de atuação profissional, o que complicaria e muito o estudo (Nardi, 2007). Se não, veja-se: um homossexual que exerce a profissão de cabeleireiro (setor serviços) provavelmente sofra menor discriminação no trabalho do que uma pessoa que trabalha na indústria (Nardi, 2007).

#### **4.3 Tratamento dos Dados**

Após a coleta de dados iniciou-se o tratamento dos dados obtidos. As entrevistas gravadas foram transcritas (Anexo C) com o intuito de facilitar a análise dos dados obtidos. Dessa forma, o anexo B apresenta, em forma de diário de campo, as informações consideradas relevantes contidas nas transcrições das entrevistas. Para evitar qualquer identificação dos entrevistados, dois fatores foram observados: (a) não será revelado o banco a que eles pertencem, bem como nenhuma informação pessoal que possa facilitar a identificação dos mesmos; (b) os entrevistados receberão denominações extraídas do volume dois da história da sexualidade escrito por Foucault (1984), em sua análise do uso dos prazeres no mundo ocidental, mais especificamente na civilização grega antiga. Entretanto, faz-se necessário destacar que as denominações dadas aos entrevistados não têm nenhuma relação entre as características deles e as possíveis crenças e características dos personagens presentes na obra de Foucault (1984). Em outras palavras, e de forma semelhante aos dizeres finais das produções audiovisuais, “qualquer semelhança é pura coincidência”.

Os relatos obtidos foram analisados utilizando-se a técnica de análise do discurso. Entretanto, existem diversas correntes de pensamento intituladas análise de discurso. Assim, para que se possa realizar uma análise pós-estruturalista dentro dos ditames da analítica *queer* esta tese utilizará a análise de discurso desenvolvida por Foucault. As particularidades desta técnica e o que a diferencia de outras técnicas, como o estruturalismo contido na lingüística crítica, será discutido e apresentado no capítulo 5.

Os dados obtidos na análise documental serão analisados buscando-se identificar nos documentos coletados informações que estejam diretamente relacionados com o tema desta tese, principalmente informações sobre as políticas oficiais sobre diversidade existentes nos bancos públicos estudados e normas oficiais dos bancos que possam existir para coibir a discriminação contra homossexuais. Conforme Lüdke (1986, p. 39) salienta a análise documental é algo valioso quando “se pretende ratificar e validar informações obtidas por outras técnicas de coleta, como, por exemplo, a entrevista, o questionário ou a observação”.

Desta Forma, a análise documental auxiliará a análise das entrevistas realizadas com os sujeitos estudados, tendo em vista que no roteiro de entrevista semi-estruturado aplicado junto aos pesquisados consta questões relativas às políticas de diversidade oficiais existentes nos bancos em que trabalham. As entrevistas informativas servem para dirimir eventuais dúvidas sobre as políticas de diversidade e normas da organização junto aos gestores da mesma. Necessitou-se apenas a realização de uma entrevista informativa, exatamente para se saber o quantitativo de funcionários que têm uniões homoafetivas estáveis e que decidiram incluir seus companheiros como dependentes no plano de saúde oferecido pelas empresas estudadas.

Sendo a análise do discurso desenvolvida por Foucault a principal técnica de análise utilizada nesta tese, torna-se importante explicar os principais aspectos desta técnica. Assim, o próximo capítulo tem o objetivo de definir e explicar o tipo de análise de discurso aqui utilizado.

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO**

A análise do discurso, como uma forma de estudar os fenômenos relacionados com o mundo organizacional, tem sido usada por diversos autores. Nos estudos organizacionais brasileiros, destacam-se os trabalhos recentes de Carrieri et al. (2005a; 2005b), Cavedon (2005), Cavedon e Ferraz (2005) Ichikawa e Ichckawa (2006), Alves et al. (2006) e Souza et al. (2006), que empregam ou questionam as formas de utilização da análise do discurso no campo organizacional. Na psicologia ressaltam-se os trabalhos de Bardin (1977), Nardi (2007) e Narvaz, Nardi e Morales (2006).

Contudo, parafraseando Reed (1998), observa-se que a análise do discurso é um campo historicamente contestado, da mesma forma que a teoria organizacional. Entretanto, o que significa essa contestação? Em que se aplica?

A análise do discurso é um campo historicamente contestado porque existe uma diáspora no que se denomina “análise do discurso”, diáspora que produz uma Babel de formas para estudar e compreender o discurso. Assim, a diversidade de formas de analisar o discurso produzido pelo homem, todas elas camufladas sob a única denominação de “análise do discurso”, constitui um campo heterogêneo e múltiplo.

Gill (2002) afirma que não há uma “análise do discurso”, mas diversos estilos de análise. O que os diferentes estilos de análise compartilham “é uma rejeição da noção realista de que linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (Gill, 2002, p. 244).

Sabe-se que a análise do discurso foi constituída como uma crítica às abordagens positivistas, o que provocou um grande tremor, e também muito usada pelo estruturalismo e pós-estruturalismo (Potter, 1996). Para Gill (2002), existem 57 formas de análise do discurso. Portanto, tal variedade torna quase impossível traçar as diferenças epistemológicas entre elas. Desse modo, para facilitar uma análise das diferenças epistemológicas entre as “análises de discurso”, Gill (2002) constata que há três tradições teóricas que caracterizam epistemologicamente a maior parte das formas existentes de análises do discurso: lingüística crítica, etnometodologia/teoria do ato da fala/análise da conversação e o pós-estruturalismo.

A lingüística crítica é composta por diversas abordagens de estudo do discurso (Gill, 2002). Incluem-se aqui as abordagens denominadas de semiótica social, ou crítica, e estudos da linguagem, ou seja, a lingüística crítica tem como traço a influência do estruturalismo e da semiótica em suas análises (Hodge; Kress, 1988; Kress; Hodge, 1979). Piaget (1974, p. 8) afirma que o estruturalismo é “um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema (por oposição às propriedades dos elementos) e que conserva ou se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações”. Trata-se de uma totalidade que se transforma por auto-regulação, ou seja, os “elementos da estrutura dependem das regras que regem a totalidade, portanto, seu modo de

relacionar-se, seus processos de composição, conferem à totalidade seu caráter de, ela própria, estar sempre se configurando, se transformando” (Araújo, 1993, p. 120).

A etnometodologia e a teoria do ato da fala procuram analisar as estratégias usadas no discurso para obter um determinado intento, não importando em estudar as relações do discurso com o contexto social/histórico (Gill, 2002). Por último, o pós-estruturalismo descarta a crença de que o homem seja autônomo, coerente e unificado, não se preocupando em procurar hermeneuticamente os discursos, mas sim em interpretá-los de uma forma histórica (Foucault, 1999a; 2004a).

Portanto, visto que a análise do discurso é uma multiplicidade de enfoques desenvolvidos por diferentes abordagens teóricas, pretende-se fazer uma discussão de quais seriam as principais diferenças epistemológicas que delimitariam o campo de análise usado pelo estruturalismo e pelo pós-estruturalismo. Assim, para que o trabalho possa cumprir o seu intento, serão tratadas essas tradições de pensamento por meio da análise bibliográfica de alguns dos seus autores precursores. Primeiramente, tratar-se-á das idéias principais incorporadas pelo estruturalismo para, posteriormente, analisar o grupo pós-estruturalista. Por fim, será feita uma análise das diferenças existentes na expressão “análise do discurso”, contidas nas duas linhas de pensamento.

## **5.1 A Morte do Homem no Estruturalismo**

O estruturalismo possui uma relação muito próxima com a disciplina da lingüística, entretanto, a sua implicação mais forte é com a semiótica e com a própria análise estruturalista do discurso. No estruturalismo, a idéia central é que o sentido de um

termo não advém de qualquer “estrutura inerente da relação entre significante e significado, mas do sistema de oposições em que ele está inserido, colocando um desafio fundamental às discussões sobre ‘palavra-objeto’ da linguagem, que era vista como um processo de dar nome a algo” (Gill, 2002, p. 246). Existem vários pesquisadores que trabalham com o estruturalismo como forma de análise do discurso.

Bakhtin (1986) enfatiza em sua obra os estudos de enunciação e interação verbal, demonstrando que existe uma relação entre linguagem, sociedade e história. Para Bakhtin (1981), há uma grande interação entre linguagem e ideologia, pois o estudioso trata o enunciado como objeto de uma cultura cujo significado depende de um contexto sócio-histórico. Assim, o “texto-enunciado recupera estatuto pleno de objeto discursivo, social e histórico” (Barros, 1999, p.01).

O dialogismo permeia a obra de Bakhtin (1986). Para ele, o dialogismo é o princípio que constitui toda linguagem ao mesmo tempo que atua como significado do discurso. Tradicionalmente, o dialogismo é entendido como uma relação entre o transmissor e o receptor de uma mensagem, ou seja, uma relação eu-outro carregada de subjetivismo. Entretanto, Bakhtin não concebe o dialogismo como uma relação que dependa da subjetividade dos envolvidos. Para o crítico russo, o sujeito perde o papel de centro na análise do discurso, sendo esse papel ocupado pelas vozes sociais, que constituem o sujeito histórico e ideológico. Brait (1999, p. 14), ao analisar Bakhtin, diz que o estudioso

[...] afirma que tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciator, não pertence só a ele. Em todo discurso são percebidas vozes, às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais, quase

imperceptíveis, assim como as vozes próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala.

Inúmeras vozes se manifestam no discurso – direcionado a um receptor – provocando o dialogismo. Os vários sentidos contidos nessas vozes surgem e se manifestam na oposição inerente às vozes identificadas. Assim, Bakhtin (1987; 1988) enfatiza as relações entre o enunciado e a enunciação, observando que a enunciação não é separada do enunciado, pois ela é parte do processo de significação provocado pelo enunciado. Dessa forma, o discurso verbal é um fenômeno de comunicação cultural, sendo somente compreendido quando se leva em consideração o meio social em sua análise.

Para que a análise seja completa, faz-se necessário considerar não somente o contexto verbal, mas também o contexto extraverbal do enunciado. Brait (1999) afirma que, para Bakhtin, o contexto extraverbal é formado por três fatores: (a) o espaço que é comum aos interlocutores e que se relaciona com o visível; (b) o conhecimento e a compreensão comum sobre a situação que envolve os interlocutores; (c) a avaliação que os interlocutores fazem dessa situação.

Existe na obra de Bakhtin (1981; 1987) a preocupação em estudar como o dito se relaciona com o não-dito, ou seja, como o verbal se relaciona com o extraverbal. Contudo, para o autor, o extraverbal não é a causa do enunciado, mas faz parte do enunciado, sendo parte integrante da formação de significados. Assim, “para Bakhtin, o enunciado concreto, como um todo significativo, compreende duas partes: a parte percebida e realizada em palavras e a parte presumida” (Brait, 1999, p.20). Ora, se

[...] a palavra presumido pode levar a pensar na situação como alguma coisa na mente do falante, como um ato subjetivo, ele [Bakhtin] demonstra que não é nesse sentido que o conceito está sendo usado. Segundo Bakhtin, é preciso considerar que, no processo de interação entre falantes, o individual e o subjetivo têm por trás o social e o objetivo: “O que eu sei, vejo, quero, amo, não pode ser presumido (pressuposto ou subentendido)”. Apenas o que todos nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos – apenas os pontos em que estamos todos unidos podem se tornar a parte presumida de um enunciado (Brait, 1999, p.20).

O discurso é um evento social, não se caracterizando como um acontecimento contido em uma lingüística abstrata, nem como algo originado da consciência subjetiva do enunciador do discurso. O enunciado concreto nasce, vive e morre por meio de um processo de interação com o meio social, não sendo formado em um processo lingüístico abstrato (Brait, 1999).

Fiorin (2002) afirma que o discurso pode ser estudado de duas formas: pelos seus mecanismos sintáticos e semânticos. Esses mecanismos se relacionam com a produção do sentido ou da compreensão deles como algo cultural e historicamente produzido dialogicamente. Primeiramente, analisaremos quais serão esses mecanismos sintáticos e semânticos na análise do discurso para, posteriormente, compreendermos a produção histórica do discurso.

De forma geral, a semântica dedica-se ao estudo dos significados. Entre os mecanismos semânticos existentes, Fiorin salienta os temas e figuras como os principais meios semânticos de concretização do sentido. A figura remete a algo que existe no mundo natural (abelha, rir, lua, frio, etc.), assim, ela é formada por todo



“conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem como correspondente perceptível o mundo natural. [...] permite aplicar essa categoria a todas as palavras lexicais e não apenas aos substantivos como sempre fez a gramática” (Fiorin, 2002, p. 65). O tema se apresenta como mecanismo semântico oposto à figura, pois o tema é um mecanismo semântico que não remete ao mundo natural. Dessa forma,

[...] dependendo do grau de concretude dos elementos semânticos que revestem os esquemas narrativos, há dois tipos de texto: os figurativos e os temáticos. Os primeiros criam um efeito de realidade, pois constroem um simulacro de realidade, representando, dessa forma, o mundo; os segundos procuram explicar a realidade, classificam e ordenam a realidade significativa, estabelecendo relações e dependências. Os discursos figurativos têm uma função descritiva ou representativa, enquanto os temáticos têm uma função predicativa ou interpretativa (Fiorin, 2002, p. 65).

A sintaxe do discurso está relacionada às projeções da instância da enunciação e às relações entre enunciador e enunciado. A instância da enunciação forma as categorias de tempo, espaço e pessoas por meio da utilização de debreagem. A debreagem “é o mecanismo em que se projeta no enunciado quer a pessoa (eu/tu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação, quer a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (lá) do enunciado” (Fiorin, 2002, p. 41). Desse modo, para Fiorin, existem três debreagens enunciativas: pessoa, tempo e espaço.

Sendo a finalidade do discurso persuadir o outro a acreditar na mensagem que está sendo passada, e não somente informar, o ato de se comunicar torna-se um jogo de interesses e manipulação com o objetivo de fazer que o enunciatário passe a crer no que é comunicado. Assim, as relações entre o enunciador e o enunciatário são uma

forma de produção de sentido, em que o enunciador usa procedimentos argumentativos para que o enunciatário abrace e admita como correto o sentido produzido (Fiorin, 2002).

Contudo, o que nos interessa neste trabalho não são os percursos sintáticos e semânticos tratados por Fiorin. O principal aspecto a ser analisado aqui é a relação da obra do autor com o estruturalismo. Essa relação pode ser observada quando Fiorin (1997) analisa o discurso como algo cultural e historicamente construído. É exatamente na sua preocupação em estudar as relações entre a linguagem e a sociedade que se manifesta o cunho estruturalista de sua obra. Não obstante, antes de começarmos a discutir esse tema na obra do autor, é necessário fazer uma observação: quando empregamos o termo estruturalismo, ele não se refere à lingüística estrutural contida nas obras de Lacan (1985) e Lévi-Strauss (1967). Refere-se ao estruturalismo lingüístico desenvolvido e fundamentado sobre uma perspectiva marxista de análise.

Fiorin (1997) deduz que a linguagem não é constituída apenas pela língua e pela fala, mas constata que também existe uma relação entre linguagem e ideologia. O lingüista salienta que pensar as relações entre linguagem e ideologia não é apenas afirmar que a linguagem é um instrumento de poder em que as classes dominantes, por meio da linguagem, ridicularizam a palavra dos dominados. O que o autor quer enfatizar é o local em que se apresentam determinações ideológicas na linguagem, estudar como a linguagem transmite a ideologia e verificar o conteúdo “ideologizado” na linguagem.

Fiorin (1997) não acredita que a linguagem seja algo autônomo, mas a manifestação da vida real. No entanto, o autor adverte que a linguagem experimenta determinações sociais e também possui certa autonomia em relação às formações sociais. Desse

modo, para o autor, não se deve conceber a linguagem como algo totalmente desvinculado da vida social, assim como não se deve reduzi-la puramente ao nível ideológico.

Entretanto, fala e discurso não têm o mesmo significado. Enquanto o discurso “são as combinações de elementos lingüísticos (frases ou conjuntos constituídos de muitas frases), usadas pelos falantes com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo” (Fiorin, 1997, p. 11), a fala é a forma pela qual se exterioriza o discurso, ou seja, “a fala é a exteriorização psicológico-fisiológica do discurso. Ela é rigorosamente individual, pois é sempre um eu quem toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso” (Fiorin, 1997, p. 11). Sob esse aspecto, qual é a importância dessa diferença apresentada por Fiorin entre a fala e o discurso? Essa importância reside no fato de que a fala não é determinada pelo social, sendo apenas a forma de exteriorização do discurso, constituindo-se como uma parte autônoma em relação às formações sociais. É no discurso que Fiorin analisa as determinações sociais que se relacionam com a linguagem.

Para Fiorin, existe no discurso o campo da manipulação consciente e o da determinação inconsciente. Dessa forma, a sintaxe discursiva faz parte da manipulação consciente, ou seja, a sintaxe discursiva possui uma certa autonomia das formações sociais. Todavia, a semântica depende dos fatores sociais e constitui o campo das determinações inconscientes, “pois o conjunto de elementos semânticos habitualmente usados nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social” (Fiorin, 1997, p.19). Assim, pode-se afirmar que o campo de determinação ideológica é a semântica discursiva.

O conceito de ideologia, para Fiorin, está relacionado com a idéia de “falsa consciência”. A “falsa consciência” é formada pelo conjunto de idéias e representações que justificam e explicam a ordem social, bem como as relações que os homens mantêm entre si e suas condições de vida, ocultando a verdade sobre a ordem social. A ideologia é, simultaneamente, constituinte e constituída pela realidade, pois ela não “é um conjunto de idéias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso diz-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico” (Fiorin, 1997, p.30). Por conseguinte, o discurso cria a imagem do mundo, mas é, a um só tempo, produto social e histórico dele. Tanto para Bakhtin (1981; 1986; 1987; 1988) quanto para Fiorin (1997; 2002), o discurso é influenciado pelas formações ideológicas que constituem a visão de mundo de uma respectiva classe social. Assim, toda formação ideológica constitui uma formação discursiva que ratifica uma determinada visão de mundo.

Dessa forma, nas abordagens estruturalistas apresentadas aqui, pode-se observar uma forte influência do pensamento de Karl Marx e sua concepção dialética da história na compreensão dos processos de produção do discurso. A concepção de que o discurso é algo historicamente constituído manifesta-se claramente na obra de Bakhtin e Fiorin. Portanto, tendo-se analisado as principais características do discurso para os estruturalistas aqui apresentados, cabe agora verificar o que seria o discurso em uma visão pós-estruturalista. Para esse fim, será tratada a obra de Michel Foucault, que é considerado como representante do pós-estruturalismo.

## **5.2 A Morte do Homem no Pós-Estruturalismo**

O discurso é, portanto a matéria de Foucault. Discurso movendo-se livremente numa configuração total, como na história da loucura e da medicina; discurso imperialista e excludente, como em *Les Mots et les Choses*; e discurso controlado, co-existindo com o não pré-discursivo no interior de um *corpus* normativo, como na arqueologia. (Foucault, Rouanet; Melquior; Escobar & Lecourt, 1996, p. 9).

A análise do discurso na obra de Foucault pode ser verificada em três momentos: o estudo da loucura e do saber clínico; o discurso epistêmico; a arqueologia. Ao estudar a loucura e a clínica médica, Foucault (2003a; 2003b) corrobora que o saber sobre a loucura e o saber médico estão intimamente relacionados com os sistemas discursivos e extradiscursivos de uma época, em que o discurso influencia as práticas sociais e as práticas sociais influenciam o discurso. Já ao analisar o discurso epistêmico das ciências humanas, Foucault (1999a) elimina de seu estudo as práticas extradiscursivas, analisando uma rede de discursos inter-relacionados e desenvolvendo o conceito de *episteme*. A arqueologia destina-se a pensar a metodologia usada pelo próprio Foucault (2002) no estudo do discurso nos dois momentos anteriores.

De uma forma geral, apesar de a arqueologia ter um rosto com diversas faces, pode-se afirmar que Foucault acredita que o discurso constitui o mundo social e é constituído por ele. No entanto, Foucault rompe com a posição antropológica tradicional de sujeito, exatamente por acreditar que a antropologia tradicional está diretamente relacionada ao humanismo e que, devido a isso, cria um conceito transcendental de sujeito. Assim, Foucault não enxerga o discurso e o próprio homem como algo pronto, acabado, fixo e estático, nem como possuidor de uma essência. Então, o que seria a arqueologia do discurso? Sobre a arqueologia Foucault (1996, p.17-19) afirma:

Não é uma teoria na medida, por exemplo, em que eu não sistematizei as relações entre as formações discursivas e as formações sociais e econômicas, cuja importância foi estabelecida pelo marxismo de uma forma incontestável. Essas relações foram deixadas de sombra. Seria preciso elaborar tais relações para construir uma teoria. [...] Poderíamos perguntar então o que é a *Archéologie*, se não é nem uma teoria nem uma metodologia. Minha resposta é que é alguma coisa como a designação de um objeto: uma tentativa de identificar o nível no qual precisava situar-me para fazer surgir esses objetos que eu tinha manipulado durante muito tempo sem saber sequer que eles existiam, e, portanto, sem poder nomeá-los. [...] Foi esse ponto de vista que tentei definir na *Archéologie du Savoir*. Trata-se, em suma, de definir o nível particular ao qual o analista deve colocar-se para fazer aparecer a existência do discurso científico e seu funcionamento na sociedade.

Apesar disso, por que a afirmação de que a arqueologia possui diversas faces? Foucault (2003a; 2003b), quando estuda a loucura e as práticas médicas, enfatiza um discurso bastante influenciado pelas práticas sociais. Entretanto, quando Foucault (1999a) analisa a emergência das Ciências Sociais, ele passa a dar menor ênfase nas práticas sociais como forma de constituição e análise do discurso, destacando o conceito de *episteme*.

Portanto, em relação à análise do discurso presente na arqueologia, não há um terreno sólido e único do que seria o discurso, mas sim um terreno movediço, onde se podem verificar três formas de análise do discurso: um discurso totalmente dependente das práticas extradiscursivas (práticas sociais); a colocação entre parênteses dessas práticas extradiscursivas para concentrar a descrição no plano exclusivo do discurso; a incorporação, enfim, dessas práticas extradiscursivas à análise, seguindo um método

rigoroso, mas ainda dando uma importância maior ao pré-discursivo do que às práticas sociais (extradiscursivas) (Foucault, 1996).

Foucault sente que, em sua obra arqueológica, existem aspectos que são contraditórios com o seu intento, dos quais podemos citar como relevantes os seguintes aspectos: primeiro, o fato de tentar encontrar uma explicação baseada puramente nas práticas sociais para o surgimento de um discurso. Foucault aproxima sobremaneira sua análise àquela do estruturalismo marxista, fortemente baseada na explicação econômica para os fenômenos sociais, visão que o filósofo acreditava ser muito reducionista e demasiadamente generalizante; segundo, em movimento contrário ao primeiro, Foucault utiliza a idéia de *episteme* para explicar qualquer discurso e afasta as práticas sociais do processo de formação discursiva, criando um discurso anistórico, fazendo uma análise que também acaba caindo, de certo modo, em uma perspectiva estruturalista, porém em um estruturalismo quase que transcendental, pois atribui a *episteme* um papel divino em que o discurso não está fundamentado nas práticas sociais e sim na idéia de *episteme*.

Entretanto, o principal intento de Foucault na arqueologia era caminhar em direção a uma análise pós-estruturalista do discurso. Em face desse intento, observa-se talvez a mudança de direção na arqueologia que começa com a crença nas práticas sociais e, logo em seguida, caminha em direção contrária, trazendo o conceito de *episteme*. Assim, é na genealogia que Foucault vai libertar-se dessas ambigüidades e criar um conceito pós-estruturalista de discurso. Na tentativa de solucionar os problemas e ambigüidades na análise do discurso apresentada nos três movimentos da arqueologia, Foucault irá em direção à genealogia. Para entendermos melhor o que é a arqueologia

e suas implicações na análise do discurso, temos de entender qual é, para Foucault, o papel do sujeito na produção de um discurso.

Como Foucault (1996, p.30-31) mesmo afirma, o importante em uma análise do discurso é “saber quais as condições impostas a um sujeito qualquer para que ele possa se introduzir, funcionar, servir de nó na rede sistemática do que nos rodeia”. Foucault não acredita em um sujeito cognoscente e autônomo, conseqüentemente, não acredita em um sujeito criador de discurso. Levando-se em consideração esse raciocínio, a análise do discurso não tem como objetivo e ponto central a análise que partiria do sujeito para explicar suas relações com o mundo externo. A análise do discurso pretende investigar a existência de certos objetos que se desenvolvem, funcionam e se modificam sem nenhuma referência a algo considerado como intuitivo e fundamentado em um sujeito. Assim, os sujeitos se limitam a entrar na análise do discurso, “por portas por assim dizer laterais, no interior de um sistema, que não somente se conserva desde um certo tempo, com sua sistematicidade própria e num certo sentido independente da consciência dos homens” (Foucault, 1996, p.30). Destarte, o discurso tem existência própria, sendo independente da existência desse ou daquele sujeito. É na arqueologia que Foucault (1979) intensifica seu combate contra a idéia de sujeito autônomo contida no humanismo e na modernidade e seu rompimento com uma concepção de história contínua e linear. Lecourt (1996, p. 46) afirma que Foucault faz um ataque a

[...] qualquer teoria do reflexo, na medida em que enxerga no “discurso” a superfície de projeção simbólica de acontecimentos ou processos situados no exterior, na medida em que procura “descobrir um encadeamento causal descritível ponto por ponto, permitindo correlacionar uma descoberta e um



acontecimento, ou um conceito e uma estrutura social”, na medida, em suma, em que repousa sobre um fundamento “empirista” ou “sensualista”, qualquer teoria de reflexo, assim definida, pressupõe como “ponto fixo” a categoria do sujeito, e é suspeita, desde o início, de antropologismo [...]. Mais surpreendente ainda: a categoria de autor, que no entanto parece bastante concreta e evidente, é rejeitada. O autor é simplesmente a qualificação literária, científica ou filosófica de um “sujeito” definido como “criador”. O “livro”, portanto, é uma unidade construída ingênua e arbitrariamente, que nos é imposta, de forma imediata e irreflexiva, pelas ilusões da geometria, pelas regras da impressão e por uma tradição literária suspeita. O “livro” deve, pois, ser considerado não como a projeção literal e mais ou menos racionalizada de um sujeito portador e instaurador de sentido, mas como um “nó de rede”.

Baseando-se nesses princípios, Foucault (2003c) irá analisar o discurso seguindo dois conjuntos. O primeiro conjunto, denominado pelo autor de crítico, coloca em prática o princípio da inversão, caracterizando-se por buscar formas de exclusão, limitação, apropriação do discurso, ou seja, analisar por que interesses e necessidades se formam os discursos, como se modificam e se deslocam e que força esse discurso exerce. O segundo conjunto, denominado por Foucault de conjunto genealógico, tem o intento de pôr em prática os princípios presentes no conjunto crítico: “como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (Foucault, 2003c, p.60-61). Para entendermos melhor como o conjunto crítico e o genealógico se articulam, devemos entender como Foucault percebe alguns conceitos, dentre eles se destacam: acontecimento discursivo; enunciado; prática discursiva; formação discursiva; ruptura.

Lecourt (1996), em sua análise sobre a obra de Foucault, trata e explica com clareza o que seriam alguns desses conceitos. Primeiramente, o **acontecimento discursivo** nos remete a uma forma de entender a própria dinâmica da vida, pois uma vez eliminadas todas as formas de continuidade da história e, conseqüentemente, da vida, a ordem cronológica da história é quebrada e todo um domínio é liberado. Esse domínio passa a ser algo imenso, contudo definível, sendo constituído por todo o conjunto dos enunciados, sejam falados ou escritos, em toda a sua dispersão de acontecimentos. Antes de encontrarmos uma verdade discursiva em uma ciência ou em romances, todo o material deve ser analisado como se fosse de uma população de acontecimentos no espaço discursivo em geral e não de um indivíduo. O **acontecimento discursivo** permite determinar as relações entre os diversos enunciados entre si, entretanto, sem nenhuma referência à consciência de um autor ou vários autores, mas sim às relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de ordem técnica, econômica, social, política, geográfica, entre outros.

Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 29) entendem que o acontecimento discursivo para Foucault “se define em relação à inscrição do que é dito em um momento determinado em *configurações de enunciados*”, ou seja, todo acontecimento discursivo está dotado de uma perspectiva histórica. Assim, o acontecimento discursivo permite que todo acontecimento da vida se traduza em uma linguagem específica e essa linguagem seja capaz de formular a experiência ao mesmo tempo que permite a elaboração de procedimentos para individualizá-la. “A ênfase é colocada, assim, no processo complexo de transformação de uma situação em um acontecimento discursivo; portanto na singularidade universal dos pontos de vista individuais constitutivos do caráter de acontecimento desse processo” (Charaudeau & Maingueneau, 2004, p. 29). Conseqüentemente, o acontecimento discursivo não tem

sua origem em um encadeamento causal, no sentido em que nem todo acontecimento histórico gera um evento discursivo. Dessa forma,

[...] o lugar discursivo do acontecimento decorre mais de uma apresentação subjetiva do que de uma representação *a priori*: sua maneira de ser lhe é imanente, irreduzível, portanto, a toda situação histórica. [...] Estamos, nesse caso, o mais distante possível do que convém denominar o evento de comunicação, significado por um processo discursivo, portanto, sem significação própria, sem fenomenalidade, que se impõe ao sujeito, despossuindo-o de sua capacidade interpretativa (Charadeau & Maingueneau, 2004, p. 30).

A intenção de caracterizar a unidade elementar do acontecimento discursivo leva Foucault a propor a idéia de enunciado. Assim, para que um determinado processo lingüístico possa ser estudado e analisado como um enunciado, ele deve ter uma existência material, sendo a materialidade uma condição constitutiva do próprio enunciado. Assim, torna-se necessário que o enunciado tenha substância, suporte, local e data (Lecourt, 1996). Um enunciado não deve ser considerado como algo ou como acontecimento que teria sido produzido em um tempo e lugar determinados, como se fosse um ato de memória, “mas vê-se que não é, tampouco, uma forma ideal que se pode sempre atualizar e um corpo qualquer, em um conjunto indiferente e sob condições materiais que não importavam” (Foucault, 2002, p.120).

Dessa forma, para Foucault (2002), o **enunciado** é a unidade elementar do discurso. Ele declara que os enunciados não existem somente quando existe uma língua e todas as suas regras. Se não houvesse um **enunciado**, uma língua também não existiria; entretanto, nenhum **enunciado** depende da língua para existir. A linguagem (língua) “só existe a título de sistema de construção para enunciados possíveis; mas, por outro

lado, ela só existe a título de descrição (mais ou menos exaustivas) obtida a partir de um conjunto de enunciados reais. Língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência” (Foucault, 2002, p.96-97). Foucault ainda afirma que o enunciado não tem o mesmo gênero da frase, pois “não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objetivo material poderia ser, tendo seus limites e sua independência” (Foucault, 2002, p.98).

Desse modo, o **enunciado** não é uma unidade elementar que viria somar, complementar ou misturar-se com a lógica nem com as unidades descritas pela gramática. O **enunciado** não pode ser isolado como uma frase, um ato de formulação ou uma preposição, ou seja, quando se descreve um enunciado não se está isolando e caracterizando um segmento horizontal, mas se estão definindo as condições em que se realizou a função que deu uma série de signos e existência específica. Não é necessário que esses signos sejam gramaticais nem logicamente estruturados (Foucault, 2002). Assim, o discurso não se define independentemente das relações que o formam; o discurso é uma prática, ou melhor, é uma prática discursiva.

O que há de mais enfático na “Arqueologia do Saber” (Foucault, 2002) é a intenção de instituir, utilizando-se o nome de **formação discursiva**, uma teoria materialista e histórica das relações e das formações do saber. A noção de formação discursiva foi introduzida por Foucault e completamente reformulada por Pêcheux (Narvaz et al., 2006). Foucault, com o conceito de **formação discursiva** “procurava contornar as unidades tradicionais como ‘teoria’, ‘ideologia’, ‘ciência’, para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas” (Charaudeau & Maingueneau, 2004). A **ruptura** é o nome dado às transformações que incidem sobre o regime geral de uma ou diversas formações

discursivas. Para Foucault (1979), a história é descontínua, feita de rupturas e descontinuidades. Rouanet (1996, p. 111) entende que a intenção de Foucault em construir uma história descontínua é exatamente para excluir da história qualquer antropocentrismo, pois a “sucessão das fases obedece a uma legalidade puramente discursiva, sem qualquer referência a uma teleologia ou a uma subjetividade fundadora. A história descontínua nega todo projeto, divino ou humano [...]”.

Portanto, uma vez apresentados os principais conceitos contidos na arqueologia, resta agora analisar como a análise do discurso, chamado aqui de estruturalista, se relaciona com o pós-estruturalismo de Foucault. Assim nos perguntamos quais são suas similaridades, os seus pontos divergentes e o que os afasta e os une simultaneamente.

### **5.3 À Noite, Todos os Gatos são Pardos**

A análise de discurso de Bakhtin, de Fiorin e de Foucault apresenta algumas semelhanças, dentre as quais se pode destacar a crença na constituição histórica do homem e do discurso. Além disso, para ambas, o discurso é um fenômeno social e não uma capacidade individual de que o sujeito seria fonte e produtor do próprio discurso. Assim, tanto os primeiros autores apresentados quanto a arqueologia não atribuem ao indivíduo a capacidade de gerar o discurso, mas afirmam que o discurso de alguém é um discurso socialmente produzido por múltiplas vozes.

Assim, a subjetividade desloca-se do sujeito e é vista como um efeito de linguagem. Para Foucault (2004b), o sujeito é produzido pelas verdades de uma época quando os discursos e os sujeitos são constituídos por uma relação poder-saber, e, para Bakhtin (1986; 1987; 1988) e Fiorin (1997), o sujeito é produzido pela ideologia dominante.

Entretanto, em todas essas análises, existe uma coisa em comum, presente em ambas: a morte do homem como ser autônomo e produtor de discurso.

Outro ponto em comum é que os três autores pensam o mundo como uma totalidade concreta e se opõem a qualquer concepção metafísica dos fenômenos sociais, pois a metafísica transforma o real em categorias independentes e particulares. N. B. Costa (2000) afirma que a metafísica intenta isolar cada aspecto do complexo social, ou seja, transformar o fenômeno social em abstração para estudá-lo em relação aos outros aspectos de modo casual e mecânico. Assim, os autores combatem tal prática e a consideram como reducionista e sem nenhuma relação com o mundo concreto, pois ambas vão caminhar na estrada do imanente.

Sendo a análise do discurso contida nas duas correntes aqui tratadas da ordem do imanente, elas vão-se dedicar ao estudo das práticas sociais. Portanto, Foucault (2002) e os demais autores enfatizam em seus estudos a análise das práticas sociais para entender a produção discursiva. Apesar de a análise das práticas sociais ser um ponto de convergência, também é um ponto de diferença, principalmente sobre a análise de um aspecto dessas práticas: a ideologia.

Assim, esses pontos marcantes em comum nos levam a enxergar a análise do discurso contida nessas correntes como algo semelhante. Às vezes, a dificuldade em analisar correntes de pensamento complexas leva-nos a pensar que “todos os gatos são pardos”, ou seja, que ambas falam de uma mesma coisa e que a diferença entre elas seriam apenas questões pontuais. Contudo, se formos colocar um pouco mais de luz no assunto, veremos que as diferenças não são tão pontuais quanto parecem.

O primeiro aspecto que afasta a análise do discurso foucaultiana é a consideração da idéia de ideologia e de práticas sociais presentes nos outros autores. Foucault (1999b, p. 40) afirma que já descreveram “uma ideologia da educação, uma ideologia do poder monárquico, uma ideologia da democracia parlamentar, etc. Mas, na base, no ponto em que terminam as redes de poder, o que se forma, não acho que sejam ideologias”. Dessa forma, Foucault (1999b) enxerga a idéia de ideologia algo muito reducionista e não trabalha com tal conceito em sua análise do discurso, substituindo-a pelo saber. Segundo o filósofo, o que se deve analisar são os

[...] instrumentos afetivos de formação e de acúmulo de saber, são métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de investigação e de pesquisa, são aparelhos de verificação. Isto quer dizer que o poder, quando se exerce em seus mecanismos finos, não pode fazê-lo sem a formação, a organização e sem pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos (Foucault, 1999b, p.40).

Portanto, quando analisa as formações discursivas, Foucault procura não usar as unidades e conceitos tradicionais de teoria, ideologia e ciência, para definir conjuntos de enunciados associados a um mesmo sistema de regras historicamente determinadas (Charaudeau & Maingueneau, 2004). Narvaz *et al.* (2006, p. 9) afirmam que, para Foucault, o discurso é constituído por espaço heterogêneo e repleto de dispersão a qual se manifesta nos objetos, nas temáticas e nas teorias. O que “atribuiria uma suposta unidade a um discurso, [...] não seria a existência de um objeto único, de um estilo único, de temáticas e teorias ou conceitos hegemônicos”, mas sim o jogo de relações entre temáticas, teorias, objetos, conceitos. Assim, cabe à análise do discurso apenas descrever essa dispersão para tentar compreender as regras comuns que regem a formação dos discursos, identificando a formação discursiva. Foucault (2002; 2003c) busca analisar as diferentes formações discursivas com base nas suas

emergências, não procurando encontrar a ideologia contida nas formações discursivas. Narvaz *et al.* (p. 15, 2006) afirmam que, para Foucault,

[...] os discursos são práticas sociais – práticas discursivas entendidas como regras anônimas, constituídas no processo histórico, determinadas no tempo e no espaço. O sujeito que conhece, os objetos que conhece e as modalidades de conhecimento são efeitos das implicações do poder-saber e de suas transformações históricas, ao invés de efeitos diretos do interpelamento ideológico.

De forma oposta, para Bakhtin (1986) e Fiorin (1997), o conceito de ideologia é fundamental para a análise do discurso e das práticas sociais. A ideologia exerce um papel preponderante no discurso, como se viu na obra desses autores, enquanto, para Foucault, ela é abandonada, pois ele (Foucault, 1999b) não procura nem se interessa em revelar ideologias. Para ele, não há nada que revelar ou descobrir, uma vez que acredita que a ideologia seria produtora de uma falsa verdade que mascararia a realidade. Isso fica claro ao considerarmos que a corrente simbolizada por Bakhtin e Fiorin possui uma forte influência de Karl Marx, vendo-se, assim, o discurso como o local de manifestação da ideologia. Já Foucault foi influenciado fortemente pela obra de Nietzsche na qual a ideologia não exerce um papel fundamental. Porém, como se viu até aqui, esse comentário não pretende reduzir as diferenças entre os autores aqui comparados em uma afirmação apenas, mas apontar uma possível origem para distanciá-los no uso do conceito de ideologia.

Para Bakhtin (1986) a palavra existe tanto na infra-estrutura como na superestrutura, mas ela não é nem uma nem outra, embora possua um valor social que se insere no domínio da ideologia localizado na superestrutura. Para Bakhtin (1986) e Fiorin (1997),



ideologia é tudo quanto se refere às manifestações culturais relacionadas a uma determinada classe social, ou seja, a ideologia manifesta a luta de classes. N. B. Costa (2000) diz que em Marx não há único conceito de ideologia, mas um conceito denominado pelo autor de negativo e outro, neutro. O conceito negativo de ideologia é que a ideologia seria falsa consciência, tendo em vista que produz interpretações distorcidas que encobrem a realidade. O conceito positivo liga a ideologia aos interesses de classes, havendo uma ideologia proletária e uma ideologia das classes dominantes. Assim,

[...] com relação a linguagem, podemos observar que os dois conceitos de ideologia são pertinentes para a teoria marxista da linguagem. Quando o conceito negativo é usado, diz-se que a linguagem manifesta a ideologia. Quando o conceito neutro é utilizado, além disso, diz-se que o ideológico condiciona o lingüístico ou simplesmente está na linguagem (N. B. Costa, 2000, p.43).

Por fim, a análise do discurso em Bakhtin (1986, 1988) e Fiorin (1997) tem uma forte relação com o econômico, pois, para eles, a linguagem tem intensas ligações com a ideologia que se situa no campo da superestrutura. Todavia, as classes sociais e o campo ideológico (superestrutura) são constituídos em função das possibilidades de um campo econômico (infra-estrutura) nos autores. Foucault evita um economicismo em suas análises e enfatiza a constituição de diversos saberes, saberes heterogêneos na produção do discurso, mas essa produção de verdade não tem o econômico como fator principal. Rouanet (1996) salienta que Foucault pensa o discurso distintamente do marxismo, que vê no discurso a voz pura e simples da infra-estrutura econômica, ou seja, Foucault rebela-se contra o dogma de enxergar nas formações discursivas o reflexo das formações sociais das quais emergiram.

## 5.4 Aspectos Relevantes

A análise do discurso é algo múltiplo e heterogêneo, assim, existem diversas “análises” do discurso. Aqui se propôs a discutir o que seria análise do discurso contido no estruturalismo das obras de Bakhtin e Fiorin, bem como no pós-estruturalismo de Foucault. É claro que existem autores que não foram aqui citados e que se aproximam das duas vertentes. O mais importante é lembrar que, mesmo os autores que dialogam com Bakhtin, tais qual Fiorin, não se aproximam dele de modo homogêneo. Seria possível dizer que Bakhtin, como um precursor de várias modalidades de análise do discurso, influenciou o campo estruturalista representado por diversos autores que manifestam uma heterogeneidade semelhante àquela do campo da análise do discurso. Aliás, apesar de nos referirmos a somente um autor do pós-estruturalismo, tal heterogeneidade também se observa na obra de Foucault.

Embora existam diversos pontos em comum, cremos que eles são devido às preocupações resultantes de um contexto histórico similar no qual essas correntes emergiram. Contudo, as soluções encontradas para entender o que é o discurso e o que o constitui foram divergentes. Uns se agarraram à ideologia e Foucault, aos saberes, para analisarem a formação discursiva de uma época.

Assim, a arqueologia é um ato de denominação que teria o efeito de constituir conjuntos de enunciados que constroem um segmento de saber em um espaço-tempo a que se convencionou chamar arquivos. Para Charaudeau e Maingueneau (2004), ao usar a palavra arqueologia, Foucault (2002) faz uma dupla captura terminológica que afasta as palavras de sua utilização habitual: arqueologia é a seleção e a descrição do

arquivo, porém os arquivos não se referem aos textos acumulados por uma civilização, mas sim ao jogo das regras que, em uma cultura, levam enunciados a surgir, permanecer e desaparecer, os quais existem como acontecimentos e como coisas.

Após a tentativa de uma análise arqueológica dos discursos formadores de um saber anônimo, Foucault (1979) vira-se para a genealogia dos poderes e para o cuidado de si. Isso ocorre porque Foucault passa a entender que as práticas culturais eram mais indispensáveis que as formações discursivas. A importância dos discursos só pode ser compreendida no momento em que eles se integram ao processo de desenvolvimento histórico da sociedade (Dreyfus & Rabinow, 1995).

Já para Bakhtin e Fiorin, o complexo social é formado e constituído pela estrutura econômica, pois ela forma a unidade e a conexão de toda esfera social, e, dessa forma, o fenômeno lingüístico não pode ser estudado fora dessa unidade. Os autores concebem a realidade como algo complexo e constituído pela estrutura econômica e, conseqüentemente, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem com os meios de produção e com a própria produção. Assim, a linguagem é vista como um fenômeno social inseparável da concepção materialista da história e revela de forma nítida o fenômeno ideológico (N. B. Costa, 2000).

O importante é entender que a análise do discurso é um movimento que nasce dentro de um determinado contexto intelectual de uma época e tem por objetivo principal quebrar a idéia de uma ciência neutra, fundadora e descobridora da verdade, ou seja, a análise do discurso (especificamente as linhas aqui explicitadas) emerge num contexto histórico em que os modelos de ciência e de educação formais são repensados e,

dessa forma, foi possível trazer grandes contribuições das vertentes aqui analisadas para essa discussão.

Como já afirmado, Gill (2002) assevera que a análise do discurso foi uma crítica ao positivismo que emergiu do prodigioso impacto do estruturalismo e do pós-estruturalismo. Por isso mesmo, a análise do discurso tem uma base epistemológica bastante diversa de outras metodologias (que é o modo como é vista nos Estudos Organizacionais). Contudo, para a autora, existem características-chave das diversas perspectivas de análise do discurso. Essas características seriam: (a) postura crítica a um conhecimento considerado como dado, aceito sem nenhum questionamento e aliado a uma profunda descrença de que nossas observações do mundo nos revelam sua natureza autêntica e a verdade; (b) a forma que todos nós compreendemos o mundo é historicamente constituída e culturalmente específica e relativa; (c) uma forte atribuição aos estudos das práticas (vale ressaltar que, conforme visto, cada autor tem uma idéia específica em sua obra do que seria essa prática e que, assim, o conceito de prática social não é único) de forma que explorem as maneiras como os conhecimentos, as construções sociais, os fenômenos e os problemas estão ligados a essas práticas.

Bakhtin e Fiorin, e mesmo Foucault, não acreditam que o sujeito seja detentor, produtor e criador do discurso, pois todo discurso é um ato social, e não individual. Portanto, para os primeiros, os sujeitos que participam do processo de interação lingüística são sujeitos assujeitados pela ideologia, pois, assim, todo ato de enunciação é ideológico. Para Foucault, o discurso é constituído por uma rede saber-poder contida nos jogos de verdades, portanto, os sujeitos e, conseqüentemente, seus discursos, são constituídos por essa rede.

Dessa forma, independentemente da corrente de análise do discurso que o pesquisador trabalhe, este está fazendo uma opção por trilhar por um caminho onde não existem verdades *a priori*. Aliás, as verdades não existem, mas fazem parte de um grande jogo discursivo constituído pelas relações de poder para os pós-estruturalistas, ou pela ideologia para autores como Bakhtin e Fiorin, um jogo discursivo de que a própria ciência não está imune.

## 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes de apresentar a análise individual das entrevistas realizadas, gostaria-se de proceder à discussão da pesquisa exatamente pelo seu lado inverso, que são as entrevistas não-realizadas, por considerar esse dado algo relevante para esta tese. Diante da dificuldade em conseguir entrevistas com pessoas que se enquadrassem nos sujeitos de pesquisa, considera-se esse fato um dado tão importante quanto as entrevistas obtidas em função do tema desta tese.

Dessa forma, a coleta de dados foi o momento mais crucial da pesquisa. A identificação de sujeitos que têm desejos sexuais homoafetivos não é algo fácil, tendo em vista que esse desejo é algo velado e guardado, de modo muito seguro, pela maioria das pessoas. Assim, a indicação dos pesquisados ocorreu, em sua grande parte, por intermédio de terceiros que os conheciam e tinham liberdade para falar com eles sobre a possibilidade de concessão de uma entrevista. Um fato deve ser salientado: as pessoas que indicavam diziam que a entrevista era algo fácil de obter, pois o indicado era uma pessoa “assumida”.

Entretanto, não foi isso que ocorreu. Foram indicadas mais de trinta pessoas e somente com oito as entrevistas realmente ocorreram. Assim, observou-se que as entrevistas somente ocorreram com os “visíveis dos visíveis”. “Visíveis dos visíveis” significa que não basta apenas a pessoa ser “assumida” para que ela esteja disposta a falar sobre sua sexualidade e as possíveis implicações da sexualidade com o seu ambiente de trabalho e sua carreira profissional.

Mesmo em pessoas consideradas “bem resolvidas” e “assumidas”, encontrou-se uma grande resistência às entrevistas e a maioria delas não quis participar da pesquisa. Esse fato trouxe muito incômodo e fez sobressair uma grande indagação: por que pessoas que são consideradas bem resolvidas até mesmo no ambiente de trabalho não concederam entrevista? Esse mesmo problema já ocorreu e foi observado em outras pesquisas realizadas em solo brasileiro e, diante dessa questão, alguns autores chegaram a três possíveis motivos para que esse fato ocorresse.

Em primeiro lugar, como Medeiros (2007) salientou, as pessoas que desenvolvem sentimentos homoafetivos foram acostumadas, desde sua infância, a não falar sobre seus sentimentos no âmbito doméstico e familiar. Esse comportamento é estendido para a vida pública e leva a pessoa, diante da insegurança e medo, a não falar de sua sexualidade e, dessa forma, tentar aumentar sua aceitação na sociedade e evitar eventuais formas de preconceito e discriminação.

Em segundo, falar sobre sua condição homoafetiva é um movimento que marca o próprio corpo. Conforme já demonstrado, Rios (2007) salienta que uma das diferenças do preconceito e da discriminação contra homossexuais em relação ao racismo e ao sexismo é que estes apresentam marcadores corporais que possibilitam a distinção de negros e de mulheres. Os negros podem ser facilmente identificados pela sua cor de pele e por outras características físicas, tais como: forma do nariz, tipo de cabelo, entre outras. As mulheres se diferenciam dos homens na anatomia de seu corpo. Entretanto, o homossexual não possui nenhuma característica corporal que possa ser considerada como uma característica que garanta cem por cento de certeza de sua condição.

Assim, opostamente aos negros e mulheres, os homossexuais podem passar despercebidos pelas pessoas ao seu redor, pois não são facilmente visíveis. Entretanto, parece que o ato de falar sobre sua homoafetividade faz que se sintam descobertos, como se estivessem colorindo sua pele com a tinta da visibilidade homossexual e a perda dessa invisibilidade é algo perigoso e ameaçador, mesmo em pessoas que aparentemente sejam “assumidas”.

Por último, o trabalho tem um valor e um significado muito importantes nas relações sociais cotidianas. Falar sobre sexualidade já é por si só um grande tabu; mas falar de possíveis implicações entre sexualidade e trabalho potencializa e catalisa ainda mais esse tabu e constitui-se num território minado (Nardi, 2007).

Sendo as pessoas entrevistadas de banco público, exatamente por saberem que não podem ser demitidas pelo fato de serem homossexuais (nada impede que o preconceito se traduza em outros motivos que, apesar de aparentemente não terem nenhuma relação com a homoafetividade, possam ser usados para justificar uma demissão), pois têm uma maior estabilidade em seus empregos e só podem ser demitidas por justa causa comprovada, pensava-se que seria fácil obter entrevistados nos bancos públicos.

Entretanto, vale salientar que, apesar de os empregados de bancos públicos terem, aparentemente, certa estabilidade no emprego, o fato não garantiu uma grande obtenção de entrevistados. Possivelmente, a obtenção de contingente de entrevistados funcionários de bancos públicos se deve principalmente à confiança que os pesquisados desenvolveram em relação a seriedade do pesquisador.



## **6.1 Contextualização do Setor Bancário**

A partir da desregulamentação e da inovação financeira iniciada na década de noventa, empresas em diferentes áreas de atuação passaram por transformações significativas, tanto tecnológicas quanto de gestão, bem como em relação às estratégias competitivas que travam entre si. Dessa forma, em razão da necessidade de se adaptarem ao mundo globalizado, as empresas passaram a investir significativamente para alcançar uma maior velocidade e flexibilidade, para que se tornem indiferentes às restrições de tempo, espaço, cultura local e moeda (Grisci et al., 2005).

No setor bancário, o processo de informatização e os recursos da sociedade da informação foram usados cada vez mais no dia-a-dia de suas atividades, interferindo, de forma mais intensa, nas atividades dos bancários. Paralelamente a esse movimento, ocorreu uma reestruturação que torna as fronteiras cada vez mais permeáveis, na qual o setor bancário indica a criação de uma nova ordem do processo do trabalho intrinsecamente relacionada às inovações tecnológicas e mudanças organizacionais. Essas inovações e mudanças, fundamentadas nas novas tecnologias da informática, têm-se voltado à maximização dos recursos disponíveis e ao aumento da produtividade humana, tendo por objetivo um forte crescimento do lucro dos bancos, demandando requalificações dos sujeitos bancários, não apenas restritas à aquisição de novos conhecimentos, mas também à incorporação de novos modos de ser, de num novo ritmo de trabalho com uma velocidade que, até então, não se fazia imaginar e estar presente (Grisci, 2003).

Verifica-se, então, que o trabalho bancário público e privado se vem reestruturando ao longo das últimas décadas em suas formas de organização e execução. Com a introdução da tecnologia da informação, acoplaram-se maior mobilidade e complexidade aos modos de trabalhar bancário.

A reestruturação produtiva do trabalho bancário teve na queda da inflação um desencadeador importante e pode ser tomada como um processo que ocorreu em duas etapas: reestruturação para dentro e para fora (Grisci et al., 2005). O processo de reestruturação para dentro dos bancos brasileiros ocorreu a partir da segunda metade da década de 1980 e acarretou a incorporação mais acirrada de novas tecnologias, desencadeando demissões em massa, o que nos bancos públicos se deu por meio dos Programas de Demissão Voluntária (PADV) (Grisci & Bessi, 2004). Já o processo de reestruturação para fora ocorreu na segunda metade da década de 1990. Nesse momento, os bancos que atuavam no sistema financeiro brasileiro aprofundaram o ajuste para fora. Essa etapa deu-se por meio de processos que envolveram a transferência do controle acionário, intervenção ou liquidação por parte do Banco Central e a incorporação por outra instituição financeira. Ao final da década de 1990, a grande inserção de bancos internacionais foi outro processo que veio somar-se aos ajustes para fora (DIEESE, 2001, apud Grisci et al., 2005).

Conforme falado, a incorporação de novas tecnologias provocou um processo de demissões, o que nos bancos públicos se deu por intermédio dos Programas de Apoio à Demissão Voluntária (PADV) (Grisci & Bessi, 2004). Àqueles que permaneceram trabalhando, outros modos de existência individuais e coletivos foram solicitados e implementados. Esses modos intentavam produzir perfis relacionados à flexibilidade, à adaptabilidade, à cultura de desconstrução e reconstrução e ao processamento

instantâneo de novos valores. Emergem, nesse contexto, práticas sociais relacionadas com diversas formas de assédio e abuso dos empregados das instituições financeiras públicas e privadas (Grisci & Bessi, 2004).

## **6.2 Pesquisa Documental**

Os programas de diversidade desenvolvidos pelos bancos públicos tendem a atenuar formas de discriminação direta, conforme definido por A. M. M. Costa (2007). Contudo, não são plenamente eficazes contra atos discriminatórios no trabalho, pois, diversas formas de discriminação indireta, fundamentadas em aspectos culturais, ainda são praticadas nos bancos estudados. Assim, analisar esses programas é algo necessário para entender a discriminação contra os trabalhadores (Ragins & Cornwell, 2001).

A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) é uma entidade representativa das empresas que fazem parte do setor bancário brasileiro, sejam públicas, sejam privadas. Criada no período da ditadura militar, mais especificamente em 1967, tem o objetivo de representar seus associados (Bancos) nos poderes executivos, legislativos, judiciários e demais entidades representativas da sociedade. No primeiro semestre de 2008, a FEBRABAN anunciou a realização de um censo para mapear a diversidade dos trabalhadores do sistema bancário brasileiro. Esse censo merece uma análise, pois todos os dois bancos em que os entrevistados trabalham são filiados à FEBRABAN.

O anúncio de que a FEBRABAN iria fazer um censo em todos os bancos brasileiros para mapear a diversidade deles, despertou grande curiosidade do pesquisador, pois se acreditava que todos os aspectos que envolvem a diversidade, inclusive aspectos

relacionados à sexualidade dos trabalhadores, seriam levantados nesse censo. Contudo, não foi isso que aconteceu.

O questionário usado na pesquisa continha vinte e três questões. Essas questões mapeavam os seguintes aspectos relacionados à diversidade: sexo (masculino ou feminino) e cor/raça. A maioria das questões não tem nenhuma relação com a diversidade e era direcionada a descobrir os seguintes aspectos: estado civil, histórico profissional (onde trabalhou antes de ser admitido no banco), histórico no banco (forma de contratação, cargo para o qual foi contratado, cargo que ocupa atualmente, remuneração, quantidade de vezes que foi promovido, jornada de trabalho, cursos e programas de treinamento freqüentados nos últimos anos) e consideração do local de trabalho como acessível às pessoas com deficiência.

Diante do instrumento de coleta de dados utilizada pela FEBRABAN para mapear a diversidade nos bancos brasileiros, pode-se chegar às seguintes conclusões: (a) a FEBRABAN desconhece, ou não considera importante, aspectos ligados a deficiências dos funcionários, etnia e homossexualidade; (b) restringir a pesquisa apenas a aspectos de gênero (masculino/feminino) e cor de pele (cor/raça) parece uma estratégia utilizada pelos gestores dos bancos para não entrarem em questões mais incômodas e polêmicas, como homossexualidade e deficiências físicas dos funcionários; (c) o conceito de gênero é usado na pesquisa de forma bem tradicional e conservador, estando fortemente ligado a um modelo binário-biológico em que a palavra gênero é usada praticamente como sinônimo de feminino.

Assim, fica evidente qual o tipo de diversidade que a FEBRABAN quer defender e promover nos bancos afiliados. Essa diversidade restringe-se apenas a aspectos de

gênero e cor de pele, deixando de fora outros aspectos importantes relacionados ao tema. Isso evidencia que falar de forma clara e aberta sobre homossexualidade no trabalho bancário ainda é um grande tabu para os gestores que ocupam a mais alta hierarquia dos bancos.

Além disso, apesar de não ser o objetivo desta pesquisa, vale ressaltar que a única questão relacionada à deficiência não tem nenhuma relação em saber se essa deficiência está presente no corpo funcional dos bancos, perguntando apenas se a pessoa considerava o ambiente de trabalho acessível/adequado às pessoas com deficiência. Esse fato chama a atenção, pois em nenhuma das agências e locais de trabalho visitados pelo pesquisador havia pessoas com deficiências. Apenas Ciro mencionou a existência de um homossexual, deficiente físico, com baixa produtividade, que havia trabalhado com ele, mas atualmente não faz mais parte do corpo funcional da empresa.

Apesar de existir uma legislação que obrigue as empresas a contratar um determinado contingente de pessoas com deficiência, isso não é respeitado pelos bancos, sejam públicos, sejam privados. Assim, retratar na pesquisa promovida pela FEBRABAN o quantitativo de pessoas com deficiência que trabalhariam nos bancos seria um tiro contra o próprio pé, pois os bancos burlam a legislação e, assim, se a pesquisa elaborada fizesse esse tipo de questionamento iria evidenciar esse fato.

Contudo, os bancos públicos pesquisados, além de seguirem as diretrizes da FEBRABAN, também desenvolveram políticas próprias que englobam outros aspectos relacionados com a diversidade. O principal deles é sobre a diversidade homossexual. Dessa forma, analisar as políticas de diversidade direcionadas aos homossexuais

promovidas pelos bancos públicos é algo que se faz necessário. Um dos bancos públicos estudados até possui uma cartilha sobre diversidade (Documento Corporativo A, 2006). No entanto, esta cartilha fala apenas sobre gênero, definindo gênero como uma “expressão culturalmente determinada da diferença sexual, que questiona os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens, permitindo a compreensão do ser mulher e do ser homem como uma construção simbólica” (Documento Corporativo A, p. 7-8, 2006).

Apesar de até reconhecer a construção simbólica do que é ser homem e mulher, a cartilha sobre diversidade desse banco fixa-se nas idéias de que o que pode mudar são apenas as definições e papéis sobre o que é ser homem ou mulher, naturalizando essas duas categorias como um *a priori*, em que elas mesmas sempre vão existir independentemente do momento histórico.

Além disso, a noção de gênero ainda está fortemente fundamentada na trilogia sexo-gênero-sexualidade que emergiu no século dezoito (J. F. Costa, 1995; Laqueur, 1996; Louro, 2004). Contudo, o pior aspecto contido na cartilha de diversidade é tentar amparar a equidade apenas das mulheres, retirando de seu enfoque qualquer aspecto relacionados aos homossexuais. Dessa forma, o conteúdo da cartilha praticamente trata a palavra gênero como sinônimo de mulher, apesar de não retratar esse conceito na sua definição sobre gênero. No outro banco público analisado não existe nenhuma cartilha ou material equivalente relacionado à diversidade. Diante desses fatos, surgiu a seguinte questão: onde estão as políticas sobre diversidade destinadas aos homossexuais, promovidas por esses bancos?

Concluiu-se que essas políticas se resumem apenas em aspectos contidos nos normativos das empresas sobre a inclusão de beneficiários nos planos de saúde oferecidos por elas. Aliás, apesar de alguns entrevistados relatarem que existe a possibilidade de incluir companheiros como dependentes nos planos de previdência complementares oferecidos pelos dois bancos públicos, de fato não há nada expresso em nenhum normativo desses bancos que evidencie isso. Acredita-se que os entrevistados afirmaram a existência de benefícios previdenciários pelo fato de que, se incluir uma pessoa como companheiro em um plano de saúde, cria-se um fato jurídico que é a existência de uma união estável homoafetiva, facilitando o reconhecimento e a comprovação de uma relação estável nos órgãos de previdência, seja esse órgão Previdência Social do Brasil ou Previdências Privadas.

Aliás, nem os normativos são tão claros quanto à inclusão de dependentes que têm relações homoafetivas estáveis em plano de saúde. Apenas relatam de forma bem abrangente, sem nenhuma contextualização, e sorrateiramente a existência dessa possibilidade de inclusão de dependentes. Por exemplo, em um dos bancos estudados um item de seu normativo diz que a “inscrição de companheiro(a) do mesmo sexo somente é possível se o/a titular for optante pelo [plano de saúde]” (Documento Corporativo B, p. 5, 2008). Ou seja, não existe nada explanando de forma clara e objetiva sobre o tema. É como se esse item tivesse incluído de forma isolada, sem nenhum contexto que o explique e, de forma intencional, sem merecer nenhum destaque. Não há clareza do que as empresas consideram como um companheiro(a), quais são seus critérios de definição, bem como que documentos comprovariam uma união homoafetiva estável. Ou seja, o normativo não regula nada, acaba caindo em um grande vazio, pois deixa mais lacunas do que afirmações esclarecedoras.

Um fato que se deve salientar é que, na discussão do dissídio coletivo da categoria bancária, referente ao biênio 2008/2009, as organizações de classe ligadas aos empregados desses bancos públicos solicitam uma redação de benefícios que seja realizada de forma mais clara para consolidar o reconhecimento de companheiros e companheiras que têm relações homoafetivas. Ora, essa solicitação evidencia ainda mais que a política de diversidade direcionada aos homossexuais dos bancos públicos, são muito capengas e repletas de lacunas, estando ainda em uma fase bem embrionária de discussão, aparecendo nos documentos oficiais das empresas de forma bem tímida e com poucos esclarecimentos sobre benefícios concedidos. Entretanto, tem um aspecto positivo: apesar de toda timidez, é uma semente que acaba trazendo à tona uma discussão sobre o tema.

Uma prova da falta de efetividade desses programas é que, no BANCO PÚBLICO A, existem apenas três casais homoafetivos cadastrados no plano de saúde em todo o estado do Espírito Santo. O outro banco público foi consultado para saber o quantitativo de dependentes cadastrados como casais homoafetivos, entretanto, tanto o setor responsável pelo gerenciamento do plano de saúde oferecido aos funcionários que é subordinado ao departamento de recursos humanos do banco, quanto à empresa oferecedora do plano de saúde informaram que não tinham nenhum controle ou registro desses dados.

Na busca de fatos mais esclarecedores sobre o tema, resolveu-se analisar os códigos de ética dos bancos. O BANCO PÚBLICO B, que não tinha nenhum controle sobre o quantitativo de funcionários que incluíram seus companheiros como dependente, também não tem nada específico direcionado aos homossexuais em seu código de ética. Apenas salienta que os seus funcionários devem adotar como condutas



prioritárias em todos os relacionamentos a justiça, a responsabilidade, a confiança, a civilidade e o respeito (Documento Corporativo C, 2008).

Já o BANCO PÚBLICO A salienta em seu código de ética (Documento Corporativo D, 2008) que repudia todas as atitudes de preconceito relacionadas a origem, raça, gênero, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação. Além disso, determina em outra parte que os empregados devem evitar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o amor próprio e sua integridade moral. Apesar de ser mais específico que o código de ética do banco público anteriormente relatado, seu código de ética continua sendo muito generalista e utiliza apenas a palavra gênero em sua definição e, conforme dito, a palavra gênero é usada pelo mesmo como sinônimo de mulher (Documento Corporativo A, 2006).

### **6.3 Caracterização dos Participantes**

Foram analisados os discursos de oito trabalhadores de bancos públicos federais, com idade variando de quarenta e um a cinquenta e três anos, concentrando-se a maioria deles na faixa etária entre quarenta e cinquenta anos, apresentando tempo de trabalho em serviço bancário público que oscila entre oito anos até trinta anos e tendo boa parte deles entre vinte a trinta anos de trabalho bancário, no qual apenas dois trabalhadores não possuem nível superior.

Desses trabalhadores, quatro ocupam função gerencial, sendo que os restantes não exercem nenhum cargo comissionado nos bancos públicos em que trabalham. Os entrevistados exercem suas funções laborativas nos seguintes municípios: dois

trabalham em Guarapari, três trabalham em Vila Velha, um trabalha em Vitória e dois trabalham em Cariacica. Vale ressaltar que todos entrevistados trabalham em municípios integrantes da região metropolitana da Grande Vitória e todos os pesquisados admitiram ter vivenciado relações sexuais consideradas como homossexuais masculinas.

Conforme dito, para manter o sigilo dos participantes, eles serão denominados utilizando-se nomes extraídos da obra de Foucault (1984). Portanto, os entrevistados receberam as seguintes denominações: Antístenes, Diógenes, Xenofonte, Platão, Sócrates, Aristóteles, Alcebíades e Ciro.

#### **6.4 Histórico de Vida**

Antístenes é natural do sul do Espírito Santo, tem 43 anos, possui nível superior e está no momento realizando uma pós-graduação. Sua família é composta por seus pais e, excluindo-se Antístenes, mais um casal de irmãos, sendo Antístenes o irmão mais velho. Antístenes crê que sua família sabe sobre sua homossexualidade, apesar de ele nunca ter conversado com nenhum membro de sua família de forma explícita sobre sua orientação sexual.

A partir dos sete anos Antístenes percebeu o despertar de sua orientação sexual. Apaixonou-se por seu vizinho que tinha a mesma idade dele e em razão desse sentimento seu amigo não conseguia sair de sua cabeça. Antístenes frequenta apenas boates *gays* e não gosta de saunas e bares *gays*, contudo, saliente que quando era mais novo frequentava com maior assiduidade boates *gays*, atualmente tem diminuído

bastante a sua freqüência. O entrevistado exerce sua vida sexual através de encontros esporádicos e fortuitos marcados pela internet.

Diógenes é originário do nordeste, tem quarenta e seis anos e formação superior. Seu pai é falecido e sua família é composta por sua mãe e nove irmãos, fora Diógenes. Atualmente ele mora com sua mãe e uma irmã. Os demais irmãos moram em outros estados do Brasil. Diógenes sentia desejos homoafetivos desde sua infância e informou que sua mãe e duas irmãs sabem sobre sua orientação sexual. O pesquisado relatou que freqüenta somente saunas *gays* e cinemas eróticos, mas que não gosta de boates e festas *gays*. Ele freqüenta sauna *gay* uma vez por mês e vai ao cinema erótico a cada quinze dias aproximadamente. Diógenes não gosta de utilizar a internet para conhecer pessoas.

Entretanto, apesar de freqüentar sauna *gay* e cinema erótico Diógenes sempre teve relacionamentos homoafetivos de longa duração. Seu primeiro relacionamento durou nove anos, o segundo onze anos e atualmente namora um rapaz há três anos e meio. Diógenes revelou que encontros sexuais esporádicos com terceiros é algo consentido e conhecido por seu namorado atual, sendo inclusive praticado em conjunto.

Xenofonte é natural da região norte do estado do Espírito Santo, tem cinqüenta e três anos e escolaridade nível superior. Sua família é formada por seus pais e mais duas irmãs, sendo ele o filho do meio. Xenofonte informou que conversou com sua família de forma explícita sobre sua orientação sexual e que todos sabem sobre ela. Xenofonte percebeu que tinha desejos homoeróticos por volta dos seus quatro anos de idade, quando seu pai o levou a um estádio para assistir um jogo de futebol, pois o que mais

chamava a atenção de Xenofonte no estádio de futebol não era o jogo em si, mas os homens que ali estavam.

Xenofonte freqüentava bares, boates e saunas *gays*, contudo, desde que começou a namorar um rapaz, aproximadamente há um ano e meio, parou de freqüentar estes lugares. Ele informou que gosta mesmo é de namorar e até teve um namoro que durou oito anos. Xenofonte não gosta de utilizar a internet para conhecer pessoas, mas gosta de ver fotografias de homens e assistir filmes *gays* pela internet.

Platão nasceu no sul do estado do Espírito Santo, tem cinqüenta anos e formação superior. Sua família é composta por sua mãe e, excluindo-se Platão, mais quatro irmãos, compostos por dois homens e duas mulheres. Ele acredita que sua família sabe sobre sua orientação sexual, apesar de nunca ter conversado com eles sobre isso. Desde cedo Platão sentia desejo por outro homem só que o reprimiu até os seus trinta e três anos.

Platão gosta de ir a boates, bares, saunas e festas *gays*. Contudo, ele informou que não utiliza a internet para conhecer pessoas e prefere viver relacionamentos amorosos estáveis a procurar ter encontros casuais com outros homens. Entretanto, apesar de freqüentar diversos tipos de lugares e ambientes considerados *gays*, atualmente namora um jovem rapaz há, aproximadamente, três anos e seu namorado também freqüenta esses lugares conjuntamente com Platão.

Sócrates é originário do sul do Estado do Espírito Santo, tem cinqüenta e dois anos e ensino médio técnico. Seus pais são falecidos e Sócrates possui um casal de irmãos. Ele acredita que sua família saiba sobre sua orientação sexual, apesar de nunca ter

conversado com eles de forma explícita. Somente na sua adolescência Sócrates começou a sentir desejos homoafetivos.

Sócrates não vai a saunas, bares ou boates *gays*; frequenta apenas e de forma esporádica festas *gays*, que denomina de festas GLS (**G**ays **L**ésbicas e **S**impatizantes). Frequenta estas festas exatamente por considerar que as pessoas que vão a elas não são exclusivamente homossexuais. Sócrates exerce sua vida sexual através de namoros e relatou que viveu três casamentos homossexuais. Ele não utiliza a internet para conhecer pessoas.

Aristóteles nasceu na região norte do estado do Rio de Janeiro, tem quarenta e dois anos e possui escolaridade nível superior. A família de Aristóteles é formada por sua mãe e, excluindo-se Aristóteles, uma irmã e dois irmãos. Apesar de nunca ter conversado de forma clara e explícita com seus familiares sobre sua orientação sexual, Aristóteles acredita que eles sabem sobre ela. Aristóteles começou a sentir desejos homossexuais quando estava cursando o ensino médio.

Aristóteles não frequenta festas, bares, saunas ou boates *gays*. Entretanto, afirmou que quando convidado por alguém ele vai a estes lugares. Aristóteles prefere exercer sua vida sexual através de relacionamentos estáveis, relatando que viveu recentemente um casamento homoafetivo de doze anos. Em relação a utilização da internet para conhecer pessoas, ele informou utiliza a internet principalmente para passar o tempo, mas que já conheceu várias pessoas pela internet.

Alcebíades é originário da região sul do estado do Espírito Santo, tem quarenta e um anos e possui nível superior completo. Seu pai já é falecido e sua família é composta

por sua mãe, sendo que Alcebíades tem mais dois irmãos e uma irmã. Ele afirmou que desde que nasceu tem desejos homoafetivos e que toda sua família sabe sobre sua homossexualidade.

Alcebíades já teve relacionamento estável que durou dez anos. Apesar de ainda morar junto com esta pessoa, afirmou que eles não têm mais nada, apenas são excelentes amigos atualmente. Alcebíades relatou que, como não tem ninguém, prefere ir a saunas e boates para conhecer pessoas e conseguir encontros amorosos esporádicos. Alcebíades também informou que não utiliza a internet para conhecer pessoas.

Ciro nasceu em Minas Gerais, tem quarenta e nove anos e possui escolaridade secundária. A mãe de Ciro é falecida, sendo sua família composta por seu pai e uma irmã. Ele acredita que todos os seus familiares sabem sobre sua homossexualidade, apesar de só ter conversado sobre sua sexualidade de forma aberta com sua irmã, cunhado e sobrinhos, evitando falar sobre o assunto com seu pai. Ciro afirmou que tem desejos homoafetivos desde sua infância. Contudo, seu primeiro contato sexual com um homem só ocorreu quando tinha vinte e cinco anos.

Ciro não frequenta bares, boates, festas ou saunas *gays*, preferindo ir a locais que considera heterossexual, além de *Pubs* e confrarias sociais nas casas de seus amigos. Sobre sua vida sexual, ele prefere relacionamentos duradouros e estáveis, demonstrando uma aversão a casos esporádicos. Ciro utiliza a internet para conhecer pessoas, só que não a utiliza de forma frequente.

## 6.5 Histórico Profissional

O primeiro e único emprego de Antístenes é o banco em que trabalha há dezenove anos, onde ingressou através de concurso público. Antístenes trabalhou dez anos na área meio do banco (área meio é o nome dado para os setores do banco que não atendem ao público, situados fora das agências bancárias, que servem para dar suporte para que as agências bancárias possam funcionar e atender os clientes. Exemplo de área meio: setor de compensação de cheques, área de processamento de dados, recursos humanos, etc.). Posteriormente, foi transferido para trabalhar em uma agência bancária, onde, com treze anos de empresa, conseguiu seu primeiro cargo comissionado de agente de atendimento, ressaltando-se que este cargo não faz parte da carreira gerencial da empresa. Somente com aproximadamente dezoito anos de banco Antístenes conseguiu ser promovido para gerente. Antístenes salienta que a sua orientação sexual não influenciou na sua escolha de carreira.

O primeiro trabalho de Diógenes foi como menor-aprendiz em banco público, depois trabalhou apenas três meses em uma empresa de pequeno porte. Posteriormente exerceu a função de topógrafo em outra organização e, por fim, ingressou novamente em banco público por meio de concurso, onde trabalha há vinte e seis anos. Com cinco anos de banco Diógenes passou a exercer a função de Caixa Executivo. Somente com dezenove anos de atividades no banco é que Diógenes conseguiu exercer cargo gerencial, ocupando a função de gerente há aproximadamente sete anos. O entrevistado afirmou que a sua sexualidade não afetou a escolha de sua carreira profissional.

O exército foi o primeiro trabalho de Xenofonte, chegando a ocupar a patente de tenente. Depois trabalhou em uma emissora de televisão elaborando comerciais. Posteriormente exerceu a função de vitrinista em uma loja de departamentos. Por fim, entrou para o banco em que trabalha por meio de concurso público há mais de trinta anos, onde nunca ocupou nenhuma função de confiança. Para Xenofonte a sua sexualidade não influenciou em sua escolha de carreira.

Platão começou sua vida laboral trabalhando em uma empresa pública federal. Posteriormente fez concurso público para trabalhar em banco público federal, conseguindo obter sucesso em sua empreitada. Assim, Platão é funcionário concursado do banco há vinte e seis anos. Começou a trabalhar no banco sem exercer função de confiança e com onze anos de banco passou a exercer a função de Caixa Executivo. Somente com dezesseis anos de serviços prestados Platão foi promovido a gerente de núcleo, sendo posteriormente rebaixado para supervisor e atualmente exerce a função de gerente de retaguarda. Para Platão a orientação sexual não influenciou a escolha de sua carreira profissional.

Sócrates só teve um emprego antes de trabalhar no banco. Ele primeiramente trabalhou como contador e depois prestou concurso público para ingressar no banco em que trabalha até os dias atuais. Sócrates trabalha há vinte e cinco anos no banco e nunca ocupou nenhum tipo de função de confiança, inclusive funções gerenciais. Ele se denomina de PE e explica que esse termo significa um funcionário que trabalha há muito tempo no banco, mas que nunca exerceu função de confiança. Sócrates alega que nunca teve interesse em crescer no banco. Além da atividade bancária, Sócrates também faz bijuterias e é vendedor da Avon e de folheados de prata e ouro. Ele salienta que, comparando-se com suas atividades no banco, sente-se mais realizado



como vendedor desses produtos do que como bancário, apesar de ainda depender financeiramente do salário do banco para viver. Para Sócrates sua orientação sexual não exerceu nenhuma influência em sua escolha para ser bancário.

Aristóteles começou a trabalhar com oito anos de idade, realizando decorações em festas. Depois, aos quatorze anos, trabalhou em banco público como *office boy*. Posteriormente trabalhou em uma associação recreativa criada pelos funcionários do banco público que havia atuado como *office boy*. Por fim, foi aprovado em concurso público para trabalhar no banco onde exerce, há vinte e um anos, suas atividades laborais. Aristóteles chegou a ocupar função gerencial no banco, não informando quanto tempo foi necessário para que isso ocorresse. Contudo, foi destituído do cargo devido a abertura de um inquérito administrativo que durou dois anos para ser concluído. Apesar de absolvido no inquérito, Aristóteles foi destituído da função e voltou a ser escriturário, não sendo mais nomeado, a partir desse fato, para exercer qualquer tipo de função de confiança na empresa. Aristóteles informou que a sua orientação sexual não tem relação com a escolha de sua carreira profissional.

Alcebíades conseguiu o seu primeiro emprego por meio de concurso público para ser funcionário público municipal, onde trabalhou por três anos. Posteriormente foi aprovado em outro concurso público para trabalhar no banco onde exerce suas atividades há 19 anos. Inicialmente trabalhou como escriturário, depois exerceu a função de Caixa Executivo e atualmente é gerente há seis anos, tendo demorado treze anos para conseguir ocupar função gerencial. Alcebíades deixou claro que sua orientação sexual não influenciou a escolha de sua carreira profissional.

Antes de trabalhar em banco público Ciro já havia trabalhado em banco privado, sendo esse o seu primeiro emprego. Posteriormente trabalhou em uma empresa do ramo minero siderúrgico, tendo logo em seguida começado a trabalhar em uma empresa prestadora de serviço para banco público, onde trabalha há oito anos. Ciro enfatizou que paralelamente aos seus empregos formais sempre exerceu e praticou atividade artística, principalmente as relacionadas com escultura. Atualmente, como prestador de serviço, Ciro realiza a autenticação de documentos e manuseia valores (dinheiro), exercendo as mesmas atividades executadas pelos caixas do banco. Para Ciro sua homossexualidade não afetou sua trajetória profissional.

## **6.6 Discriminação no Trabalho**

### **6.6.1 *Caracterização do Local de Trabalho***

Tendo-se apresentado os principais aspectos da história de vida profissional e pessoal dos trabalhadores, faz-se importante trazer a tona aspectos relacionados ao ambiente de trabalho dos pesquisados. Vale ressaltar, conforme dito, que todos os estudados são trabalhadores que exercem suas atividades em bancos públicos federais. A seguir são descritos as características dos locais de trabalho dos entrevistados.

Antístenes trabalha como gerente relacionando-se diretamente com os clientes do banco. É responsável pela gestão dos clientes com menor poder aquisitivo, dos pagamentos de programas sociais do governo federal e de benefícios sociais. A local em que trabalha contém, aproximadamente, trinta e cinco funcionários, incluindo-se seguranças e trabalhadores terceirizados. A faixa etária das pessoas que lhe devem subordinação varia entre vinte e cinco a quarenta e oito anos. Salientou que existe um

equilíbrio no quantitativo de homens e mulheres no local de trabalho, existindo pessoas negras neste contingente de trabalhadores. Antístenes considera que uma funcionária com aproximadamente vinte e cinco anos, branca e subordinada a ele é a pessoa que mais tem proximidade no local de trabalho. A estrutura da agência que Antístenes trabalha é bem simples. Ele só deve obediência hierárquica ao gerente geral da unidade e sobre seu comando direto estão onze funcionários concursados, nove estagiários e dois recepcionistas.

Diógenes é gerente de agência bancária. Ele é responsável pelo atendimento dos clientes com menor renda, bem como pelos programas sociais do governo federal e benefícios sociais oferecidos aos trabalhadores celetistas. A unidade em que trabalha tem aproximadamente setenta funcionários e a idade média dos funcionários é de quarenta anos. A maioria de empregados da sua agência são homens, inclusive informou que isto também se manifesta no corpo gerencial. Diógenes informou que existem pessoas negras em seu local de trabalho. Sua unidade tem vários gerentes, sendo que ele só deve subordinação ao gerente geral da agência. Diógenes salientou que não tem uma única pessoa que considera mais próxima. Sendo responsável por vinte e nove empregados, ele considera alguns desses empregados que lhe são subordinados como as pessoas mais próximas no trabalho. Ele relatou que a maioria das pessoas que lhe são próximas são mulheres e algumas inclusive homossexuais.

Xenofonte é escriturário, não ocupando nenhum cargo comissionado no banco. Ele trabalha diretamente no atendimento dos clientes do banco, informou que sua unidade é composta de aproximadamente sessenta funcionários, mas que ele trabalha diretamente apenas com dez. Xenofonte não tem ninguém sob sua subordinação, ele é subordinado ao seu gerente imediato e ao gerente geral da agência. A faixa etária de

seus colegas de trabalho varia entre vinte a cinquenta e três anos, sendo que no setor onde trabalha há mais mulheres do que homens, existindo pessoas negras nesse contingente. Ele informou que existem várias pessoas que têm maior afinidade no ambiente de trabalho, enfatizando que as caracteriza como sendo pessoas normais, ou seja, mulheres e homens que têm maridos, esposas e filhos.

Aristóteles é escriturário e, conseqüentemente, não ocupa cargo comissionado e atua na agência onde trabalha atendendo os clientes do banco. Ele trabalha em uma unidade pequena, tendo contado direto apenas com três funcionários mais o gerente que é subordinado. Aristóteles salientou que ele é o funcionário mais velho no local onde trabalha e que o quantitativo de homens e mulheres é idêntico. Ele informou que na agência existem mais pessoas que exercem cargos comissionados (aproximadamente quinze) do que escriturários (apenas cinco funcionários são escriturários). Aristóteles ainda relatou que um de seus colegas de trabalho é negro. Ele enfatizou que as pessoas com as quais se sente mais próximo são em sua maioria mulheres e, normalmente, elas têm como principal característica serem humildes.

Sócrates é escriturário e trabalha em um departamento do banco que não atende clientes. Esse departamento tem, aproximadamente, cinquenta pessoas, com faixa etária média variando entre trinta e cinco a quarenta anos de idade. Sócrates falou que a maioria dos trabalhadores são homens e que existem negros neste contingente. Sócrates relatou que o departamento que trabalha tem diversos setores e ele deve subordinação a duas pessoas. Sócrates não tem pessoas do trabalho que considera muito próximas, apenas sai com algumas delas para tomar uma cerveja de vez em quando.

Alcebíades trabalha como gerente em uma agência bancária que tem, aproximadamente, dezenove funcionários. Alcebíades é responsável pelo atendimento dos clientes que apresentam menor renda e pelo pagamento de programas sociais oferecidos pelo governo federal, bem como pelo pagamento dos benefícios sociais que os trabalhadores celetistas possuem. Como a unidade em que trabalha é de pequeno porte, ele tem seis funcionários sobre seu comando, incluindo-se neste quantitativo os estagiários. A agência conta com um gerente geral e mais três gerentes para auxiliar o gerente geral na gestão da unidade, dentro dos quais Alcebíades é um deles. Ele afirmou que sessenta por cento dos funcionários são homens e não há funcionários negros no local de trabalho. A idade média dos funcionários com que trabalha é de trinta e cinco anos. Por fim, Alcebíades relatou que considera todos os funcionários seus amigos mais próximos e conversa sobre tudo com eles.

Platão é gerente de retaguarda em uma agência bancária que foi recentemente inaugurada. Como gerente de retaguarda ele não está subordinado ao gerente geral da agência, mas sim a dois gerentes regionais de retaguarda que trabalham em um departamento interno da empresa, departamento este geograficamente localizado em local diferente ao que Platão realiza as suas atividades diárias. Como gerente de retaguarda ele não tem que atender público externo do banco, em outras palavras Platão não atende aos clientes do banco, mas somente os funcionários da agência. A agência é composta por um gerente geral, dois gerentes subordinados ao gerente geral e doze escriturários. Sobre o seu comando Platão tem apenas duas pessoas, um homem e uma mulher, não existindo negros em seu local de trabalho.

Ciro é autenticador de uma empresa terceirizada, realizando atividades similares as executadas pelos caixas da agência onde trabalha. Ciro não atende de forma direta os

clientes do banco, trabalhando em um setor denominado de retaguarda. Esse setor é responsável pela execução de atividades de apoio a agência. A retaguarda é composta de dez pessoas, apenas dois homens e o restante são mulheres. A faixa etária varia de vinte e cinco a quarenta e nove anos. Somente um funcionário da retaguarda é negro. Ciro é subordinado a um supervisor e a um gerente, não tendo nenhum empregado da empresa terceirizada sob a sua subordinação. A estrutura hierárquica da empresa terceirizada que Ciro trabalha é bem simples. Sua sede é em Brasília e aqui no Espírito Santo há apenas um gerente geral responsável por todo estado e um supervisor em cada agência bancária que presta serviço. Abaixo do gerente geral e dos supervisores estão os demais empregados que são responsáveis pela execução de diversas atividades, mas que não exercem nenhuma função de confiança na empresa.

#### **6.6.2 Quanto a Assunção**

Hebl e Griffith (2002) salientam que quanto maior for o grau de auto-aceitação do indivíduo, melhor será a sua saúde mental e psicológica no trabalho. Para os autores quanto mais efetivas as políticas que a organização destina para apoiar os homossexuais, mais os homossexuais se sentirão auto-aceitos e conseqüentemente tenderão a revelar sua orientação sexual no trabalho.

Cain (1991) afirma que os homossexuais tendem a gerenciar suas vidas no trabalho, procurando controlar o que os outros sabem sobre sua orientação sexual, por perceberem que podem ser estigmatizados pelos outros colegas de trabalho. Ragins e Cornwell (2001) enfatizam que empregados homossexuais que percebem grande discriminação no trabalho irão esconder muito mais sua sexualidade do que empregados que percebem uma menor discriminação.

Assunção significa a revelação de sua orientação sexual para terceiros. Desta forma, a assunção está diretamente relacionada com a auto-aceitação de sua orientação sexual e a revelação da mesma para outras pessoas. Assim, aqui será abordado se os entrevistados revelaram sua orientação sexual para pessoas do seu círculo social, bem como para seus colegas de trabalho.

Antístenes informou que não revelou para seus familiares e pessoas que são seus amigos desde infância sua orientação sexual. Somente a revelou para pessoas do seu antigo local de trabalho, mas na agência atual em que trabalha não falou sobre sua orientação com ninguém, mas acredita que as pessoas desconfiem. Antístenes relatou que prefere não falar sobre sua sexualidade com as pessoas do local atual de trabalho para não sofrer discriminação de forma aberta.

A mãe de Diógenes pagou um investigador para segui-lo com o intuito de descobrir informações sobre quem era a pessoa que ele se encontrava e namorava. O investigador constatou que Diógenes mantinha uma vida amorosa com um rapaz, fato que foi relatado pelo investigador a sua cliente. Sua mãe o indagou sobre este fato e Diógenes confirmou para ela o que o investigador havia relatado. Foi desta forma que Diógenes assumiu sua homossexualidade para sua mãe. Diógenes relatou que revelou para a maioria das pessoas que trabalham com ele sobre sua homossexualidade.

Xenofonte comunicou de forma explícita sua orientação sexual para os seus familiares. Relatou que “todo mundo” sabe sobre sua homossexualidade, inclusive a tendo revelado para seus colegas de trabalho. Aristóteles nunca revelou de forma aberta e

explícita sua homossexualidade para seus familiares e colegas de trabalho, entretanto, acredita que seus familiares sabem sobre sua homoafetividade.

Sócrates nunca conversou com seus familiares sobre sua orientação sexual, apesar de acreditar que todos sabem que é homossexual. No seu ambiente de trabalho todos sabem que ele é homossexual e um colega chegou até a comentar para ele que têm certa dificuldade em aceitá-lo. Entretanto, isso não incomoda Sócrates e ele respeita esta dificuldade apresentada pelo colega de trabalho. Alcebíades relatou que seus familiares e colegas de trabalho sabem de forma explícita sobre a sua orientação sexual, demonstrando não ter qualquer tipo de constrangimento em ter revelado sua sexualidade revelada no trabalho.

Platão não revelou para sua família sua orientação sexual, apesar de acreditar que eles têm conhecimento sobre ela. Ele também não comunicou para ninguém que tenha convívio social ou para um colega de trabalho sobre sua homossexualidade. Platão não considera nenhuma pessoa do trabalho como sendo próxima a ele e assim prefere, pois acredita que a função que ocupa exige que ele mantenha distância das pessoas.

Ciro, em relação aos seus familiares, revelou sua sexualidade de forma explícita somente para sua irmã, cunhado e sobrinhos. Giro nunca revelou sua homossexualidade para seus colegas de trabalho, apesar de sentir que os seus colegas de trabalho desconfiam que ele seja *gay*. Em relação ao seu círculo social fora do ambiente familiar e de trabalho, Giro revelou somente a alguns amigos sobre sua homoafetividade.



### **6.6.3 Formas de Discriminação**

Contrariamente ao proposto por (Nardi, 2007), pode-se afirmar que a sexualidade de nenhum dos entrevistados influenciou a escolha da carreira deles. Eles acabaram trabalhando em banco público por forças das circunstâncias. Assim, os entrevistados realizaram concurso público para serem contratados, pois buscavam alguma estabilidade de emprego. Contudo, esse desejo de estabilidade não tem relação com a sexualidade. Esse desejo é algo presente em cenários econômicos instáveis que, até bem pouco tempo, foi a realidade econômica brasileira, e boa parte da população, independentemente de sua sexualidade, sempre almejou essa estabilidade.

Como nos bancos públicos, existe a obrigatoriedade de contratação por concurso público, a contratação dos funcionários não é afetada pela homoafetividade deles. Se houver algum ato discriminatório relacionado à contratação de homossexuais em bancos públicos, o único momento em que isso é possível de acontecer é no período de estágio probatório. Nesse período, o empregado é avaliado por três meses e, caso não seja considerado como apto, é desligado da empresa. Apesar de existir uma possibilidade de que algum gestor demitir nesse período uma pessoa contratada pelo fato de ela ser homossexual, obviamente utilizando justificativas que disfarcem e não demonstrem uma relação entre a demissão e a sexualidade do candidato, nenhum dos pesquisados relatou ter conhecimento de algum acontecimento relacionado a esse fato nos bancos públicos em que trabalham.

Como Ciro não é funcionário concursado, sendo prestador de serviço há oito anos em banco público, ele é o único que salienta que existe discriminação no momento da contratação. Afirma que em empresa privada a afeminação contribui com a diminuição

das chances de um homossexual ser contratado. Assim, Ciro ao trabalhar em uma empresa terceirizada observou que os homossexuais que têm traços afeminados dificilmente são contratados pela empresa.

Os trabalhadores de bancos públicos enxergam o ambiente de trabalho, até certo ponto, de uma forma amigável para os homossexuais. Entretanto, isso não é uma unanimidade entre os entrevistados que trabalham em bancos públicos. Mesmo os trabalhadores concursados que declararam ser seu ambiente de trabalho amigável para os homossexuais, também relatam atitudes que contradizem isso. Assim, para não sofrerem com o heterossexismo existente no local de trabalho os entrevistados tentam gerenciar a revelação sua orientação sexual no trabalho, este gerenciamento relacionado a revelação da orientação sexual também foi constatado nas pesquisas de Waldo (1999), Smith e Ingram (2004) e Hebl e Griffith (2002).

Assim, Antístenes informou que não assumiu sua homoafetividade no local de trabalho atual com medo de sofrer discriminações tanto pelos clientes como pelos funcionários, declarando que seu ambiente de trabalho não é aberto para homossexuais como era no local anterior em que trabalhara. Ainda justifica que essa falta de abertura se deve à maioria dos colegas de trabalho ser evangélico.

Xenofonte atribui a si mesmo uma função messiânica, definindo-se como um divisor de águas no local em que trabalha, sendo ele o responsável por tornar o local de trabalho amigável. Entretanto, salienta que até hoje em dia as pessoas fazem piadas pejorativas sobre homossexuais. Diógenes afirma que o ambiente de trabalho é amigável aos homossexuais, contudo contradiz essa informação ao relatar que prefere relacionar-se com as pessoas no horário de trabalho, de uma forma estritamente profissional, para

evitar qualquer abertura a brincadeiras íntimas relacionadas à sua sexualidade, o que demonstra que Diógenes ainda se sente, de certa forma, incomodado com a possibilidade de as pessoas exporem sua imagem de forma negativa por ser homossexual.

Platão diz que o ambiente de trabalho é amigável a homossexuais, mas afirma que atos discriminatórios praticados em relações aos homossexuais pelo corpo gerencial da empresa são comuns. Sócrates ressalta que é comum os funcionários fazerem brincadeiras sobre a forma de homossexuais andarem, falarem e “desmunhecarem”. Contudo, acredita que essas brincadeiras só acontecem em relação aos outros, e não a ele.

Para Aristóteles, o local de trabalho não é amigável aos *gays*. Afirma que, apesar de o banco onde trabalha estar repleto de homossexuais, muitos ainda tentam esconder esse fato por sentirem que o corpo gerencial não valoriza pessoas que assim sejam. Alcebíades afirma que o seu local de trabalho é amigável. Entretanto, ele mesmo recentemente foi chamado de “mocinha” por um colega que pretendia com isso intimidá-lo.

Ciro relatou que considera seu trabalho amigável. Contudo, imagina-se protegido por uma cúpula de vidro, pois avalia o ambiente de trabalho amigável somente em relação a ele, ressaltando que com os outros homossexuais as coisas não são bem assim e eles são alvo cotidianamente de discriminações.

Todas as pessoas entrevistadas, sem exceção, revelam que a utilização de piadas que tratam os homossexuais de forma pejorativa no trabalho é algo comum e corriqueiro.

Isso por si só demonstra que o ambiente de trabalho bancário ainda não é completamente amigável aos homossexuais. Aliás, com exceção de Aristóteles, todos imaginam que essas piadas são direcionadas para outros homossexuais da empresa, e não para eles.

Sobre a influência da sexualidade dos pesquisados nos relacionamentos de trabalho, eles deixam transparecer que existe uma interferência da sexualidade nesses relacionamentos, conforme Donovan; Drasgow & Munson, (1998) salientam. Antístenes disse que sente um grande prejuízo em não poder falar sua sexualidade para seus colegas de trabalho atuais e enxerga que isso diminui as suas chances de desenvolver laços de amizade mais profundos com as pessoas do trabalho. Diógenes tenta evitar proximidade com os demais colegas para não dar abertura a maiores intimidades com eles, temendo que sua homoafetividade possa ser usada contra ele.

Xenofonte afirma que sua presença e postura afetaram as pessoas no trabalho, tornando-as mais abertas para os homossexuais, contando que muitas pessoas no trabalho assumiram sua condição homoafetiva em razão disso. Aliás, sua forma “desbocada” de falar sobre as coisas, sempre relacionando qualquer assunto a aspectos sexuais, faz que o relacionamento com os colegas sempre aconteça de forma descontraída.

Platão toma muito cuidado na forma de se relacionar com os colegas e os clientes para evitar atos discriminatórios. Sócrates deixa transparecer que algumas pessoas no trabalho não o aceitam da forma que é: assumido e afeminado. Essas pessoas evitam entrar em contato com ele pelo fato de ser homossexual. Aristóteles sente que as pessoas no trabalho o julgam o tempo todo por ser homossexual e por isso tenta

controlar o seu comportamento no grupo. Além disso, toda vez que alguém do trabalho conta uma piada sobre homossexual, sempre pensa que as piadas são para atingi-lo, para diminuí-lo em relação aos demais componentes do grupo. Alcebíades deixa claro que tenta controlar o seu comportamento e atitudes ao se relacionar no trabalho com as pessoas, para evitar que elas façam comentários relacionados a sua sexualidade.

Ciro nunca confessou para algum colega de trabalho sobre sua homoafetividade e, para esconder esse fato, prefere não desenvolver maiores intimidades com os colegas de trabalho e se relacionar de forma bem fechada e sisuda, tentando, dessa maneira, evitar que os colegas de trabalho coloquem em dúvida sua heterossexualidade.

São nas relações informais que se observa a existência de discriminação indireta (A. M. M. Costa, 2007). Conforme exposto, as piadas de cunho pejorativo sobre homossexuais são contadas no trabalho por empregados de todos os níveis hierárquicos, quer sejam gerentes, quer não. Por si só, a ocorrência dessas piadas manifesta a presença de discriminação indireta nas relações informais no local de trabalho.

Para melhor entender como o corpo funcional trata os demais colegas nas relações informais da empresa e nos eventos sociais promovidos pelos funcionários dos bancos, procurou-se verificar se existe algum tipo de incentivo por parte do corpo gerencial para que os namorados/companheiros de empregados *gays* compareçam a esses eventos, entendendo-se que quanto maior o incentivo para a participação nesses eventos, maior a abertura que os demais empregados têm para com os homossexuais em suas relações informais (Ragins & Cornwell, 2001).

Sobre esse aspecto, todos os entrevistados afirmaram que nos bancos em que trabalham, não há incentivo para a participação de seus companheiros nas festas internas promovidas pelo corpo funcional dos bancos. Sócrates é o único que disse que leva seus amigos/namorados nas festas internas do banco, entretanto, ele salienta que é o responsável pela organização dessas festas e, em função disso, sente-se à vontade para levar quem quiser, mesmo percebendo que não existe um ambiente tão aberto para isso por parte dos demais funcionários.

Esse relato de Sócrates também chamou a atenção do pesquisador para outro aspecto. Levando-se em consideração que Sócrates tem traços bem afeminados e faz questão de salientar esses atributos, culturalmente definidos como traços femininos, o corpo funcional lhe delegou uma tarefa considerada como tipicamente feminina pela nossa cultura, que é cuidar dos eventos sociais do banco onde trabalha (mesmo que não receba para isso), organizando festas regadas por muita comida e bebida. Neste sentido, Nardi (2007) constata em seu artigo a atribuição e a valorização que a sociedade brasileira dá a execução de atividades consideradas femininas a homossexuais afeminados.

Em relação à discriminação sofrida nos bancos pelos entrevistados, pode-se afirmar que existem discriminações diretas e indiretas (A. M. M. Costa, 2007). Os bancos apesar de concederem, de forma explícita, plano de saúde para relações homoafetivas manifestam discriminação direta pela falta de clareza das normas que regulam esses procedimentos, bem como pela não-extensão de outros benefícios (Ragins & Cornwell, 2001).

Contudo, o que parece incomodar mais os entrevistados são as discriminações indiretas, conforme definida por A. M. M. Costa (2007). A discriminação indireta é algo comum no ambiente de trabalho em todos os bancos estudados, apesar de serem proibidas pelos seus códigos de ética. Elas se manifestam de diversas formas, contudo uma dessas formas aparece em todas as falas dos entrevistados: as piadas que tratam os homossexuais de forma caricata e pejorativa. Assim, os relatos abaixo vão enfatizar outras formas de discriminação indiretas manifestadas pelos entrevistados, tendo em vista que as piadas que tratam os homossexuais de forma pejorativa já foram analisadas anteriormente.

Antístenes só recebeu sua primeira promoção apenas treze anos após sua contratação no banco, e se tornou gerente com dezoito anos de carreira. Esta dificuldade de crescimento na carreira por *gays* é relatada no trabalho de Greenhaus, Parasuraman e Warmley (1990). Antístenes afirma claramente que, apesar de trabalhar em banco público que permite a inclusão de dependentes no plano de saúde, oriundos de relações homoafetivas, a sexualidade teve influência e contribuiu muito na demora em ser promovido. Atribui a exclusão de homossexuais do convívio social em lugares informais, como bares e jogos de futebol, à dificuldade de formar redes de relacionamentos que permitam crescer na empresa. Apesar da empresa onde Antístenes trabalha ter critérios explícitos sobre a seleção do corpo gerencial, fazendo parte das etapas de seleção de um gerente a avaliação de currículo, as provas de conhecimento e o curso de formação; o processo não é totalmente isento.

Ser aprovado no processo seletivo apenas o inclui em um banco de habilitados para o exercício do cargo gerencial. A pessoa só é empossada no cargo por meio de outra etapa seletiva realizada entre os nomes que estão nesse banco de habilitados,

processo composto principalmente por uma entrevista realizada por uma banca formada pelos membros do alto escalão da empresa. Exatamente nessa etapa, existe margem de manipulação por critérios puramente subjetivos que não precisam ser justificados para o candidato que for considerado como reprovado.

Assim, uma ótima classificação no banco de habilitados não garante que uma pessoa com classificação inferior seja a escolhida pelo alto escalão da empresa, ou seja, o relacionamento próximo com pessoas desse escalão dá ao candidato uma grande vantagem em relação aos demais, mesmo que ele seja o último classificado no banco de habilitados. É nesse contexto que Antístenes declara que a homossexualidade afetou o seu crescimento exatamente pela dificuldade de adentrar e fazer parte das atividades informais realizadas com os membros do alto escalão da empresa, o que lhe permitiria uma maior proximidade com eles.

Diógenes afirma que a ridicularização de homossexuais pelo corpo gerencial é algo corriqueiro e que basta o homossexual não estar no recinto para ser o alvo de chacotas destinadas especificamente a ele. O interessante é que Diógenes acredita que esse fato não aconteça em relação a sua pessoa, pois se considera como uma pessoa discreta, apesar de muitos membros do corpo gerencial saberem sobre sua homoafetividade. Aliás, os entrevistados, com exceção apenas de Alcebíades, Xenofonte e Aristóteles, evitam relatar um fato concreto de discriminação sofrida por eles, mas tendem a relatar, a enfatizar e a salientar somente as discriminações sofridas por terceiros. Assim, por exemplo, Diógenes acredita que não é alvo das ridicularizações destinadas aos homossexuais da empresa. Resta saber o que o corpo gerencial fala sobre ele quando ele não está presente. Nesse sentido, Platão também afirma que não é discriminado, mas que colegas de trabalho discriminam outros



homossexuais que trabalham no banco, inclusive vigilantes e clientes que sejam classificados como homossexuais. Platão demorou dezesseis anos para conseguir exercer um cargo gerencial dentro do banco em que trabalha.

Também de forma similar a Antístenes, Diógenes demorou dezenove anos para ganhar a função de gerente, coadunando com as conclusões da pesquisa de Greenhaus, Parasuraman & Warmley (1990). Aliás, Xenofonte com 34 anos de empresa até hoje é escriturário e não conseguiu ocupar de forma definitiva alguma função de confiança, apesar de ter vivenciado algumas experiências rápidas como comissionado. Sobre esse fato Xenofonte relata que foi preterido em uma escolha para ocupar um cargo gerencial e demonstra uma grande mágoa em relação ao ocorrido, pois desconfia de que a sua sexualidade seja o principal motivo por não ter sido o escolhido.

Sócrates é destinado a trabalhar de forma isolada, sem nenhum contado com os clientes do banco e pouco contato com os demais funcionários. Trabalha oito horas por dia dentro de um arquivo que apresenta péssimas condições de trabalho, com equipamentos obsoletos, móveis velhos e conservação física do local a desejar. Aliás, Sócrates nunca conseguiu ocupar nenhuma função de confiança no banco, onde trabalha há vinte e cinco anos, atribuindo a isso até certa culpa pessoal. De forma semelhante ao relatado por Diógenes, Sócrates afirma que os funcionários da central em que trabalha não o tratam com discriminação, mas tratam com discriminação os outros homossexuais que trabalham ali, por meio de brincadeiras sobre a forma de eles andarem, falarem e “desmunhecarem”.

Aristóteles teve dificuldades de crescer na carreira (Greenhaus, Parasuraman & Warmley, 1990). Quando conseguiu ocupar uma função gerencial foi vítima de um fato

ocorrido, denominado pelo mesmo de “A trama”. “A trama” ocorreu por meio da abertura de um processo administrativo em que Aristóteles sofreu. Ele acredita que foi um plano elaborado pelo corpo gerencial para lhe retirar a função pelo fato de ser homossexual. Isso é comprovado pelo fato de que, mesmo o processo administrativo tendo absolvido Aristóteles, ele foi punido com a perda da função gerencial e hoje é apenas escriturário, que é o cargo mais baixo que uma pessoa pode ocupar no banco, apesar de ter vinte e um anos de carreira.

Semelhantemente a Antístenes, Aristóteles informou que o banco onde trabalha é repleto de grupinhos e panelinhas. Quem não faz parte desses grupos freqüentados por pessoas aparentemente heterossexuais são discriminados e não conseguem crescer na carreira (Greenhaus, Parasuraman & Warmley, 1990). Além disso, destaca que os homossexuais não são incluídos nesses grupos pela concepção que os membros deles têm: a de que os homossexuais prejudicam a imagem do banco.

Alcebíades diz que foi discriminado de forma violenta recentemente por outro funcionário do banco. Apesar de ser gerente, Alcebíades sofreu uma tentativa de ridicularização por parte de um funcionário também comissionado, mas que ocupa posição inferior a sua na hierarquia da empresa. Esse funcionário discutiu com Alcebíades sobre a forma de execução de uma tarefa no banco, ficando bastante nervoso, onde passou a chamar Alcebíades de “mocinha” para, assim, intimidá-lo. Foi aberto um processo administrativo contra o funcionário e ele foi absolvido. Alcebíades recorreu da decisão sobre o processo administrativo e novamente perdeu. Por incrível que pareça, apesar de o código de ética do banco proibir qualquer forma de tratamento discriminatório entre os empregados, o funcionário não levou sequer uma advertência pelo seu comportamento. O caso foi abafado pelos dirigentes da empresa. Vale

ressaltar que Alcebíades demorou treze anos para conseguir ocupar função de confiança no banco.

Ciro acredita que não há discriminação na empresa onde trabalha, contudo, se assim fosse, por que Ciro criou vários mecanismos de defesa para proteger-se em relação a sua homoafetividade no local de trabalho? Ele tornou-se uma pessoa sisuda, considera-se superior aos seus colegas de trabalho e conta piadas sobre homossexuais. Isso por si só demonstra que Ciro sente seu local de trabalho como um local hostil para os homossexuais, o que faz com que utilize algumas estratégias para evitar uma eventual discriminação, conforme relatado por Ragins e Cornwell (2001). Entretanto, ao falar sobre terceiros, Ciro deixa claro que eles são discriminados no trabalho por meio de xingamentos (“veadinho”) e brincadeiras pejorativas.

Dessa forma, pode-se afirmar que a discriminação indireta (A. M. M. Costa, 2007) é presente nos bancos por meio de: (a) piadas que falam pejorativamente de forma generalizada sobre homossexuais; (b) isolamento para que não tenham contato com clientes e até mesmo com demais funcionários; (c) condições de trabalho inferiores às ofertadas para os demais empregados; (d) exclusão de participação nos grupos informais e atividades desses grupos ocorridas fora da empresa; (e) brincadeiras, fofocas e ironias sobre as formas de andarem, falarem e gesticularem quando não estão presentes no recinto; (f) xingamento relacionado à evidenciação de uma suposta feminilidade pertencente a homossexuais (“mocinha”, “veadinho”); (g) dificuldades de crescimento na carreira; (h) dificuldade de contratação de homossexuais por gerentes de empresas prestadoras de serviços para bancos públicos.

Semelhantemente às piadas sobre homossexuais, a dificuldade de crescimento na carreira aparece presente na fala de todos os entrevistados (Greenhaus, Parasuraman & Warmley, 1990). Contudo, essa dificuldade se manifesta de três formas: (a) não conseguir ocupar ou permanecer em função gerencial; (b) dificultar a obtenção de função gerencial; (c) ocupar funções gerenciais com *status* inferiores em relação às atividades das demais funções gerenciais existentes.

Ciro, Sócrates e Xenofonte revelaram que, apesar de a maioria expressiva deles ter mais de vinte anos de carreira nos bancos onde trabalham, nunca ocuparam função gerencial. Aristóteles chegou a ocupar função gerencial, mas não conseguiu permanecer no exercício da função gerencial. Todos os entrevistados que ocupam funções gerenciais, Antístenes, Diógenes, Platão e Alcebíades, demoraram mais de uma década para conseguir promoção gerencial dentro dos bancos. Alcebíades demorou treze anos para conseguir ocupar uma função gerencial. Diógenes, Antístenes e Platão, respectivamente, só conseguiram se tornar gerentes com dezenove, dezoito e dezesseis anos de trabalho.

Infelizmente os bancos estudados e o sindicato dos bancários não têm dados que possam informar o tempo médio que os gerentes demoram em conseguir ocupar uma função gerencial em bancos públicos. Entretanto, uma pesquisa feita por Santos e Silva (1999) em bancos públicos revelou que 14,29% dos gerentes têm até cinco anos de trabalho no banco, 28,57% têm entre dez e quinze anos de banco, 42,86% têm entre quinze e vinte cinco anos de serviços bancários e 14,28% acima de vinte cinco anos de trabalho. Apesar da pesquisa realizada por Santos e Silva (1999) demonstrar o tempo de trabalho bancário dos gerentes em bancos públicos e não o tempo que os gerentes demoram para ganhar a função gerencial, ela possibilita a análise de que 42,86% dos

gerentes têm até quinze anos de trabalho bancário. Comparando-se esses dados com os pesquisados que ocupam função gerencial, nenhum deles foi nomeado gerente com cinco anos de serviço e, com exceção de Alcebíades que demorou 13 anos para ser gerente, todos os outros demoraram mais de dezesseis anos para ocupar um cargo gerencial.

Por fim, todos eles ocupam cargos gerenciais que têm menor *status* dentro dos bancos, sendo três entrevistados responsáveis em gerenciar o atendimento dos clientes do banco, lidando com os clientes das classes sociais inferiores atendidas pelos bancos, não se relacionando com clientes de maior poder aquisitivo e com o segmento empresarial (empresas), e um entrevistado ocupa função de gerente de retaguarda, que é vista como uma atividade secundária por não se relacionar com o público e, dessa forma, não efetivar negócios considerados como importantes e lucrativos para os bancos.

#### **6.6.4 Estratégias**

Em função do exposto, conforme Irigaray (2007b) e Ragins e Cornwell (2001) salientam, surge uma questão: sendo constatado que os trabalhadores são alvo de atos discriminatórios, quais seriam as possíveis estratégias utilizadas por eles para se defenderem das atitudes discriminatórias? Quando foram questionados sobre isso, os trabalhadores tendem a afirmar que não usam estratégias, atualmente, para gerenciar sua homoafetividade no ambiente de trabalho. Até afirmam que, na adolescência e juventude, usavam estratégias para esconder suas homoafetividades. Essas estratégias serão relatadas abaixo.

Antístenes, Diógenes, Xenofonte, Aristóteles e Alcebíades namoravam muitas mulheres. Antístenes falava mal de gays como estratégia de encobrimento de sua homoafetividade. Platão teve até seus vinte e seis anos relações apenas com mulheres, chegando a ficar um período vivendo como se fosse assexuado entre os vinte e seis e trinta e três anos. Ciro manteve relações com mulheres até seus vinte cinco anos, sendo que Ciro foi noivo duas vezes. Diógenes agia de forma discreta e omitia para seus familiares as pessoas com quem saía. Xenofonte tentava firmar a voz e modificar sua maneira de andar. Alcebíades procurava vestir roupas consideradas masculinas. Sócrates, desde cedo, não procurou utilizar-se de nenhuma estratégia para encobrir sua homoafetividade, contudo eram seus familiares conscientes de sua homoafetividade que elaboravam estratégias para que esse fato não pudesse ser percebido no meio social a que pertenciam, sempre tentando arrumar uma namorada para Sócrates, o que demonstra a grande hipocrisia em relação à homossexualidade, pois o proibido não é ter relações sexuais com outros homens, mas sim deixar que isso se torne algo conhecido e notório na sociedade. Assim, para os familiares de Sócrates, desde que você siga os padrões sociais constituindo uma família e tendo filhos, a homossexualidade pode ser praticada, desde que permaneça escondida. Aristóteles trocava pronomes masculinos por femininos quando relatava uma experiência afetiva com homem e procurava ter atitudes masculinas.

Entretanto, essas estratégias não são mais utilizadas pelos trabalhadores no dias atuais. Aliás, nenhum trabalhador afirma que utiliza alguma forma de estratégia para esconder sua homoafetividade no trabalho. Contudo, no discurso deles, estão presentes diversas estratégias utilizadas, sejam elas utilizadas para (a) encobrir sua homoafetividade, ou evitando criar relações de amizade mais profundas, ou mantendo

um discurso contraditório sobre quem realmente é, ou trocando pronomes masculinos por femininos, ou tentando ser o mais masculino possível; (b) aumentar sua aceitação no grupo e, conseqüentemente, suas relações de amizade; (c) manter o direito de exercício de sua sexualidade, assumindo publicamente e reafirmando a todo o momento no ambiente de trabalho sua condição homoafetiva; (d) amenizar o impacto de sua homoafetividade no local de trabalho, adotando condutas que não provoquem conflitos em relação aos valores sociais existentes no ambiente trabalho; (e) fazer uma separação entre vida pública e vida privada; (f) misturar a vida pública com a vida privada, fazendo questão de a todo tempo demonstrar através de seus discursos e atitudes que é homossexual. O que aconteceu é que as estratégias se tornaram mais complexas e não são tão simples e infantis como as adotadas na adolescência e juventude. Assim, quais seriam essas estratégias complexas presentes nos discursos dos trabalhadores?

Antístenes, para encobrir sua homoafetividade, afasta-se das pessoas para que não permita desenvolver amizades mais profundas, para não ter de admitir e confessar sua homoafetividade. No mesmo sentido, mas com estratégia diferente, Diógenes dá um valor extremo à forma física que considera pertencer a um “homem de verdade”, para não ser confundido com uma “bichinha”, segundo os próprios dizeres de Diógenes. Aliás, Diógenes de forma bastante inteligente também elabora uma estratégia que encontra apoio no discurso organizacional, estratégia que alia-se aos ideais burocráticos, que é a separação entre sua vida pública e privada (Weber, 1999). Diógenes, a todo o tempo, afirma que sua sexualidade fica em casa e não a leva para o trabalho para não permitir que ela influencie suas atividades. Aliás, de encontro ao dito anteriormente, Diógenes salienta que no trabalho não diferencia as pessoas em razão da sexualidade, tratando as pessoas como se fossem assexuadas e destacando que

no trabalho as pessoas têm de esquecer sua sexualidade. Essa valorização que os gestores apresentam na separação entre a vida pública e privada vai de encontro com as afirmações de Brewis e Linstead (2000b).

Xenofonte e Sócrates, contrariamente a Diógenes, misturam a vida pública com a privada (Sennett, 1988), fazendo questão de afirmarem-se a todo tempo no local de trabalho como sendo *gays*, chegando Xenofonte inclusive a se relacionar com as pessoas somente por meio de brincadeiras, estórias e piadas que falam sobre a sua homossexualidade. Além disso, Xenofonte utiliza uma estratégia para aumentar sua aceitação no grupo, tentando ser o mais amigável possível com todas as pessoas do trabalho, estando sempre disponível para ajudar os outros. Sócrates, para manter o direito do exercício de sua sexualidade de forma aberta e completamente assumida no local de trabalho, adota uma estratégia em que demonstra preferir ficar no ostracismo – o preço pago por esse ostracismo é nunca ter ocupado nenhuma função de confiança e ficar enclausurado em um arquivo, pois assim evita que uma necessidade de mudança de sua postura no ambiente de trabalho não seja cobrada pelos gestores. Em uma tentativa de amenizar o impacto de sua homoafetividade no trabalho, Sócrates afirma que prefere não dar relevância às discriminações sofridas para, dessa forma, não enxergá-las.

Aristóteles, para encobrir sua homoafetividade, fornece ao longo da entrevistas informações que são contraditórias. Uma hora afirma uma coisa, em outro momento ele nega o afirmado anteriormente e vice-versa. Também, de forma coerente com uma estratégia de encobrimento, ele afirma que tenta controlar o seu comportamento no ambiente de trabalho para não deixar transparecer que é *gay*. Platão, para encobrir sua homoafetividade, tenta ser o mais profissional possível tratando os clientes com



respeito e preferindo manter certa distância do grupo de trabalho, não dando abertura para que as pessoas possam questioná-lo em relação a isso.

Ciro modifica o sexo das pessoas com quem se relaciona, assim, declara que está sendo cortejado por uma mulher e não por um homem. Entretanto, sua principal estratégia é passar-se por um cara muito reservado e fechado em relação a sua vida pessoal, afastando as pessoas de seu convívio social, e evitando desenvolver amizades mais profundas para não ter de revelar sua homoafetividade, bem como tentar mostrar a todo tempo que é superior as demais pessoas do trabalho. Ciro também utiliza outra estratégia: também faz piadas e pejorativas sobre homossexuais, para que as pessoas não o vejam como pertencente a esse grupo.

Alcebíades utiliza uma estratégia que está presente em todos os trabalhadores estudados, mas que ainda não foi relatada. Alcebíades e todos os demais trabalhadores utilizam o discurso da competência para, ao mesmo tempo, aumentar suas aceitações nos grupos e amenizar o impacto da homoafetividade nas vidas profissionais deles. Alguns trabalhadores confessaram diretamente que utilizam a competência como uma estratégia, outros trabalhadores afirmaram que não utilizam um discurso de competência para lidar com sua homoafetividade no trabalho. Entretanto, esse discurso está também presente e bastante vivo na fala destes trabalhadores. Assim, os próximos parágrafos serão dedicados para o relato desses discursos de competência.

Antístenes informa que tenta ser o mais competente possível no trabalho e na vida privada. Diógenes atribui o respeito que os funcionários têm em relação a ele a sua competência, justificando que, apesar de as pessoas saberem sobre sua

homoafetividade, elas o respeitam por ser competente. Xenofonte deixa claro que tem capacidade para ocupar qualquer cargo na empresa, declarando até que sempre foi uma pessoa muito elogiada por todos pela sua competência. Platão salienta que é reconhecido como um funcionário competente e que foi escolhido para trabalhar como gerente em uma agência exatamente por ser competente e um grande “carregador de piano” e, conforme já relatado, ele trata os clientes da forma mais profissional possível.

Sócrates acredita que o fato de ser competente faz que as pessoas não o discriminem tanto. Aristóteles considera-se altamente competente e atribui “A trama” a uma vingança por ser competente, mesmo sendo homossexual. Alcebíades salienta que é uma pessoa competente e que no dia-a-dia consegue afirmar essa imagem para os demais colegas de trabalho.

Ciro destaca várias vezes em seu discurso que os homossexuais estão conquistando mais espaço no mundo do trabalho por serem competentes. Aliás, chega a afirmar que os heterossexuais têm medo dos homossexuais no trabalho, exatamente porque os homossexuais são mais competentes que os heterossexuais.

Para encerrar a análise das entrevistas em relação as estratégias utilizadas, resta fazer algumas observações sobre o discurso de competência e sua relação com uma estratégia de defesa no ambiente de trabalho. Nos dias atuais, a competência profissional é algo extremamente valorizada, falada, desejada e incentivada no local de trabalho, independentemente do tipo de trabalho que a pessoa executa. Para incentivar o desenvolvimento de competências de seus funcionários, as empresas criaram diversos programas de gestão voltados para isso, e a denominação mais comumente utilizada para esses programas é “gestão por competências” ou “gestão de

competências”. Assim, é óbvio que essa valorização da competência passe a ser incorporada e reproduzida no discurso cotidiano dos funcionários, independentemente das práticas sexuais que esses funcionários exerçam.

Assim, o discurso de competência está presente no discurso contemporâneo do mundo do trabalho, e, a princípio, não tem nenhuma relação direta com a sexualidade dos funcionários. Entretanto, ter esse atributo “competência” aumenta a aceitação e chances de alguém ser admirado e respeitado no ambiente de trabalho. Dessa forma, ser alguém competente pode amenizar o impacto relacionado à sexualidade dos trabalhadores estudados e aumentar a aceitação deles no local de trabalho. É como se as consequências de ser *gay* fossem diluídas e reduzidas pela competência. Em outras palavras, “a pessoa é *gay*, mas é competente”.

#### **6.6.5 Políticas de Diversidade do Banco**

Os entrevistados dos bancos públicos relataram suas opiniões sobre as políticas de diversidade dos bancos. Antístenes afirma que as políticas não são totalmente efetivas, entretanto, traz à tona a discussão do tema, o que pode, em longo prazo, promover melhorias. Diógenes afirma que as políticas de diversidade ainda estão em fase bem inicial e chega até a demonstrar certo desconhecimento do real conteúdo dessas políticas. Apenas sabe que existem grupos de estudo sobre o tema, mas que não conhece normas oficiais da empresa que promovam a diversidade, demonstrando que a política de diversidade do banco em relação à homossexualidade ainda é bastante camuflada. Entretanto, Diógenes acha que a eficácia das políticas não depende da organização, mas das pessoas que fazem parte dessa diversidade.

Xenofonte não acredita que o programa de diversidade do banco seja efetivo. Salaria que a efetividade desses programas depende muito mais da mentalidade das pessoas do que de normas ou regras organizacionais. Platão avalia a política de diversidade do banco em que trabalha de forma favorável e acredita que ela é eficaz no dia-a-dia da organização. Vale ressaltar, conforme será relatado quando falarmos sobre as discriminações sofridas pelos estudados, que de todos os entrevistados Platão, Aristóteles e Alcebiades foram os que relataram terem sofrido as formas mais claras de discriminação.

Sócrates chega a afirmar que o banco em que trabalha não possui nenhuma política oficial sobre diversidade, o que existe para Sócrates é apenas uma extensão de benefícios, como plano de saúde, aos companheiros de pessoas que têm relações homoafetivas. Contudo, não considera essa extensão de benefícios como algo que caracterize o banco por ter uma política de diversidade voltada para homossexuais. Aristóteles, apenas revela que o banco permite a extensão do plano de saúde para os companheiros. Ciro trabalha em uma empresa terceirizada, desconhecendo qualquer programa ou extensão de benefícios relacionados à diversidade nela existentes. Alcebiades desconhece a existência de algum programa de diversidade relacionado a homossexuais, apenas reconhece que o código de ética do banco proíbe qualquer forma de discriminação no trabalho.

## **6.7 Discriminação em Relação aos Outros**

### **6.7.1 Em Relação a Pessoas que têm Práticas Sexuais com o Mesmo Sexo**

Existe no imaginário da população de que tudo é permitido abaixo da linha do equador, crença expressa na obra de Green (2000). Entretanto, além dos dias de carnaval e dos eventos GLBT (Gays, Lésbicas Bissexuais e Transexuais) promovidos em alguns centros urbanos em datas específicas, qualquer tentativa fora desses momentos para quebrar as fronteiras entre masculino e feminino abaixo da linha do equador não é algo tão simples e liberado como alguns pensam ser.

Nas entrevistas analisadas, observa-se que existe uma “regra de conduta” de como ser *gay* para tentar aumentar sua aceitação social e evitar discriminação indireta, já que essa forma de discriminação é algo que os entrevistados enxergam mais facilmente em relação aos outros homossexuais e não em relação a si mesmos. Assim, ocorre, no contexto social analisado, algo semelhante ao que Foucault (1984) analisou na sociedade grega antiga, na qual, apesar de toda liberalização e função social existente das relações homoafetivas, existiam regras de conduta que funcionavam para regular o exercício dessas práticas. Vale salientar que as regras sociais aqui estabelecidas não são as mesmas demonstradas por Foucault (1984). Contudo, quais são essas regras? Como elas funcionam? O que pretendem produzir?

A sociedade brasileira é altamente hierarquizada em razão da sexualidade de seus membros. Assim, existe toda uma hierarquia que estipula a ordem de importância e as expectativas sobre o papel que cada um tem de exercer na sociedade, sendo esse papel algo fortemente relacionado com a orientação sexual das pessoas (Green, 2000).

Em função desta hierarquia, serão atribuídos os papéis e atitudes esperados do homem e da mulher na sociedade segundo um modelo heterossexual de sociedade. Seu principal intento é definir o papel de cada um na sociedade, aliás, uma visão que vai ao encontro ao pensamento positivista de sociedade, mas que, ao mesmo tempo que define papéis, também os naturaliza, tornando-os algo normal e padrão a ser seguido (J. F. Costa, 1995; Rolnick, 1989), considerando questões relacionadas a sexualidade como algo neutro, afastando a influência da cultura e da história na construção da sexualidade das pessoas (Rago, 1998; Scott, 2005). Dessa forma, isso produz um duplo efeito: um grande esquadramento das atitudes e papéis baseados em um modelo biológico de sociedade para que ela cresça e viva em harmonia (Foucault, 1999b) e uma naturalização desses papéis, trazendo-os para o campo do inquestionável, constituindo-os como verdades eternas (Rago, 1998; Scott, 1990).

O interessante é que, apesar dos entrevistados habitarem um espaço fora desse esquadramento e a todo o tempo subvertê-lo, eles tentam criar um comportamento de regras e de condutas que tem como espelho e guia os mesmos modelos e padrões que subvertem. Ou seja, os homossexuais criam um mundo paralelo ao mundo heterossexual que a todo o momento referencia o heterossexual como padrão. Existe uma naturalização do modelo heterossexual pelos homossexuais e uma tentativa de estabelecer regras de funcionamento similares às do heterossexualismo (Green, 2000). Esse fenômeno Pino (2007) denominou de heteronormatividade.

Smith e Ingram (2004), Herek (1991, 1992) e Lyons et al. (2005) já salientavam a influência do heterossexismo nas relações de trabalho. Tratavam o heterossexismo como um catalisador da discriminação direcionada a homossexuais. Assim, ao dividirem o mundo em dois pólos, heterossexuais *versus* homossexuais, os autores

tentam demonstrar quais os efeitos sofridos pelos homossexuais em uma sociedade que considera o heterossexual como o normal. Entretanto, os pesquisadores não relatam as práticas heterossexistas exercidas pelos próprios homossexuais em relação a outros *gays*.

Contudo, foi isso que se observou nos entrevistados. Constatou-se a existência da heteronormatividade (Pino, 2007), que já foi descrita no capítulo 2 dessa tese. Ficou claro para o pesquisador que os homossexuais entrevistados são tão heterossexistas quanto às pessoas consideradas como heterossexuais. Dessa forma, os próprios homossexuais elegeram e acreditam que o normal é ser heterossexual e, tendo estabelecido esse princípio, passam a defender e a criar um mundo paralelo, a moda heterossexual, no qual imitam os valores e as crenças contidos no heterossexismo para que, assim, sejam aceitos. Em outras palavras, o heterossexismo não é uma atitude exclusiva de pessoas culturalmente consideradas como heterossexuais. Abaixo segue alguns relatos que demonstram isso.

Antístenes conta que os homossexuais são bastante promíscuos e não namora pessoas afeminadas. Diógenes exagera tanto nos traços que afirmam uma masculinidade heterossexual que se torna quase um robô. Tenta a todo o momento demonstrar, por meio de seu corpo e gestos, que é um homem “normal” segundo os ditames heterossexuais definidos que caracterizam o “homem de verdade”, atitude já relatada por Woods (1993, apud Button, 2001) como uma das estratégias pelas quais os homossexuais gerenciam sua orientação sexual nas empresas. Em relação às pessoas afeminadas, Diógenes chega até a afirmar que, para ser “veado”, o cara não precisa ser uma mulher.

Xenofonte, mesmo já tendo aceitado desde a adolescência que tem traços afeminados, ainda tenta modificar sua voz e forma de andar para ser similar a um heterossexual em sua postura masculinizada, utilizando-se deste artifício para gerenciar sua orientação sexual no trabalho (Woods, 1993, apud Button, 2001). Aliás, Xenofonte chega a afirmar que as pessoas com que mais interage no trabalho são pessoas “normais”, salientando que, para o entrevistado, a palavra normal significa que se relaciona com pessoas que não são homossexuais, o que demonstra que ele mesmo enxerga os homossexuais como não normais, mas como um desvio. Xenofonte, ainda, afirma que “odeia veadinhos e bichinhas, odeia pessoas que têm cara de veado e se vestem como veados”, apesar de Xenofonte ser extremamente afeminado.

Platão se vê como uma pessoa discreta, ou seja, alguém que segue o padrão masculino heterossexual. Afirma que não consegue sair com pessoas afeminadas, mesmo que, na opinião do pesquisador, Platão seja afeminado. Sócrates afirma que só gosta de namorar pessoas heterossexuais e que não se relaciona com homossexuais, porque associa o homossexual ao papel passivo em uma relação sexual. Esta crença social de que passividade no ato sexual seja considerada como sinônimo de homossexualidade vai ao encontro das afirmações contidas nas obras de J. F. Costa (1995), Green (2000) e Foucault (1984).

Aristóteles não aprova quando homossexuais revelam sua sexualidade no trabalho, pois considera o mundo como heterossexual. Alcebíades não gosta que homossexuais “ajam como mulherzinhas ou veadinhos”. Ciro tem uma grande preocupação em se vestir como um “homem de verdade”, considera que um homossexual deve se vestir como um homem e não demonstrar traços em sua voz ou gestos que denotem qualquer tipo de afeminação. Aliás, ele denomina de “veadinhos” essas pessoas.



Aliás, a rejeição a pessoas afeminadas é algo que está presente em todas as falas dos entrevistados. Isso parece acontecer exatamente pela visão identitária de grupo reificada nas práticas cotidianas, onde a classificação de alguém como pertencendo a um grupo faz com que os atributos utilizados para definir a identidade desse grupo sejam também atribuídas a todos os seus integrantes. Assim sendo, a afeminação é considerada como uma característica definidora e essencial de todos os homossexuais, passando a ser vista como uma das principais características identitárias do grupo homossexual. Com isso, os próprios homossexuais consideram essa característica, a afeminação, como algo universal e presente em todos os homossexuais. Em resumo: discriminando quem tem traços afeminados, classificando homossexuais como promíscuos, afirmando que o mundo é heterossexual, incorporando atitudes masculinizadas em demasia, denominando seus desejos sexuais como pertencentes ao mundo feminino, enxergando o homossexual como quem exerce o papel passivo da relação sexual, consertando sua forma de falar e andar, agindo de forma discreta, chamando os homossexuais de “veadinhos” e utilizando a palavra normal para definir as pessoas casadas com mulheres e que têm filhos, os homossexuais entrevistados incorporaram em seu discurso boa parte dos preceitos e dos preconceitos heterossexistas existentes em nossa sociedade (Herek, 1991), manifestando que também têm condutas discriminatórias relacionadas a homossexuais. Todos os entrevistados não aprovam plenamente a manifestação pública de afeto e carinho entre homossexuais. Antístenes é o mais aberto em relação a este aspecto, pois considera que a troca de afetos entre dois homens em ambientes públicos ainda é um tabu para a população de Vitória, mas em grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, estas manifestações são mais toleradas.

Além disso, outro fato chama a atenção e reforça esse mundo homossexual construído a partir de preceitos heterossexuais: a importância da definição dos papéis sexuais (Green, 2000). As pessoas que exercem um papel ativo nas relações homoafetivas consideram-se como “menos homossexuais” do que os passivos (Green, 2000). Alguns deles até consideram os ativos como não-homossexuais, que é o caso de Sócrates. Assim, ao acreditarem que cabe apenas à mulher exercer papel passivo nas relações sexuais e o homem papel ativo, os entrevistados transferem para suas fronteiras esses valores e, da mesma forma que a mulher é desvalorizada na sociedade, desvalorizam os afeminados exatamente por verem neles uma extensão da mulher (J. F. Costa, 1995).

O que chama a atenção é que muitos dos entrevistados têm comportamentos culturalmente tidos como afeminados, apesar de alguns não se enxergarem com tal característica. Dessa forma, mesmo tendo comportamentos afeminados, reproduzem o discurso heterossexista preconceituoso e discriminatório que circula no meio social em relação a seus semelhantes e a si mesmos, demonstrando que os entrevistados não são sujeitos autônomos na produção discursiva e que todo discurso é historicamente e socialmente construído, conforme salienta Foucault (2002, 2003c).

Assim, os entrevistados, para serem aceitos na sociedade e diminuïrem atitudes discriminatórias, valorizam e tentam adotar um comportamento masculinizado a *La moda* heterossexual, evitando ser uma pessoa afeminada para não dar na pinta que é *gay*. Apesar de muitos deles tentarem camuflar traços afeminados, a maioria não consegue atingir seu intento. Desse modo, o problema é desviado para outro campo, não se concentrando no fato de ser *gay* ou não, mas sim de como é a percepção do

seu comportamento pelos outros no dia-a-dia, ou seja, se suas condutas são masculinas ou femininas.

Portanto, a aversão a pessoas afeminadas relatada pelos entrevistados parece ocorrer pelos seguintes motivos: (a) andar com pessoas afeminadas dá visibilidade a sua condição que, conforme descrita por Rios (2007), não possui nenhum marcador corporal que indique que ele seja homossexual, podendo, assim, passar despercebido. Portanto, quando tem ao seu lado uma pessoa afeminada, a afeminação do outro, socialmente vista como um dos principais indicadores de homossexualidade passa a denunciá-lo, deixando-o descoberto; (b) associar a afeminação à possibilidade de exercício de profissões que não são muito valorizadas pela sociedade, como cabeleireiros, artistas plásticos, entre outras. Portanto, quanto menos se afastam desse estereótipo, mais aumentam suas chances de ocupar carreiras socialmente valorizadas e progredir nos bancos, fato este evidenciado por Nardi (2007) quando analisa os dispositivos sexualidade e trabalho.

#### ***6.7.2 Em Relação a Pessoas que não têm Práticas Sexuais com o Mesmo Sexo***

De todos os entrevistados, Ciro e Sócrates foram os que manifestaram de forma clara e evidente discriminação em relação a pessoas que não práticas sexuais com o mesmo sexo. Para Ciro os heterossexuais têm medo dos homossexuais no trabalho devido estes serem mais competentes. Assim, Ciro acredita que os homossexuais são extremamente competentes no campo profissional, enquanto os heterossexuais não o são. Ele chega a afirmar que em alguns setores econômicos, como turismo e magazines de roupas, preferem contratar homossexuais a heterossexuais.

Ciro acredita em uma superioridade homossexual em termos de competência. Este discurso discriminatório em relação aos heterossexuais apresenta-se articulado com a estratégia defensiva utilizada por Ciro e os demais entrevistados no trabalho que foi apresentada e discutida anteriormente.

Sócrates acredita que a maioria dos homens heterossexuais são pessoas de baixo nível cultural e sem educação nas relações pessoais. Ele faz uma forte crítica aos homens que não desenvolvem aspectos culturais, exatamente por considerar que é muito difícil manter um diálogo com eles em função disso. Além da inferioridade cultural, os heterossexuais também apresentam uma forma de se comportar, expressar e comunicar considerado “sem educação” por Sócrates, principalmente no trato com as pessoas no ambiente de trabalho.

Platão não vê nada de distinção em relação aos heterossexuais, a não ser quando eles têm atitudes discriminatórias para os homossexuais. Considera que o machismo é algo que prejudica a imagem dos heterossexuais, chegando a relatar que onde trabalha os gerentes masculinos preferem trabalhar com homens e não com mulheres. Xenofonte também critica o comportamento machista dos homens heterossexuais e salienta uma crise de identidade vivida, nos dias de hoje, pelo homem heterossexual. Esta crise é salientada por Trevissan (1997), C. L. Costa (1998) e Heiborn (1996).

De encontro a fala de Xenofonte, Aristóteles acha que os heterossexuais são mais homossexuais do que os próprios homossexuais, pois ficam a todo tempo tentando mostrar que são “homens” e afirmando aquilo que não são. Diógenes vê o machismo presente nos homens heterossexuais e o comportamento afetado na forma de falar e se vestir de algumas mulheres como atitudes inadequadas em heterossexuais.

Alcebíades não demonstra nenhuma conduta direcionada exclusivamente a heterossexuais, pois afirma que o que não gosta em heterossexuais é a falta de ética, respeito e caráter, mas que estas características e comportamentos também estão presentes nos homossexuais. Antístenes relatou que o preconceito em relação aos homossexuais e o assédio sexual no ambiente de trabalho são condutas que considera inadequadas em heterossexuais.

Em relação a crise identitária vivida por homens considerados heterossexuais surge uma questão: quais seriam essas falas que demonstram heterogeneidade e quebram fronteiras previamente estabelecidas? Todos os entrevistados, sem nenhuma exceção, diante da pergunta o que caracterizaria uma pessoa como heterossexual, respondem a essa questão sem atribuir nenhuma característica física, genética, biológica e sexual que classifique uma pessoa como heterossexual. Nenhum deles, por exemplo, afirmou que manter relações sexuais com mulheres é uma característica de um homem heterossexual.

Existem duas explicações para isso: primeiramente atravessados pelo pensamento heterossexista passam a compreender o heterossexual como “normal” e, considerando o heterossexual como padrão “normal” de comportamento, naturalizando o modelo heterossexual (Pino, 2007; J. F. Costa, 1995; Foucault 1988; Louro, 2004), contribuindo com que os heterossexuais passem despercebidos e sejam vistos como destituídos de características que os marquem, exatamente por não terem nenhum traço considerado como desviante.

Segundo, esse movimento também demonstra que os entrevistados acreditam que o que difere uma pessoa homossexual de uma heterossexual são características

culturais e não características biológicas que definem o homem e a mulher. A cultura como constituidora da sexualidade é um fenômeno já relatado por Foucault (1984, 1985, 1988). Isso pode ser confirmado ao observar as respostas dos entrevistados. Para eles, o que caracteriza um heterossexual são os seguintes traços: machismo, hipocrisia, homofobia, uso de expressões e gestos (coçar o “saco”, “mandar a pessoa tomar no cu”, “chamar uma mulher de gostosa” em público e outros), jogar futebol e falar sobre futebol, olhar a “bunda” de uma mulher quando ela passa, falar sobre mulher e dizer que “transa” com muitas mulheres para demonstrar uma vida sexual ativa. Aliás, Xenofonte e Platão chegam até a afirmar que não vêem nenhuma marca que possa definir o que seja heterossexual.

Assim, quando atribuem aspectos culturais como características marcantes e definidoras do que é ser heterossexual, os entrevistados afastam sua visão do campo biológico-identitário, atribuindo a aspectos culturais socialmente e historicamente construídos como definidores do que é ser hétero e, conseqüentemente, do que é ser homo. Dessa forma, destacam que heterossexual e homossexual são categorias criadas em um momento histórico específico, podendo ser (re)definidas a qualquer momento, desde que emergjam de fatos sociais, culturais e históricos que atuem como catalisadores de mudança (Foucault, 1979, 1984, 1985, 1988; Heiborn, 1996; Rago, 1998; Rolnik, 1989; Siqueira, 1998). Além desse aspecto relatado que contribui para o rompimento com o modelo identitário-binário, outras falas dos entrevistados, abaixo descritas, também corroboram este movimento de (re)definição.

Antístenes demonstra que, ao utilizar a Internet para conhecer pessoas, existem muitos internautas que se declaram casados com mulheres, mas que estão ali procurando

encontrar parceiros masculinos para encontros amorosos, aliás, essa é uma das atitudes que declara abominar, pois não gosta de pessoas que vivem uma vida dupla.

Vida dupla significa uma pessoa que não se define como heterossexual ou homossexual, mas que ficaria visitando os dois lados. Ora, ao afirmar isso, Antístenes deixa claro que muitas pessoas atravessam a todo o tempo as fronteiras sexuais estabelecidas e vivem a todo o instante infringindo esses limites. Nesse sentido, Louro (2004, p. 19) afirma:

De um modo ou de outro, esses sujeitos escapam da via planejada. Extraviam-se. Põem-se à deriva. Podem encontrar nova posição, outro lugar para se alojar ou se mover ainda outra vez. Atravessam fronteiras ou adiam o momento de cruzá-las. Muitos permanecem referidos à via mestra, mesmo que pretendam recusá-la e 'partir pra outra'... Sua recusa nem sempre é crítica, contundente ou subversiva; por caminhos transversos, sua recusa pode acabar reforçando as mesmas regras e normas que pretendeu negar. Há também os que se demoram na fronteira, aqueles e aquelas que se abandonam no espaço 'entre' dois ou mais lugares, que se deixam ficar numa espécie de esquina ou encruzilhada.

Ter vida dupla é conceber a vida como um duplo mundo, existindo em paralelo a esfera pública dominante e um mundo privado (Sennett, 1988), que é constantemente criado e recriado, onde se pode entrar e sair muitas vezes ao dia. Além disso, Antístenes também afirma que sai com colegas da pós-graduação que cursa e julga que eles são heterossexuais, mas simultaneamente demonstra uma grande incerteza nessa afirmação, pois considera como difícil saber realmente se alguém é heterossexual ou não. Esse ato demonstra que as fronteiras pré-estabelecidas que sirvam para definir o que é ser homo ou hétero é algo mais tênue do que se imagina.

Diógenes tenta a todo o tempo demonstrar atitudes puramente masculinas, acreditando que se passa como invisível por não ser afeminado. Embora tenha atitudes e comportamentos ditos como de um “homem de verdade”, teve diversos casamentos homoafetivos. Xenofonte foi apaixonado por meninas e meninos, afirmando, semelhantemente a Antístenes, que muitas pessoas levam uma vida dupla, constituindo famílias, no conceito tradicional do termo, ao mesmo tempo que mantém relações homoafetivas. Chega até a afirmar que conhece homossexuais que têm comportamento mais heterossexual do que muitos héteros e heterossexuais que apresentam atitudes mais *gays* do que muitos homossexuais, o que demonstra que as idéias previamente estabelecidas entre o que é ser homo e hétero não são confiáveis.

Sócrates salienta que prefere relações estáveis com pessoas heterossexuais, preferencialmente casados, pois acredita que os homens ativos não são homossexuais, crença está já relatada e exposta nas obras de J. F. Costa (1995), Green (2000) e Foucault (1984). Contudo, ele mesmo fica em dúvida diante da própria posição ao afirmar que não acredita que realmente exista um homem ativo, visto pelo entrevistado como heterossexual, pois se alguém mantém relações sexuais duradouras com ele não é tão ativo (heterossexual) assim.

A fronteira traçada por Sócrates para definir o que é ser homo ou hétero cai de vez, quando salienta que uma das principais características dos heterossexuais é jogar futebol, o que homossexuais não fazem, criando-se um estereótipo do que é ser *gay* (Herek, 1991). Entretanto, lembra-se de que teve um namorado jogador de futebol. Ainda em relação a Sócrates, ele acredita que muitas pessoas fazem piadas sobre



homossexuais porque gostariam de ter uma experiência homoafetiva, mas que não conseguem devido a um grande medo de entrega a esse tipo de prazer e desejo.

Aristóteles teve sua primeira experiência homoafetiva com um colega das forças armadas que era casado com uma mulher. Essa relação se manteve por anos, só terminando quando ele saiu do exército. Além disso, apesar desse relacionamento, Aristóteles teve diversas mulheres como namoradas, sendo até visto como um grande garanhão. Alcebíades teve muitas namoradas na sua vida, da mesma forma que Platão, que até seus vinte e seis anos somente mantinha relações sexuais com mulheres.

Ciro afirmou que a maioria das pessoas com as quais conversa na Internet são homens casados que estão procurando outros homens para encontros amorosos. Também ressaltou que os heterossexuais masculinos estão em crise em relação ao seu modelo de sexualidade e vivem uma briga constante consigo mesmos entre “ser ou não ser, eis a questão”. Aliás, salientou que está sendo cortejado por um colega de trabalho casado. Esta crise contemporânea do masculino é retratada por Heiborn (1996) e Trevisan (1997).

Esses relatos demonstram que a vida é algo muito mais múltipla do que se concebe. Primeiramente, classificar pessoas que tenham traços afeminados como homossexuais parece ser um grande erro e contribui para a formação de estereótipos (Herek, 1991). Em outras palavras, se somos *queer* (Louro, 2004; Swain, 2001), esse tipo de classificação e rotulação torna-se completamente desnecessário. Diógenes até evidencia que relacionar o homossexual a características afeminadas é apenas uma visão caricata que a sociedade tem, pois a maioria das pessoas homossexuais não é

afeminada, pelo contrário, são pessoas com atitudes bem masculinizadas e, em função disso, passam despercebidos pela sociedade. Aliás, definir o homossexual como uma pessoa afeminada não passa de uma tentativa de criar fronteiras e, conseqüentemente, uma identidade que definiria qual é o comportamento e as características que marcam um homossexual. O desejo não é algo anárquico, mas torna-se anárquico quando a sociedade, ao criar regras sociais e morais que tentam interditar determinadas formas de desejo, acaba impossibilitando que o desejo se conecte com o mundo real. Contudo, o desejo sempre escapa a esse controle e manifesta-se sob diversas formas (Deleuze, 1991; Rolnik, 1989).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de se entrar propriamente nas considerações finais, algumas observações devem ser feitas em relação ao uso dos termos homossexual/heterossexual na apresentação das entrevistas e na análise dos dados. Primeiramente, a superação da discriminação e da homofobia se dá no nível discursivo quando ocorrer a superação e desconstrução da homossexualidade e da heterossexualidade como identidades sexuais, conforme acreditam Rios (2007), Foucault (1984, 1985; 1988), Pocahy (2007), Louro (2004), C. L. Costa (1998), Swain (2001) e Scott (2005). Em outras palavras, enquanto o uso de tais termos existirem significando a existência de grupos com características identitárias, sempre haverá discriminação. Entretanto, a questão é mais complexa do que apenas uma mudança de palavras, pois não basta apenas mudar os termos empregados para que ocorra automaticamente o fim da discriminação e da homofobia. O que tem de mudar são os valores culturais e filosóficos que criaram e enfatizaram a existência dessas classificações. Essa tarefa é muito mais complexa do que apenas se mudar o nome.

Finalmente, o uso dos termos homossexual e heterossexual no roteiro de entrevista visa a facilitar a comunicação com os entrevistados, já que eles não entenderiam termos como *queer*, por exemplo. Assim, o relato das entrevistas obtidas e a análise dos dados foram realizados, utilizando-se exatamente das expressões que os entrevistados usavam em suas respostas: heterossexual/homossexual. Diante disso surge uma questão: sendo essa uma pesquisa pós-estruturalista que objetiva exatamente desconstruir os conceitos de identidade homossexual e heterossexual, não seria a utilização desses termos algo contraditório ao seu intento?

Para responder a essa questão é necessário salientar alguns aspectos relacionados ao roteiro de entrevista e à utilização das expressões homossexual e heterossexual na análise dos dados. Sobre o roteiro de entrevista, não se acredita que a utilização de tais expressões contribuiu para direcionar ou contaminar as respostas dos entrevistados no sentido de forçá-los a usar tais palavras como definidoras de comportamentos sexuais.

O que se viu foi exatamente o contrário, pois os entrevistados compreendem e usam esses termos de forma cotidiana. Se assim não o fosse, teriam pedido alguma explicação sobre o que significariam tais expressões. Assim, o uso dessas expressões advém de questões culturais, filosóficas e históricas, nas quais o discurso dos entrevistados apenas manifesta essa produção social. Em outras palavras, e em sintonia com a análise de discurso utilizada por Foucault (1996, 1999a, 2002, 2003a, 2003b, 2003c), essas expressões são produções históricas que constituem as pessoas na sua forma de pensar, agir e opinar sobre algo. Dessa forma, quem fala não é o entrevistado, mas sim toda uma rede de forças que produz um determinado discurso como verdadeiro e natural. As pessoas apenas são o que há de visível nessa rede, contudo elas não têm autonomia para produzir nenhum discurso.

A utilização dos termos homossexual ou heterossexual em uma abordagem pós-estruturalista pode parecer algo contraditório, todavia servem para demonstrar a existência ainda de um forte traço histórico contido no discurso dos trabalhadores estudados, traço ainda muito ligado a um modelo binário de sexualidade. O que se observou também é um período histórico de crise desse modelo concebido pela modernidade, e os próprios pesquisados manifestam essa crise em suas falas,

conforme anteriormente exposto. Sob esse aspecto, deve-se fazer algumas observações sobre as condições históricas contemporâneas.

Bauman (1998) analisa exatamente esta guerra silenciosa e ávida travada entre modernidade e pós-modernidade. Para ele, a modernidade sempre ansiou coletivizar o destino humano em um plano que julgasse mais elevado e evoluído e que substituísse as velhas ordens ainda remanescentes, como os regimes monárquicos. Para atingir seu intento, deveria purificar-se daqueles que colocavam em risco uma ordem coletivizada mais elevada, evoluída e pura. Nesse contexto a “civilização (leia-se modernidade) ‘impõem grandes sacrifícios’ à sexualidade e agressividade do homem. [...] Os prazeres da vida civilizada [moderna], e Freud insiste nisso, vêm num pacote fechado com os sofrimentos [...]” (Bauman, 1998, p. 8).

Desta forma, a identidade serviria de cimento social, devendo ser erguida sistematicamente, de tijolo em tijolo, observando-se um esquema já concluído mesmo antes de se iniciar o trabalho. Essa construção requer uma percepção clara da forma final a ser obtida, requer um cálculo cuidadoso de cada passo que caminhará em direção a ela, requer um planejamento em longo prazo e uma visão por meio das conseqüências produzidas por movimento (Bauman, 1998). “Havia, assim, um vínculo firme e irrevogável entre a ordem social como projeto e a vida individual como projeto, sendo a última impensável sem a primeira” (Bauman, 1998, p. 37). Dessa forma, os tijolos que eram considerados como estranhos a essa construção foram afastados e anulados. A modernidade enxerga esses estranhos da seguinte forma:

Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira,

inimitável. Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo – num desses mapas, em dois ou em todos três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas da fronteira que devem ser claramente vistas; se, tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido (Bauman, 1998, p. 27).

Entretanto, o que parece estar em crise é exatamente esse modelo de sociedade baseado em uma identidade, no qual o coletivo delimitaria as fronteiras individuais. Já há algum tempo, tem-se vivenciado a dissolução dessas fronteiras, apesar de ainda estarem presentes em nossa sociedade traços da modernidade. Esse período histórico demarcado pelo esfacelamento destas fronteiras e limites impostos pela modernidade se denominou de pós-modernidade. Assim, a vida no mundo atual é destituída da suposta solidez e sensação de continuidade presentes na modernidade. O que predomina agora é o sentimento de um novo tipo de incerteza que não está limitada à “própria sorte e aos dons de uma pessoa, mas igualmente a respeito da futura configuração do mundo, a maneira correta de viver nele e os critérios pelos quais julgar os acertos e erros da maneira de viver” (Bauman, 1998, p. 32).

O que Bauman (1998) salienta como novo em volta da interpretação pós-moderna da incerteza é que a incerteza não é vista apenas como um inconveniente temporário, que com o tempo e esforço devido possa ser abrandada ou transposta. “O mundo pós-moderno está se preparando para a vida sob uma condição de incerteza que é permanente e irreduzível” (Bauman, 1998, p. 32). Ou seja, a pós-modernidade, de

forma oposta à modernidade, “vive num estado de permanente pressão para se despojar de toda interferência coletiva no destino individual, para desregulamentar e privatizar” (Bauman, 1998, p. 26). Dessa forma, o próprio momento histórico que vivemos é por si só gerador de incertezas e produtor desta crise identitária que acaba afetando as concepções sobre sexualidade e colocando em dúvida as verdades absolutas presentes na construção de um modelo binário. Diante desse cenário pós-moderno, tanto a sexualidade e o trabalho, que, conforme Nardi (2007), são dispositivos utilizados como forma de controle do comportamento social, encontram-se em uma rede de incertezas. Existem alguns aspectos relevantes nesse processo de ruptura que devem ser salientados, alguns locais, outros não.

Começando-se com aspectos locais, vale ressaltar o rompimento do estado do Espírito Santo com anos de estagnação econômica. Esse crescimento econômico provoca algumas modificações estruturais e culturais principalmente na região da Grande Vitória, pois traz consigo uma crescente urbanização das cidades e um aumento do contingente populacional, principalmente de pessoas que vêm de outras regiões do Brasil para aqui residirem. Assim, o aumento do contingente populacional aliada à diversidade cultural trazida pelas pessoas migrantes acaba colaborando para que valores e aspectos culturais locais sejam questionados e reinterpretados. Aliás, quanto maior a população de uma cidade, mais anônimos se tornam seus habitantes, o que contribui para que eles se sintam mais livres do controle social e passem por novas experiências e sabores, inclusive sexuais, sem medo de serem descobertos, pois se tornam anônimos.

O advento da tecnologia da informação, mais precisamente a Internet por meio de salas de bate-papo e programas que visam a facilitar a comunicação entre as pessoas,

acabam criando um ambiente favorável para que as pessoas expressem seus desejos sem que tenham a necessidade de se expor publicamente. Assim, conforme afirmaram os entrevistados que navegam em salas de conversação na Internet, muitos homens casados e classificados pelos valores da modernidade, como heterossexuais, navegam nesse espaço, atravessando fronteiras que não eram permitidas até então. Como o desejo é algo social, a Internet possibilita a satisfação desse desejo sem que a pessoa possa ser identificada pelas outras pessoas que ali estão, permitindo a satisfação do desejo sem sentir-se julgada pelos valores da sociedade, já que ali também se torna um anônimo.

Aliás, a busca pelo anonimato está presente na fala dos entrevistados, mesmo em trabalhadores que são considerados como assumidos em relação as suas práticas sexuais, por mais contraditório que isso pareça ser. Pode-se constatar essa tentativa de encobertamento pelo preconceito que eles têm contra pessoas afeminadas, evitando ao máximo saírem em público com pessoas que tenham tais características, pois elas poderiam delatar, de forma indireta, sua sexualidade, já que não existem marcadores corporais que possam evidenciar sua condição sexual (Rios, 2007). Entretanto, muitos dos entrevistados têm comportamento considerado como afeminado segundo os padrões culturais preestabelecidos, mas não se vêem como portadores desse comportamento. O que varia de um entrevistado para outro é o tamanho da “coberta” que ele quer utilizar. Se objetiva encobrir os pés apenas ou todo o corpo. Mas, independentemente do tamanho da “coberta”, todos desejam certo nível de anonimato. A sensação que se tem é que, quanto maior o anonimato, maior a sensação de liberdade e menor a discriminação e preconceito sofridos.



A mídia com noticiários sobre escândalos sexuais entre famosos, com transmissão ao vivo de eventos considerados *gays*, com a discussão sobre a homoafetividade entre militares, com noticiários sobre a legalização de união estável entre homossexuais em diversos países do mundo e com a inclusão de personagens que têm relações homoafetivas em novelas, acaba manifestando esse momento de incertezas sobre velhos tabus sexuais. De certa forma, a moda com o surgimento do *design* de roupas unissex, também coloca em cheque o que é masculino e feminino e, conseqüentemente, o modelo binário de sexualidade.

Esses fatos servem apenas para demonstrar a crise que passam os preceitos modernos sobre gênero e sexualidade. Diante desse contexto histórico, sujeito e objeto se constituem mutuamente, (re)criando novas formas de expressões sociais. A impressão que se tem com a fala dos trabalhadores é que as práticas sexuais entre homens parecem mais comuns do que se imagina, conforme já havia constatado Kinsey, Pomeroy e Martin (2003).

Assim, tendo-se feito essas ponderações e contextualizações, torna-se necessário agora evidenciar as principais conclusões desta pesquisa. Primeiramente, não existem políticas de diversidade efetivas nos bancos estudados. Apesar dos bancos públicos estudados oferecerem o benefício de inclusão de parceiros homossexuais nos planos de saúde oferecidos por eles, esse benefício existente não pode ser considerado como definidor e constituidor de um programa de diversidade mais amplo e abrangente. Aliás, os bancos não divulgam e não estabelecem normas claras sobre esse benefício.

Mas o pior não é isso, além de não evidenciarem aspectos homoafetivos nos canais internos de comunicação, todos os bancos não incluem em suas políticas de

diversidade o heterossexual. Portanto, não tratam o heterossexual como parte dessa diversidade, considerando-o como padrão, tratando os demais como um “desvio” ou como “estranhos” que devem ser integrados e incluídos em um modelo heterossexual. Esse fato está de acordo com a afirmação de Louro (2004) de que qualquer comportamento que fuja do padrão heterossexual provoca uma descontinuidade na tríade sexo-gênero-sexualidade e passa a ser tratado como uma questão de “minorias”.

Há evidências claras de existência de discriminação direta e indireta em todos os bancos estudados (A. M. M. Costa, 2007). Apesar dos bancos públicos fornecerem aos casais homossexuais benefícios relacionados ao plano de saúde, isso não significa que esses bancos estejam isentos e purificados da presença de formas de discriminação direta. Entretanto, o que mais incomoda os trabalhadores desses bancos são as manifestações de discriminações indiretas.

A discriminação indireta se apresenta no dia-a-dia do ambiente de trabalho das seguintes maneiras: (a) piadas que falam pejorativamente de forma generalizada sobre homossexuais; (b) isolamento para que não tenham contato com clientes e até mesmo com demais funcionários; (c) condições de trabalho inferiores às ofertadas para os demais empregados; (d) exclusão de participação nos grupos informais e atividades desses grupos ocorridas fora da empresa; (e) brincadeiras, fofocas e ironias sobre as formas de andarem, falarem e gesticularem quando não estão presentes no recinto; (f) xingamento relacionado à evidenciação de uma suposta feminilidade pertencente a homossexuais (“mocinha”, “veadinho”); (g) dificuldades de crescimento na carreira; (h) dificuldade de contratação de homossexuais, principalmente afeminados, por gerentes de empresas terceirizadas que prestam serviço a bancos públicos.

Aliás, os próprios trabalhadores entrevistados manifestaram discriminação contra outros homossexuais, principalmente com as pessoas que tenham comportamentos afeminados. Além de apresentarem atos discriminatórios contra os seus pares, manifestaram toda uma regra de conduta baseadas no heterossexismo que servem para regular e “normalizar” os comportamentos homoafetivos (Pino, 2007). Em outras palavras, o heterossexismo não está presente apenas em pessoas culturalmente classificadas como heterossexuais, mas também naqueles que, a princípio, estariam subvertendo os padrões heterossexuais. Além disso, alguns entrevistados também chegam a discriminar heterossexuais considerando-os menos competentes, educados e cultos que homossexuais.

Para lidarem com as discriminações sofridas no trabalho, os bancários utilizam-se das seguintes estratégias: (a) encobrir sua homoafetividade ou evitando criar relações de amizade mais profundas, ou mantendo um discurso contraditório sobre quem realmente é, ou tentando ser o mais masculino possível, (b) aumentar sua aceitação no grupo e conseqüentemente suas relações de amizade; (c) manter o direito de exercício de sua sexualidade assumindo publicamente e reafirmando a todo o momento no ambiente de trabalho sua condição homoafetiva; (d) amenizar o impacto de sua homoafetividade no local de trabalho adotando condutas que não provoquem conflitos em relação aos valores sociais existentes no ambiente trabalho; (e) entrar em grupos organizados para militar e combater as diferenças de tratamento dispensadas aos dos homossexuais no trabalho bancário; (f) fazer uma separação entre vida pública e vida privada; (g) criar uma imagem de competência e acreditar que essa imagem profissional diminua a prática de atos discriminatórios contra si.

As relações informais não são tão amigáveis nos ambientes estudados em relação aos trabalhadores homoafetivos, o que pode ser constatado pelo comportamento gerencial em não apoiar ou permitir casais homoafetivos em eventos sociais e pela presença das formas de discriminação acima relatadas. De certa forma, essa constatação também se evidencia pela não-influência da sexualidade na escolha da carreira dos trabalhadores estudados, ou seja, eles não se tornam bancários pelo fato de procurarem um tipo de atividade ou local de trabalho que seja mais tênue e tolerante em relação a sua homoafetividade.

A sexualidade afeta os relacionamentos de trabalho dos bancários pesquisados. Sobre esse aspecto, pode-se destacar: (a) a dificuldade que eles têm em participar de grupos informais e das atividades organizadas por esses grupos, o que interfere nas suas chances de construir redes de relacionamentos no trabalho e amizades mais profundas; (b) a constante vigilância que os trabalhadores exercem sobre os seus comportamentos, pensamentos e atitudes quando estão em convívio social com os demais colegas de trabalho.

Assim, verifica-se que o discurso baseado em um modelo binário e identitário de grupos (Laqueur, 1996; J. F. Costa, 1995), emergente no século XVIII ainda é muito forte na sociedade e está presente na fala dos entrevistados. Dessa forma, os estudados também passam a definir suas práticas e têm o discurso binário como referência, com base na qual tentam criar um território existencial com fronteiras bem delineadas e fundamentadas nesses mesmos conceitos. Entretanto, na própria fala dos sujeitos estudados, a todo o momento essas fronteiras parecem estar completamente destroçadas. Essa fragmentação de fronteiras anteriormente estabelecidas como um dos principais traços da pós-modernidade é relatada na obra de Bauman (1998, 2001,

2005), sendo que Louro (2004), Scott (1990, 1992, 1995, 2005) e Swain (2001) demonstraram e enfatizaram a presença dessa fragmentação pós-moderna no campo da sexualidade.

Foucault (1979, 1988) evidencia essa relação entre poder e saber na constituição das ciências modernas, bem como na constituição do próprio homem pelos processos de subjetivação. A relação entre poder e saber se manifesta de diversas maneiras nas falas dos entrevistados. Assim, resta agora analisar o poder/saber contido no discurso dos pesquisados.

Apesar do rompimento das fronteiras, pode-se afirmar que os *gays* compram o discurso de que o heterossexual é o normal e que eles são um desvio (Pino, 2007), bem como o dispositivo de uma sexualidade binária e altamente hierarquizada (J. F. Costa, 1995; Green, 2000; Laqueur, 1996; Pocahy, 2007), ou seja, ocorre o fenômeno da heteronormatividade (Pino, 2007). Assim, criam diversas hierarquias para estabelecerem padrões de comportamento sexual: ativo, versátil, passivo, *bears* (homens que são gordinhos e peludos que têm características bem masculinas), *barbies* (homens que são musculosos), *leathers* (homens que tem fetiches relacionados ao uso de roupa de couro), entre outros.

Apesar de toda essa tentativa de hierarquização influenciada pelo modelo heterossexista, observa-se que o comportamento sexual dos entrevistados é heterogêneo. Alguns gostam de freqüentar lugares *gays* e outros, mesmo sendo socialmente assumidos, não gostam. Suas condutas sexuais são as mais diversas possíveis: relacionamentos duradouros com outros *gays*, casamentos estáveis, casos esporádicos e fortuitos e namoros estáveis com homens casados. Em relação a

estereótipos, alguns realmente se apresentam de forma afeminada, outros têm comportamento altamente masculinizado e alguns se apresentam entre esses dois limites.

Assim, conforme salientado, apesar de toda influência de uma concepção binária e identitária de mundo (Laqueur, 1996; J. F. Costa, 1995), os entrevistados deixam escapar práticas existenciais que são contrárias a essa concepção. Demonstram em suas falas, traços que colaboram com uma concepção de vida não identitária e binária, evidenciando que essas fronteiras não existem, conforme Kinsey, Pomeroy e Martin (2003), J. F. Costa (1995), Louro (2004), Swain (2001) e Foucault (1984, 1988) já afirmavam.

Diante do exposto, alinhado com o pensamento *queer* (Louro, 2004, 2008; Swain, 2001; Scott, 1990, 2005; Pino, 2007; Lara Neto 2007; Miskolci, 2007) e com o pós-estruturalismo (Foucault, 2004b; Dreyfus & Rabinow, 1995), pode-se afirmar que dividir a vida em duas categorias identitárias de comportamento sexual, dessa forma, oferecendo às pessoas apenas alternativas de exercício sexual que só podem ser vividas desde que você escolha o grupo a que pertença, tentando classificá-las como homo ou hétero, bem como, homem ou mulher, por meio de um gabarito previamente estabelecido no século dezoito, não manifesta o que realmente acontece contemporaneamente no campo da sexualidade (Louro, 2004; Swain, 2001; Trevisan, 1997) na contemporaneidade. Somos diversas coisas concomitantemente, diversos desejos, diversas pulsões.

O homem afeminado e a mulher masculinizada incomodam por colocarem em risco o modelo identitário-binário de grupo, com suas categorias rígidas do que é ser

masculino ou feminino. O homem afeminado e a mulher masculinizada colocam em risco o binarismo sexual exatamente por terem traços biológicos de um homem e de uma mulher, mas comportamentos culturalmente definidos como pertencentes ao feminino e ao masculino. Eles incomodam porque, a todo o tempo, estão navegando e quebrando as fronteiras culturalmente estabelecidas entre o masculino e o feminino (Louro, 2004).

Conforme já dito, as palavras homossexual e heterossexual só emergem com o advento do *two-sex model* (J. F. Costa, 1995). A utilização desses termos reforça o gabarito binário de sexualidade definido no século XVIII (Scott, 2005). Apenas mudar o nome, criando-se novas denominações para chamar o heterossexual e o homossexual, também não parece algo lógico, pois não basta mudar nomes para que os significados mudem. O que se faz necessário é a mudança de valores sociais e culturais que criam uma visão reducionista e binária de mundo em todos os seus aspectos, inclusive no campo sexual.

Em relação aos estudos brasileiros que envolvem a homossexualidade no ambiente de trabalho, há algumas observações que se fazem necessárias neste momento. Primeiramente, não se constatou o observado por Ferreira e Siqueira (2007), que todos os *gays* mais assumidos estariam voltados para uma carreira que permita expressar a orientação sexual no trabalho e os *gays* enrustidos estariam mais focados para escolhas fundamentadas em valores de trabalho mais tradicionais e relacionados a status, compromisso e estabilidade. Nesse sentido, tanto Diógenes e Alcebíades, que são assumidos em relação a sua sexualidade no trabalho, ocupam posições gerenciais. Além disso, a busca de estabilidade, principalmente financeira, está presente em todos os discursos dos trabalhadores estudados, mesmo nos trabalhadores considerados

como afeminados e assumidos. A afirmação e generalização realizada por Ferreira e Siqueira (2007) é na realidade uma afirmação tão (pré)conceituosa quanto o preconceito que pretendem combater em seu trabalho. Ou seja, tal afirmação é muito discriminadora e não se pode afirmar que existe uma relação exclusiva com o fato de o indivíduo ser homossexual, pois outros fatores também o levam a optar por uma carreira estável e não somente a sua sexualidade.

A pesquisa feita por Irigaray (2007b) sobre a identidade homossexual e suas estratégias para assumidos, parcialmente assumidos e não-assumidos não se aplicam às estratégias observadas, pois o discurso de competência (super-homem) está presente em todos os pesquisados, independentemente de serem assumidos ou não. Além disso, apesar de Diógenes ser assumido, ele utiliza a estratégia de se comportar como um “machão” no trabalho.

Tanto Irigary (2007a, 2007b), Ferreira e Siqueira (2007) e Eccel e Flores-Pereira (2008), bem como todos os trabalhos sobre homossexuais desenvolvidos em solo norte americano, tratam os homossexuais como minorias. Conforme relatado, Louro (2004) deixa claro que tratar homossexuais como minorias é contribuir com a discriminação e, nesse sentido, este trabalho se afasta dos trabalhos realizados por esses autores por não tratar e considerar homossexuais como minorias.

A classificação dos homossexuais em minorias presente nas pesquisas brasileiras manifesta uma forte influência dos estudos norte americanos sobre o tema. As pesquisas americanas naturalizam e reforçam a política identitária-binária de grupo. Tratar os homossexuais como minorias é classificá-los e hierarquizá-los dentro de uma escala social (Scott, 2005). Toda classificação e sua conseqüente hierarquização são



formas de se estabelecer relações de poder, sendo que toda relação de poder opera pela exclusão. Classificar homossexuais como “minorias” significa enquadrá-los em um grupo, onde as pessoas que pertencem a esse grupo têm determinadas características comuns, características essas consideradas inferiores dentro de uma escala de “utilidade” social, ou seja, são seres iguais em razão de sua inferioridade (Scott, 2005).

A classificação de homossexuais em minorias reafirma as relações hegemônicas de poder no campo de gênero e é uma busca de características que sejam comuns e que possibilitem encontrar uma identidade homossexual (Scott, 2005). Sawaia (2001) afirma que a busca de identidade é uma característica da modernidade e que toda identidade é um mecanismo de inclusão/exclusão que opera de forma conjunta. Aliás, a discriminação que os homossexuais entrevistados têm para com outros homossexuais manifesta exatamente esse mecanismo que ao mesmo tempo que inclui o indivíduo como sendo pertencente a um grupo, também o exclui e o discrimina exatamente por terem as características do grupo a que pertencem. Assim, a identidade é uma relação de poder onde as significações hegemônicas acabam excluindo as não hegemônicas. Ao se estabelecer a diferença entre duas identidades tende-se a incluir e valorizar o que é considerado hegemônico e a desvalorizar e excluir aquilo que é minoria com o principal intuito de preservar a harmonia social e evitar o conflito. Em suma, a classificação de homossexuais em minorias não garante a igualdade, mas serve somente como um dispositivo de controle e hierarquização social (Sawaia, 2001; Scott, 2005; Rolnick, 1989).

O trabalho de Eccel e Flores-Pereira (2008), que apesar de trabalharem com o conceito de minorias, não se fundamenta em estudos norte americanos. Todos os demais trabalhos (Irigary, 2007a, 2007b; Ferreira & Siqueira, 2007), conforme dito, têm uma

forte ligação com as pesquisas americanas sobre homossexualidade e seguem na integra os conceitos e a lógica americana sobre o tema. Aliás, conforme já salientado, os estudos americanos trabalham com o conceito de minoria e acreditam que esse conceito é capaz de incluir socialmente os homossexuais. De forma contrária, ao trabalhar com o pós-estruturalismo francês, essa tese se afasta dessa lógica, exatamente por não tratar os homossexuais como minorias, não buscando a constituição de identidades binárias, pois acredita que criar identidades e salientar as diferenças entre essas identidades é um dispositivo de poder que cria um círculo vicioso onde se reconstrói e se reafirma aquilo que se quer banir: a discriminação (Scott, 2005). A concepção de uma sexualidade múltipla e heterogênea abre a possibilidade de que todos os homens se vejam como semelhantes em suas diversidades sejam quais forem essas diversidades, e não apenas como diferentes em razão de suas identidades. Somente assim, na semelhança pela diversidade e não na semelhança pela identidade de grupo que a discriminação relacionada à sexualidade poderá ser combatida.

**POR FIM, TRABALHAR COM DISCRIMINAÇÃO NÃO É UM TEMA FÁCIL. REQUER MUITA HABILIDADE E TATO NA CONDUÇÃO DA PESQUISA. DIANTE DE TODOS OS FATOS EXPOSTOS, ACREDITA-SE QUE O FIM DA DISCRIMINAÇÃO RELACIONADA A GAYS DEPENDE MUITO MAIS DE MUDANÇAS DE VALORES CULTURAIS, SOCIAIS E FILOSÓFICOS RELACIONADOS À CONCEPÇÃO DE MUNDO E, CONSEQÜENTEMENTE, DE SEXUALIDADE, DO QUE DOS PROGRAMAS DE DIVERSIDADE APRESENTADOS.**

## REFERÊNCIAS

- Allan, G. Friendship and the private sphere. (1998). In: R. G. Adams DAMS & G. Allan. *Placing friendship in context* (pp. 71-91). Cambridge: Cambridge University Press,
- Alves, M. A.; Gomes, M. V. P. & Souza, C. M. L. (2006). Análise do discurso no Brasil: será ela crítica? Em: ENANPAD, 30, 2006, Salvador. *Trabalhos apresentados*. Salvador.
- Alvesson, M.; Deetz, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: Clegg, S. R.; Hardy, C.; Nord, W. R. (1998). *Handbook de estudos organizacionais*. v.1. São Paulo: Atlas.
- Alvesson, M.; Willmott, H. Recasting emantipation in management and organization studies. In: Alvesson, M.; Willmott, H. (1996). *Making sense of management: a critical introduction*. London: Sage.
- American Psychiatric Association. (1974). Position statement on homosexuality and civil rights. *American Journal of Psychiatric*, 131, 497.
- Andrade, A. N. Avaliação genealógica. In: Menandro, P. R. M.; Trindade, Z. A.; Borloti, E. B. (1999). *Pesquisa em Psicologia: recriando métodos*. Vitória: UFES. Programa de Pós-Graduação em Psicologia: CAPES. PROIN.
- Anjos, G. (2000). Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, 2 (4), 274-305.
- Anjos, G. (2002). Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. *Sociologias*, 4 (7), 222-252.
- Araújo, I. L. (1993). *Introdução à filosofia da ciência*. Curitiba: Editora da UFPR.
- Badgett, M. V. L. (1995). The wage effects of sexual orientation discrimination. *Industrial and Labor Relations Review*, 48 (4), 726-739.

- Bakhtin, M. (1986). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Bakhtin, M. (1987). *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de Rabelais*. São Paulo: Hucitec/UNB.
- Bakhtin, (1988). M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/UNESP.
- Balsan, K. F. (2001). Nowhere to hide: lesbian battering, homophobia, and minority stress. *Women and therapy*, 23, 25-38.
- Balsam, K. F.; Rothblum, E. D.; Beauchaine, T. P. (2005). Victimization over the life span: a comparison of lesbian, gay, bisexual, and heterosexual siblings. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73 (3), 477-487.
- Bardin, L. L. (1977). *Analyse de Contenu*. Paris : Presses Universitaires de France.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Becker, H. (1994). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Brewis, J. (1996) 'The 'making' of the 'competent' manager: competency development, Personal Effectiveness and Foucault', *Management Learning*, special section entitled 'Critique and Renewal in Management Education', 1 (27), 65-86.
- Brewis, J.; Hampton, M. P.; Linstead, S. (1997). 'Unpacking Priscila: subjectivity and identity in the organization of gendered appearance'. *Human Relations*, 50(10), 1275-1304.
- Brewis, J.; Linstead, S. (2000a) 'The worst thing is the screwing' (2): context and career in sex work', *Gender, Work and Organization*, 7 (3), 168-180.

- Brewis, J. and Linstead, S. (2000b) *Sex, Work and Sex Work: Eroticizing Organization*, London: Routledge.
- Brewis, J. (2001) 'Foucault, politics and organizations: (re)-constructing sexual harassment', *Gender, Work and Organization*, 8 (1), 37-60.
- Bussab, V. S.; Ribeiro, F. L. (1998). Biologicamente Cultural. In: Souza, L. et al. *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Button, S. B. (2001). Organizational efforts to affirm sexual diversity: a cross-level examination. *Journal of Applied Psychology*. 86 (1), 17-28.
- Cain, R. (1991). Stigma management and gay identity development. *Social Work*, 36, 67-73.
- Cappelle, M. C.; Melo, M. C. O. L.; Brito, M. J. M. (2002). Relações de Gênero e de Poder: Repensando o Masculino e o Feminino nas Organizações. In: ENANPAD, 26, 2002, Salvador. *Trabalhos Apresentados*. Salvador.
- Castells, M.(1999). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Castoriadis, C. (1986). *Domaines de l'homme*. Paris : Seuil.
- Carrieri, A. P.; Silva, A. R. L.; Souza, P. A. G. (2005a). Os discursos ambientais nas organizações: o caso de uma empresa de telefonia. Em: ENANPAD, 29, 2005, Brasília. *Trabalhos apresentados*. Brasília.
- Carrieri, A. P.; Pimentel, T. D.; Silva, A. R. L.; Abade Junior, C. B. (2005b). De "Woodstock Mineira" a "Camelódromo": percurso semântico da transformação da identidade em uma feira. Em: ENANPAD, 29, 2005, Brasília. *Trabalhos apresentados*. Brasília.
- Cavedon, N. R. (2005). Os saberes produzidos no cotidiano. In: N. R. Cavedon (Org.). *Representações sociais na área de gestão em saúde*. Porto Alegre: Dacasa.
- Cavedon, N. R.; Ferraz, D. L. da S. (2005). Representações sociais e estratégia em pequenos comércios. *RAE-eletrônica*, v. 4, n. 1, Art. 14, jan./jul.

- Charaudeau, P.; Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- Coelho Júnior, N. E. (2001). A noção de objeto na psicanálise freudiana. *Ágora*, 04, 02.
- Cortina, L. M.; Wasti, S. A. (2005). Profiles in coping: responses to sexual harassment across persons, organizations, and cultures. *Journal of Applied Psychology*. 90 (1), 182-192.
- Costa, A. M. M. (2007). A discriminação por orientação sexual no trabalho: aspectos legais. In: Pocahy, F. *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação*. Porto Alegre: NUANCES.
- Costa, C. L. (1998). O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (com)texto. In: Pedro, J. M; Grossi, M. P. (1998). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres.
- Costa, J. F. (1995). *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Editora Escuta.
- Costa, N. B. (2000). Contribuições do marxismo para uma teoria crítica da linguagem. *D.E.L.T.A.*, v. 16, n. 1, p. 27-54.
- Deleuze, G. (1991). *Saúde e Loucura*. São Paulo: Hucitec.
- Dellagnelo, E. L.; Machado-da-Silva, C. (2000). Literatura sobre novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? In: ENANPAD, XXV, 2000, Santa Catarina. *Anais*. Florianópolis.
- Devreux, A. M. (2005). A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*, 20 (3), 561-584.

- DIEESE. (2001). *Conjuntura, resultados, remuneração e empregos: subsídios para discussão na 3ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro*. Elaborado pelo DIEESE: Linha Bancários. São Paulo: DIEESE.
- Documento Corporativo A. (2006). *Refletindo sobre a equidade de gênero: programa CAIXA de gestão da diversidade*. Brasília.
- Documento Corporativo B. (2008). *RH 43*. Brasília.
- Documento Corporativo C. (2008). *Código de Ética do BB*. Brasília.
- Documento Corporativo D. (2008). *Código de Ética CAIXA*. Brasília.
- Donovan, M. A.; Drasgow, F.; Munson, L. J. (1998). The perceptions of fair interpersonal treatment scale: Development and validation of a measure of interpersonal treatment in the workplace. *Journal of Applied Psychology*, 83, 683-692.
- Dreyfus, H.; Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault, uma trajetória para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Driscoll, J. M.; Kelley, F. A.; Fassinger, R. E. (1996). Lesbian identity and disclosure in the workplace: relation to occupational stress and satisfaction. *Journal of Vocational Behavior*, 48, 229-242.
- Eccel, C. S.; Flores-Pereira, M. T. (2008). A inserção da “diversidade” homossexual em uma livraria de *shopping Center*: um estudo crítico. Em: ENANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados*. Rio de Janeiro.
- Ellis, A. L.; Riggle, D. B. (1996). The relation of job satisfaction and degree of openness about one’s sexual orientation for lesbians and gay men. *Journal of homosexuality*, 30(2), p. 75-85.

- Ferreira, R. C.; Siqueira, M. V S. (2007). O *gay* no ambiente de trabalho: análise dos efeitos de ser *gay* nas organizações contemporâneas. Em: ENANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados*. Rio de Janeiro.
- Fiorin, J. L. (1997). *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática.
- Fiorin, J. L. (2002). *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- Foucault, M.; Rouanet, S. P.; Merquior, J. G.; Lecourt, D.; Escobar, C. H. (1996). *O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade III: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1996). Entrevista com Michel Foucault, por Sérgio P. Rouanet e J. G. Merquior. In: M. Foucault; S. P. Rouanet; J. G. Merquior; D. Lecourt; C. H. Escobar. *O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Foucault, M. (1999a). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1999b). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2002). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2003a). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2003b). *História da loucura*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- Foucault, M. (2003c). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2004a). *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.



- Foucault, M. (2004b). *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Franke, R., & Leary, M. R. (1991). Disclosure of sexual orientation by lesbians and gay men: a comparison of private and public processes. *Journal of social and clinical Psychology*, 10, p. 262-269.
- Freud, S. (1974a). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1974b). Primeiros Passos em direção a uma teoria da neurose de angústia. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. III. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1974c). As transformações do instinto exemplificado no erotismo anal. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. XVII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1974d). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. XVII. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1974e). A história do movimento psicanalítico e outros trabalhos. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. XVII. Rio de Janeiro: Imago.
- Gaska, A.; Frey, D. (1996). Occupation-determined role relationships. In: A. E. Auhagen & M. Von Salisch (pp. 289-313). *The diversity of human relationships*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gill, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gill, R. (2002). Análise do discurso. In: M. W. Bauer & G. GASKELL. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Green, J. N. (2000). *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP.

- Griffith, K. H.; Hebl, M. R. (2002). The disclosure dilemma for gay men and lesbians: “coming out” at work. *Journal of Applied Psychology*, 87 (6), 1191-1199.
- Grisci, C. L. I. (2003). Dos corpos em rede às máquinas em rede: reestruturação do trabalho bancário e constituição do sujeito. *Revista de Administração Contemporânea*, 7(1), 9-35.
- Grisci, C. L. I.; Cigerza, G. C.; Hofmeister, P. M.; Becker, J. L. (2005). Nomadismo involuntário na reestruturação produtiva do trabalho bancário. In: ENANPAD, XXIX, 2005, Brasília. *Trabalhos Apresentados*. Distrito Federal.
- Grisci, C. L. I.; Bessi, V. G. (2004). Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária. *Sociologias*, 6(12), 160-200.
- Greenhaus, J. H.; Parasuraman, S.; Wormley, W. M. (1990). Effects of race on organizational experiences, job performance evaluations, and career outcomes. *Academy Of Management Journal*, 33, 64-86.
- Hebl, M. R.; Foster, J. B.; Mannix, L. M.; Dovidio, J. F. (2002). Formal and interpersonal discrimination: a field study of bias toward homosexual applicants. *Society for Personality and Social Psychology*, 28, 815-825.
- Hebl, M. R.; Griffith, K. H. (2002). The disclosure dilemma for gay men and lesbians: “coming out” at work. *Journal of Applied Psychology*, 87(6), 1191-1199.
- Heiborn, M. L. (1996). Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: Parker, R.; Barbosa, M. R. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Heiborn, M. L. (1998). Gênero: um olhar estruturalista. In: Pedro, J. M.; Grossi, M. P. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Herek, G. M. (1991). Stigma, prejudice, and violence against lesbians and gay men. In: Gonsiorek, J. C.; Weinrich, J. D. *Homosexuality: research implications for public policy* (pp. 60-80). Newbury Park, California: Sage.

- Herek, G. M. (1992). The social context of hate crimes: notes on cultural heterosexism. In: Herek, G. M.; Berrill, K. T. *Hate crimes: confronting violence against lesbians and gay men* (pp. 89-104). Newbury Park, California: Sage.
- Herek, G. M. (1998). *Psychological perspective on lesbian and gay issues: stigma and sexual orientation*. California: Sage.
- Hinde, R. (1997). *Relationships: a dialectical perspective*. Sussex: Psychology Press.
- Hodge, R.; Kress, G. (1988). *Social semiotics*. Cambridge: Polity Press.
- Irigaray, H. A. (2007a). Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? Em: ENANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados*. Rio de Janeiro.
- Irigaray, H. A. (2007b). Estratégia de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. Em: ENANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados*. Rio de Janeiro.
- Ischikawa, E. Y.; Ichikawa, L., M. (2006). O sujeito moderno sob o olhar “pós-moderno”: as contribuições da análise de discurso produzida no contexto francês para os estudos organizacionais. Em: ENANPAD, 30, 2006, Salvador. *Trabalhos apresentados*. Salvador.
- Jeffrey, R. (1993). *Sexo, desvio e danação: as minorias na idade média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and racism*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley.
- Kinsey, A. C.; Pomeroy, W. R.; Martin, C. E. (2003). Sexual behavior in the human male. *American Journal of Public Health*, 93 (6).
- Kirst, P. G. et al. Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In: Fonseca, T. M. G.; Kirst, P. G. (2003). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Kress, G.; Hodge, R. (1979). *Language as ideology*. London: Routledge.

- Lacan, J.; Milan, B.; Miller, J. (1986). *O seminário: livro 1, os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- Lacan, J.; Miller, J. (1988). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1995). *O seminário: livro 4 : a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- Laqueur, T. (1996). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lara Neto, O. A. (2007). A teoria queer e as sexualidades no contexto brasileiro: desafios teórico-metodológicos. In: XXXI Encontro Anual da ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. *Anais*. Minas Gerais.
- Lecourt, D.(1996). A arqueologia e o saber. In: Foucault, M.; Rouanet, S. P.; Merquior; J. G.; Lecourt, D.; Escobar, C. H. *O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Lévi-Strauss, C. (1967). *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Lim, S.; Cortina, L. M. (2005). Interpersonal mistreatment in the workplace: the interface and impact of general incivility and sexual harassment. *Journal of Applied Psychology*, 90 (3), 483-496.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2008). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Lüdke, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Lyons, H. Z.; Brenner, B. R.; Fassinger, R. E. (2005). A multicultural test of the theory of work adjustment: investigating the role of heterosexism and fit perceptions in the

- job satisfaction of lesbian, gay, and bisexual employees. *Journal of Counseling Psychology*, 52 (4), 537-548.
- Medeiros, M. (2007). O trabalhador homossexual: o direito a identidade sexual e a não-discriminação no trabalho. In: Pocahy, F. *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação*. Porto Alegre: NUANCES.
- Meyer, I. H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. *Journal of Health Sciences and Social Behavior*, 36, 38-56.
- Minayo, M. C. S.; Deslandes, S. F.; Cruz Neto, O.; Gomes, R. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Miskolci, R. (2007). A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: XVI Congresso de Leitura do Brasil, 16., 2007, UNICAMP, Campinas. *Anais*. São Paulo.
- Moliner, P. Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo: um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. *Revista Produção*, 14 (3), 14-26.
- Nardi, H. C. (2007). Nas tramas do humano: quando a sexualidade interdita o trabalho. In: Pocahy, F. *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação*. Porto Alegre: NUANCES.
- Narvaz. M. G.; Nardi, H. C.; Morales, B.(2006). Nas tramas do discurso: a abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. *Revista Psicologia Política*, 6, 12.
- Neuberger, O. (1996). Relationships between colleagues. In: A.E. Auhagen &M. Con Salisch. *The diversity of human relationships* (pp.269-288). Cambridge: Cambridge University Press.
- Piaget, J. (1974). *O estruturalismo*. São Paulo: Difel.

- Pino, N. P. (2007). A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. *Cadernos Pagu*, v. 28, p. 149-174, jan/jun.
- Pocahy, F. (2007). Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexual e homofóbica a partir da experiência do CRDH rompa o silêncio. In: Pocahy, F. *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação*. Porto Alegre: NUANCES.
- Potter, J. (1996). Discourse analysis and constructionist approaches: theoretical background. In: J. Richardson. *Handbook of qualitative research methods for psychology and the social sciences*. Leicester: British Psychological Society.
- Queiroz, M.I. (1988). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível” . In: Von Simson (org.) *Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil*. São Paulo: Vértice.
- Ragins, B. R.; Cornwell, J. M. (2001). Pink triangles: antecedents and consequences of perceived workplace discrimination against gay and lesbian employees. *Journal of Applied Psychology*, 86 (6), 1244-1261.
- Rago, M. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, J. M.; Grossi, M. P. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Reed, M. (1998). Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. Em: S. R. Clegg, S. R.; C. Hardy & W. R. NORD. *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas.
- Rios, R. R. (2007). O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: Pocahy, F. *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação*. Porto Alegre: NUANCES.
- Rolnik, S. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.

- Rose, A. M. (1968). "Minorities". In: Sills, D. L. *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Macmillan Company, v. 10.
- Rouanet, S. P. (1996). A gramática do homocídio. In: M Foucault; S. P. Rouanet; J.G. Merquior; D. Lecourt; C.H. Escobar. *O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- Sales, L. S. (2008). Consistência do Édipo na psicanálise Lacaniana: símbolos zero para o desejo. *Fractal Revista de Psicologia*, 20, 01.
- Santos, A. L.; Silva, R. P. (1999). Liderança: um dos fatores primordiais para o sucesso das organizações estatais. In: IV SemeAD/FEA/USP. São Paulo. *Trabalhos apresentados*. São Paulo.
- Sawaia, B. B. Identidade: uma ideologia separatista? In: Sawaia, B. B. (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- Sennett, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwartz, Y. (1998). Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. *Educação e Sociedade*, 19, 65.
- Scott, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez.
- Scott, J. (1992). História das mulheres. In: Burke, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, julho/dezembro.
- Scott, J. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, janeiro/abril.

- Siqueira, M. J. T. (1998). *A constituição da identidade masculina: homens das classes populares em Florianópolis*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Siqueira, M. V. S.; Ferreira, R. C.; Zauli-Fellows, A. (2006). Gays no Ambiente de Trabalho: uma Agenda de Pesquisa. In: XXX Enanpad, 2006, Bahia. *Trabalhos Apresentados*. Salvador.
- Smith, N. G., & Ingram, K. M. (2004). Workplace heterosexism and adjustment among lesbians, gay, and bisexual individuals: the role of unsupportive social interactions. *Journal of Counseling Psychology*, 51(1), 57-67.
- Souza, E. M.; Bianco, M. F.; Garcia, A. (2006). Pesquisa pós-moderna: a fragmentação e o devir no campo organizacional. In: XXX Enanpad, 2006, Salvador. *Trabalhos Apresentados*. Bahia.
- Souza, E. M.; Garcia, A. (2007). Amigos, Amigos: negócios à parte? In: XXXI Enanpad, 2007, Rio de Janeiro. *Trabalhos Apresentados*. Rio de Janeiro.
- Swain, T. N. (2001). Para além do binário: os queers e o heterogêneo. *Gênero*. Niterói, v. 2, n. 1, p. 87-98, 2. sem. 2001.
- Torrão Filho, A. (2004). Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, 24, p. 127-152.
- Trevisan, J. S. O espetáculo do desejo: homossexualidade e crise do masculino. In: Caldas, D. (1997). *Homens: comportamento, sexualidade, mudança, identidade, crise, vaidade*. São Paulo: Editora SENAC.
- Trevisan, J. S. (2007). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Triandis, H. C.; Kurowski, L.L.; Gelfand, M. J. (1994). Workplace diversity. In Triandis, H. C; Dunnette, M. D.; Hough, L. M. *Handbook of industrial and organizational psychology*. Palo Alto: Consulting Psychologists Press.



- Vincent, S. (1996). Heterofobia e racismo nas organizações. In: Chanlat, J-F. *O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas.
- Waldo, C. R. (1999). Working in a majority context: a structural model of heterosexism as minority stress in the workplace. *Journal of Counseling Psychology*, 46, 218-232.
- Weber, M. (1981). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira/UNB.
- Weber, M. (1999). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. v. 2.
- Yang, A. S. (1997). The polls-trends: attitudes toward homosexuality. *Public Opinion Quarterly*, 61, 477-507.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - Termo de Consentimento Informado para Participação em Pesquisa

**Título da Pesquisa:** Sexualidade e Trabalho: Estudo sobre a Discriminação de Homossexuais Masculinos no Setor Financeiro.

**Pesquisador:** Eloisio Moulin de Souza

**Orientador:** Prof. Dr. Agnaldo Garcia

**Instituição:** UFES – Universidade Federal do Espírito Santo / PPGP – Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**Objetivo da Pesquisa:** Investigar a discriminação sofrida por homossexuais masculinos no setor bancário público da Grande Vitória.

**Descrição do Procedimento:** Serão realizadas entrevistas com cada participante acerca das formas de discriminação percebidas em seu ambiente de trabalho.

**Benefícios:** Espera-se que os resultados contribuam para um melhor entendimento sobre a discriminação de homossexuais e possíveis formas de evitá-la no ambiente de trabalho.

**Análise de risco e sigilo:** Todo o procedimento de pesquisa descrito obedecerá rigorosamente aos critérios éticos estabelecidos pela legislação vigente que regulamenta pesquisa com seres humanos. As entrevistas seguirão técnica padrão cientificamente reconhecida e serão aplicados em local escolhido pelo entrevistado. Serão preservados o sigilo das informações e a identidade dos participantes, sendo

que os registros das informações poderão ser utilizados para fins exclusivamente científicos e divulgação em congressos e publicações científicas, resguardando-se sempre o anonimato dos participantes. O participante terá a liberdade de interromper ou desistir de sua participação em qualquer fase da pesquisa. Dúvidas, informações suplementares e esclarecimentos serão fornecidos a qualquer momento aos participantes ou seus responsáveis pelo pesquisador. As transcrições com os dados coletados serão mantidos por cinco anos e depois serão inutilizados. A previsão do período para os procedimentos descritos é de fevereiro a junho de 2008.

### **Identificação do Participante**

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Órgão Emissor: \_\_\_\_\_ Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Estando de acordo, assinam o presente termo de consentimento em 02 (duas) vias.**

\_\_\_\_\_

Participante

\_\_\_\_\_

Eloisio Moulin de Souza – Pesquisador

Vitória/ES. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **APÊNDICE B – Diário de Campo**

### **1 Antístenes**

Antístenes tem 43 anos. É originário do sul do Espírito Santo, sendo o irmão mais velho de uma família composta pelos seus pais, por um irmão e uma irmã. Antístenes é solteiro, possui formação superior e está, no momento, cursando uma pós-graduação.

A respeito da revelação de sua sexualidade para seus familiares, Antístenes nunca a declarou de forma clara e objetiva, assim, nunca manifestou oficialmente para os seus familiares seus desejos homoafetivos. Entretanto, Antístenes tem certeza de que seus familiares sabem sobre sua homoafetividade, tendo inclusive ouvido, por acaso, um comentário relacionado a ele e a sua sexualidade, o qual seu pai fazia a sua mãe. Além disso, quando Antístenes namora alguém que sua mãe e irmã julgam inadequado para um relacionamento, elas, de forma indireta e bem discreta, não trazendo à tona o fato de ser uma relação homoafetiva; sempre ressaltam que ele deve procurar ser feliz e deve encontrar uma pessoa que realmente o mereça.

Quanto à revelação de sua sexualidade para outras pessoas além de seus familiares, Antístenes informou que apenas se “abriu” com colegas do local de trabalho em que ele exercia suas atividades, anteriormente ao seu local atual de trabalho. Apesar de estar na mesma empresa, atualmente ele está trabalhando em um município localizado na periferia da região metropolitana da Grande Vitória e preferiu não contar para ninguém sobre sua sexualidade, com medo de ser discriminado tanto pelos clientes do banco quanto pelos funcionários.

Antístenes tomou consciência de seus desejos homoeróticos aos sete anos. Nessa idade, desejava as meninas que eram suas colegas de escola, entretanto, desenvolveu uma relação afetiva bem forte com um vizinho que tinha aproximadamente sua idade e era seu colega. Esse desejo se efetivava e se concretizava por meio de uma grande preocupação que Antístenes tinha pelo seu colega e, quando estava na escola, sentia grande saudade de seu amigo e não conseguia deixar de pensar nele.

Contudo, para esconder seus sentimentos homoafetivos dos outros, Antístenes utilizava-se basicamente de duas estratégias: namorar meninas e atacar as pessoas vistas como homossexuais. Assim, ele namorava muitas meninas, mas sem uma preocupação em desenvolver um compromisso mais sério com elas, e simultaneamente atacava os homossexuais, pois pensava que, atacando-os, levava as pessoas a não enxergá-lo como um deles.

Antístenes já freqüentou muitas boates *gays*. Nos dias atuais, ele ainda vai a boates *gays*, entretanto, com uma freqüência bem menor do que antes. Atualmente prefere divertir-se na casa de amigos nos finais de semana para participar de jantares ou de outras formas de celebrações. Antístenes considera que sua vida sexual está bem devagar atualmente, porém a exerce, na maioria das vezes, por meio de encontros esporádicos e fortuitos.

Quando foi indagado sobre a forma como contata pessoas para encontros esporádicos e fortuitos, Antístenes declarou que a Internet é a principal ferramenta usada por ele para conhecer pessoas. As pessoas com quem conversa estão, em sua maioria, procurando apenas manter relações sexuais. Na Internet, com freqüência, garotos de

programas oferecem seus serviços e muitos homens que se dizem casados com mulheres também se mostram disponíveis ao encontro para o sexo.

Em relação ao seu trabalho, Antístenes ingressou no banco por meio de concurso público, há 19 anos. Esse foi o seu primeiro e único emprego até o momento. Começou suas atividades no banco como escriturário, trabalhando em uma atividade interna, em que não havia contato com os clientes do banco. Depois foi transferido para trabalhar em uma agência da instituição, passando a ter contato direto com os clientes do banco. Somente após 13 anos de trabalho, conseguiu sua primeira função de confiança. Para Antístenes a sua sexualidade não influenciou a escolha da carreira profissional.

Há um ano foi promovido para ser gerente em uma agência localizada em um município periférico na região da Grande Vitória. Para ser promovido, teve de se submeter a um concurso interno constituído por prova de conhecimentos, avaliação curricular, dinâmica de grupo e entrevista. Contudo, a aprovação no concurso não garante que a pessoa seja promovida a um cargo gerencial, apenas serve para constituir um banco de habilitados para exercício da função gerencial. Para ele, não existe uma igualdade na promoção da carreira atrelada às questões de sexualidade, cor, gênero, entre outros. Nesse sentido, os heterossexuais sempre conseguem crescer mais facilmente na empresa em que trabalha.

Questionado sobre a demora em ser promovido dentro da instituição em que trabalha, afirmou que a contratação de pessoas não é afetada por questões sexuais, pois a contratação ocorre por concurso público. Entretanto, acredita que a sexualidade influenciou e contribuiu muito na demora em ser promovido. Para Antístenes, na organização em que trabalha, a ascensão profissional depende muito de relações

sociais estabelecidas com as pessoas que estão ocupando os níveis mais altos da empresa. Como essas pessoas o excluía de um convívio social em bares ou em outros momentos que extrapolassem as fronteiras da organização, ele não conseguia desenvolver uma rede de relacionamentos que permitisse crescer na empresa.

Apesar da demora de sua promoção, Antístenes gerencia atualmente 35 pessoas, e a pessoa que considera como mais próxima no ambiente de trabalho é sua subordinada, mulher, branca, com aproximadamente 25 anos. Quanto a pretensões de crescimento profissional, gostaria de atingir o cargo de gerente-geral de uma agência bancária. Contudo, demonstra vontade de atuar em outras frentes profissionais além do trabalho bancário. Mais especificamente, Antístenes quer desenvolver um trabalho relacionado com a área educacional, projeto que colocará em prática depois de fazer um curso de mestrado.

Para conseguir amortecer e diminuir efeitos negativos em sua vida relacionados a uma discriminação potencial em razão de sua sexualidade, Antístenes afirma que tenta ser o mais competente possível não só no trabalho, mas também em sua vida privada, ou seja, tenta passar uma imagem de “perfeição” para criar um escudo que o proteja de eventuais críticas e formas de discriminação. Acredita que, agindo assim, consegue proteger-se de possíveis conotações e piadas pejorativas que as pessoas possam fazer sobre sua competência, relacionando-a com a sua sexualidade. Aliás, apesar de não ter falado com ninguém, no novo local de trabalho, sobre sua homoafetividade, Antístenes percebe que as pessoas sabem sobre ela por dois motivos: ter a idade que possui e ainda não estar casado, bem como estar solteiro e não ter nenhuma namorada. Antístenes tenta esconder a sua sexualidade no local de trabalho atual, pois sente-se inibido de mostrar ou de que os outros percebam que é homossexual.

Em relação aos prejuízos e benefícios de não ter assumido sua sexualidade para os colegas de trabalho atuais, Antístenes salienta que o maior prejuízo é não poder falar sobre coisas pessoais, pois isso diminui bastante a chance de desenvolver laços de amizades mais profundos com as pessoas do trabalho. O principal benefício por não ter assumido sua sexualidade é não sofrer discriminação diretamente contra si mesmo.

Sobre experiências negativas ou positivas vivenciadas no trabalho, Antístenes enfatiza como experiência negativa ter que se afastar de amigos por perceber que eles são preconceituosos em relação a homossexuais. Em contrapartida, enxerga como experiência positiva o fato de ter feito grandes amigos no trabalho, também homossexuais, que apresentam um elevado nível cultural.

Entretanto, Antístenes percebe que sofre discriminação indireta. Seus colegas de trabalho fazem piadas sobre gays, e os gays são sempre tratados de uma forma caricata (normalmente como uma pessoa com traços femininos) e pejorativa nessas piadas. Antístenes percebeu que, quando alguém solta uma dessas piadas e ele está presente, existe uma troca de olhares entre as pessoas envolvidas que deixa claro para ele que elas sabem sobre sua sexualidade e esperam que ele saia para continuar a história. Apesar de considerar que a discriminação ocorra em todos os níveis hierárquicos da organização, sente que ela é mais forte nas pessoas que ocupam cargos superiores ao dele.

Sobre o fato de seu ambiente de trabalho ser amigável e aberto para com homossexuais, percebe que pelo menos o ambiente atual não o é. Afirma que, no interior do estado (onde trabalha), as pessoas são menos abertas e mais



preconceituosas em relação à homoafetividade do que em regiões metropolitanas. Além disso, a maioria dos seus colegas de trabalho é evangélica e eles consideram a homossexualidade um grande pecado.

Antístenes já passou por muitas experiências negativas pelo fato de ser homossexual, mas o que mais lhe dói é ter grandes amizades com determinadas pessoas e não poder falar sobre sua homoafetividade para elas, pois elas manifestam uma não-aceitação de convivência com pessoas que se encontram na sua condição. Esse preconceito leva Antístenes a afastar-se de colegas e a perder a amizade, temendo uma possível reação se as pessoas descobrissem algo sobre ele. Contudo, também considera que passou por experiências positivas pelo fato de ser homossexual. Conseguiu conhecer pessoas homoafetivas que têm excelente nível cultural e são inteligentes e maravilhosas. Disse que não as teria conhecido se não fosse homossexual.

O banco público em que trabalha tem políticas de diversidade que estendem alguns direitos não previstos na legislação brasileira para os homossexuais, tais como plano de saúde e previdência privadas para as pessoas que têm relações homoafetivas estáveis. Para ele, essas políticas não são cem por cento efetivas, entretanto, abrem um espaço para discussão, trazendo à tona o tema dentro do espaço organizacional e promovendo algumas melhorias, mesmo que elas ocorram de forma bem lenta.

Antístenes considera que, no ambiente de trabalho, o único comportamento que julga inadequado em homossexuais é “cantar” um colega. Entretanto, salienta que isso não é uma exclusividade dos homossexuais, pois os heterossexuais também manifestam esse comportamento. Contudo, de forma até antagônica como foi dito, Antístenes julga

que, na vida social, os homossexuais são bem mais promíscuos que os heterossexuais e esse é o comportamento que mais acha inconveniente e que atrapalha a criação de uma imagem mais positiva do homossexual perante a sociedade. Além disso, considera homossexuais que se casam com mulheres algo também muito negativo, sendo esse fato algo muito mais comum do que pensamos, pois essas pessoas encobrem sua homoafetividade vivendo uma vida dupla.

No convívio social com outros homossexuais, prefere sair em público com pessoas que sejam “discretas”. Dessa forma, apesar de falar que não tem nada contra os afeminados, acha que sair em público com pessoas afeminadas lhe causa um grande constrangimento. Antístenes tem vida social com pessoas que, segundo o próprio entrevistado, aparentemente são heterossexuais. O de que ele menos gosta nessas pessoas é o momento em que elas manifestam algum preconceito contra os homossexuais, principalmente quando falam mal e fazem, pelas costas, brincadeiras sobre a sexualidade de alguém.

## 2 Diógenes

Se fôssemos julgar Diógenes seguindo os (pré)conceitos binários de sexualidade, em que o homossexual seria uma pessoa com atitudes semelhantes à de uma mulher, Diógenes fugiria por completo desse estereótipo. Não possui traços considerados como afeminados, apresenta voz grave, gesticula de forma brusca, tem corpo todo musculoso, sendo praticante de halterofilismo. Aliás, utilizando-se os (pré)conceitos binários de sexualidade para definir Diógenes, chamá-lo-íamos de “homem de verdade”.

Apesar de toda essa aparente masculinidade Diógenes se declara como homossexual. Nascido na região Nordeste, ele tem hoje a idade de 46 anos, possui nível superior e é filho de uma família de dez irmãos. Seu pai já é falecido, tem apartamento próprio onde mora com sua mãe e uma irmã. Os outros irmãos estão espalhados em diversas regiões do Brasil e nenhum deles reside no estado do Espírito Santo.

Afirma que sua mãe e duas irmãs sabem sobre sua sexualidade. A forma como sua mãe descobriu homoafetividade dele é interessante e merece ser relatada. Quando Diógenes morava em Brasília, sua mãe pagou um detetive para segui-lo. Diógenes explica que, nessa época, estava tendo um caso tempestuoso com um rapaz com quem se encontrava no apartamento que havia alugado. Assim, o detetive contratado por sua mãe, ao investigá-lo, constatou que Diógenes estava mantendo uma relação afetiva com um rapaz e não com uma mulher. Sua mãe foi notificada do fato pelo detetive e, um dia, quando Diógenes chegou a casa, sua mãe o interrogou sobre o assunto e ele lhe contou toda a verdade.

Desde a infância já tinha desejos homoeróticos. Na adolescência, teve várias namoradas. Salaria que não teve namoradas com o intuito de esconder sua homoafetividade, apenas não tinha na época certeza do que realmente queria. Para ele, a independência financeira foi um dos fatores que mais contribuíram para colocar em prática seus desejos homoafetivos. Por considerar-se muito discreto, não utilizava nenhuma estratégia para esconder sua homossexualidade, apenas omitia a seus familiares com quem saía e em que casa ficava, quando não dormia em casa.

Diógenes não gosta de boates e festas *gays*, mas gosta de freqüentar sauna *gay* e cinema erótico. Sempre preferiu relacionamentos estáveis, teve um relacionamento de

nove anos, outro de onze anos e atualmente está namorando um rapaz há três anos e seis meses. Contudo, confessa que, durante os relacionamentos, manteve casos fortuitos e que no atual relacionamento isso é permitido, aberto e compartilhado entre eles. Diógenes não utiliza a internet para ter encontros com outras pessoas, além de seu namorado.

Diógenes trabalha em um banco público há vinte e seis anos. Foi contratado por meio de concurso público e atualmente exerce a função de gerente. Antes de trabalhar no banco, exerceu atividade laboral em uma empresa privada de topografia, trabalhou em uma empresa privada por meio de um contrato que durou três meses, além disso, Diógenes também foi menor-aprendiz. Acredita que, no banco onde trabalha, as pessoas sabem sobre sua sexualidade, mas salienta que, apesar disso, ele é uma pessoa respeitada. Sua crença no conhecimento que as pessoas têm sobre sua sexualidade repousa em dois argumentos: ser uma pessoa bem sucedida e não estar casado, bem como ter mais de quarenta anos e ainda ser solteiro.

No banco onde trabalha, Diógenes ficou sem função de confiança durante muito tempo. Sua primeira função de confiança foi como caixa e somente em 2001, dezenove anos após sua contratação por concurso público, tornou-se gerente. Diógenes trabalha diretamente no atendimento dos clientes do banco. Afirma que sua sexualidade não influenciou a escolha de sua carreira e que, no banco onde trabalha, a homossexualidade não influencia a contratação, pois ela é feita por concurso público.

O local de trabalho de Diógenes é diversificado. Trabalha em uma agência de grande porte que tem aproximadamente oitenta funcionários com faixa etária média em torno de quarenta anos, cuja maioria é homem. Ele faz uma ressalva ao gênero das pessoas

no local de trabalho, salientando que nos cargos gerenciais a maioria dos gerentes eram mulheres. Diógenes gerencia vinte e nove pessoas e considera que as pessoas mais próximas a ele quanto à afinidade são alguns de seus subordinados, tendo uma afinidade maior com pessoas do sexo feminino. Na agência onde trabalha, há outras pessoas declaradamente homossexuais.

Sobre seu futuro no trabalho, Diógenes acredita que tem competência para ocupar cargos superiores ao que ocupa no momento. Entretanto, não pretende buscar maior crescimento na empresa, pois faltam apenas cinco anos para sua aposentadoria. Diógenes acredita que o ambiente de trabalho é um local onde devem ocorrer pensamentos, desejos e atos que sejam focados para os resultados da empresa. Para ele, sua sexualidade fica em casa e não a leva para o trabalho, para não permitir que ela influencie suas atividades. Em seu discurso há toda uma tentativa de passar a imagem de uma pessoa competente, razão por que está no cargo de gerente. Diógenes nunca confessou de forma clara sua sexualidade para os colegas de trabalho, entretanto, acredita que eles sabem sobre sua homossexualidade, pois ele mesmo fornece informações indiretas para que seus colegas possam chegar a essa conclusão.

Embasado na separação que faz de sua vida sexual das suas atividades profissionais, Diógenes não percebe nenhum benefício ou prejuízo pelo fato de as pessoas no trabalho saberem de sua homoafetividade. No local de seu trabalho, sempre ocorrem piadas sobre homossexuais. Para ele, os homossexuais são tratados nessas piadas de forma caricata, ou seja, para ele a maioria dos homossexuais não é afeminada, e a sociedade enxerga como homossexuais apenas pessoas afeminadas e, por isso, as piadas sobre homossexuais sempre o tratam como se fosse algo afeminado. Nessas

piadas, os homossexuais são vistos sempre de forma pejorativa e elas partem, na maioria das vezes, de pessoas que ocupam cargos inferiores ao seu.

Diógenes avalia seu ambiente de trabalho amigável para com os homossexuais exatamente por ser homossexual e ter o respeito dos demais colegas. Dessa forma, não se sente discriminado no trabalho pelo fato de ser homossexual e afirma nunca ter sofrido atos de discriminação diretos contra ele. Em contrapartida, observa que os homossexuais afeminados que trabalham na empresa são alvo de piadas e chacotas, mas com ele essas brincadeiras nunca ocorreram exatamente pelo fato de ser uma pessoa máscula e discreta.

Em relação às experiências negativas pelo fato de ser homossexual, Diógenes disse que não teve experiências negativas relacionadas a sua sexualidade no trabalho, mas as vivenciou fora do trabalho. Lembra um caso quando estava na praia e viu um rapaz que achou interessante. Ficou olhando para o rapaz à distância e o rapaz correspondeu aos seus olhares; nesse ínterim, percebeu que sua paquera estava sendo correspondida. De repente, o rapaz saiu andando pela praia e ele foi andando atrás do rapaz, sempre mantendo uma certa distância. O rapaz parou de caminhar e ele também parou. Para sua surpresa, o rapaz passou a caminhar em sua direção, chegando até ele e perguntando, de forma agressiva, se o conhecia de algum lugar; nisto ele respondeu que achava que sim. Entretanto, o rapaz, ao perceber o seu interesse sexual, ficou extremamente agressivo. Diógenes também informou que nunca viveu uma experiência positiva pelo fato de ser homossexual.

A respeito da existência de políticas de diversidade no banco onde trabalha, ele sabe que existem grupos de estudo sobre o tema, mas desconhece normas oficiais da

empresa que promovam a diversidade. Avalia que grupos de discussão e campanhas de diversidade ainda estão em fase bem embrionária na empresa, todavia acredita que essas campanhas são sementes para um futuro melhor em relação à diversidade. Curiosamente, Diógenes não atribui à empresa a responsabilidade pelo sucesso das campanhas de diversidade, mas salienta que o sucesso delas depende muito das pessoas que se encaixam na participação dessa diversidade. Diógenes informou ainda que o banco permite às pessoas que mantêm relações homoafetivas estáveis incluir seus (suas) companheiros(as) como beneficiários. Todavia, diz que o corpo gerencial da empresa não incentiva os funcionários que têm relações homoafetivas estáveis a levar seus pares a eventos sociais promovidos pela empresa.

Segundo Diógenes, o que mais prejudica a imagem dos homossexuais no trabalho são os homossexuais afeminados. Informa novamente que a maioria dos *gays* não é assim e que o cara, para ser “veado”, não precisa ser uma mulher, destacando que, quanto mais afeminado, maiores são a discriminação e o preconceito contra a pessoa. Diógenes sai em lugares públicos somente com pessoas que considera como discretas. Ele considera que, com exceção de práticas sexuais ilegais como a pedofilia, nada é inadequado a sexo. Não gosta de pessoas, sejam heterossexuais ou homossexuais, que ficam publicamente se acariciando ou beijando.

Ao ser perguntado sobre o que não aprovava em relação aos heterossexuais no trabalho, disse que não diferenciava as pessoas em função do sexo, como se todas as pessoas no ambiente de trabalho fossem assexuadas, destacando que no trabalho as pessoas têm de esquecer sua sexualidade. Afirma que tanto os heterossexuais como os homossexuais não devem ter relações amorosas com pessoas que são colegas de trabalho, não devendo “cantar” os colegas de trabalho.

Julga que os heterossexuais que demonstram um machismo em excesso, bem como as mulheres que demonstram um feminismo em excesso, são pessoas que têm a característica de que ele menos gosta em heterossexuais. Sob esse aspecto, Diógenes conclui que o que não gosta em heterossexuais é o preconceito, pois já observou discriminação e preconceito dos heterossexuais contra muitos homossexuais. Diógenes sai com pessoas consideradas como heterossexuais e tem vida social com elas.

Ao ser indagado sobre a igualdade de oportunidades de crescimento na carreira atrelada à sexualidade e cor, afirmou que as mulheres e negros têm menores chances de ocupar cargos mais altos na empresa e que homossexuais afeminados têm maior dificuldade de crescer na carreira. Diógenes encerra sua entrevista, afirmando que a ridicularização de homossexuais pelos heterossexuais é algo corriqueiro e basta o homossexual não estar presente no recinto para ser alvo potencial de chacotas.

### 3 Xenofonte

Xenofonte é natural do norte do Espírito Santo, tem cinqüenta e três anos e possui nível superior. Sua aparência demonstra uma grande preocupação com questões estéticas, contudo nada muito exagerado, fato confirmado pela modelação de suas sobrancelhas, pela pele bem cuidada e bem lisa e pelos cabelos com mechas de cores *dégradé*. Quando fala, gesticula demasiadamente de forma delicada. Sua voz é bem suave e sua expressão facial, ao falar, é algo que chama muita atenção pela riqueza de detalhes e expressões. Apresenta-se e afirma ser uma pessoa bem resolvida em



relação a sua sexualidade e não faz questão de escondê-la de ninguém em nenhum ambiente, seja familiar seja público.

A família de Xenofonte é formada por seus pais e mais duas irmãs, sendo ele o filho do meio. Ele já declarou oficialmente sua homoafetividade para seus familiares, relatando que esse acontecimento não foi algo fácil para sua vida. Afirma que o despertar para sua homoafetividade aconteceu quando seu pai o levou a um estádio para assistir ao jogo de futebol quando era criança. Salienta que sentia algo diferente, pois o que lhe chamava atenção não era a partida de futebol, mas sim os homens em sua volta. Contudo, não entendia o que era essa sensação e ficava muito confuso com esse sentimento.

Xenofonte sentia-se diferente das outras pessoas, mas não sabia por que tinha essa sensação. Seus colegas de escola mexiam e implicavam com ele e colocavam apelidos nele, entretanto ele não entendia o motivo dessas brincadeiras. Sentia-se muito sozinho por não ter com quem conversar sobre seus sentimentos e principalmente por saber que era diferente e não conseguia achar uma explicação para isso. Na adolescência, teve muitas namoradas e foi apaixonado por duas meninas, contudo também se apaixonou, de forma platônica, pelo seu melhor amigo e somente revelou esse sentimento para ele anos mais tarde. Só aos vinte anos, transformou seus desejos em atitudes, tendo vivenciado nessa idade sua primeira experiência homoafetiva em toda sua plenitude.

No que se refere a estratégias para esconder sua sexualidade, tentava firmar a voz por sentir que sua voz tinha alguma coisa que a diferenciava das vozes de outras pessoas. Chegou até a pedir auxílio de uma amiga para também acertar sua forma de andar,

assim, tentava imitar o andar dos amigos, o que era algo catastrófico e chamava mais atenção ainda.

Ele sempre gostou de freqüentar bares, saunas e boates *gays*, e, no último ano, não tem freqüentado esses lugares por estar envolvido em um relacionamento estável. Afirma que prefere namorar, aliás, salienta que todos homossexuais afirmam isso, mas namorar não é uma questão de escolher ou preferir, depende muito de encontrar a pessoa certa, pois namorar por namorar sem estar com a pessoa que você julgue como certa é melhor ficar sozinho.

Sobre a Internet, Xenofonte confessa que adora fazer sexo virtual e usa bastante a Internet para isso. Contudo, não utiliza a Internet para conhecer pessoas, usa-a somente para ver fotografias e filmes pornográficos. Para ele, é bem melhor conhecer as pessoas no ocaso da vida do que na Internet. Lembra que já vivenciou apenas uma experiência de conversar com alguém pela Internet, mas todo o mundo pode ser o que quiser na Internet e as pessoas mentem demais em relação ao que são quando estão na Internet. Devido a isso, não utiliza a Internet para conversar com pessoas ou conhecê-las.

Ao ser indagado sobre as pessoas que sabem de sua homoafetividade além de seus familiares, Xenofonte respondeu que o mundo todo sabe de sua homoafetividade. Salienta que isso não significa que sai para o mundo gritando o que é, mas que se descobriu e não pretende ficar levando uma vida dupla como muitas pessoas que conhecem. Sobre essas pessoas afirma que muitas se casam com mulheres, têm filhos; mas eles vivem um casamento frustrado para tentar passar uma imagem de macho para a sociedade. Xenofonte destaca que desde seus vinte anos não esconde

mais de ninguém o que é e não está nem um pouco preocupado com o que as pessoas pensem e achem dele.

Atualmente, Xenofonte trabalha em banco público. Anteriormente, seguiu a carreira militar chegando a ser tenente do exército brasileiro. Nessa época, enfrentou alguns atos discriminatórios no exército por seu jeito não masculinizado de ser. Depois do exército, trabalhou como produtor de comerciais de uma rede de televisão localizada no Espírito Santo e posteriormente exerceu as funções de vitrinista e desenhista de uma grande loja de departamentos situada na capital do Espírito Santo. Somente após essa experiência de trabalho, passou no concurso público do banco, onde está há mais de trinta anos. Para Xenofonte a sua sexualidade não afetou a escolha da carreira profissional.

Dentro do banco exerceu, bem no início de sua carreira, as funções de supervisor e gerente, mas por muito pouco tempo. Após, passou a ser caixa e essa é a função que ocupou durante a maior parte de sua história profissional no banco. Hoje em dia não exerce nenhuma função, sendo apenas escriturário e trabalhando diretamente no atendimento da agência em que trabalha.

Xenofonte deixa escapar uma mágoa de seu histórico profissional. Apesar de tentar criar mecanismos de defesa por meio da criação de um motivo racional que justifique o fato relatado, sua voz e expressão facial deixam transparecer um grande incômodo e dúvida sobre o que realmente ocorreu. Contou que, vinte anos atrás, as pessoas eram escolhidas para a gerência, de forma direta, pelo responsável imediato (hoje em dia, tem de fazer uma prova interna e participar de um curso e de entrevistas) e que, em uma ocasião, sentia que era uma das pessoas mais competentes para exercer o cargo;

entretanto foi preterido por outra pessoa que foi escolhida para exercer a função. Apesar de tentar justificar a escolha em razão das competências do outro candidato, fica claro o ressentimento que demonstra ao falar sobre o fato ocorrido, principalmente porque na época achava que não havia sido o escolhido em razão de sua homoafetividade.

A respeito de seu crescimento profissional no banco, Xenofonte afirma que tem capacidade para ocupar qualquer cargo no banco e, se não cresceu na empresa, é porque fez essa opção. Disse que sempre foi um funcionário disputado pelos gerentes das agências por ser uma pessoa extremamente alegre e feliz e por também realizar seu trabalho de forma “limpa”, entregando-se ao máximo por ele. Contou que trabalhou em uma agência onde dava seu sangue para a empresa e seu trabalho era muito elogiado por todos. Até que um dia o gerente da agência virou para ele e disse: “ninguém é insubstituível”. Xenofonte ficou tão chateado que, no outro dia, não voltou mais para a agência, indo trabalhar em outra unidade da empresa. Posteriormente, soube que, para substituí-lo, colocaram quatro pessoas em seu lugar para executar o trabalho que ele sozinho fazia.

Xenofonte deixa claro que, para ele, a homossexualidade não afeta a contratação com o banco. Para ele não existe diferenças no tratamento que o banco dá em relação as possibilidades de crescimento de carreira em função da sexualidade das pessoas. Conta que, no setor onde trabalha, a maioria são homens, mas diz que é difícil afirmar isso, pois as pessoas podem parecer homens, mas não se sabe realmente até que ponto. Xenofonte faz uma brincadeira quando foi perguntado se existiam negros no local de trabalho, falou em tom irônico que onde trabalha, negro, só o passado das

peessoas, mas disse que não havia pessoas negras no seu setor. Posteriormente, lembrou que há uma funcionária negra que trabalha com ele.

Em relação às pessoas mais próximas do trabalho, Xenofonte passa a idéia de ser uma pessoa bem carismática e se dar bem com todos sem distinção. Diz que as pessoas com que mais interage no trabalho são pessoas “normais”, que têm família, são casadas e possuem filhos. Em relação a essas pessoas, há um equilíbrio no quantitativo de homens e mulheres.

As pretensões de crescimento na empresa de Xenofonte foram relatadas anteriormente. Contudo, vale ressaltar que, segundo o entrevistado, ele atualmente está somente esperando sair sua aposentadoria, pois já tem trinta e cinco anos de trabalho efetivo. Apesar de estar caminhando para sua aposentadoria, Xenofonte diz que não age de forma acomodada na execução diária de suas tarefas e que é o mais profissional possível no atendimento aos clientes do banco, não atuando de forma desleixada pelo fato de se estar aposentando.

Ao ser perguntado sobre os prejuízos percebidos pelo fato de ele ter-se assumido oficialmente no trabalho, Xenofonte respondeu que não percebeu nenhum prejuízo, pelo contrário, só percebeu benefícios. Disse que foi um divisor de águas na agência onde trabalha há dezessete anos. Existe uma agência antes e depois de Xenofonte. Afirmar isso por considerar que sua forma desbocada de falar, usando palavrões no dia-a-dia e contando os acontecimentos de sua vida e de sua atividade sexual para todas as pessoas do local de trabalho, fez que as pessoas ficassem mais leves e abertas para falarem sobre si. Disse que foi exatamente por essa sua atitude que muitas

peessoas também teriam assumido sua homossexualidade na agência onde trabalha, depois que ele se transferiu para ela.

Tendo o pesquisador observado Xenofonte no seu dia-a-dia, no trabalho, um aspecto chamou a atenção: todo diálogo de Xenofonte adquire uma conotação sexual. Atendendo clientes ou relacionando-se com os colegas de trabalho, ele sempre faz uma analogia das coisas por meio de brincadeiras e piadas de cunho altamente sexual. Somente dessa maneira consegue interagir com as pessoas. Os clientes acham graça e ficam, às vezes, até sem palavras e surpresos com o que estão vendo. Os funcionários já se acostumaram com o jeito de Xenofonte se expressar. A sexualidade é algo tão central em sua vida que, somente por meio dela, consegue interagir e relacionar com os outros. Xenofonte necessita, o tempo todo, declarar-se e afirmar-se como homossexual. Sua vida é todo o tempo (res)significada pela sua homoafetividade, o que desperta nele uma necessidade de, a todo o tempo, gritar e afirmar para as pessoas sua homossexualidade. Em outras palavras, apesar de ser uma pessoa extremamente assumida para o mundo em relação a sua sexualidade, isso não significa que Xenofonte se sinta bem com ela. Esse fato é confirmado pelos atos discriminatórios que ele tem contra os homossexuais que serão relatados posteriormente.

Xenofonte diz que, apesar dessa abertura conquistada por ele na agência onde trabalha e de todo ambiente amigável construído em relação aos homossexuais, é comum ouvir piadas que fazem chacotas sobre os homossexuais e salienta que ele também conta esses tipos de piadas. Destaca que nessas piadas o homossexual é retratado de forma bem pejorativa.

Ele ressalta que nunca se sentiu discriminado no trabalho. Ao ser perguntado sobre as piadas relatadas, disse que a maioria delas vem de pessoas que estão hierarquicamente igual a ele e que não vai considerar isso como uma discriminação, pois é superior a esses idiotas que querem ridicularizá-lo, sobretudo pelo fato de terem inveja de sua felicidade e de sua superioridade.

A respeito de experiências negativas e positivas no trabalho, por ser homossexual, Xenofonte afirma que não vivenciou nenhuma delas. Na empresa onde trabalha, existem políticas focadas na diversidade, sendo permitida a inclusão de dependentes que têm relações estáveis homoafetivas no plano de saúde. Xenofonte diz não achar que essas políticas sejam efetivas em si mesmas, pois a efetividade delas depende da mentalidade das pessoas e não de uma norma ou lei. Em relação ao fato de o corpo gerencial apoiar a participação de casais homossexuais em eventos promovidos pela empresa, Xenofonte disse que isso não ocorre.

Em relação ao comportamento de homossexuais de que não gosta, afirma que, tanto no trabalho como em outros lugares, odeia os “veadinhos”, “bichinhas”, que têm cara de “veado”, se vestem como “veado” e falam como “veado”, ou seja, odeia pessoas afeminadas. Se o entrevistador usa o conceito de “veado” contido no discurso de Xenofonte, também o consideraria como um deles. Aliás, o próprio Xenofonte afirma que é bem afeminado, contudo o que o diferencia dos outros é que ele sabe ser um afeminado de classe.

Quando sai à rua, Xenofonte sabe que se comporta de forma afeminada, mas tenta evitar, ao máximo, que as pessoas percebam isso, para que ele seja visto como invisível em relação a sua sexualidade e, assim, evite atos discriminatórios. Xenofonte

sai apenas em público com homossexuais desde que saibam comportar-se de acordo com o momento e local em que estão.

Xenofonte considera a manifestação pública de afetos, seja entre heterossexuais seja entre homossexuais, como algo horrível. Contudo, atribui um maior preconceito para manifestações públicas entre homossexuais, pois acha que somente os heterossexuais podem andar de mãos dadas na rua.

Em relação ao comportamento dos heterossexuais, o que Xenofonte mais odeia é a grosseria deles com os homossexuais e a tentativa de passar uma imagem de supermachão. Xenofonte tem vida social com pessoas heterossexuais e, quando foi perguntado sobre qual seria a principal característica que marcaria uma pessoa em termos visuais como heterossexual, reafirma que já viu muitos homossexuais mais heteros do que os próprios heteros, como também viu muitos heterossexuais que aparentemente parecem ser *gays*, ou seja, não existe uma marca que deixe claro que se trata de homossexual ou heterossexual.

#### 4 Platão

Platão é uma pessoa extremamente educada e cortês. Parece ser metódico e bem organizado, demonstrando gerir a sua vida, como também a sua sexualidade, nos detalhes de forma a torná-la algo capaz de ser controlada para evitar incertezas. Seus traços são bem finos: magro, estatura mediana, gestos lentos e delicados, voz tranqüila e conversa com uma paciência quase que monástica. Platão utiliza um brinco bem discreto e anéis de prata em seus dedos, vestindo-se com roupas sóbrias de cores neutras.



Platão nasceu em uma cidade do interior do sul do Espírito Santo, mas mora na região da Grande Vitória há aproximadamente quatro décadas. Possui 50 anos e tem um total de cinco irmãos (três homens e duas mulheres). Seu pai já é falecido há muito tempo, quando ele era ainda uma criança, nem consegue lembrar-se da imagem dele em suas memórias de infância. Sua mãe ainda é viva e tem uma idade bem avançada. Platão nunca declarou, de forma oficial, sua homossexualidade para seus familiares, todavia acredita que eles sabem sobre ela. Platão possui escolaridade nível superior.

Apenas com trinta e três anos, ocorreu sua primeira experiência homoafetiva. Anteriormente a essa idade, teve experiências sexuais somente com mulheres até aproximadamente seus vinte e seis anos. Entre os vinte e seis anos e trinta e três, teve uma vida assexuada. Contudo, desde novo já havia percebido o desejo por outros homens, só que retraía esse desejo. Platão desconfia de que sua família sabe sobre sua sexualidade em razão de um relacionamento de três anos com um homem que chegou a freqüentar seu ambiente familiar. Além disso, acredita que o fato de não trazer mulheres para casa e não ter mais nenhum relacionamento com mulheres torna evidente sua condição sexual.

Platão também nunca declarou oficialmente sua sexualidade para ninguém no ambiente de trabalho e fora dele. No trabalho Platão evita confundir a sexualidade com a vida profissional para que não sofra qualquer tipo de comentários, fazendo uma separação da vida profissional da vida privada. Exatamente, essa afirmação tornou-se uma questão para o pesquisador: como o indicaram se ele nunca falou nada para ninguém? A resposta encontrada para essa questão é que Platão apresenta fortes traços afeminados e, para a população de forma geral, traços de afeminação são

considerados como sinônimos de homossexualidade. Para a surpresa do pesquisador, Platão aceitou ser entrevistado, contudo a pessoa que o contatou, pedindo que ele participasse da pesquisa, não havia falado para ele qual era realmente o tema da pesquisa, apenas disse que era uma pesquisa sobre bancários e nada mais.

Diante desse fato e de motivos éticos, o entrevistador explicou-lhe o tema da pesquisa antes de começar a fazer-lhe perguntas. Platão ficou surpreso, entretanto aceitou participar desde que não fosse usado um gravador de voz. Assim, todas as respostas da entrevista foram sendo anotadas pelo pesquisador e apresentadas neste documento em um prazo inferior de 24 horas, para não perder o frescor e a riqueza das respostas. Contudo, um fato incomodou muito o entrevistador: em todas as respostas anotadas, Platão ficava “de canto de olho” lendo o que estava sendo escrito e, às vezes, quando não conseguia fazer isso, perguntava o que havia sido anotado.

O que mais incomodou Platão em relação ao tema da pesquisa não foi a pesquisa em si, mas como as pessoas sabiam sobre ele e o haviam indicado, já que ele é uma pessoa discreta e sem traços afeminados, ou seja, Platão considerava-se como revestido pelo manto da invisibilidade e, acreditando na existência desse manto, sentia-se protegido e confortável no local de trabalho. A sensação de estar exposto e visível trouxe um grande desconforto a Platão, pois sempre evitava confundir a sexualidade com a vida profissional para evitar comentários desagradáveis. O antagônico em tudo isso é que Platão afirmou que não sentia necessidade de usar nenhuma estratégia de defesa para esconder sua sexualidade.

Existem diversos Platãos no entrevistado. Essa fragmentação ficou mais clara quando Platão afirmou que freqüentava bares, saunas e boates gays. Assim, ao mesmo tempo

que se mostrava uma pessoa extremamente preocupada com sua invisibilidade social quanto à sexualidade, tornava-se visível ao frequentar lugares *gays*.

Em relação à condução de sua vida sexual, Platão não usa a Internet e prefere estabelecer relacionamentos estáveis ao invés de casos fortuitos no exercício de sua sexualidade. Aliás, está namorando há três anos um rapaz bem mais novo que ele (esse namorado não é a mesma pessoa descrita anteriormente, apesar da coincidência do tempo de duração do namoro). Entretanto, Platão faz uma confissão em relação ao seu namorado: o namorado gosta de “montar”<sup>2</sup>. Esse fato o incomodou muito no início e nunca pensou que um dia fosse aceitar conviver com uma “coisa dessas”, mas atualmente acha até bonito ver o namorado vestido dessa maneira.

Platão trabalha em um banco público. Antes de trabalhar no banco trabalhou em uma empresa pública no ramo de telecomunicações. Foi contratado há vinte e seis anos pelo banco por meio de concurso público e acredita que questões sexuais não interferem na contratação do banco. Começou a carreira no banco como auxiliar de escritório, posteriormente ocupou os cargos de escriturário, caixa, gerente de núcleo, supervisor e atualmente é gerente de retaguarda, não lidando diretamente com o

---

<sup>2</sup> Quando foi questionado sobre o que significa montar, Platão respondeu que significa homens que gostam de se vestir de mulheres, imitando-as com grande perfeição na aparência e conduta. Afirmou ainda que montar é diferente de ser uma *drag queen*, pois as *drags* passam uma visão mais caricata de mulher, com uma preocupação bem mais cômica, procurando satirizar os limites e as fronteiras socialmente estabelecidos em relação aos papéis do homem e da mulher. Já montar preocupa-se em ser uma cópia o mais fiel possível de uma mulher, não incorporando o aspecto cômico presente nas *drags*.

público que procura os serviços bancários oferecidos pela instituição. Somente com dezesseis anos de trabalho que Platão passou a ocupar função gerencial. Para Platão sua sexualidade não influenciou na escolha da carreira.

Não existem negros no local de trabalho de Platão, em relação a isso afirma que um dos motivos de não trabalhar com negros é que na empresa possui poucos funcionários negros. Gerencia duas pessoas que têm uma idade média de vinte e seis anos e, sob o seu comando, há mulheres e homens. Platão não tem no local de trabalho, pessoas que considera como próximas e prefere que seja assim, pois acredita que o fato de ser gerente exige que ele mantenha certa distância dos demais funcionários.

O pesquisado sente-se reconhecido como um funcionário competente. Tendo incorporado em seu salário o valor referente à função de confiança, não se sente pressionado a ocupar funções. Entretanto, sempre que quis voltar a exercer função de confiança, vale lembrar que Platão hoje ocupa a função de gerente de retaguarda, foi atendido.

Afirma que não tenta evitar atos de discriminação sexual por meio de atitude e imagem de competência. Contudo, lembra que foi escolhido para trabalhar como gerente em uma agência anterior à atual, exatamente por ser visto como uma pessoa com extrema competência e um grande “carregador de piano”, pois o outro gestor dessa mesma unidade, apesar de ser gerente-geral e estar hierarquicamente superior a ele, não era muito chegado a trabalho e não tinha os conhecimentos necessários sobre as atividades bancárias desenvolvidas em uma agência.

Platão está prestes a se aposentar e não tem, nos dias atuais, mais pretensões de crescimento na empresa. Diante da pergunta se a sexualidade interferia na sua conduta profissional, afirmou que não interfere, mas que tem um grande cuidado em tratar os clientes com todo respeito, para evitar possíveis atos discriminatórios.

Acredita que as pessoas do trabalho desconfiam de sua sexualidade, apesar de nunca ter falado sobre isso com ninguém no trabalho e fora dele, em virtude de seu namorado ligar de vez em quando para o seu local de trabalho. Em relação aos prejuízos e benefícios percebidos em razão de não ter assumido sua sexualidade no trabalho, Platão salienta que não observa nenhum prejuízo ou benefício em relação a essa questão.

No local onde trabalha as pessoas fazem muitas piadas sobre homossexuais e negros tratam esses personagens de forma pejorativa. Essas piadas ocorrem com grande frequência e lhe causam um grande incômodo, mas prefere calar-se e não responder às pessoas que contam tais piadas, fingindo que essas piadas não são direcionadas a ele e não têm nenhuma relação com sua vida sexual. Quando foi questionado sobre a posição hierárquica das pessoas que demonstram atos discriminatórios, conclui que a discriminação vem normalmente de pessoas que ocupam cargos gerenciais na empresa.

Para Platão, o corpo gerencial é preconceituoso e conservador, entretanto, como existe uma influência política na empresa e eles não sabem quem colocou quem no cargo, preferem não mexer com a pessoa que seja homossexual. O interessante é que, mesmo tendo afirmado que os atos discriminatórios são comuns no corpo gerencial da empresa, Platão acredita que o ambiente organizacional é amigável e não se sente

discriminado no trabalho e fora dele. Contudo, não sabe como reagiria se sofresse algum ato discriminatório direto e chega a acreditar que os colegas de trabalho o defenderiam se alguém falasse mal dele.

De forma até contraditória com tudo que disse anteriormente, ele afirma que não viveu nenhuma experiência positiva ou negativa por ser homossexual. A organização em que trabalha tem políticas que concedem benefícios às pessoas que têm relações homoafetivas estáveis, como plano de saúde e previdência privada. Avalia as políticas de forma favorável e acredita que as políticas são eficazes no dia-a-dia da organização. Todavia, não há incentivos oficiais dos gestores para que as pessoas levem seus namorados nos eventos sociais promovidos pela empresa.

Considera que discutir relacionamento pelo telefone no local de trabalho é algo que não concorda no comportamento de homossexuais (o entrevistado teve uma experiência em que uma funcionária que mantinha uma relação homoafetiva e utilizava o telefone para discutir a relação com sua namorada). Platão acha que a demonstração pública de afeto homoafetivo, como beijos e andar de mãos dadas na rua, também é algo condenável em homossexuais.

Platão afirma que pessoas afeminadas chamam a atenção e prejudicam a imagem dos homossexuais perante a sociedade (o engraçado é que antes de realizar a entrevista a pessoa que indicou Platão para ser entrevistado fez o seguinte comentário para o pesquisador: Eloisio ele é uma moça!). Assim, Platão sai com homossexuais desde que eles sejam discretos (entretanto, sai com seu namorado “montado”). Afirma que os homossexuais são muito promíscuos por terem relações sexuais com diversas pessoas e praticarem sexo grupal.

Para o pesquisado, não há nenhuma característica que possa distinguir os heterossexuais dos homossexuais. Não gosta do comportamento de pessoas heterossexuais quando têm atitudes discriminatórias e machistas. Observa que, no trabalho, os gerentes preferem trabalhar com homens e não com mulheres. Ele também prefere trabalhar com homens. Platão tem amizade e vida social com heterossexuais. Entretanto, acha que é bem tratado por eles exatamente em razão do cargo que ocupa na empresa, na qual, segundo ele, não existem diferenças nas oportunidades de crescimento entre pessoas heterossexuais e homossexuais. Contudo, Platão afirma que os colegas heterossexuais discriminam outros homossexuais que trabalham no banco, inclusive vigilantes e clientes que sejam classificados como homossexuais.

## 5 Sócrates

Sorridente e superexpansivo, assim é Sócrates. Ao conhecê-lo, ficou a impressão de alguém que só enxerga as coisas boas da vida e que não vê obstáculos em nada. Assim, demonstra ser uma pessoa que tem aversão a conflitos e que prefere evitá-los ou desviar-se de quaisquer formas de conflitos a realmente enfrentá-los. Seu corpo é esguio e magro. Sua voz é tranqüila, calma e fina. Seus gestos são leves e delicados.

Sócrates afirma que é muito bem resolvido no exercício de sua vida sexual. Afirma-se isso não somente pelo fato de ele manifestar ou comunicar claramente às pessoas em sua volta sua homoafetividade, pois outros entrevistados também deixaram claro que comunicaram às pessoas em seu círculo social o mesmo fato; no entanto, parece que fizeram isso para auto-afirmar para si mesmos sua condição sexual.

Tendo nascido no sul do Espírito Santo, Sócrates tem hoje 52 anos e é membro de uma família de três irmãos, dois homens e uma mulher. Seus pais são falecidos e seus irmãos sabem sobre sua homoafetividade, entretanto nunca declarou oficialmente sua homossexualidade para eles. Sócrates tem formação secundária de nível técnico.

Afirma que começou a sentir desejos homoafetivos na sua adolescência e sua família soube sobre sua sexualidade quando teve um namorado bem mais velho. Entretanto, salienta que seus familiares de início não aceitaram o ocorrido, mas que não demoraram muito em aceitá-lo como é. Sócrates é solteiro e no momento não está vivendo nenhum relacionamento.

Sobre eventuais estratégias exercidas por ele para esconder sua homossexualidade, Sócrates afirma que nunca utilizou tais estratégias, pelo contrário, seus familiares sempre queriam que ele namorasse uma mulher e viviam arrumando um namoro para ele, mas ele sempre deixava claro que não queria isso.

Sócrates não frequenta boates, saunas ou festas *gays*, a não ser que sejam festas promovidas pelos seus amigos na casa deles. Em relação a sua vida sexual, diz que ela é muito normal, assume-se como completamente passivo em suas relações e que gosta de homens ativos, apesar de fazer uma observação que acha difícil: afirmar se realmente existe homem ativo. Sócrates sempre preferiu namoros a encontros fortuitos. Viveu três casamentos homoafetivos até agora. Ao ser indagado sobre o uso da Internet para conhecer pessoas, deixa claro que não usa Internet com essa finalidade.



A respeito da revelação de sua sexualidade, deixa claro que todo o mundo sabe sobre sua homoafetividade, seja no trabalho, seja na vida social fora dele. Diz que, se alguém o aceita do jeito que é no trabalho, isso é ótimo, mas se alguém não o aceita, o problema é da pessoa, entretanto salienta que aceita as pessoas que não o aceitam. Sobre isso Sócrates relata um fato ocorrido no trabalho, quando um colega chegou para ele e disse que não o aceitava e não gostava de homossexuais, o que Sócrates retrucou, dizendo que o direito era dele. O interessante é que hoje em dia, apesar do episódio acontecido, os dois são amigos e têm vidas sociais, juntos, fora do trabalho. Para Sócrates, essa transformação se justifica pelo fato de que as pessoas têm um imaginário social do que é um homossexual, contudo, quando elas convivem com um homossexual, esse imaginário cai por terra.

Antes de trabalhar em banco público, Sócrates trabalhou na parte administrativa em um escritório contábil. Ingressou no banco há vinte e cinco anos, por meio de concurso público. Na sua trajetória profissional, nunca ocupou função de confiança no banco, justificando que a culpa não é do banco, mas sim dele que nunca teve o objetivo de ocupar cargos comissionados e crescer no banco. Disse até que o banco lhe deu oportunidades para crescer, contudo ele não as aproveitou. Solicitado a falar por que não aproveitou as oportunidades, Sócrates ficou pensativo e disse que nunca havia pensado nisso e que nem ele mesmo sabia o motivo. Disse que era “assim mesmo” desde infância e está feliz por ser dessa forma, pois isso lhe dá liberdade. Informou também que o crescimento na carreira ocorre por processos seletivos internos que envolvem análise curricular, provas de conhecimento e entrevistas. Para completar sua renda, vende produtos da Avon e bijuterias. Ele gosta mais dessas duas atividades do que seu trabalho no banco.

Algumas características do local de trabalho de Sócrates chamaram a atenção. Ele trabalha em uma central de logística, que tem aproximadamente cinquenta funcionários, onde não se atendem nem clientes do banco nem o público em geral. Essa central exerce atividades de apoio às áreas fins do banco (agências bancárias). O interessante é que, mesmo não sendo uma área fim, todas as salas da central são decoradas com carpetes, mesas, cadeiras, sofás, quadros e peças de decoração novas e seguem o padrão do banco, passando uma idéia de modernidade.

Entretanto, a sala onde Sócrates trabalha é a única que não segue esse padrão. A Sócrates foi dada uma sala em que somente há duas mesas que aparentam um tempo de uso maior que trinta anos e um computador que parece ter saído de um filme de ficção científica bem antigo (diante dessa visão realmente o entrevistador até ficou curioso por saber se o computador funcionava e servia para alguma coisa). A Sócrates foi destinado trabalhar no arquivo de documentos, cujas paredes estavam em péssimo estado de conservação e no qual não havia nem objetos de decoração, nem carpetes. Faltava também boa circulação de ar no ambiente. Sócrates sentia-se confuso entre os documentos arquivados de que ele mesmo tomava conta.

Para Sócrates, a sexualidade não influenciou na escolha de sua carreira profissional, como também afirma que no banco público em que trabalha a sexualidade não influencia a contratação das pessoas. Ao ser perguntado sobre a existência de funcionários negros na central onde trabalha, afirmou que existe. Sócrates, contraditoriamente ao que já expôs, informou que não possui amigos próximos no banco e que não frequenta a casa de nenhum colega de trabalho. O máximo de convívio social que tem com eles é ir ao barzinho tomar uma cerveja. Sócrates mistura

a vida pública com a privada, fazendo questão de afirmar a todo tempo no local de trabalho por meio de sua atitude, comportamento e fala como sendo *gay*.

Ao ser perguntado sobre a estrutura hierárquica, Sócrates disse que, sob sua responsabilidade, existem três funcionários de empresas terceirizadas. Diante da indagação acerca das pessoas a quem deve subordinação, brinca e solta uma grande gargalhada, respondendo que tem um monte de gente que lhe deve subordinação. Quanto ao seu futuro no banco, pensa em ficar no mesmo local onde trabalha até se aposentar.

Sócrates não acredita que usa um discurso de competência profissional como forma de compensar o fato de ser homossexual. Contudo, afirma que é uma pessoa muito competente no trabalho e que isso é muito importante para ele. Ele não percebeu nenhum benefício ou prejuízo por ter revelado sua homoafetividade no trabalho.

Na central onde trabalha, sempre ocorrem piadas que têm como principal personagem o homossexual e ele próprio é retratado nessas piadas, sempre envolto de muita “sacanagem” e de forma bastante pejorativa. Ele acha que as pessoas fazem essas piadas porque, no fundo, também têm o desejo de ter uma experiência homoafetiva, mas lhes falta coragem, pois possuem medo de experimentar e gostar. Sócrates até salienta que ele também faz brincadeiras e piadas sobre homossexuais, similares às que seus colegas de trabalho fazem.

Há quinze anos trabalhando nessa central, Sócrates deduz que o ambiente de trabalho é amigável aos homossexuais e que ele é um dos responsáveis por isso.

Sócrates sofreu muita discriminação quando era mais jovem, mas hoje em dia não dá mais importância a isso. Quando foi perguntado sobre a possibilidade de relatar alguma experiência discriminatória por que já passou, disse que não se lembrava de nenhuma que pudesse relatar, porque prefere não enxergá-las para não dar relevância a elas. Contudo, observa que algumas pessoas do trabalho evitam entrar em contato com ele pelo fato de ele ser homossexual. Sócrates acredita que o fato de ser competente leva as pessoas a não discriminá-lo tanto.

O entrevistado afirma que não teve nenhuma experiência negativa no banco pelo fato de ser homossexual, mas que passou por experiências positivas, apesar de não conseguir relatá-las, afirmando apenas que é muito feliz onde trabalha. Sócrates afirmou que o banco não possui políticas oficiais sobre diversidade, contudo existe a extensão de alguns benefícios, como plano de saúde e previdência, para pessoas que têm relações homoafetivas estáveis.

A respeito de os gerentes convidarem namorados(as) de homossexuais para participar das festas e eventos da empresa, Sócrates disse que isso não ocorre. Entretanto, ele os traz, porque organiza todas as festas da central onde trabalha, sentindo-se, dessa forma, no direito de trazer quem quiser.

Sobre atitudes de homossexuais no trabalho que prejudicam a imagem dele, afirma que as únicas atitudes que não aprova são a desonestidade, a agressividade e a falta de respeito, mas que não tem nada contra o fato de as pessoas serem homossexuais e assumirem, no ambiente de trabalho, que são homossexuais. A respeito de homossexuais andarem de mãos dadas ou beijarem-se em lugares públicos, Sócrates

afirma que não conseguiria fazer essas coisas em público, contudo acha importante que elas aconteçam para que a sociedade os aceite.

Sócrates não tem nenhum preconceito ao sair em público com pessoas afeminadas, aliás, salienta que ele é uma pessoa afeminada e, por isso, não poderia ter esse tipo de preconceito. Informa ainda que sai em público com travestis, apesar de não concordar com mudanças agressivas feitas por elas no corpo, não se sentindo incomodado com isso. O entrevistado, mesmo não gostando de algumas práticas sexuais, deixa claro que não apresenta preconceito com nenhuma delas. Já que Sócrates não aparentava ser uma pessoa preconceituosa contra homossexuais, surgiu uma curiosidade no entrevistador: por que ele não freqüentava lugares públicos *gays* já que se apresentava como uma pessoa sem nenhum preconceito?

Ao ser indagado sobre essa questão, Sócrates respondeu que não ia a lugares *gays* porque se relacionava mais com pessoas que eram heterossexuais casadas com mulheres e que eram ativas no ato sexual, justificando que nos lugares *gays* não havia pessoas com essas características. Entretanto, no meio de sua fala, Sócrates fica confuso com sua afirmação e diz que nem sabe mais se existe hoje em dia essa coisa de uma pessoa ser heterossexual cem por cento, pois se tem relação com ele não é hétero cem por cento.

O de que Sócrates menos gosta nos heterossexuais (apesar de deixar claro não ter certeza de que isso realmente exista) é a falta de educação e a grosseria. Acha que o que mais denigre a imagem dos héteros e que ele não suporta é a falta de cultura. Sócrates tem mais vida social com pessoas que julga heterossexuais do que homossexuais.

Para Sócrates, não existem barreiras que prejudiquem o crescimento profissional de homossexuais, dos negros e das mulheres, pois o crescimento profissional só depende de uma coisa: competência. Se a pessoa for competente, ela vai crescer independentemente de outros fatores.

Quando foi indagado se os funcionários da central tratavam com discriminação os outros homossexuais que ali trabalhavam, Sócrates primeiramente afirma que com ele isso não ocorre, contudo com os outros homossexuais que trabalham na central é comum aos funcionários fazer brincadeiras sobre a forma de eles andarem, falarem e “desmunhecarem” sem que eles ousam fazê-lo e saibam dessas brincadeiras.

Em relação ao que caracterizaria um heterossexual, o entrevistado respondeu que seria o uso de determinadas expressões e gestos que os homossexuais não utilizam, tais como o ato de “coçar o saco”, “mandar a pessoa tomar no cu”, “ficar em público chamando uma mulher de gostosa” e jogar futebol. Quando diz isso, de repente Sócrates se lembra de que já teve um namorado que era jogador de futebol.

## 6 Aristóteles

Aristóteles é uma pessoa extremamente reservada em relação a sua sexualidade. Entre o primeiro contato para ser entrevistado e a realização da entrevista, demoraram oito meses de negociação via e-mails e telefonemas. Um dos motivos colocados por Aristóteles, para que demorasse bastante a fase de negociação sobre a concessão da entrevista, era que as pessoas não sabiam dele e que ele é extremamente reservado quanto a aspectos relacionados a sua sexualidade e ao seu trabalho. Quando foi

finalmente agendada a entrevista, o primeiro contato visual entre ele e o entrevistador ocorreu em um restaurante, para que, assim, Aristóteles pudesse conhecer o entrevistador e sentir-se mais à vontade no momento da entrevista.

Ao ver Aristóteles, o pesquisador teve uma surpresa. Esperava uma pessoa bem masculinizada que seguisse os ditames culturais que definem as características sobre como ser um “homem de verdade”. Entretanto, se o entrevistador analisasse os traços, gestos e forma de se vestir de Aristóteles ficava claro que, segundo os padrões culturalmente construídos para dividir o mundo entre feminino e masculino, Aristóteles era extremamente feminino. Sua entrevista foi a mais difícil de analisar pelo fato de as respostas fornecidas serem bastante contraditórias. Em determinados momentos, parecia que Aristóteles respondia somente aquilo que considerasse a resposta como certa segundo os seus ditames, mesmo que o relatado não correspondesse à realidade de sua vida.

Aristóteles é solteiro, nasceu na região Norte do estado do Rio de Janeiro e mora no Espírito Santo, há dezessete anos. Tem formação superior e idade de quarenta e dois. É filho de uma família de quatro irmãos, uma irmã e três irmãos, cujo pai já é falecido. Aristóteles acredita que seus familiares sabem sobre sua sexualidade, entretanto ele nunca conversou com eles sobre isso. Ao ser questionado sobre a desconfiança de seus familiares sobre sua sexualidade, Aristóteles contou que, aos vinte e cinco anos, era muito cobrado pela família para ter uma namorada e casar. Assim, para a festa de seu aniversário, convidou várias pessoas homossexuais, com o intuito de demonstrar para sua família o que realmente era; portanto, para Aristóteles, ficou claro que, no final da festa, sua família sabia sobre sua homoafetividade.

Sobre o despertar de seus desejos homoafetivos, Aristóteles deixa claro que começou a senti-los quando estava no estudo secundário. Contudo, seus desejos só afloraram quando estava no exército, chegando a ter um relacionamento com um capitão do exército, casado, por vários anos. Somente após esse relacionamento, começou a enxergar-se como homossexual. Todavia, sempre teve muitas namoradas na juventude como estratégia para esconder sua homossexualidade. Também, como estratégia, trocava os pronomes masculinos por pronomes femininos para esconder que estava tendo um relacionamento com homem, além de tentar apresentar a todo momento atitudes que considera masculinas.

Aristóteles não costuma ir a lugares *gays*, como saunas, bares ou boates. Apesar de todo o temor que tem em relação ao fato de as pessoas descobrirem sua homoafetividade, Aristóteles teve um relacionamento homossexual de doze anos e chegou, inclusive, a morar com seu companheiro. Quando foi perguntado se utilizava a Internet para conhecer pessoas, deu uma resposta que tentava diminuir o fato de usar a Internet. Assim, respondeu que não usa a Internet para conhecer pessoas, mas sim para passar o tempo, bater papo, trocar idéias. Contudo, também informa que já conheceu pessoalmente várias pessoas por meio da Internet.

Fora de seu ambiente familiar, alguns amigos de trabalho não sabem de Aristóteles, Apesar de inicialmente ter afirmado que as pessoas no ambiente de trabalho sabiam sobre sua homoafetividade, desfaz sua resposta e disse que não. Enfatiza que nunca revelou para ninguém no trabalho a sua homossexualidade. Salaria que não é uma antena e que não tem uma faixa escrita na testa que é *gay*. Complementa sua resposta afirmando que homossexualidade não é uma situação, mas sim uma opção. Mesmo



que as pessoas não tenham certeza sobre a homoafetividade de Aristóteles, é bem possível que desconfiem dela em razão de seus traços afeminados.

No banco público em que trabalha, Aristóteles foi contratado por concurso público externo. Antes trabalhou como decorador de festas, como *office boy* no próprio banco em que trabalha atualmente e na associação dos funcionários do banco. Aristóteles trabalha, há vinte e um anos no banco, como funcionário concursado. Informou que a mudança de emprego não tem nenhuma relação com sua sexualidade.

Aristóteles já ocupou cargos comissionados no banco. Entretanto, diz que, após um fato ocorrido, que denomina de “A Trama”, perdeu a função de gerente e hoje voltou para o estado zero, sendo escriturário no momento. Apesar de não querer falar sobre o que seria “A Trama”, o pesquisador insistiu para que ele explicasse o que seria essa trama. Aristóteles começou respondendo que não gosta de falar sobre o assunto, mas disse que sofreu um processo administrativo que tinha a finalidade de tirá-lo da jogada (perder a função gerencial), ficando por dois anos respondendo ao inquérito administrativo, sendo absolvido no final. Apesar da absolvição, foi retirado da função gerencial.

Esse fato despertou uma grande curiosidade: teria “A Trama” alguma relação com a homoafetividade de Aristóteles? Aristóteles não tem certeza disso, pois no processo não apareceu nada escrito em relação a sua homossexualidade, contudo desconfia de que existe uma relação entre o processo sofrido e o preconceito que um determinado gerente tinha em relação às pessoas homossexuais. Para Aristóteles, “A Trama” foi uma vingança por ser competente e homossexual.

Hoje em dia, Aristóteles trabalha no atendimento ao público em uma agência bem pequena. Em seu local de trabalho, há uma pessoa negra, e as pessoas, no local de trabalho, mais próximas de Aristóteles são mulheres. Na agência em que trabalha, existem aproximadamente quinze pessoas com funções comissionadas e apenas cinco escriturários que não são comissionados. Aristóteles não vê nenhum futuro em seu trabalho, não almeja mais nada, apenas a aposentadoria.

Sua conduta no trabalho é influenciada pela sua homoafetividade. Aristóteles sente que as pessoas o julgam a todo o tempo por ser homossexual e, por isso, ele controla seu comportamento para não deixar que esse fato transpareça, tentando ter uma atitude mais profissional possível.

Existe uma grande insatisfação no discurso de Aristóteles em relação ao banco. O fato de ser um banco público implica que as promoções não sejam por critérios de competência, e sim por critérios políticos ou de amizades. Portanto, apesar de ser reconhecido pelo corpo funcional e os clientes como competente, esse fato não reverte a perda da função gerencial.

Aristóteles sente que as pessoas do trabalho sabem sobre ele, apesar de nunca ter oficialmente falado para ninguém, acreditando que as piadas sobre homossexuais são direcionadas para ele e contadas com o intuito de constrangê-lo. Ele não enxerga nenhum benefício no trabalho relacionado a sua homoafetividade, mas o maior prejuízo que sofre em relação a sua homoafetividade é não estar ocupando mais um posto de gerente no banco.

O local de trabalho de Aristóteles não é percebido por ele como amigável para os homossexuais. Considera que o banco em que trabalha está repleto de homossexuais, contudo muitos escondem esse fato por perceberem que o corpo gerencial não valoriza relações homoafetivas. Para ele, esse preconceito dos gerentes em relação aos homossexuais é um mecanismo de autodefesa. Entretanto, o banco permite a extensão do plano de saúde e do programa de previdência para relações homoafetivas estáveis. Em função dessa percepção de um ambiente não amigável, Aristóteles, de forma coerente com uma estratégia de encobrimento, afirma que tenta controlar o seu comportamento no ambiente de trabalho para não deixar transparecer que é *gay*.

Apesar dos fatos acima descritos, Aristóteles informa que não modifica o seu comportamento no ambiente de trabalho em razão de sua homossexualidade. Enfatiza que ele é a mesma pessoa seja no trabalho seja fora dele e que não altera suas condutas em função de sua sexualidade. Mas, salienta, até de forma contraditória, que no trabalho ele é uma pessoa que tenta ter atitudes mais profissionais possíveis.

Como experiências negativas por ser homossexual, Aristóteles fala que “A Trama” foi uma experiência que mais o marcou nesse sentido. Entretanto, também fala que fazer amizade com muitos dos clientes que atende no banco é uma experiência altamente positiva.

O que Aristóteles menos aprova em relação ao comportamento de homossexuais no trabalho é a revelação da homoafetividade para o corpo funcional. Justifica que ser homossexual não dá o direito de as pessoas agirem como homossexuais no ambiente de trabalho, pois o mundo ainda não é um lugar *gay*. Aristóteles não gosta e não anda com pessoas que tenham traços afeminados. Alias, declara-se como uma pessoa

sozinha que não costuma ter vida social seja com heterossexuais, seja com homossexuais.

Aristóteles não gosta de que heterossexuais tenham atitudes machistas e os consideram mais homossexuais do que os homossexuais. Também não aprova quando eles fazem piadas que tenham como tema o homossexualismo e salienta que não concorda com os heterossexuais que ficam tendo casos extraconjugais, como o que viveu com o capitão do exército, com homossexuais. Aristóteles odeia esse comportamento. Para ele, as pessoas têm de escolher entre ser uma coisa ou outra, elas têm de ter uma diretriz.

Segundo as informações de Aristóteles o banco onde trabalha é cheio de grupinhos, e quem não faz parte desses grupos, que normalmente são de heterossexuais, são discriminados e não conseguem crescer na carreira. Para ele, os homossexuais não são incluídos nesses grupos, pois os grupos consideram que os homossexuais denigrem a imagem da empresa.

## 7 Alcebíades

Alcebíades é uma pessoa bem dinâmica, mas simultaneamente muito tranqüila. Sua pele é bem clara, olhos claros e cabelos loiros. Seus gestos são bem rápidos como se estivesse com muita pressa o tempo todo. Sua voz é suave, contudo, suas respostas são afiadas e bem diretas. Alcebíades nasceu no sul do Espírito Santo, tem quarenta e um anos, é solteiro e possui curso superior completo. É filho de uma família de quatro irmãos (três homens e uma mulher). Em relação aos seus pais somente sua mãe está

viva. Alcebíades assumiu oficialmente sua homossexualidade para sua mãe e irmãos, entretanto, não se revelou para o seu pai.

Afirma que, desde que nasceu, sente desejos homoafetivos, entretanto, somente com dezesseis anos, começou a exercer seus desejos. Alcebíades utilizava duas estratégias para esconder sua homossexualidade: tinha muitas namoradas e se vestia de uma forma bem masculina. Contudo, salienta que não usa mais essas estratégias. Já teve relacionamento estável, mas hoje está sozinho e tem casos fortuitos com pessoas que conhece em saunas e boates *gays*. Alcebíades não utiliza a Internet para conhecer pessoas.

Todas as pessoas do trabalho e seus amigos sabem, de forma declarada, sobre sua homossexualidade, sendo que ele a manifesta abertamente para o corpo funcional, não diferenciando suas atitudes exercidas na vida pública com as atitudes da vida privada . Entretanto, esta não diferenciação entre público e privado limita-se somente na sua relação com o corpo funcional da empresa, sendo que para os clientes do banco tenta não manifestar aspectos de sua vida privada. Alcebíades trabalha em banco público há dezenove anos, tendo anteriormente trabalhado em uma prefeitura situada na região sul do Espírito Santo. Foi admitido no banco por meio de concurso público, tendo começado sua carreira como escriturário. Foi, no banco, caixa durante muitos anos e atualmente é gerente há aproximadamente seis anos.

Para Alcebíades, a escolha da carreira não tem nenhuma relação com a homossexualidade. Revelou que trabalha em banco público apenas por uma questão de oportunidade e que no banco a homossexualidade não afeta a contratação das pessoas. Alcebíades trabalha diretamente em contato com o público em uma agência

com dezoito funcionários, dos quais sessenta por cento são homens e o restante, mulheres. Não existem negros no local de trabalho.

Considera que é amigos de todos na agência e que não tem ninguém que considera como um(a) amigo(a) mais próximo(a). A estrutura de cargos comissionados de sua agência é composta por três gerentes de relacionamento, um gerente geral e dois assistentes. Sob o comando de Alcebíades, inclusos os estagiários, estão seis pessoas. Para seu futuro profissional, Alcebíades almeja ser gerente geral de uma agência bancária.

A respeito de um possível controle de seu comportamento e atitudes no trabalho, afirma que é necessário esse controle para evitar que as pessoas confundam as coisas com aspectos relacionados com sua sexualidade. Alcebíades acredita que é uma pessoa competente e que, no dia-a-dia, consegue afirmar essa imagem para os colegas do trabalho. Para exemplificar, salienta que todos os funcionários da agência, independentemente da área em que atuam, fazem fila diante de sua mesa para tirar dúvidas relacionadas às suas atividades.

Alcebíades não enxerga nenhum prejuízo ou benefício no trabalho por ser homossexual. Demonstra desconfiar de que a alta cúpula do banco faz comentários depreciativos sobre sua homossexualidade, mas que consegue tapar a boca deles, pois é um excelente cumpridor de metas. Aliás, informa que, no banco, sempre fazem piadinhas sobre ele e demais homossexuais que lá trabalham. Nessas piadas, os homossexuais são rebaixados e considerados como uma categoria inferior do restante da população.

Considera que seu ambiente de trabalho é amigável para com os *gays* e que a homossexualidade não afeta o crescimento profissional das pessoas no banco. Contudo, Alcebíades revela que já foi discriminado de forma direta no banco, quando um colega de trabalho, em posição hierárquica inferior à sua, não concordou com sua opinião sobre um problema de trabalho e o tratou de forma depreciativa, comparando-o com uma “mocinha”. Alcebíades entrou com um processo administrativo contra seu colega, mas reclama que deram ganho de causa para o colega. Diante disso, ele entrou com um recurso e novamente perdeu.

Ao ser indagado se o corpo gerencial do banco tem conduta amigável para pessoas homossexuais, informou que em relação a ele sim, mas com as demais pessoas homossexuais não tinha certeza. Disse que, fora o fato já relatado, não teve experiências positivas ou negativas em razão de ser homossexual.

Para ele, o código de ética da empresa, quando determina que todos os funcionários devam ser tratados igualmente, já é uma norma que serve para proibir a discriminação contra homossexuais no banco. Também salienta que a empresa permite que pessoas com relações homoafetivas incluam seus companheiros como dependentes no plano de saúde, do qual tirou proveito, pois teve um relacionamento estável por oito anos e seu companheiro é seu dependente no plano de saúde. Alcebíades avalia que as políticas de diversidade do banco são feitas muito “às escondidas” e que deveriam ser mais claras e mais bem divulgadas. Também informou que o corpo gerencial não costuma apoiar os funcionários que têm relações homoafetivas a levar seus companheiros aos eventos da empresa.

O de que Alcebíades não gosta no comportamento dos homossexuais é o modo de eles agirem como se fossem mulherzinhas ou “veadinhos”, ou seja, não gosta de pessoas afeminadas. Em sua vida social, Alcebíades sai com pessoas homossexuais e heterossexuais, contudo não sai com homossexuais que sejam afeminados, pois acha que estaria mais sujeito à discriminação se saísse com afeminados.

A respeito de homossexuais andarem de mãos dadas na rua, Alcebíades reconhece que é uma pessoa preconceituosa em razão de não concordar com essa atitude. O de que menos gosta em pessoas heterossexuais, estendendo isso também para homossexuais, é a falta de ética, caráter e respeito.

Por fim, Alcebíades observou que falar de mulheres, olhar a bunda delas e chamá-las de gostosa é um comportamento marcante e recorrente em todos os heterossexuais. Além disso, salienta que heterossexuais adoram ficar dizendo que tiveram relações sexuais com um grande número de mulheres.

## 8      Ciro

Ciro é solteiro, tem quarenta e nove anos é natural de Minas Gerais e possui nível de escolaridade secundário. É uma pessoa bastante discreta, educada, voz firme, mas com tom suave. Gesticula de forma bem masculina e veste-se da mesma forma. Sua família é composta por ele, uma irmã casada e seu pai. A mãe de Giro já é falecida. Sobre a revelação de sua sexualidade para a família Giro revelou que sua irmã e cunhado, bem como seus sobrinhos, sabem sobre sua homoafetividade de forma aberta e declarada. Entretanto, apesar de acreditar que seu pai também sabe sobre



sua homossexualidade, Ciro nunca falou sobre esse assunto de forma declarada com ele.

Desde a infância, Ciro percebeu seus desejos homoafetivos. Contudo, sempre foi um desejo contido e guardado a sete chaves. Somente quando tinha vinte e cinco anos teve sua primeira experiência homossexual real. Até então só havia tido experiências sexuais com mulheres, foi noivo duas vezes, quase chegando a se casar com sua prima.

Sobre estratégias utilizadas para esconder sua homossexualidade, Ciro afirmou que driblou essa situação. Contou que recebeu flores no trabalho durante todos os dias da semana de um homem interessado em fazer a corte. As pessoas do trabalho e alguns familiares perguntaram-lhe se a mulher que estava enviando flores era rica, pois os buques de flores eram bem sofisticados e caros. Ciro, ao invés de falar que não era uma mulher, e sim um homem, utilizou-se do imaginário das pessoas que o questionavam e afirmou que realmente era uma mulher bastante rica.

Ciro não frequenta ambientes *gays*, como boates e bares. Prefere viver uma vida social frequentando a casa de amigos. Ele exerce sua vida sexual por meio de namoros estáveis, deixando bem claro que odeia casos fortuitos. Ciro utiliza Internet para conhecer pessoas e confessa que o vocabulário e a forma de interação são os critérios utilizados por ele para selecionar as pessoas com quem acha que vale a pena continuar a conversa. Assim, quando o vocabulário é chulo e de baixo calão, Ciro evita conversar com a pessoa. Afirma que a maioria das pessoas que estão na internet é casada com mulheres, mas estão lá procurando exercer práticas sexuais com homens.

No seu círculo social, apenas alguns amigos sabem sobre sua homoafetividade. Em seu trabalho ninguém sabe sobre sua homossexualidade, pois nunca se revelou, contudo, Ciro acha que muitos desconfiam dele, principalmente por um motivo: sempre elogia a forma como as mulheres no trabalho se vestem e se penteiam. Ciro trabalha como prestador de serviço há oito anos, exercendo a atividade de autenticação de documentos e fazendo as mesmas atividades que um caixa do banco realiza. Anteriormente, Ciro havia trabalhado em um banco privado. Foi contratado no banco como prestador de serviços por meio da indicação de seu primo.

A homossexualidade não influenciou a trajetória e escolha profissional de Ciro, conforme salientado por ele mesmo. Acredita que na empresa contratada em que trabalha não existe discriminação na contratação de pessoas que sejam homossexuais. Vale ressaltar que a empresa terceirizada em que Ciro trabalha existe e foi criada unicamente para prestar serviços para bancos públicos. Justifica que não existe discriminação na contratação da empresa pelo fato de os homossexuais estarem conseguindo ocupar um espaço maior no mundo do trabalho. Entretanto, informa que homossexuais que agem como mulheres acabam dificultando maiores conquistas e inclusão no espaço organizacional de pessoas que têm relações homoafetivas.

No banco Ciro não atende público, trabalhando no seu setor junto com dez pessoas de faixa etária diversificada. Esse grupo de trabalho é composto por dois homens e oito mulheres. Um dos funcionários é negro e Ciro tem a impressão de que ele também seja homossexual. No seu departamento, Ciro evita desenvolver maiores intimidades com as pessoas, agindo de uma forma bem fechada e sisuda para evitar que os outros desconfiem dele ou descubram sua homoafetividade. Por ser homossexual, Ciro acredita que tem de ter uma postura mais elevada que as outras pessoas de trabalho,

tentando demonstrar a todo o tempo um nível cultural e profissional superior ao dos demais funcionários.

No dia-a-dia, Ciro revela que é ainda muito paquerado pelas mulheres, principalmente pelas casadas. Contudo, ultimamente está sendo cortejado por um colega de trabalho que é casado e, apesar de todo assédio investido por esse colega, Ciro sai pela tangente, fingindo que não entende as verdadeiras intenções das cantadas recebidas de seu companheiro de trabalho.

Na empresa onde trabalha, não há chances de crescimento, pois há estrutura de cargos e salários é precária. Assim, a própria estrutura da empresa não oferece oportunidades de crescimento para seus funcionários, demonstrando que o crescimento na carreira é algo independentemente da sexualidade dos funcionários. Ciro salienta que, no seu emprego atual, não há chance de futuro, pois o contrato com o banco será encerrado em 2009. As atividades da empresa em que Ciro trabalha serão realizadas pelos próprios funcionários do banco, que promoveu um grande concurso público para contratar pessoas para executarem as tarefas realizadas pela empresa terceirizada.

Ao ser indagado sobre a interferência de sua vida sexual na sua conduta profissional no local de trabalho, Ciro informou que isso não ocorre, pois sabe separar muito bem sua vida pessoal de sua vida profissional. O entrevistado acredita que o importante para um homossexual no local de trabalho é ter postura na forma de vestir e falar. Ciro relatou o fato de um homossexual que já trabalhou e possuía uma produtividade abaixo do desejado ter sido muito mal tratado pela sua superior, sendo inclusive alvo de ridicularização pública promovida por ela. Ciro afirmou que se sentiu muito mal com o

ocorrido, pois se via na pele do colega ridicularizado. Vale ressaltar que o empregado era deficiente físico.

Em relação a eventuais prejuízos ou benefícios percebidos por não ter assumido sua homoafetividade no trabalho, Ciro afirmou que não percebeu nenhum benefício ou prejuízo em relação a isso. No seu local de trabalho, é muito comum ocorrerem brincadeiras e piadas que têm como tema o homossexual. Nesse momento, Ciro usa a estratégia de contar esses tipos de piadas e participar das brincadeiras promovidas pelos outros funcionários que tenham como tema o homossexual para, dessa forma, esconder sua homoafetividade, tentando diminuir eventuais suspeitas que seus colegas tenham sobre ele.

Ciro considera que recentemente passou a sentir o seu local de trabalho amigável para homossexuais. Mas, até bem pouco tempo, não era assim. Acha que o local é amigável exatamente por ele ser uma pessoa altamente respeitada pelos demais colegas de trabalho e sente-se muito querido no local de trabalho. Contudo, fala que isso é uma conquista dele pela sua maneira responsável de agir e lidar com as pessoas. Para Ciro, o principal fator que fazia seu local de trabalho anteriormente não ser amigável é a presença de um colega de trabalho que, segundo Ciro, era homossexual, mas muito mal resolvido, e, para lidar com esse incômodo, ele transformava o ambiente de trabalho em algo muito hostil para os homossexuais.

Quanto à discriminação sofrida no trabalho, Ciro falou de forma objetiva e seca que não sofre discriminação no trabalho por ser homossexual. Mas acha que o fato de ser um homossexual “contido” facilita muito não sofrer discriminações. Ciro tem uma vida social com heterossexuais e homossexuais fora do trabalho. Entretanto, destaca que

são poucos os homossexuais com que ele tem vida social, pois se considera uma pessoa bem seleta e não sai como homossexuais que são afeminados. Ciro tenta a todo o tempo esconder sua homoafetividade no trabalho.

Na empresa em que Ciro trabalha, não há políticas oficiais que proíbam a discriminação contra homossexuais. Além disso, a empresa não fornece nenhum benefício, como plano de saúde, para casais que tenham relações homoafetivas estáveis. O corpo gerencial também não incentiva a participação dos companheiros em festas promovidas pela empresa. Sobre esse aspecto, Ciro lembra que, em uma festa promovida pelo corpo gerencial, o convite foi bem acintoso em relação a não permitir o comparecimento de casais homossexuais. Ciro afirma que não viveu no trabalho nenhuma experiência positiva ou negativa por ser homossexual.

O comportamento no trabalho que Ciro julga inadequado em homossexuais é ter relações afetivas com colegas de serviço. Fora das fronteiras organizacionais, julga que os homossexuais que se vestem e falam de forma afeminada prejudicam a imagem dos homossexuais. Ciro denominou essas pessoas de “veadinho pão com ovo”, pois, além de serem afeminadas, elas adoram aparecer usando roupas de marcas caras, mas vivem endividados e não têm dinheiro para comprar bebida em uma festa. Essas pessoas Ciro também as denominam de homossexuais perversos.

Ciro não gosta de casais homoafetivos que andam de mãos dadas ou demonstram afeto em público. Afirma que a prática sexual que mais abomina em homossexuais é o sexo grupal. Ao ser indagado sobre o motivo por que não frequenta ambientes *gays*, o trabalhador argumenta que a maioria desses ambientes não é adequada e revela que, em alguns deles, até existe *dark room*, algo que considera inadmissível. *Dark room* é

um ambiente completamente escuro e fechado, sem janelas nem iluminação, apresentando apenas uma porta que serve tanto de entrada como de saída. Nesse local, as pessoas não conseguem enxergar umas as outras. Esse anonimato permite que as pessoas façam atos sexuais com várias pessoas ao mesmo tempo e todos se mantêm completamente anônimos protegidos pela escuridão do local.

Para Ciro, o heterossexual tem muito medo dos homossexuais no trabalho. Contudo, acredita que esse medo se origina pelo fato de os homossexuais serem mais competentes e, devido a isso, colocarem em risco a permanência de um heterossexual no cargo. Para ele, os heterossexuais masculinos vivem todo o tempo uma crise em relação a sua sexualidade, acreditando que muitos deles têm uma briga constante com a própria sexualidade. Ciro resume essa briga constante que os heterossexuais apresentam em relação a sua sexualidade usando uma frase de Shakespeare: ser ou não ser, eis a questão!

No dia-a-dia acha que representar papel de machão e ficar coçando o “saco” em público são algumas condutas dos heterossexuais que prejudicam a imagem perante a sociedade. Para ele, essas atitudes não passam de uma necessidade de um heterossexual tentar afirmar-se a todo o tempo como homem. Ciro não aprova heterossexuais masculinos que utilizam no ato sexual objetos femininos, como um espartilho, por exemplo. O que acha marcante, que serve para definir e caracterizar um heterossexual, é a preocupação que eles têm de passar a imagem de um garanhão.

Ciro afirma que, em determinadas áreas de trabalho, os homossexuais têm conseguido crescer na carreira de forma mais rápida, sendo mais desejados no momento da contratação do que heterossexuais. Essas áreas seriam representadas pelas

atividades relacionadas ao turismo e pelos *magazines* de roupas, pois esses dois ramos preferem e dão boas condições de crescimento para homossexuais.

Quando foi perguntado se percebia alguma discriminação no local de trabalho direcionada para colegas que sejam homossexuais, Ciro contou que isso é algo comum, mas ressalta que, às vezes, fica pensando se essa discriminação não seria algo também direcionado a ele, mesmo de forma indireta. Disse que o mais comum é a pessoa chamar os outros homossexuais de “veadinhos”. Quando isso acontece e Ciro está no grupo, ele também entra na brincadeira e faz ironias direcionadas aos homossexuais, mas demonstra plena consciência de que faz isso para se defender.

## APÊNDICE C – CD Entrevistas Transcritas